

Documentos para Disseminação

Memória Institucional

27

INICIAÇÃO À GEOGRAFIA

Nilo Bernardes

Edição póstuma

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Economia
Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Especial de Fazenda
Bruno Funchal

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Luiz G. Rios Neto

Diretora-Executiva
Marise Maria Ferreira

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Cimar Azeredo Pereira (em exercício)

Diretoria de Geociências
Claudio Stenner

Diretoria de Informática
Carlos Renato Pereira Cotovio

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Carmen Danielle Lins Mendes Macedo

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Geociências
Coordenação de Geografia

Ministério da Economia
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Geociências
Coordenação de Geografia

Documentos para Disseminação

Memória Institucional 27

Iniciação à Geografia

Nilo Bernardes

Edição póstuma



Rio de Janeiro
2021

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 – Centro – 20021-120 – Rio de Janeiro – Brasil

ISSN 0103-6335 **Documentos para Disseminação**

ISSN 0103-6459 **Memória institucional**

Divulga textos sobre aspectos históricos do IBGE e/ou de seus estudos e pesquisas bem como sobre personalidades que contribuíram para a história do Instituto.

ISBN 978-65-87201-19-1

© IBGE. 2021

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do IBGE. Em virtude de suas características próprias, os originais não foram submetidos aos protocolos completos de normalização, apenas ajustados à luz no Novo Acordo Ortográfico.

Esta edição póstuma foi organizada pelo Conselho Editorial da Revista Brasileira de Geografia - RBG com a colaboração do Professor Sergio Nunes Pereira, da Universidade Federal Fluminense - UFF. Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo - USP, com estágio na Universitat Autònoma de Barcelona - UAB, é membro do Conselho Científico da RBG.



Revista Brasileira de Geografia

Capa

Marcos Balster Fiore - Coordenação de *Marketing* /
Centro de Documentação e Disseminação de
Informações - CDDI

Ilustração

Aldo Victorio Filho e Aline Carneiro Damacena -
Gerência de Editoração/Centro de Documentação e
Disseminação de Informações - CDDI

Ficha catalográfica elaborada pela Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais do IBGE

Bernardes, Nilo, 1922-1991
Iniciação à geografia / Nilo Bernardes. - Rio de Janeiro: IBGE, 2021.
142p. - (Documentos para disseminação. Memória institucional,
ISSN 0103-6459; 27).

Inclui bibliografia.

Edição póstuma organizada pelo Conselho Editorial da Revista Brasileira de Geografia - RBG com a colaboração do Professor Sergio Nunes Pereira.

ISBN 978-65-87201-19-1

1. Brasil. 2. Geografia. 3. Bernardes, Nilo, 1922-1991. 4. Ensino.
I. Título. II. Série.

CDU 911
GEO

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Sumário

5	Apresentação
7	Prefácio <i>Angela Cavalcanti Bernardes</i>
11	Introdução: Nilo Bernardes e a trajetória densa de um manuscrito inacabado <i>Sergio Nunes Pereira</i>
31	Notas sobre a presente edição
37	Iniciação à Geografia <i>Nilo Bernardes</i>
125	Caderno de fotos
131	Referências

Apresentação

A presente publicação constitui o resultado da convergência de várias ações com vistas a homenagear o Geógrafo Nilo Bernardes. Em primeiro lugar, ressalta-se a iniciativa da família, representada pela filha Angela Cavalcanti Bernardes, em confiar os originais datilografados e manuscritos da obra *Iniciação à Geografia* ao Conselho Editorial da Revista Brasileira de Geografia - RBG e à Coordenação de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que encaminharam a publicação do material para a série Documentos para Disseminação. Memória Institucional. Essa série, desde 1990, vem trazendo a público trabalhos produzidos por eminentes profissionais da Casa que se destacaram em seus campos específicos de conhecimento.

Em seguida, ressalta-se a pronta receptividade do Professor Sergio Nunes Pereira, do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense - UFF, especialista em História do Pensamento Geográfico, por cuja análise e contextualização da publicação no seu tempo o IBGE agradece a excelência da colaboração.

Claudio Stenner
Diretor de Geociências

Prefácio

Angela Cavalcanti Bernardes*

A edição póstuma do manuscrito *Iniciação à Geografia*, de Nilo Bernardes, é uma linda homenagem prestada pelo IBGE à memória de meu pai, geógrafo dos quadros desta Casa de 1945 a 1982.

Além de suas atividades científicas e técnicas como geógrafo, Nilo era ainda, e sobretudo, um professor. Ministrou cursos de aperfeiçoamento para formação de geógrafos no IBGE, lecionou na Pontifícia Universidade Católica - PUC-Rio, foi Catedrático do Colégio Pedro II, e, nos últimos anos de sua vida, colaborou com o Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense - UFF. O desejo de transmissão era um traço tão seu que muitos o conheciam por “Professor Nilo” ou apenas “Professor”. Uma viagem de carro com ele pelo interior era sempre acompanhada de uma aula. Qualquer viagem, curta ou longa, tornava-se uma verdadeira excursão liderada por Nilo e sua eterna companheira Lysia, com quem dividia a paixão pela Geografia, pelo País, seu solo e seu povo.

Uma nota sobre o casal: Nilo, formado pela PUC-Rio, e Lysia, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, conheceram-se no Conselho Nacional de Geografia - CNG, tendo participado juntos, ou em equipes separadas, das primeiras excursões para levantamento de campo. Um anedotário sobre esse momento histórico era frequentemente evocado, em disputas ainda juvenis, até o fim da vida deles. Casaram-se em 1948 e tiveram quatro filhos. Apesar da extensa vida profissional dos dois, dedicaram-se intensamente à família e aos amigos. Almoçavam em casa diariamente, o que hoje me parece impressionante. A mesa sempre farta acolhia, assiduamente, sobrinhos e amigos dos filhos. Com o passar do tempo, foram ficando cada vez mais festeiros. A última grande festa que ofereceram foi por ocasião do aniversário de 40 anos de casados. Lá estavam, além dos familiares, muitos amigos, colegas de profissão e de militância cidadã. Por ocasião da morte

* Filha de Nilo Bernardes e Lysia Maria Cavalcanti Bernardes, é Psicanalista e Professora aposentada pela Universidade Federal Fluminense - UFF.

dos dois, num acidente rodoviário insólito em agosto de 1991, foi pedido a Fábio de M. S. Guimarães, então presidente da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, que escrevesse sobre eles para um suplemento cultural da grande imprensa. Em um primeiro momento, ele respondeu: “o que eu gostaria de dizer sobre eles é que foram as pessoas que eu conheci que mais sabiam jogar, beber, comer e conversar”, atestando, assim, a característica lúdica e camarada do casal.

Muitos livros e artigos foram escritos por Nilo a partir de seu trabalho de pesquisa geográfica, mas foi com sua alma de professor que elaborou o material aqui publicado. O livro seria destinado à apresentação da Geografia aos estudantes recém-ingressos no curso superior. O título integrava um projeto gestado no final dos anos 1980, por iniciativa de Jorge Zahar. Comporia, junto a outros de diferentes campos, a Coleção Ingresso à Universidade, coordenada por Isaac Kerstenetzky. O volume, cujo título provisório era *Iniciação à Geografia*, não foi concluído e não teve, portanto, o bem-sucedido destino de seus livros didáticos dos anos 1960, orientados ao ensino ginasial.

Por que a obra não teria sido concluída? É certo dizer que a morte chegou primeiro. Tivesse vivido mais tempo e esse projeto, como outros, teria sido finalizado, encontrando sua forma adequada, mas também é certo que o autor encontrou dificuldades no fechamento do trabalho. Recordo-me, ainda hoje, do desabafo de minha mãe, transmitindo-me a angústia dele diante da premência de terminar o texto. Parece que o capítulo das indicações bibliográficas estava sendo especialmente árduo. Por suas notas e rascunhos, sabemos que preparava uma seleção bibliográfica que obedeceria a uma certa sequência lógica e panorâmica do pensamento geográfico. A seleção das obras, preferencialmente em língua portuguesa, não obedecendo ordem alfabética nem cronológica, introduziria aquelas que fossem paradigmáticas quanto às perspectivas do pensamento geográfico até então.

Ao receber o honroso convite para escrever este Prefácio, voltei-me para o material datilografado e manuscrito, buscando compreender, depois de três décadas, o que estava em jogo nesse trabalho, e que obstáculos se colocavam. Arrisco dizer que, além das dificuldades inerentes a uma abordagem panorâmica rigorosa de um campo tão vasto, uma outra se devia ao fato de o autor estar implicado de fio a pavio no percurso relatado. Reconheci nas referências históricas colegas e mestres seus que eram mencionados no dia a dia doméstico. As personagens dessa história frequentavam a nossa casa, em pessoa ou em relatos. As instituições, nem se fale – Conselho Nacional de Geografia - CNG, Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB e Instituto Pan-Americano de Geografia e História - IPGH eram, também, a casa deles. Outras, as instituições mencionadas como novos campos de atuação na época, eram também conhecidas por dentro. Aquelas ligadas ao planejamento urbano e regional tiveram a colaboração entusiasmada de Lysia. Ao ler a listagem dos órgãos que, à época, convocavam o trabalho do geógrafo, assim como a análise de outros temas da atualidade, supus que ele encontrou dificuldade de descrever uma matéria em pleno movimento. Enfim, penso que o envolvimento pessoal e as transformações que atingiam naquele momento o campo da Geografia devem ter exigido um tempo maior para a amarração final deste livro. Tempo esse que foi brutalmente interrompido.

Após o desaparecimento abrupto de nossos pais, numa fase ainda ativa de sua vida profissional, era preciso definir um bom destino para o acervo deles. Os livros foram catalogados por Maurício Abreu, com ajuda de seus alunos, e conduzidos para o Instituto de Geociências da UFRJ, onde Lysia se formara e lecionara. Uma “Sala Lysia e Nilo Bernardes” foi ali instalada com esse acervo bibliográfico. O acervo de fotos de reconhecimento de campo feitas por Nilo foi abrigado no Museu Nacional da UFRJ, e ainda não sabemos se sobreviveu ao incêndio devastador em 2018. O material do livro inacabado foi arquivado em uma pasta da qual só veio a sair anos mais tarde.

Custou-nos um longo tempo para encaminhar esse material para eventual publicação. Inacabado e datado, que destino dar-lhe? Cristina Zahar, muito gentilmente, aceitou avaliar o manuscrito e nos incentivou a procurar, na academia, um projeto que se ocupasse do material. Não mais por seu propósito original, que era o de apresentar uma história do pensamento geográfico, mas tomando-o ele próprio como objeto de pesquisa epistemológica. Apesar da alegre acolhida que encontramos em diferentes frentes, foi aqui nesta Casa, onde tudo começou, que esse material pôde ser trabalhado e editado. Graças ao empenho da dinâmica Coordenação de Geografia do IBGE podemos, hoje, saldar essa dívida e dar essa obra à luz.

Introdução

Nilo Bernardes e a trajetória densa de um manuscrito inacabado

Sergio Nunes Pereira*

O documento que aqui se apresenta veio à luz na última etapa da vida de Nilo Bernardes, dedicada em grande parte ao estudo e ao ensino da Geografia. O autor teve uma longa e profícua atuação profissional no IBGE, foi Professor Catedrático no Colégio Pedro II e docente na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio. Além disso, participou da seção carioca da Associação de Geógrafos Brasileiros - AGB e de organismos supranacionais como o Instituto Pan-Americano de Geografia e História - IPGH (Pan American Institute of Geography and History - PAIGH) e a União Geográfica Internacional - UGI (International Geographical Union - IGU), nos quais assumiu a presidência de comissões de estudo, delegações e cargos de chefia. Trata-se, portanto, de um personagem que transitou em diversas esferas institucionais da Geografia, tanto no Brasil como no exterior. Tal inserção já seria em si digna de nota, mas foi potencializada pela convivência de mais de quatro décadas com Lysia Cavalcanti (a partir de 1948, Lysia Bernardes), também figura de destaque na Geografia brasileira. Não há como ignorar esse longo percurso ao se apreciar o presente documento. Apesar de datado em 1986¹, o texto em questão está embebido da profunda cultura geográfica do autor, que certamente não se fez em um dia. Por outro lado, também deixa transparecer certa reserva quanto ao movimento de renovação vivenciado à época pela Geografia, na efervescente década de 1980, que colocava em questão o legado clássico da disciplina. Ambos os registros, o conteúdo de sua trajetória intelectual e a suspeita em relação aos movimentos renovadores na disciplina, serão levados em conta nesta apresentação.

* Professor da Universidade Federal Fluminense - UFF, Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo - USP, com estágio na Universitat Autònoma de Barcelona - UAB, é membro do Conselho Científico da RBG.

¹ No final do manuscrito original datilografado, consta anotada à mão a data 19.03.1986.

Nilo ingressou nos quadros do então Conselho Nacional de Geografia - CNG, ala geográfica do IBGE, em 1944, vindo das primeiras turmas do curso de Geografia e História da PUC-Rio. Fez parte de uma geração de jovens que obtiveram no CNG estabilidade empregatícia, oportunidade de realizar pesquisas de campo por todo território brasileiro e uma formação pelas mãos de geógrafos estrangeiros chamados para introduzir no Brasil padrões profissionais compatíveis com a Ciência Geográfica moderna, praticada em seus países de origem. Entre esses consultores técnicos encontrava-se Leo Waibel, geógrafo alemão radicado nos Estados Unidos, que permaneceu no Brasil entre 1946 e 1950 e exerceu grande influência na Geografia brasileira a partir de então. De Waibel, Nilo herdou seus temas principais de pesquisa nos anos 1950 e início dos 1960, relacionados à Geografia Agrária. Nesse período, produziu trabalhos notáveis sobre a colonização europeia no Brasil (BERNARDES, 1950, 1952a, 1952b), o povoamento do Paraná e do Rio Grande do Sul (BERNARDES, 1952c, 1962 e 1963a) e aspectos gerais da agricultura brasileira, vistos em conjunto (BERNARDES, 1961).

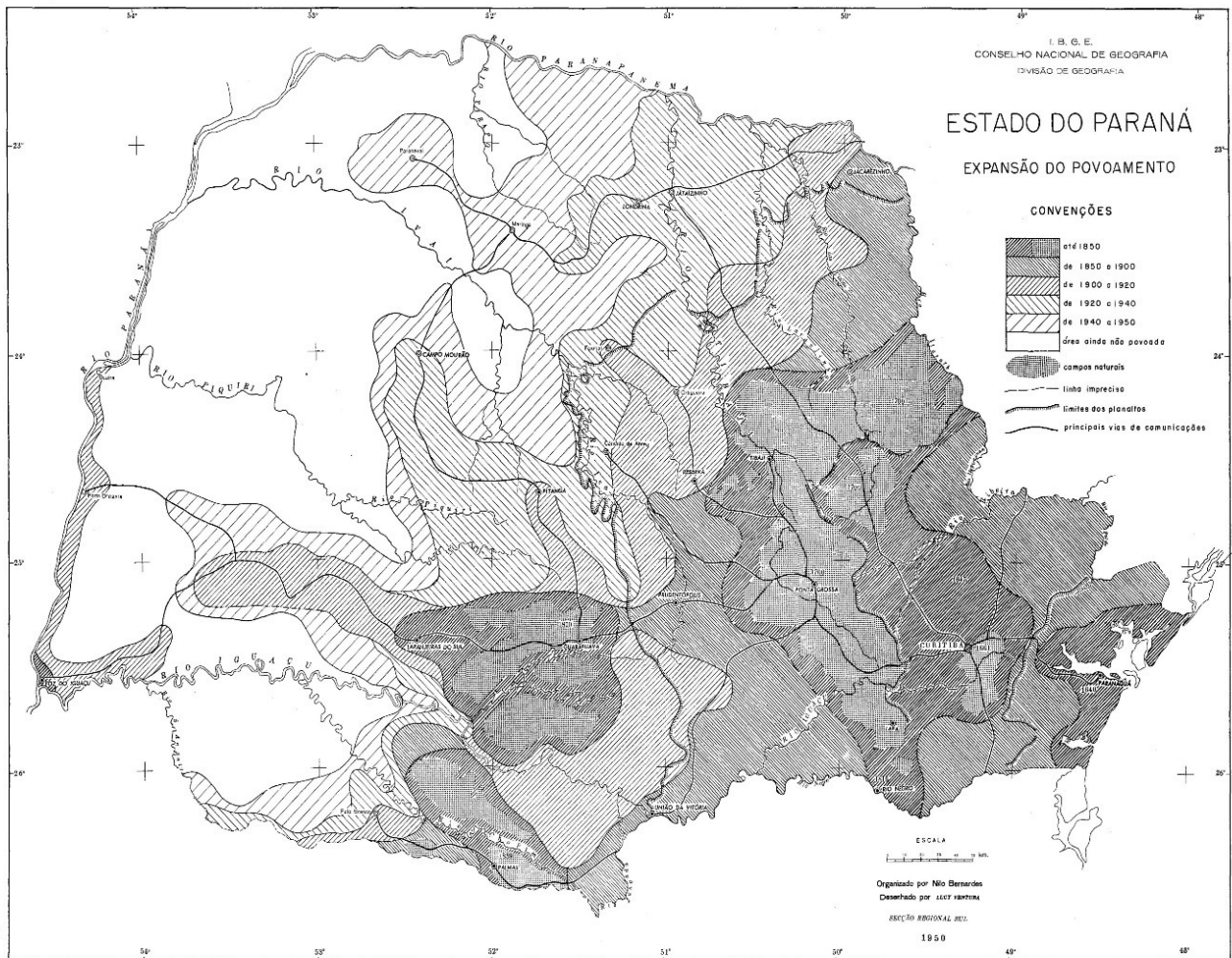
Facilmente identificável, a marca de Waibel não é absoluta nem exclusiva. Desde esse período, Nilo demonstra interesse pela literatura geográfica francesa, da qual nunca se desligaria. Daí que tenha se dedicado igualmente ao tema do hábitat rural (BERNARDES, 1963b), seguindo os passos de Albert Demangeon e Max. Sorre. Por detrás de sua Geografia Agrária, o autor esconde ainda uma extraordinária vocação para a Geografia Histórica², como é possível notar a partir de seus estudos sobre o povoamento do Paraná e do Rio Grande do Sul. Ao desenvolvê-los, faz uso de sua grande habilidade de trabalhar com mapas, tanto como fontes de consulta quanto forma de exprimir o resultado das investigações, como se observa no mapa-síntese do processo de povoamento do Paraná (Figura 1). Hável desenhista³, Nilo concebe e confecciona muitos dos mapas inseridos em seus textos, os quais apresentam traços claros e delicados, como nas Figuras 2 e 3, que mostram a distribuição da produção de banha e de carnes no Estado do Rio Grande do Sul (BERNARDES, 1951b). Ainda no aspecto iconográfico, outra marca interessante do autor é o uso de fotografias de autoria própria em seus trabalhos, como as que aparecem em artigo decorrente de excursões a áreas rurais montanhosas da Metrópole carioca (BERNARDES, 1959) e no já citado texto sobre a agricultura brasileira BERNARDES, 1961).

Ao longo da década de 1960, no CNG, ocorreria o deslocamento da ênfase nos estudos agrários para os urbano-industriais, acompanhando as transformações estruturais ocorridas na economia, na sociedade e na organização do território no Brasil. Nesse quadro, Nilo volta sua atenção para temas como o desenvolvimento regional e a regionalização, esta submetida a um intenso debate interno face ao impacto das transformações referidas e do modo de estudá-las geograficamente. Um informe de sua autoria oferece a melhor tradução desse momento em que o problema da divisão regional do Brasil entrara “em estado de franca ebulição” (BERNARDES, 1965, p. 131), motivando estudos para uma nova regionalização do País, baseada na combinação de espaços homogêneos e polarizados (ESBOÇO..., 1967). Nilo participaria de tais estudos, na equipe encarregada da redefinição dos espaços homogêneos (ALMEIDA, 2000). A época coincide com seu maior envolvimento na UGI e no IPGH, onde passa a chefiar a Comissão de Geografia. Vale observar que os estudos regionais, sob esse novo prisma, ganharam destaque em ambas as instituições. O IPGH abrigava uma Comissão de Geografia Regional e Aplicada, à qual Nilo submetera o informe citado. Já no âmbito da UGI, a Comissão de Métodos de Regionalização Econômica, existente desde 1960, foi subdividida em 1968, originando a Comissão de Aspectos Regionais do Desenvolvimento – presidida pelo geógrafo brasileiro –, com vistas a aprofundar os estudos sobre a dinâmica regional da economia nos países subdesenvolvidos.

² Registra-se aqui um agradecimento a Lia Osorio Machado por essa observação.

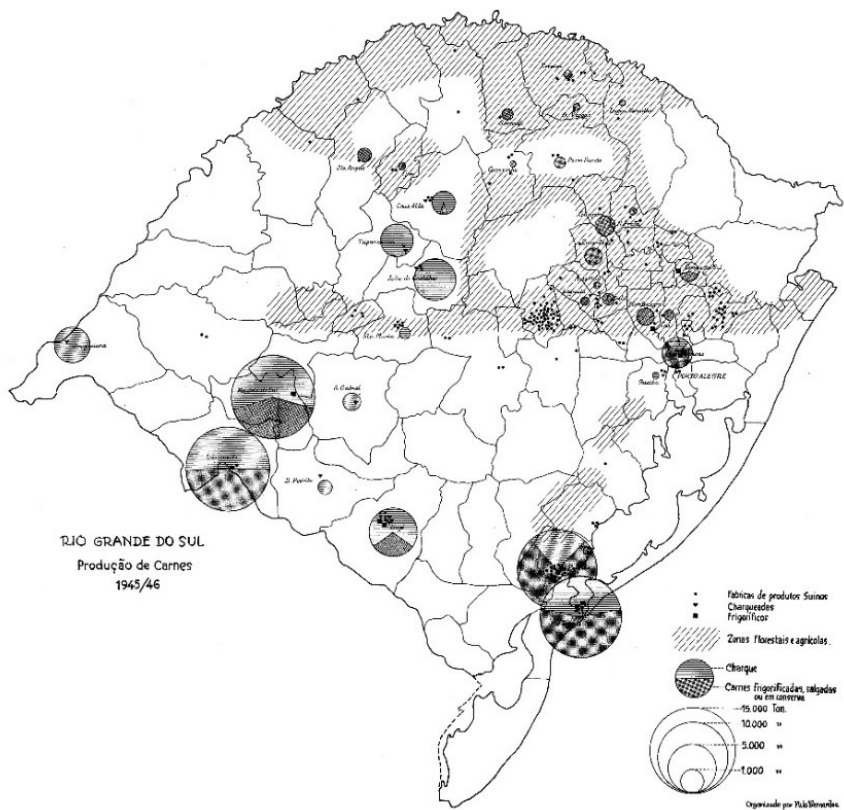
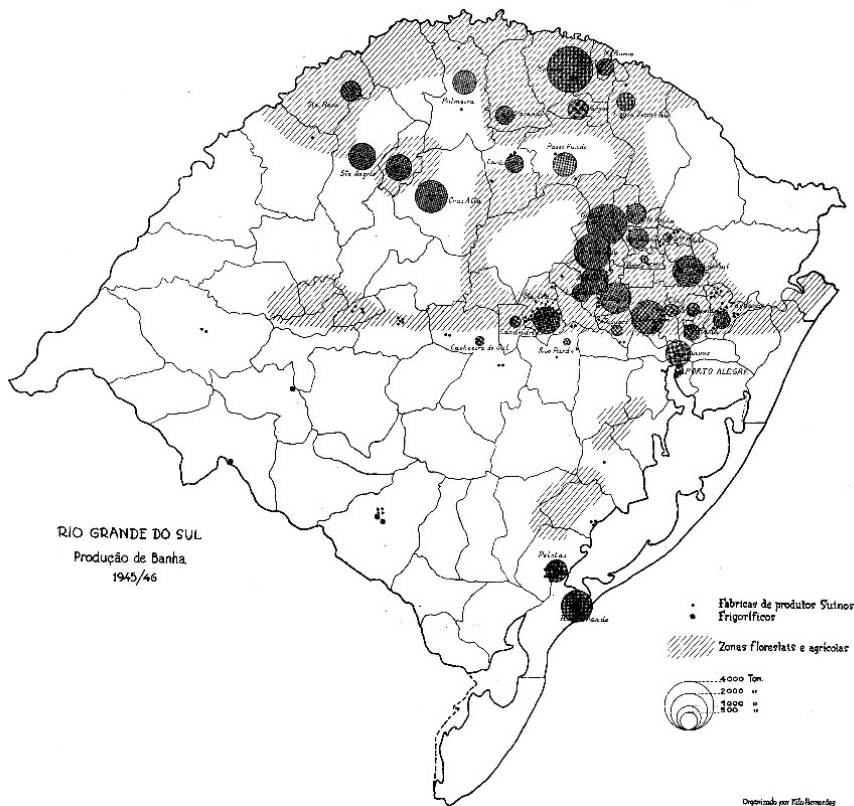
³ Segundo as filhas Vera e Angela, Nilo Bernardes, de forma voluntária, deu aulas de desenho técnico em escolas de trabalhadores, antes de se profissionalizar. Mais do que um bom traço, o geógrafo teria também habilidade para a concepção gráfica, posta em prática em projetos como o *Atlas contemporâneo* (BERNARDES; GOUROU, 1968) ou presente em formas sutis, como a assinatura estilizada “Nilo B.” em alguns mapas (BERNARDES, 1951a, p. 834).

Figura 1 - Estado do Paraná: expansão do povoamento



Fonte: BERNARDES, N. Expansão do povoamento no estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n. 4, p. 438-439, out./dez. 1952. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: jul. 2020.

Figuras 2 e 3 - Rio Grande do Sul: produção de banha e carnes (1945-1946)



Fonte: BERNARDES, N. Notas sobre a distribuição da produção de carnes e banha no Rio Grande do Sul. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 9, n. 102, p. 606-607, set. 1951. Resenha e opiniões. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=719>. Acesso em: jul. 2020.

O mapeamento das realizações de Nilo nos anos seguintes indica uma diminuição de sua presença nas publicações oficiais do IBGE, enquanto o autor começa a se dedicar a outro tipo de produção intelectual. Com nome profissional consolidado, o mercado editorial didático abriu-lhe as portas para a organização de um atlas (BERNARDES; GOUROU, 1968) e três manuais escolares (BERNARDES, 1969a, 1970b, 1971), todos publicados pela Editora Linceu, uma inovadora no campo da produção didática. Nessa mesma época, o Ministério da Educação, por meio da Fundação Nacional do Material Escolar - FENAME, encomendava obras didáticas a docentes de instituições tradicionais do ensino secundário e superior, o que renderia a Nilo a participação em uma coletânea na área de humanidades (BERNARDES, 1973). Em linha semelhante, embora voltados para um público mais amplo que o escolar, outros trabalhos do autor vierem à luz na década de 1970, com fins de divulgação do conhecimento geográfico no País e no exterior (BERNARDES, 1970a, 1979).

A produção de manuais escolares, atlas e material para enciclopédias não era incomum para os geógrafos profissionais e acadêmicos, mas não os afastava, necessariamente, de suas principais atividades. No caso de Nilo, contudo, a produção didática vem à tona justamente quando suas contribuições às revistas do IBGE são interrompidas. Tal deslocamento parece ter relação direta com o afastamento do autor – voluntário ou não – da linha de frente da produção geográfica na instituição, por razões de natureza tanto científica quanto pessoal. O final da década de 1960 marca um ponto de inflexão no cenário geográfico brasileiro – e particularmente ibgeano –, com a organização progressiva de um ambiente favorável à disseminação das técnicas quantitativas de pesquisa (LAMEGO, 2014). Ao contrário de alguns colegas, Nilo não se sentia atraído pela novidade. Suas referências mais significativas no período, como se nota em sua última contribuição ao *Boletim Geográfico* (BERNARDES, 1969b), eram Pierre George, Michel Rochefort e Jean Labasse, nomes da Escola Geográfica Francesa que aportaram inovações na Geografia Econômica e nos estudos regionais. Some-se a esse desencaixe algumas alterações no microcosmo profissional em que vivia. Em 1968, Lysia Bernardes, que exercera forte liderança na Divisão de Geografia do antigo CNG⁴, transfere-se do IBGE para o Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada - IPEA, abrindo espaço para o Geógrafo Speridião Faissol, justamente o principal mentor da “cruzada quantitativista” (LAMEGO, 2014, p. 29-31). Outra perda importante para Nilo foi a aposentadoria no mesmo ano de Fábio de Macedo Soares Guimarães, que lhe havia aberto oportunidades para ascensão profissional no IBGE e projeção no exterior, por meio de órgãos como o IPGH, do qual era vice-presidente. Tanto Nilo como Lysia Bernardes faziam parte do grupo que gravitava em torno desse personagem que, a despeito de sua importância na Instituição⁵, saía de cena naquele momento em virtude de mudanças políticas internas. Em tais condições, compreende-se que o novo ambiente institucional não configurasse para Nilo uma perspectiva atraente de investimento intelectual e pesquisa. Em contrapartida, o geógrafo encontraria fôlego para desenvolver projetos didáticos, atuar como delegado da Comissão Nacional do Brasil na UGI – que lhe renderia certa inserção no meio acadêmico britânico⁶ – e ampliar sua atividade docente, vinculando-se à Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense - UFF.

⁴ Devido a uma reforma administrativa ocorrida em 1967, por meio do Decreto-Lei n. 161, de 13.02.1967, o IBGE foi transformado de autarquia em fundação, vinculada ao então Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Em decorrência disso, o antigo CNG e seu congêneres estatístico – o CNE, transformam-se no Instituto Brasileiro de Geografia - IBG e no Instituto Brasileiro de Estatística - IBE, que juntamente com a Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, passaram a constituir os três órgãos da Fundação IBGE. Pelo mesmo decreto, a Divisão de Geografia do extinto CNG é substituída pelo Departamento de Geografia do IBG (BRASIL, 1967).

⁵ Fábio de Macedo Soares Guimarães fez parte do grupo de especialistas que daria origem ao IBGE. Desempenhou altas funções gerenciais no CNG, chefiou importantes comissões de estudo da Divisão de Geografia e foi autor de textos seminiais sobre a divisão territorial do País, entre outros temas.

⁶ Em 1973, Nilo será Professor-Visitante no Center of Latin American Studies da University of Liverpool e realizará conferências e seminários em diversas universidades britânicas. Três anos mais tarde, publicará com Bertha Becker um artigo na revista *Geoforum* (Oxford), culminância de seu trabalho na Comissão sobre Aspectos Regionais do Desenvolvimento da UGI (BECKER; BERNARDES, 1976).

Passada a onda quantitativa, outra novidade epistemológica iria apresentar-se frente ao universo seguro e bem-construído do geógrafo: a chamada Geografia Crítica, com sua orientação teórica marxista e ativismo político. Por essa época, Nilo retorna às páginas da *Revista Brasileira de Geografia* em dose dupla, escrevendo um artigo sobre o pensamento geográfico tradicional (BERNARDES, 1982b) e um texto mais breve – publicado na seção Comunicações do mesmo número – sobre a influência estrangeira na Geografia brasileira (BERNARDES, 1982a). Antes de qualquer observação acerca dos textos, chama a atenção em ambos o reconhecimento de que algo novo estava acontecendo na disciplina. No primeiro, o uso da expressão “tradicional” não é fortuito. Não se trata de uma incorporação terminológica da Nova Geografia, que se anunciava moderna e científica em oposição ao “tradicional”, mas de um qualificativo consagrado em livro de notável divulgação naqueles anos, *Geografia: pequena história crítica* (MORAES, 1981). No segundo texto, discurso de encerramento da 2ª Conferência Regional Latino-Americana da UGI (Latin American Regional Conference of IGU), realizada no Rio de Janeiro em 1982, o autor faz uma periodização da recepção de ideias estrangeiras na Geografia brasileira, reconhecendo uma “5ª fase”, correspondente ao advento da Geografia Radical, alimentada como as demais pela ação de “grupos acadêmicos do hemisfério norte” (BERNARDES, 1982a, p. 526). A atitude ante a corrente crítica é, portanto, dialógica. Para além da concordância ou discordância, Nilo interage com ela, conferindo-lhe certa legitimidade.

A Geografia Crítica no Brasil, já em seu início, ganhou expressão editorial pela publicação de obras de autores consagrados, como Milton Santos (1978b), e autores emergentes como Ruy Moreira (1981) e Antonio Carlos Robert Moraes (1981), que se projetavam como referências intelectuais do movimento. Apesar de suas diferenças, esses trabalhos apresentam em comum uma perspectiva revisionista da disciplina, questionando seu passado e presente com vistas à reconstrução de suas bases epistemológicas. Nilo, por sua vez, não via as coisas dessa maneira. Sua narrativa sobre a trajetória da Geografia não tinha outra pretensão que reconstituir o longo percurso realizado pela disciplina até sua primeira ruptura intracientífica significativa: a crise do paradigma tradicional (BERNARDES, 1982b). Era uma abordagem claramente “internalista”, centrada na evolução das ideias geográficas independente de seu contexto, supondo que isso permitiria conhecê-las melhor. Nesse sentido, o texto contrasta fortemente com a proposta de Antonio Carlos Robert Moraes (1981), interessado no papel dos fatores políticos e socioeconômicos que condicionaram as ideias geográficas. A abordagem de Moraes tem seus méritos, mas ao desenvolvê-la, o autor incorre em diversas generalizações e simplificações, explicáveis em parte pelas circunstâncias em que a obra foi publicada⁷. Seja como for, o fato é que o artigo de Nilo sobreviveu melhor ao tempo que outras tentativas de revisitar a história da disciplina, constituindo ainda hoje uma boa apresentação dos meandros da Geografia Clássica, desde as formulações originárias na Alemanha até a reorganização dos estudos regionais nos anos 1950, sua última expressão antes do advento da Nova Geografia.

O autor se apoia em Claval (1974) e James e Martin (1981) para enquadrar em termos gerais sua argumentação; mas busca também extrair o máximo da leitura dos geógrafos franceses e anglo-saxônicos clássicos a fim de reconstruir de forma detalhada o panorama da Geografia da primeira metade do Século XX. São assim detectadas as tendências ecológica e corológica que organizam de modo diferente o projeto cognitivo da disciplina; as dissidências na Escola Francesa encarnadas em Vallaux e Baulig; a variante dos estudos da paisagem surgida na Alemanha e desdobrada nos Estados Unidos; os subcampos da Geografia Histórica e Geografia Política na Grã-Bretanha; e, ainda, uma Geografia Social francesa e outra norte-americana, no segundo caso enveredando para uma concepção de espaço econômico que a colocava na porta

⁷ Quando as atenções em geral se desviavam para a Geografia a ser feita nas últimas décadas do Século XX e mais além, o autor escreveu uma dissertação de mestrado sobre o pensamento geográfico alemão no Século XIX, que depois daria origem a dois trabalhos consistentes (MORAES, 1989, 1990). Antes dessa maturação, contudo, sua *Geografia: pequena história crítica* (1981) viria a público, estimulada certamente pelo calor da hora. A obra teve papel importante na iniciação de toda uma geração na história da Geografia, mas padece da falta de uma pesquisa original e de uma visão mais complexa de seu objeto. Vista hoje, é mais um documento da Geografia Crítica do que uma contribuição para o estudo da história da disciplina, apesar de algumas passagens inspiradas.

de entrada da Nova Geografia que estava por vir. Havia, portanto, um mundo mais rico que o “positivismo” que supostamente irmanava todas as tendências da Geografia tradicional, no retrato apressado traçado na obra *Geografia: pequena história crítica* (MORAES, 1981, p. 21-31).

* * *

Nilo Bernardes chegaria ao final da década de 1980 com todo esse lastro em cultura geográfica, acumulado em quase quatro décadas de trabalho em pesquisa e docência. Antes de se aposentar no IBGE, iniciou a redação do livro aqui reproduzido, mesmo inacabado e com sinais de trechos que demandavam revisão – enfim, com todos os indícios de uma versão preliminar. *Iniciação à Geografia* não é propriamente um título singelo, mas se justifica por abranger história, fundamentos teóricos e distintas abordagens da disciplina, bem como uma parte final voltada para fontes e técnicas de pesquisa. Nota-se que o autor, atendendo às demandas da editora, buscou contemplar todos os aspectos do trabalho do geógrafo, de modo a servir de orientação a estudantes que ingressavam no ensino superior⁸. Ao seguir essa opção, tentou ir além dos manuais disponíveis ao público brasileiro, como a já citada *Geografia: pequena história crítica* e outros que existiam anteriormente, difundidos pela Editora Difel em volumes traduzidos da coleção *Que sais-je?* da Presses Universitaires de France⁹. O fato de não ter sido publicado no momento privou o público interessado do registro de um autor estudioso e dotado de grande cultura geográfica – de preferências e visão particular também, mas quem não as teria? E foram justamente outras visões que se impuseram no cenário, com a publicação de um manual introdutório de Manuel Correia de Andrade (1987) e uma pequena obra sobre os conceitos de região e organização espacial, escrita por Roberto Lobato Corrêa (1986). O objetivo desta apresentação não é reparar uma ausência, mas situar o texto em questão frente a outros contemporâneos que apresentam afinidade de propósito, em que pesem suas diferenças. Pretende-se, igualmente, entender melhor o posicionamento do autor diante do panorama geográfico em mutação, tentando perceber suas reações quanto às mudanças epistemológicas então operadas, as quais teve condição de vivenciar tanto em seus contatos internacionais como no âmbito do IBGE, um microcosmo expressivo da Geografia brasileira. Sabe-se que toda escrita se realiza dentro de um sistema social e, como tal, é por ele condicionada em termos do contexto em que é produzida, do público ao qual se destina e outras circunstâncias, trazendo marcas de tal inserção. Esse quadro será levado em conta no exame do manuscrito.

A presente obra, *Iniciação à Geografia*, possui um roteiro bastante organizado. O conteúdo está dividido em três partes gerais, subdivididas em capítulos que deveriam compor, no total, 170 laudas de extensão. A primeira parte, histórica, discorre sobre as etapas de desenvolvimento da Geografia Científica; a segunda, com maior número de capítulos, pretende tratar da natureza (ou caráter) da Geografia, suas formas de abordagem e seus conteúdos substantivos; finalmente, a terceira, mais breve que as demais, focaliza questões do exercício profissional da disciplina e suas técnicas de pesquisa. De modo a conferir objetividade ao exame do documento, obedece-se a essa divisão do esquema original do autor, com os capítulos comentados em blocos correspondentes às partes apontadas.

A primeira parte é composta por três capítulos: **O pensamento tradicional; O(s) novo(s) paradigma(s); e O desenvolvimento da Geografia no Brasil**. Considerando as narrativas existentes à época em português sobre evolução do pensamento geográfico, chama a atenção a relativa falta de novidade do texto no item sobre as fases formativa e clássica da

⁸ A esse respeito, ver o **Prefácio** a este volume, escrito por Angela Cavalcanti Bernardes.

⁹ Em sua coleção Saber atual, a Editora Difel (Difusão Europeia do Livro) traduzia livros da coleção francesa nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. A temática em Geografia era variada, com títulos de Geografia Econômica ou Regional de abrangência mundial, mas também outros de cunho metodológico, como *Os métodos da geografia*, de Pierre George (1978), original francês de 1970; e, *A análise geográfica*, de Olivier Dollfus (1973), original de 1971, obras que conheceram sucessivas edições e reimpressões nos anos 1970 e 1980.

disciplina, o que não chega a surpreender. Fossem críticas ou tradicionais, as versões sobre as origens da Geografia Científica seguiam um modelo mais ou menos padronizado: após o afloramento de certas noções filosóficas de base, dá-se sua “sistematização” por supostos fundadores da Ciência Geográfica, papel creditado a Humboldt e Ritter; ao mesmo tempo, o aumento gradativo do conhecimento do mundo devido às viagens de exploração e ao triunfo do evolucionismo nas Ciências Naturais criam as condições de possibilidade do novo campo. Assim, nesse aspecto, a narrativa de Nilo não se diferencia de outras existentes, o mesmo acontecendo no período de conformação da disciplina no ambiente acadêmico, quando se definem suas primeiras propostas científicas.

Em contrapartida, no item referente aos novos paradigmas, o panorama é muito diferente. Nilo tira proveito de sua vivência do período e seu conhecimento da história da Geografia, oferecendo uma interpretação do tema muito mais consistente e reflexiva que as outras versões produzidas naquele momento e mesmo depois (ANDRADE, 1987; CORRÊA, 1995; MORAES, 1981). No tocante ao primeiro questionamento ao pensamento tradicional, apontado geralmente como o advento da Nova Geografia e todo seu arsenal teórico-metodológico, o autor apresenta um modo original de ver a questão, que merece registro. Contra a ideia corrente de que a ruptura com a perspectiva clássica deu-se pela reação de Fred Schaefer (1953) ao “excepcionalismo” em Geografia, Nilo assinala que o texto resultou apenas em uma espécie de manifesto metodológico, sem o poder de inaugurar um novo paradigma na disciplina, representado na ideia de ciência espacial (CORRÊA, 1995, p. 20). Isso devido a duas razões: em primeiro lugar, fiel as suas referências disciplinares, o autor acreditava que o tema da organização do espaço como objeto da Geografia já havia aflorado na França do pós-guerra, em resposta aos desafios do planejamento e localização de atividades econômicas no território nacional naquela conjuntura; em segundo lugar, considerando agora os Estados Unidos, circunstâncias mais importantes do que apenas um artigo isolado teriam convergido para dar corpo ao que seria a Nova Geografia. Entre essas, podem ser mencionadas a difusão do emprego de técnicas estatísticas e a crescente predileção pelos estudos tópicos frente aos estudos de área ou regionais. É assim que especialistas em Geografia Urbana e dos Transportes como Edward Ullman teriam um papel mais relevante na consolidação da nova tendência que o icônico e efêmero Schaefer¹⁰.

Nesse quadro, o interesse da investigação geográfica se desloca para questões como localização, movimento e conexão, que permitiriam compreender as relações estabelecidas entre os lugares no espaço, ou seja, as interações espaciais. Tais preocupações não se encaixavam na concepção de Geografia como estudo da superfície da Terra, enfocando sua “humanização” – na chamada abordagem ecológica – ou “diferenciação” – na abordagem corológica. Daí se entende o esforço dessa geração de geógrafos em resgatar antigas teorias de localização da produção agrária (von Thünen), industrial (Weber) ou distribuição de bens e serviços (Christaller), bem como de se aproximar dos economistas espaciais de seu tempo, como Walter Isard (1960), pois tudo isso lhes parecia mais promissor que os princípios e métodos da Geografia Clássica. Para além da aplicabilidade, o enfoque locacional ganharia sofisticação teórica com os estudos densos de Haggett (1965) e Harvey (1969), que reivindicavam o papel da análise, dos modelos e da predição na explicação geográfica – uma revolução teórico-metodológica que mereceria o respeito de Nilo, mas não sua adesão.

“Sectarismo”, “excessos” e “exagero de posturas” são termos utilizados no manuscrito para designar atitudes profissionais identificadas com a Nova Geografia, que, no caso brasileiro e “ibgeano”, muitas vezes se resumiram ao uso rotineiro de técnicas quantitativas, sem qualquer reflexão teórica mais elaborada, como alguns autores já apontaram (ABREU, 1994;

¹⁰ Não custa lembrar que Fred Schaefer faleceu antes da publicação de seu artigo, o que não permitiu reelaborações de seu argumento nem qualquer tipo de réplica à contundente resposta que recebeu de Hartshorne (1978).

LAMEGO, 2014)¹¹. Em um trecho sintomático da presente publicação, Nilo diria que tais posturas “incomodava[m] aos que refletiam serenamente sobre os novos rumos”, afirmação que expressa o testemunho do setor da comunidade geográfica desconfiado dos méritos do novo paradigma, no qual ele certamente se encontrava.

Na sequência do item, o autor passa diretamente para o segundo impacto operado na disciplina, representado pela emergência da corrente crítica ou radical. Ele não hesitaria em caracterizar a década de 1970 como um período de turbulência no pensamento geográfico, dado o surgimento de um vetor ideológico que afetaria a produção do conhecimento geográfico em seus conteúdos e critérios de validação. A relevância social e a perspectiva sociocêntrica das investigações se imporiam sobre abordagens mais convencionais da Geografia Clássica, assim como os ideais de racionalidade que deveriam orientar a pesquisa no enfoque locacional. Nilo parece admitir que a nova tendência se debruce sobre temas sociais candentes e assumia como objeto de estudo as relações entre a sociedade e os processos espaciais, o que revelaria uma aproximação salutar entre a Geografia e as Ciências Sociais. Mas não se mostra convencido de que o marxismo seja a única alternativa metodológica para se atingir tais objetivos. Assim, identifica, em seus pares, posições distintas quanto ao uso daquele instrumental teórico, que oscilam desde a postura radical propriamente dita, que adota unilateralmente o materialismo dialético como método e a perspectiva política de transformação social, até uma outra que incorpora conceitos marxistas e critica os efeitos sociais negativos do capitalismo, mas apresenta outros pontos de vista e posicionamentos filosóficos. A distinção entre as posturas – com situações intermediárias – é pertinente porque ajuda a relativizar certas interpretações criadas em torno da Geografia Crítica no Brasil. Toda corrente de pensamento costuma construir sua própria genealogia, fazendo-o em geral de forma parcial e seletiva. Não resta dúvida que uma nova geração de geógrafos teve papel importante na consolidação do movimento, bem como figuras relevantes que estavam fora do País, como Milton Santos; no entanto, perde-se muito da compreensão do fenômeno quando não são levadas em conta vozes não dominantes, que afloram justamente em depoimentos como o trazido à luz pelo manuscrito.

No IBGE, os geógrafos se dividiam quanto ao modo de reagir à novidade. Transformações na produção intelectual de colegas como Aluizio Capdeville Duarte (1980) e Roberto Lobato Corrêa (1979, 1982), que se deslocaram da abordagem clássica ou locacional para a crítica, deram a Nilo parâmetros para apreciar o movimento em uma perspectiva diferente da difundida em fóruns representativos como os Encontros Nacionais de Geógrafos, canais de politização do debate epistemológico travado na Geografia. Outra referência importante, que pode justificar a ponderação do autor sobre os diversos matizes do pensamento crítico, vincula-se à figura de Bertha Becker, com quem Nilo compartilhou a presidência da Comissão de Aspectos Regionais do Desenvolvimento na UGI e a produção de um artigo (BECKER; BERNARDES, 1976). Embora raramente associada às posturas radicais, a geógrafa foi certamente uma das primeiras no Brasil a fazer uso de autores como David Harvey (em sua segunda fase)¹², Yves Lacoste, Alain Lipietz e Jean Lojkin em seus trabalhos acadêmicos (BECKER, 1982), o que convida a considerar caminhos de renovação do pensamento geográfico brasileiro bem mais complexos do que os sugeridos pela narrativa que a Geografia Crítica construiu sobre si mesma (MOREIRA, 1992; SILVA, 1984).

¹¹ Vale reler o comentário cristalino de Mauricio Abreu (1994, p. 50): “O que foi afinal esse movimento quantitativo no Brasil? [...] Não foi um movimento teorizador. [...] Todo esforço realizado no exterior para desenvolver uma ‘geometria do espaço’, para descobrir ‘leis espaciais’, para determinar relações entre variáveis e entre áreas num espaço teórico [...] não teve por aqui qualquer seguidor. Ao contrário, o mais comum foi a introdução da linguagem matemática em pacotes estatísticos fechados, que serviam para ‘testar’ o grau de adequação da realidade brasileira a teorias também importadas”.

¹² Após escrever a mais importante obra teórica da Nova Geografia, *Explanation in geography* (1969), o geógrafo britânico David Harvey tornou-se um dos nomes mais representativos da corrente radical anglo-saxônica. Em 1973, publicou *Social justice and the city*, uma aproximação geográfica ao pensamento marxista e, a partir daí, diversas outras obras, que se tornaram referência na disciplina.

No encerramento da primeira parte do manuscrito, há um tópico dedicado ao desenvolvimento da Geografia no Brasil até meados da década de 1970. Apesar de possuir alguns pontos de contato com interpretações anteriores (AB'SABER; CHRISTOFOLETTI, 1980; MONTEIRO, 1980; PEREIRA, 1955; PETRONE, 1979), a abordagem de Nilo apresenta diferenças de tratamento do tema que justificam um comentário. Embora faça uma breve retrospectiva sobre as contribuições geográficas acerca do Brasil e destaque o papel de “pioneiros”, como Delgado de Carvalho, o autor não está preocupado em fazer um balanço descritivo do pensamento geográfico anterior à constituição da disciplina, ao estilo de José Veríssimo da Costa Pereira (1955). Assim, o foco maior do texto recai sobre a dimensão acadêmica e profissional da Geografia no Brasil, iniciada na década de 1930 em São Paulo e no Rio de Janeiro – como era comum, aliás. Mas aqui não transparece a ênfase cumulativa dos autores referidos, com exceção de Petrone (1979). Nilo já havia publicado um texto sobre a influência estrangeira na Geografia brasileira (BERNARDES, 1982a), estrito e sistematizado como convém a uma conferência; no entanto, nessa ocasião, o relato amplia sua perspectiva sobre a constituição do campo disciplinar. Essa não resultaria apenas do apostolado dos mestres franceses, mas da diversificação das referências científicas, sobretudo com a incorporação de contribuições dos Estados Unidos, e um notável esforço autôctone de construir um conhecimento geográfico voltado efetivamente para atender aos problemas nacionais. Daí que sejam destacados aspectos negligenciados em outros trabalhos de história da Geografia à época, como o envolvimento do CNG nos estudos para localização da nova capital do Brasil (1947) e os esforços realizados para dar início ao planejamento regional como ação político-administrativa – delimitação da Amazônia Legal, diagnósticos fisiográficos e socioeconômicos na Bacia do Rio São Francisco, entre outras iniciativas.

Nilo estava vinculado ao epicentro da produção do conhecimento geográfico moderno no Brasil – a Divisão de Geografia do CNG, criada em 1948 –, à qual daria um justo crédito na memória da disciplina, cuja história era bem-recente. Mas não seria um crédito exclusivo. O avanço da pesquisa geográfica era igualmente atribuído à organização da AGB em nível nacional, após 1945¹³, e ao estabelecimento, entre meados dessa década e o início da seguinte, da Pós-Graduação no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo - USP e do Centro de Pesquisas em Geografia do Brasil, criado por Hilgard O'Reilly Sternberg na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Não se tratava, contudo, de uma marcha progressiva, sem retrocessos ou momentos de estagnação. É assim que, de forma pouco usual em estudos retrospectivos, o autor registra no presente manuscrito que, ao final desse período, a produção no âmbito do CNG “estava tendendo para certa mesmice repetitiva”. Na verdade, o relato transmite a ideia de que a criatividade científica era alimentada por fatores ou demandas especiais que projetavam a pesquisa para além de sua rotina habitual, tais como a realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia da UGI (International Geographical Congress of IGU), realizado no Rio de Janeiro em 1956 – que exigiu a organização de excursões geográficas em diversas regiões brasileiras e renovou os laços de cooperação internacional – e transformações na economia brasileira a partir da segunda metade da década de 1950, que levariam à institucionalização do planejamento regional e ao aumento dos encargos governamentais sobre os trabalhos geográficos. Nesse caso, são mencionados o Governo Kubitschek (1956-1961) e o regime instalado após 1964, mas de modo um tanto genérico, deixando pouco claro o elo entre mudanças estruturais, planejamento e Geografia. O texto é interrompido nesse ponto, quando ocorria a passagem da metodologia operacional francesa, sobretudo por Michel Rochefort, para o quantitativismo.

A segunda parte é composta por quatro capítulos: **Natureza da Geografia; A explicação geográfica; A Geografia Regional; e Os estudos sistemáticos**. Nota-se que o segmento pretende recobrir o corpo fundamental da disciplina, constituído todo ele em sua etapa clássica. Não há destaque nominal a nenhuma questão cara às Geografias Quantitativa ou Crítica, o que talvez indique sua condição acessória quanto ao repertório geográfico básico,

¹³ Criada em 1934, a AGB teve inicialmente uma atuação limitada ao eixo Rio-São Paulo.

na visão de Nilo. Por “natureza da Geografia”, entende-se o modo particular pelo qual ela constrói e desenvolve seus objetos de estudo, no sistema geral de Ciências¹⁴. O tema se desdobra nas formas de explicação utilizadas pela disciplina em sua trajetória, de acordo com as correntes de pensamento que se sucedem, não raramente de forma conflitiva. Os dois temas se complementam, podendo por isso ser tratados em sequência lógica, o que será feito nos parágrafos seguintes.

Para encaminhar sua discussão sobre a natureza, os métodos e a explicação em Geografia, Nilo apresenta primeiro um breve levantamento das abordagens geográficas, dispostas sucintamente em uma sequência temporal de ingresso temático no campo disciplinar:

- Descrição e interpretação das relações entre os grupos humanos e o ambiente;
- Estudo da diferenciação de áreas na superfície terrestre;
- Análise das formas de organização econômica do espaço; e
- Compreensão dos processos sociais em relação ao espaço em que se inserem.

As duas primeiras abordagens ganharam corpo na fase clássica da Geografia, correspondendo, respectivamente, as suas tradições ecológica e corológica. Já as seguintes ingressam na disciplina em momentos onde a visão tradicional sofre reformulações significativas ou é questionada em sua totalidade por movimentos renovadores, como aqueles encarnados na Nova Geografia e na Geografia Crítica. Com relação à terceira abordagem – análise das formas de organização econômica do espaço –, surpreende que o autor não a tenha referenciado na Geografia francesa do pós-guerra, que tanto admirava, associando-a apenas ao enfoque locacional. Fechando o quadro, a quarta abordagem corresponderia à “interpretação fundamentada nas estruturas e nos processos sociais”, entendida por Nilo e descrito no seu manuscrito, com razão, como muito recente na disciplina. Tais abordagens pertenceriam ao patrimônio científico acumulado pela Geografia e, dessa maneira, tinham seu lugar. Mas não eram vistas como “progressos” absolutos que invalidavam as visões anteriores. Não para um geógrafo zeloso das ideias que o tinham formado e das quais ele testemunhara o desdobramento.

Por esse motivo, o autor faz um questionamento à análise locacional por minimizar o papel das condições naturais na localização e circulação das atividades produtivas, o que ficaria patente na concepção de espaço como planície isotrópica, desprovida de atributos fisiográficos. Já com relação à Geografia Crítica e seu enfoque social, Nilo apresenta certa dualidade. Por um lado, ele mostra bastante empatia com a ideia do espaço ser o conceito nuclear da Ciência Geográfica e reconhece o peso cada vez maior de sua dimensão social; por outro, afirma que a orientação crítica afasta o geógrafo de uma “missão” importante que desempenhava no sistema científico: fazer a correlação entre os fatos naturais e culturais, “contribuição de que os outros especialistas necessitavam e que estão encontrando cada vez menos nos geógrafos”, segundo o manuscrito. Em vez disso, o caráter sociocêntrico das novas investigações estaria produzindo certa “desgeografização” da disciplina, expressa na desconsideração dos fatores localização (compreensão dos processos ocorridos em um dado lugar) e fisiográfico (base concreta sobre a qual incidem as ações sociais). Para fundamentar sua opinião, Nilo evoca alguns exemplos no campo da Geografia Agrária, que tanto conhecia. Assim, comenta que a expansão do capitalismo no campo – tema recorrente nos estudos críticos da época – enfrentava entraves e limitações em áreas rurais cujas condições topográficas e pedológicas eram desfavoráveis à organização da produção agrícola em moldes capitalistas. Como geógrafo de boa cepa, o autor identificava esses espaços, comparando casos de maior resistência à modernização, como a Região Serrana do Rio de Janeiro, com aqueles onde essa finalmente se efetivava, como os tabuleiros vizinhos a áreas canavieiras nordestinas.

¹⁴ Impossível deixar de notar, aqui, a influência de Hartshorne na composição e no título do capítulo. Em 1939, o autor escreveu *The nature of geography*, obra que desenvolve as ideias do geógrafo alemão Alfred Hettner acerca da especificidade metodológica da Geografia e sua posição no sistema geral de ciências, entre outras questões.

O capítulo intitulado **A explicação geográfica** é o mais difícil de comentar por seu estado incompleto. Um dos itens indicados, o método dialético, não é desenvolvido e, além disso, o capítulo tem todo aspecto de uma versão preliminar, dada a pouca clareza de algumas explicações, em desacordo com o estilo do autor. Mesmo assim, há reflexões interessantes que justificam algumas considerações. Antes de fazê-las, vale reproduzir aqui a tipologia apresentada sobre os “modos de explicação” em Geografia, a partir da qual Nilo organiza sua argumentação:

- Análise causal;
- Análise temporal;
- Análise funcional;
- Análise sistêmica; e
- Interpretação dialética.

Esses modos de explicação corresponderiam às linhas de raciocínio fundamentais estabelecidas na disciplina ao longo de sua trajetória, as duas primeiras no período clássico e as demais em épocas mais recentes. Cabe assinalar que a última modalidade, apesar de figurar na enumeração, é por vezes omitida na exposição. Há trechos onde se lê “os quatro modos de explicação”, sugerindo que Nilo a via mais como um projeto em construção do que algo efetivamente consolidado. Sintomaticamente, ela não será desenvolvida no capítulo.

A análise causal não requer muito esclarecimento, por ter sido utilizada amplamente no estudo das relações homem-meio, um dos pilares da disciplina. Já a análise temporal teve um percurso mais complexo. Trata-se da aplicação da História na interpretação geográfica, muito presente na Geografia Clássica francesa, na Geografia da paisagem alemã e norte-americana e na Geografia Física, que trabalha com a ideia de morfogênese. Essa modalidade encontrou eco igualmente em correntes da disciplina como a Nova Geografia, que recuperou estudos anteriores de difusão espacial e deu-lhes outro tratamento conceitual, como a teoria da difusão de inovações de Torsten Hägerstrand (1967). Sobre o modo de explicação funcional pouco se pode dizer devido à exiguidade do texto. Finalmente, fechando o conjunto estaria a análise sistêmica, que forneceu uma base operacional aos estudos regionais, físicos e humanos durante o período de hegemonia da Nova Geografia, além dos modelos e das técnicas quantitativas.

Um dos aspectos mais interessantes desse capítulo, paradoxalmente, é o diálogo que Nilo busca estabelecer com a Geografia Crítica, assimilada a partir de uma de suas fontes mais prestigiadas. Justo quando o manuscrito era elaborado, ocorreu a publicação de *Espaço e método* (SANTOS, 1985), obra de grande ressonância na comunidade geográfica. Ali, entre uma série de ideias novas e recicladas, uma proposição teve forte impacto nas discussões teóricas posteriores sobre o espaço: as categorias forma, função, estrutura e processo são consideradas dimensões analíticas essenciais do método geográfico. Nilo assimila a proposta, tanto é que faz frequentes referências a essa terminologia quando apresenta as análises temporal e sistêmica. Na primeira, a noção de processo é reconhecida como inerente à explicação evolucionária em Geografia. O efeito das transformações temporais no espaço seria descontínuo e desigual, tanto em escala nacional – regiões atrasadas coexistindo com regiões dinâmicas – quanto no espaço urbano, dimensão em que a exposição do autor não poderia ter influência mais explícita de Milton Santos: “as áreas de obsolescência são formas com novas funções, que refletem, na fisionomia, funções pretéritas em contraste com os bairros novos da periferia, cujas formas e funções fisionômicas exprimem formas e funções em elaboração no presente”, conforme citado no manuscrito. No caso da análise sistêmica, a correlação deixa um pouco a desejar, mas não resta dúvida quanto à tentativa de aproximação quando diz: “a aplicação do conceito de sistema na explicação geográfica [...] está muito ligada à aplicação de outros conceitos, como estrutura, processo e função”.

Aparentemente, na visão de Nilo, a relação dialética entre estrutura, processo, forma e função (SANTOS, 1985) já estaria de certa forma presente nos modos de explicação anteriores¹⁵, embora os geógrafos radicais possivelmente discordassem dessa opinião. De qualquer modo, não estava ainda bem-delineado um método dialético em Geografia ou, mesmo que houvesse alguns ensaios (OLIVEIRA, 1982), esses certamente pareciam “pouco geográficos” ao autor. Daí, então, que esse modo de explicação tenha ficado em aberto no texto, aguardando conclusão, ao mesmo tempo em que os métodos indutivo e dedutivo, próprios da Geografia Clássica e da Nova Geografia, mereceram parágrafos perfeitamente finalizados em sua caracterização.

Geografia Regional e Geografia Sistemática (ou Geral) serão temas tratados em separado nos dois capítulos seguintes, até porque antes, no tópico **Os métodos geográficos**, presente no capítulo **Natureza da Geografia**, Nilo os havia trabalhado conjuntamente, como abordagens diferentes embora complementares. O enfoque sistemático aportaria os princípios teóricos que devem guiar os estudos geográficos, enquanto o regional aplicaria tais princípios a áreas específicas da superfície terrestre por meio da síntese das correlações existentes nas mesmas. Nota-se aqui, novamente, afinidade com as proposições de Hartshorne (1978), que considerava Geografia Regional e Geografia Sistemática duas formas distintas de organizar o estudo geográfico, integradas em um projeto unificador¹⁶. Ambas teriam sua importância na disciplina e apresentariam especificidades que os capítulos correspondentes se ocupariam de esclarecer.

Com relação à Geografia Regional, vale lembrar a grande familiaridade do autor com o tema. Afinal, a maior parte de sua atividade profissional ocorreria em uma instituição encarregada da regionalização do País, onde realizou diversos estudos sobre a Região Sul e integrou equipes que identificaram os espaços homogêneos no Brasil em 1967-1968; fora desse âmbito, presidiu comissões de estudos regionais no IPGH e na UGI. Com toda essa vivência, Nilo dificilmente veria esse gênero como algo menor ou menos científico do que investigações especializadas de caráter tópico. Não por acaso, o capítulo traz como um de seus tópicos **O conceito regional** e expressa, repetidas vezes, preocupação com a “teoria regional”. Em outras palavras, a região não é vista como uma unidade espacial qualquer, previamente dada, mas um recorte construído por uma questão de pesquisa ou uma determinada orientação teórica. O capítulo se inicia com um relato sobre a evolução do conceito regional na Geografia, seguido da discussão de alguns aspectos relacionados a sua aplicação no Brasil pelas regionalizações efetuadas pelo IBGE. Chama a atenção, nessa parte, que Nilo comente a evolução das “ideias sobre região” com tão poucas referências bibliográficas, em uma forma livre que seu conhecimento autorizava, mas um pouco inadequada a um texto com pretensões de manual universitário. Ao avançar nesse curto capítulo talvez ainda aberto, o autor levanta questões interessantes sobre regionalização, entendida tanto como classificação quanto diferenciação espaciais. Aqui, sim, discute o tema à luz de literatura pertinente, como o Geógrafo francês Bernard Kayser (1967)¹⁷ e o economista argentino Alejandro Rofman (1974), buscando paralelos entre os casos brasileiro e latino-americano.

¹⁵ A suposição de Nilo convida a repensar a questão. Mais que novidades epistêmicas, forma, função, estrutura e processo seriam reelaborações habilmente organizadas por Milton Santos a partir do primeiro livro, Harvey (1969), Hägerstrand (1967) e outros autores que, muito antes, utilizaram as mesmas categorias (SAUER, 2012). A relação entre processo e forma também foi discutida teoricamente por geomorfólogos como Chorlley, primeiro em seu campo de estudo e depois mais amplamente, em parceria com Peter Haggett. Os autores dividem um importante artigo sobre o tema (HAGGETT; CHORLLEY, 1965), que consta na bibliografia de *Por uma geografia nova* (SANTOS, 1978). Segundo James Blaut (1961), o debate transcende a Geografia, posto que as categorias foram objeto de investigação filosófica sobre o espaço. Agradece-se aqui a Ivaldo Lima e Rafael Gomes por comentários e indicações que ajudaram a redação desta nota.

¹⁶ Vale observar que a obra *Perspectives on the nature of geography* (HARTSHORNE, 1959) foi traduzida e publicada pela primeira vez no Brasil pela Comissão de Geografia do IPGH, presidida por Nilo. O prefácio dessa edição é assinado por Fábio de Macedo Soares Guimarães, que estudou com Hartshorne na University of Wisconsin, Madison (1945-1947) e teve grande importância na formação profissional de Nilo.

¹⁷ O referido texto, muito influente na Geografia brasileira em dado momento, foi originalmente uma comunicação apresentada na Conferência Regional Latino-Americana da UGI, realizada em 1966 no México, provavelmente na Comissão de Estudos Regionais da qual Nilo foi participante assíduo e depois presidente. Por isso, supõe-se que o geógrafo tenha influenciado em sua tradução e publicação no *Boletim Geográfico*.

No capítulo **Os estudos sistemáticos**, Nilo faz uma demorada apreciação sobre as especializações temáticas em Geografia, destacando três subcampos da disciplina: Geografia Física, Geografia Urbana e Geografia Agrária. A primeira é trabalhada de maneira bastante breve, mas com o mérito de trazer o relato até tendências mais atualizadas da especialidade, situadas na zona de contato com outras Geociências e áreas interdisciplinares, tais como a Análise Ambiental e Ecodinâmica. O autor registra também o esforço da Geografia Física em incorporar aspectos da intervenção humana em seus estudos (a chamada antropogênese, modificações da natureza relacionadas à ação humana), conforme verificado em evento científico realizado à época¹⁸. Em seu ponto de vista, tal esforço não teria se limitado à interface de conteúdos, mas também no compartilhamento de metodologias com a Geografia Humana, como os modelos e a teoria dos sistemas, na vigência da Nova Geografia, e as já referidas categorias forma, função, estrutura e processo – reafirmando, nesse caso, sua crença de que os mesmos já se encontravam presentes na tradição geográfica antes da reunificação promovida por Milton Santos.

Ao se voltar para as Geografias Urbana e Agrária, a narrativa não caminha tanto no sentido da atualização do conhecimento, em prejuízo do texto. Na verdade, ocorre o contrário. O tom de “inventário histórico” predomina amplamente sobre contribuições contemporâneas naquelas áreas, já evidenciadas no momento da elaboração do manuscrito. A título de exemplo, no item referente à Geografia Urbana, duas páginas inteiras são dedicadas à teoria dos lugares centrais de Christaller e seus continuadores, enquanto obras que tiveram impacto na Geografia brasileira à época não recebem nenhuma menção, como as contribuições seminais de Milton Santos (1978a) e Manuel Castells (1983). O mesmo ocorre em relação à Geografia Agrária, com longas considerações sobre sistemas e tipologias agrícolas e ausência total de referência a processos em marcha, como modernização da agricultura, avanço da fronteira agrícola amazônica e consolidação do capitalismo no campo – temas que chamavam muito a atenção de estudiosos e davam origem a diversas publicações no campo das Ciências Sociais, que não eram desconhecidas de Nilo. Uma possível explicação seria sua opção de tratar apenas do “estado da arte” das Geografias Agrária e Urbana, em termos gerais, em vez de oferecer uma resenha atualizada da situação no campo e nas cidades brasileiras. Mesmo assim, a opção deixa escapar grande parte do esforço realizado em âmbito disciplinar no período, com expressão nas universidades e na própria pesquisa realizada no IBGE.

Finalmente, ao chegar à sua terceira e última parte, o manuscrito apresenta um capítulo sobre a atividade profissional em Geografia e outro sobre suas técnicas e fontes de pesquisa. Vale notar que a inclusão desses conteúdos em um manual introdutório era inédita no Brasil, com exceção talvez de *Os métodos da geografia* (GEORGE, 1978), obra que os recobria parcialmente. Por sua experiência profissional e longa inserção no IBGE, Nilo sentia-se à vontade ao abordar o tema, fazendo-o de um modo que refletia o momento vivenciado pelo País e pela Geografia. Em meados da década de 1980, final de um ciclo desenvolvimentista, acreditava-se que as oportunidades de trabalho na área tendiam à expansão, devido às demandas do planejamento territorial e ambiental (até por exigência legal) e à regulamentação da profissão de geógrafo, a partir da Lei n. 6.664, de 26.06.1979, e legislação complementar. Tal expectativa, embora não viesse a se concretizar, transparece no capítulo **A Ciência Humanística**¹⁹, **sua contribuição técnica e a profissão**, renovando uma visão otimista do autor trazida de sua própria vivência profissional. Ao contrário de atitudes reticentes comuns à época que apontavam o envolvimento da Geografia com a guerra e o poder (LACOSTE, 1988), Nilo acreditava em sua utilidade social,

¹⁸ I Simpósio de Geografia Física Aplicada, realizado na Universidade Estadual Paulista - UNESP, Rio Claro, em 1984, com seus anais publicados no *Boletim de Geografia Teórica* (1985).

¹⁹ O termo “humanística” chama a atenção. No léxico da Geografia, o termo aparece na década de 1970, nos Estados Unidos, como contraponto ao enfoque neopositivista que ganhara corpo na Nova Geografia. O termo começa a aparecer no Brasil com as traduções dos trabalhos de Yi-Fu Tuan e Anne Buttimer (CHRISTOFOLETTI, 1982). Supõe-se que Nilo o teria utilizado para destacar a cultura geral que deveria marcar a formação do geógrafo, que não seria incompatível com a utilidade profissional da Geografia.

por aportar conhecimentos frente a desafios ambientais e espaciais que deveriam ser respondidos, de preferência, por geógrafos profissionais. Para isso, esses deveriam valer-se tanto de sua *expertise* como de sua cultura geral, sendo, portanto, falsa a oposição entre especialização e a visão unitária – dita “generalista” – da disciplina.

A transformação operada nas metodologias de investigação no final do Século XX e início do Século XXI, com as geotecnologias, faz com que o último capítulo – As pesquisas em Geografia – esteja defasado em parte de seu conteúdo, notadamente o item referente às técnicas de sensoriamento remoto. Vale lembrar, contudo, que, antes da emergência dessas técnicas, a Ciência Geográfica se valia de outras, que incluíam o trabalho de campo e de gabinete, bem como o manuseio de fontes cartográficas, estatísticas e textuais. É justamente nessas modalidades que o capítulo se mostra mais interessante, sobretudo nos trechos dedicados à Cartografia temática. Nesse quesito, o autor – frequentemente um moderado – se revela incisivo: “um artigo ou outro [texto] qualquer envolvendo padrões espaciais merece ser acompanhado por um mapa, sem dúvida ainda a melhor forma de expressão do geógrafo”. E mais adiante no mesmo capítulo, diz: “parece-nos válida [...] a tese de que o geógrafo não sabendo se expressar corretamente por um mapa temático [...] não domina completamente a visão sintética do espaço, com as relações que nele estão presentes”. Não haveria melhor forma de demonstrar essa tese do que verificá-la no próprio autor. É o que se pode constatar no antológico texto sobre o povoamento do Paraná (BERNARDES, 1952c) construído basicamente a partir da análise de mapas: seriam 19 a constar na bibliografia, em contraste com menos da metade de livros. Esse notável estudo de Geografia Histórica termina com um mapa-síntese, organizado pelo autor, resultado de uma cuidadosa pesquisa iconográfica e documental. Nesses pequenos detalhes, Nilo se revelou grande autor, que deixou sua marca sutil em tudo que fez.

Ao se concluir esta Introdução, fica a certeza da importância de Nilo no cenário geográfico brasileiro na segunda metade do Século XX, personificando muitos de seus méritos e também algumas de suas limitações – posto que a Ciência é um ato coletivo e nenhum autor está isolado de sua comunidade científica e das vicissitudes de sua área de conhecimento. Qual a medida para se avaliar uma trajetória intelectual? Coerência, seriedade e qualidade na execução de trabalhos parecem uma medida correta, quesitos que Nilo tinha de sobra, aos quais ele acrescentaria outros: moderação, meticulosidade, cultura e vocação genuína para o estudo. Em um campo de pesquisa propenso ao empirismo, preocupou-se com a metodologia e questões conceituais; em um momento em que outros buscavam caminhos fáceis ou sedutores, manteve-se fiel a seus princípios, sem fazer concessão a modismos. Tudo isso indica qualidades que estão acima do plano meramente intelectual.

Cabe dizer que o presente manuscrito não deve ser tomado como um documento definitivo das ideias geográficas de Nilo Bernardes, nem um testamento intelectual, sentido que talvez o autor tenha pretendido lhe dar. Mas traz a marca indelével desse notável personagem da Geografia brasileira e revela muito de suas atitudes – por vezes até inconscientes – quanto à trajetória da disciplina que abraçou e ajudou a desenvolver no Brasil. É nessa dimensão subjacente que o texto deve ser lido, com atenção para os detalhes e as entrelinhas, além das apreciações gerais. Estas, aliás, sempre serão discutíveis, como convém ao bom debate acadêmico, o qual, no caso da história da Geografia brasileira, está apenas se iniciando. Felizmente, a matéria-prima substancial oferecida nesse manuscrito se presta muito bem a tal incursão.

Agradecimentos

A Angela Cavalcanti Bernardes, Breno Viotto, Cloves Dottori, Haidine Duarte, Helion Póvoa Neto, João Rua, Lia Osorio Machado, Maria Lúcia Vilarinhos, Rafael Gomes, Regina Cherian e Rosalina Costa por agradáveis conversas mantidas durante a elaboração deste texto e leitura de sua versão preliminar.

Referências

- AB'SABER, A. N.; CHRISTOFOLETTI, A. Geociências. In: FERRI, M. G.; MOTOYAMA, S. (coord.). *História das ciências no Brasil*. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária - EPU: Edusp, 1980. v. 2, p. 117-238.
- ABREU, M. de A. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação: contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 56, n. 1-4, p. 21-122, jan./dez. 1994. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: jul. 2020.
- ALMEIDA, R. S. de. *A geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998*. 2000. 712 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66453.pdf>. Acesso em: jul. 2020.
- ANDRADE, M. C. de. *Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo: Atlas, 1987. 143 p.
- BECKER, B. K. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Prefácio de Orlando Valverde. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 233 p. (A Terra e o homem).
- BECKER, B. K.; BERNARDES, N. Considerations on regional development and the spatial location of economic activities in the developing countries. *Geoforum*, Oxford: Pergamon Press, v. 7, n. 3, p. 223-232, 1976.
- BERNARDES, N. Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul [pt. 1]. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 20, n. 171, p. 587-620, nov./dez. 1962. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=719>. Acesso em: jul. 2020.
- BERNARDES, N. Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul [pt. 2]. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, n. 172, p. 3-29, jan./fev. 1963a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=719>. Acesso em: jul. 2020.
- BERNARDES, N. Le Brésil. In: DELAMARRE, M. J. B.; DEFFONTAINES, P.; JOURNAUX, A. (coord.). *Géographie régionale 2 : Océan Indien, Monde Pacifique, Afrique, Continent Américain*. Paris: Gallimard, 1979. (Encyclopédie de la Pléiade, 44). p. 1684-1759.
- BERNARDES, N. Características gerais da agricultura brasileira em meados do século XX. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 23, n. 2, p. 363-420, abr./jun. 1961. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: jul. 2020.
- BERNARDES, N. A colonização europeia no sul do Brasil. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 10, n. 106, p. 89-102, jan./fev. 1952a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=719>. Acesso em: jul. 2020.
- BERNARDES, N. A colonização europeia no sul do Brasil. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 10, n. 109, p. 442-448, jul./ago. 1952b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=719>. Acesso em: jul. 2020.
- BERNARDES, N. A colonização no município de Santa Rosa, estado do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 12, n. 3, p. 383-392, jul./set. 1950. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: jul. 2020.

BERNARDES, N. Expansão do povoamento no estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n. 4, p. 427-456, out./dez. 1952c. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: jul. 2020.

BERNARDES, N. Fisionomia da Terra. In: CESAR, G. (org.). *Minas Gerais: terra e povo*. Porto Alegre: Globo, 1970a. cap. 1. (Terra e povo).

BERNARDES, N. *Geografia 1: a terra, morada do homem*. Rio de Janeiro: Ed. Liceu, 1969a. 251 p. (Curso Liceu de geografia, 1).

BERNARDES, N. *Geografia 2: as regiões brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. Liceu, 1970b. 228 p. (Curso Liceu de geografia, 2).

BERNARDES, N. *Geografia 3: o mundo habitado*. Rio de Janeiro: Ed. Liceu, 1971. 318 p. (Curso Liceu de geografia, 3). Adaptado da obra de J. Mathieux e outros.

BERNARDES, N. Geografia e desenvolvimento. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 28, n. 211, p. 107-112, jul./ago. 1969b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=719>. Acesso em: jul. 2020.

BERNARDES, N. A geografia regional no Brasil. *Revista Geográfica*, México, DF: Instituto Pan-Americano de Geografia e História - IPGH, v. 35, n. 63, p. 131-137, 2. sem. 1965.

BERNARDES, N. A influência estrangeira no desenvolvimento da geografia no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 44, n. 3, p. 519-527, jul./set., 1982a. Comunicações. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: jul. 2020.

BERNARDES, N. Notas para o estudo do clima de Nova Friburgo. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 9, n. 104, p. 831-837, nov. 1951a. Resenha e opiniões. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=719>. Acesso em: jul. 2020.

BERNARDES, N. Notas sobre a distribuição da produção de carnes e banha no Rio Grande do Sul. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 9, n. 102, p. 605-609, set. 1951b. Resenha e opiniões. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=719>. Acesso em: jul. 2020.

BERNARDES, N. Notas sobre a ocupação humana da montanha no Distrito Federal. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, n. 3, p. 363-388, jul./set. 1959. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: jul. 2020.

BERNARDES, N. O pensamento geográfico tradicional. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 44, n. 3, p. 391-413, jul./set. 1982b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: jul. 2020.

BERNARDES, N. O problema do estudo do habitat rural no Brasil. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 22, n. 176, p. 529-544, set./out. 1963b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=719>. Acesso em: jul. 2020.

BERNARDES, N. O quadro natural: o meio e a ocupação do território. In: HISTÓRIA da cultura brasileira. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura: Fundação Nacional do Material Escolar - Fename, 1973. v. 1, cap. 1.

BERNARDES, N.; GOUROU, P. *Atlas contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed. Liceu, 1968. 1 atlas (56 p.).

BLAUT, J. M. Space and process. *The Professional Geographer*, Washington, DC: Association of American Geographers - AAG, v. 13, n. 4, p. 1-7, July 1961.

BRASIL. Decreto-Lei n. 161, de 13 de fevereiro de 1967. Autoriza o Poder Executivo a instituir a "Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística" e dá outras providências. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*: seção 1, Brasília, DF, ano 105, n. 30, p. 1785-1787, 14 fev. 1967. Retificado no Diário, 22 fev. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De10161.htm. Acesso em: jul. 2020.

BRASIL. Lei n. 6.664, de 26 de junho de 1979. Disciplina a profissão de geógrafo e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*: seção 1, Brasília, DF, ano 117, p. 9017, 27 jun. 1979. Retificado no Diário, 28 jun. 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6664.htm. Acesso em: jul. 2020.

BOLETIM DE GEOGRAFIA TEORÉTICA. Rio Claro, SP: Associação de Geografia Teorética - Ageteo, v. 15, n. 29-30, p. 1-475, 1985.

CASTELLS, M. *A questão urbana*. Tradução de Arlene Caetano. Ed. rev., acompanhada de um posfácio (1975). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 506 p. (Pensamento crítico, v. 48). Título original: La question urbaine.

CHRISTOFOLETTI, A. (org.). *Perspectivas da geografia*. São Paulo: Difel, 1982. 318 p.

CLAVAL, P. *Evolución de la geografía humana*. Tradução: Alexandre Ferrer. Barcelona: Oikos-tau, 1974. 240 p. (Ciencias geográficas, v. 4). Título original: Essai sur l'évolution de la géographie humaine.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-47. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_saude_publica/aulas%202014/2-Geografia%20-%20Conceitos%20e%20Temas.pdf. Acesso em: jul. 2020.

CORRÊA, R. L. Processos espaciais e a cidade. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 41, n. 3, p. 100-110, jul./set. 1979. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: jul. 2020.

CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986. 93 p. (Princípios, 53).

CORRÊA, R. L. Repensando a teoria das localidades centrais. In: SANTOS, M. (org.). *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 50-65. (Geografia: teoria e realidade, 9).

DOLLFUS, O. *L'analyse géographique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1971. (Que sais-je?, 1456). 128 p.

DOLLFUS, O. *A análise geográfica*. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Difel, 1973. 130 p. (Saber atual, 159). Título original: L'analyse géographique.

DUARTE, A. C. Regionalização: considerações metodológicas. *Boletim de Geografia Teorética*, Rio Claro, SP: Associação de Geografia Teorética - Ageteo, v. 10, n. 20, p. 5-32, 1980.

ESBOÇO preliminar da divisão do Brasil em espaços homogêneos e espaços polarizados. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. 3 v. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=213895>. Acesso em: jul. 2020.

GEORGE, P. *Les méthodes de la géographie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1970. 128 p. (Que sais-je?, 1398).

GEORGE, P. *Os métodos da geografia*. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. Rio de Janeiro: Difel, 1978. 119 p. (Saber atual, 151). Título original: Les méthodes de la géographie.

HÄGERSTRAND, T. *Innovation diffusion as a spatial process*. Postscript and translation by Allan Pred. Chicago: University of Chicago Press, 1967. 334 p. Título original: Innovationsförloppet ur kologisk synpunkt.

- HAGGETT, P. *Locational analysis in human geography*. London: E. Arnold, 1965. 339 p.
- HAGGETT, P.; CHORLEY, R. J. Frontier movements and the geographical tradition. In: CHORLEY, R. J.; HAGGETT, P. (ed.). *Frontiers in geographical teaching*. London: Methuen, 1965. (Madingley lectures for 1963). p. 358-378.
- HARTSHORNE, R. *The nature of geography: a critical survey of current thought in the light of the past*. Washington, DC: Association of American Geographers - AAG; Lancaster: The Science Press, 1939. 482 p. Reedição do artigo publicado em: *Annals of the Association of American Geographers*, v. 29, n. 3-4, p. 171-658, 1939. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=coo.31924014016905&view=1up&seq=5>. Acesso em: jul. 2020.
- HARTSHORNE, R. *Perspective on the nature of geography*. Chicago: R. McNally; Washington, DC: Association of American Geographers - AAG, 1959. 201 p. (Association of American Geographers. Monograph series). Disponível em: [https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.\\$b620919&view=1up&seq=7](https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.$b620919&view=1up&seq=7). Acesso em: jun. 2020.
- HARTSHORNE, R. *Propósitos e natureza da geografia*. Tradução de Thomaz Newlands Neto, supervisão de Fábio M. S. Guimarães e L. M. C. Bernardes. 2. ed. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1978. 203 p. (Geografia: teoria e realidade). Título original: *Perspective on the nature of geography*.
- HARTSHORNE, R. *Questões sobre a natureza da geografia*. Tradução de Thomaz Newlands Neto; prefácio de Fábio de Macedo Soares Guimarães. Rio de Janeiro: Instituto Pan-Americano de Geografia e História, 1969. 260 p. (Textos básicos, 4). Título original: *Perspective on the nature of geography*.
- HARVEY, D. *Explanation in geography*. London: E. Arnold, 1969. 521 p.
- HARVEY, D. *Social justice and the city*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973. 336 p.
- ISARD, W. *Methods of regional analysis: an introduction to regional science*. Cambridge: MIT Press; New York: Wiley, 1960. 784 p. (Regional science studies). Disponível em: <http://www.economia.unam.mx/cedrus/descargas/Methodsofregionalanalysis.pdf>. Acesso em: jul. 2020.
- JAMES, P. E.; MARTIN, G. J. *All possible worlds: a history of geographical ideas*. Maps and ill. by Eileen W. James. 2nd ed. New York: Wiley, 1981. 508 p.
- KAYSER, B. As divisões do espaço geográfico nos países subdesenvolvidos. Tradução de Maria Conceição Vicente de Carvalho. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 26, n. 197, p.13-20, mar./abr. 1967. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=719&view=detalhes>. Acesso em: maio 2020.
- LACOSTE, Y. *A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Tradução: Maria Cecília França. Campinas: Papirus, 1988. 263 p. Título original: *La géographie, ça sert, d'abord, a faire la guerre*.
- LAMEGO, M. O IBGE e a geografia quantitativa brasileira: construindo um objeto imaginário. *Terra Brasilis (Nova Série)*, São Paulo: Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, n. 3, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/terrabilis.1015>. Acesso em: jul. 2020.
- MONTEIRO, C. A. de F. *A geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências*. São Paulo: Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo - USP, Instituto de Geografia, 1980. 155 p. (Igeop-USP. Teses e monografias, n. 37).
- MORAES, A. C. R. *A gênese da geografia moderna*. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1989. 206 p. (Geografia: teoria e realidade, 16).
- MORAES, A. C. R. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1981. 138 p. (Geografia: teoria e realidade. Linha de frente).

MORAES, A. C. R. (org.). *Ratzel: geografia*. São Paulo: Ática, 1990. 199 p. (Grandes cientistas sociais, 59). Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%C1FICO%202017/2-Ratzel%20-%20Cole%E7_o%20Grandes%20Cientistas%20Sociais.pdf. Acesso em: jul. 2020.

MOREIRA, R. Assim se passaram dez anos: a renovação da geografia no Brasil: 1978-1988. *Caderno Prudentino de Geografia*, Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, Seção Presidente Prudente, v. 1, n. 14, p. 5-39, 1992. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7213>. Acesso em: jul. 2020.

MOREIRA, R. *O que é geografia*. São Paulo: Brasiliense, 1981. 113 p. (Primeiros passos, 48).

OLIVEIRA, A. U. de. Espaço e tempo: compreensão materialista dialética. In: SANTOS, M. (org.). *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 66-110. (Geografia: teoria e realidade, 9).

PEREIRA, J. V. da C. A geografia no Brasil. In: AZEVEDO, F. de (org.) *As ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1955. v. 1, p. 315-412. (Cultura e ciência).

PETRONE, P. Geografia Humana. In: FERRI, M. G.; MOTOYAMA, S. (coord.). *História das ciências no Brasil*. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária - EPU: Edusp, 1979. v. 2, p. 303-331.

ROFMAN, A. B. *Dependencia, estructura de poder y formación regional en America Latina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1974. 264 p.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. Tradução de: Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978a. 345 p. (Ciências sociais). Título original: *L'espace partage: les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-developpés*.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985. 88 p. (Espaços).

SANTOS, M. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1978b. 236 p. (Geografia: teoria e realidade).

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). *Geografia Cultural: uma antologia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. v. 1, p. 182-217.

SCHAEFER, F. K. Exceptionalism in geography: a methodological examination. *Annals of the American Association of Geographers*, Washington, DC: AAG, v. 43, n. 3, p. 226-249, Sept. 1953. Disponível em: http://www.appstate.edu/~perrylib/Courses/5000/Readings/Schaefer_1953.pdf. Acesso em: jul. 2020.

SILVA, A. C. da. A renovação geográfica no Brasil: 1976-1983: as geografias crítica e radical em uma perspectiva teórica. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, Seção São Paulo, n. 60, p. 73-140, 1984. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1004>. Acesso em: jul. 2020.

Notas sobre a presente edição

O material original – manuscrito e datilografado da obra *Iniciação à Geografia*, de Nilo Bernardes – foi revisto, revisado e comentado. Dentre as modificações efetuadas, destaca-se que a ortografia foi padronizada à luz do Novo Acordo Ortográfico, e as citações e referências dispostas em conformidade com a forma de apresentação recomendada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. O leitor também encontrará ajustes de apresentação decorrentes da passagem dos originais datilografados para o formato de texto digital, bem como eventuais acréscimos ou supressões quando identificada tal necessidade. Os comentários nas notas de rodapé são de responsabilidade dos editores da obra, sob responsabilidade da Coordenação de Geografia do IBGE, e visaram contextualizar os trabalhos realizados por Nilo com a produção do Instituto. Por se tratar de um manuscrito inacabado, o leitor irá se deparar com lacunas e trechos sem desfecho, fato destacado sempre que considerado relevante para o entendimento da obra.

Fac-símiles do manuscrito original datilografado,
contendo a estrutura da obra.

INICIAÇÃO À GEOGRAFIA

Publicado
em 19.3.86

Nº
Lau

1 1/2 a 2

40

4

18

18

35

- . Apresentação (características e finalidades do texto)
- . Introdução geral
- questionamentos sobre a natureza da geografia como ciência

Ia. Parte - Etapas do pensamento geográfico científico

- . Introdução parcial
- tendências científicas da geografia em sua evolução a partir do século dezenove.

1. O pensamento clássico (ou tradicional)

- a fase formativa e a fase clássica, (1870 aos anos 1950); problemas e conceitos fundamentais.
- a "superfície terrestre" como objeto, a abordagem ecológica (relações homem-meio) como método, os dualismos (dicotomias) como problemas, o estudo da diferenciação de áreas como proposta. A questão do determinismo e do possibilismo na passagem da fase formativa para a fase "clássica".

2. O(s) novo(s) paradigma(s)

- o tema do excepcionalismo em geografia e a crise dos anos 1950; O espaço econômico como objeto, a abordagem locacional como método, a dimensão tempo como problema, a ênfase na teoria como proposta as atividades econômicas como proposta. Novos temas e novas técnicas (análises quantitativas); a "nova geografia".
- o pensamento radical e a "proposição de uma "geografia nova"; o espaço social como objeto, o espaço como instância social.

IIa. Parte - O caráter da geografia

. Introdução parcial

- proposições sobre a natureza da geografia e os objetivos da interpretação geográfica

1. Sobre o(s) objeto(s) de estudo

- retomada das distintas modalidades de abordagem e exame das possibilidades de sua convivência (ecológica, locacional ou econômica e social);
- de uma proposta "homocêntrica" clássica a uma proposta "sociocêntrica" atual; a natureza, o homem e a sociedade; do território à região e ao espaço produzido.

2. A natureza da geografia como ciência

- a questão clássica: ciência de método ou ciência de síntese.
- pontos de vista tradicionais e tendências atuais;
(posição da geografia entre as ciências e proeminência da geografia humana).

53
(3) IIIa. Parte - O conteúdo substantivo

15-
(3) . Introdução parcial

- a questão da especialização dos campos de geografia e seu diferencial no processo de renovação.

1. Os estudos regionais

- os dados de base: a população e os recursos do território;
- a região como objeto de estudo; teoria das regiões.
- o papel da circulação: a distância como fato geográfico e a interação dos lugares no espaço.

do
2. Os estudos sistemáticos

- os ramos da divisão clássica da geografia e os campos de especialidades atuais;
- caráter dos estudos sistemáticos puros (metodológicos) e dos estudos substantivos (sistemáticos-regionais);
- exame de conteúdos. (a nível mundial).

15-
3. Temas de estudo

- a tendência crescente do comprometimento social da pesquisa geográfica;
- a produção recente no Brasil: temas preferidos, temas negligenciados;
- temas inabordados (?)

30

IVa. Parte. O exercício da geografia

. Introdução parcial

2)

- a geografia como ciência, como técnica e como campo de pesquisa; retomada do tema da unidade do campo disciplinar.

10

1. A formação do geógrafo

- a formação universitária: currículos e tendências atuais na especialização; ~~xxx~~ possibilidades no egresso da Universidade
- a necessidade de uma erudição geográfica e de uma erudição geral para o bom ^o êxito acadêmico e profissional
- papel das instituições geográficas no desenvolvimento da profissão (IBGE, universidades, etc.)

8

2. Os instrumentos da pesquisa

10

3. A aplicação da geografia

- a geografia como profissão e como simples aplicação de abordagens peculiares;
- o geógrafo como professor, como pesquisador científico e como profissional técnico; casos exemplificativos.
- ~~as técnicas de pesquisa~~, a visão geográfica dos problemas e sua utilização prática.
- oportunidades profissionais.

Nº de laudas

i - 5
 I - 40
 II - 30
 III - 50
 IV - 30

e - 5
 b } 10
 g } 10
 Total 17

5

. Conclusão geral

- perspectivas no desenvolvimento da geografia brasileira;
- comprometimento irreversível das pesquisas com as grandes questões nacionais de cunho social.

. Orientação bibliográfica

. Glossário

. Índice

Introdução à Geografia

Nilo Bernardes

I.1 O pensamento tradicional

É correntemente aceito que os dois grandes fundadores da chamada “Geografia moderna” foram os dois cientistas alemães que viveram na mesma época na cidade de Berlim: Alexander von Humboldt (1769-1859) e Carl Ritter (1779-1859). Isto se deve ao fato de que eles produziram extensas sínteses geográficas a partir de material de observação própria, além das informações de outros exploradores, nas quais empregaram princípios, conceitos e métodos que a ciência em geral já havia desenvolvido. A preocupação com “princípios”, regras do método científico, foi uma das inestimáveis contribuições de Humboldt e Ritter e ela veio marcar a fase formativa da nova ciência. Um deles, o da causalidade, – o entendimento da causa dos fatos – constitui a base da explicação científica e sua introdução nas sínteses geográficas pôs fim ao período da Geografia caracterizada pela produção de informações meramente descritivas.

Outro princípio decorreu do conceito de *Zusammenhang*, o conceito de que os fatos se apresentavam em um contexto, interligadamente: era o princípio da conexão. Dele se valeriam todos os que se bateram pela unidade do campo geográfico, objetivando estudar uma totalidade englobando os fatos de Geografia Física e de Geografia Humana. Em época mais recente, dele derivou, por sua vez, a proposta de um conceito de combinação geográfica (CHOLLEY, 1942, p. 56). Conhecido também como princípio da correlação, ele corresponde ao sentido estatístico do termo, que é repetidamente empregado na atualidade. Importante também para o progresso da jovem ciência foi o princípio da generalização (ou princípio da Geografia Geral), empregado sobretudo por Ritter, e nele viriam estar embutidos dois conceitos coincidentes que procuravam marcar o caráter científico da observação geográfica: a comparação e a analogia. Desde os fundadores procurava-se então chegar a leis que permitissem conhecer a regularidade dos fatos e, por via de consequências, das combinações geográficas.

A principal obra de Humboldt é o livro *Kosmos*, um trabalho de caráter monumental, de extraordinário valor científico, sobretudo para a época em que foi produzido e publicado (1845-1962), o qual, como não poderia deixar de ser, alcançou um invulgar sucesso. A enorme erudição de Humboldt fez dele o último dos grandes sábios universais, capaz de abarcar o conhecimento de todos os campos da ciência então conhecidos. Contudo, ele não tinha uma posição acadêmica e não deixou seguidores. Não formou o que poderia ser considerado uma “escola”, coisa que apenas viria a ocorrer no final do século XIX com outros mestres europeus.

O fato de que Ritter tenha ocupado uma cátedra, onde fez da Geografia uma ciência e do seu ensino uma arte que encantava aos discípulos, não significa que ele tenha dado origem à definitiva institucionalização universitária da Geografia. Assim, não obstante o fato de que alguns de seus discípulos como Oscar Peschel (1826-1875) e Elisée Reclus (1830-1905) tenham depois apresentado uma significativa produção em que repensaram ideias do grande mestre e apresentaram novas propostas metodológicas, ocorre uma espécie de hiato no desenvolvimento da Geografia entre a morte dos dois fundadores e o aparecimento de uma geração de mestres europeus no último quartel do século, sobretudo. Por essa época Reclus, levando adiante uma ideia muito cara a Ritter, publicou a sua *Nouvelle géographie universelle*, em 19 volumes (Paris, 1875-1894), a qual foi considerada a última obra em que um sábio apresentou, individualmente, todo o conhecimento disponível sobre a Terra como morada do homem (JAMES; MARTIN, 1981, p. 147).

É oportuno abrirmos um largo parêntesis para lembrar o fato de que os dois mestres em questão, por um lado, contaram com alguns notáveis precursores no esforço de

conferir o caráter científico à Geografia, e por outro lado se beneficiaram enormemente dos resultados da era dos descobrimentos e sobretudo das grandes explorações científicas que passaram a se realizar na passagem da Idade Moderna para a Idade Contemporânea.

O desenvolvimento gradativo do conhecimento do Mundo no período anterior ao século XIX costuma ser analisado em quatro fases de maior significado: Em primeiro lugar a contribuição clássica dos gregos e romanos que culmina com Erastóstenes de Cirene (II século A.C.). Ele não apenas realizou a primeira medida do globo terrestre como também cunhou a palavra “geografia”, identificando com ela o estudo da Terra como morada do homem. Por este motivo ele poderia ser considerado o pai da Geografia.

A seguir, considera-se a contribuição dos árabes ao tempo da Europa Medieval, inclusive preservando a contribuição greco-romana, como é o caso da célebre obra do romano Claudio Ptolomeu – O Almagesto que eles traduziram e divulgaram.

Com a Idade Moderna e a era dos grandes descobrimentos, desencadeou-se o gosto dos europeus pelas explorações das novas terras e a curiosidade pelo conhecimento da totalidade do globo terrestre, resultando em extraordinários avanços da Cartografia.

Em consequência direta destas explorações realizadas sobretudo por navegadores e conquistadores, e em razão do conhecimento acumulado por eles, uma quarta fase pode ser identificada com as viagens científicas e o progresso das Ciências Naturais e da Geodésia no século XVIII. Nesta fase, era evidente o interesse altamente científico de muitas explorações, como por exemplo, as viagens de James Cook (1728-1779) pelas ilhas do Pacífico e outras terras remotas.

O desenvolvimento da Geodésia, da Cartografia e das Ciências Naturais e Físicas no século XVIII tem muito a ver com o nascimento da Geografia moderna. A revisão de teorias fantasiosas sobre os fenômenos terrestres, tais como origem do relevo, natureza da atmosfera e dos sistemas de ventos, origem dos oceanos e das terras emersas, foram contrariadas por outras de base mais racional, ainda que muitas destas mesmas tenham sido depois completamente abandonadas.

Particularmente importante para as ciências, especialmente as da natureza, será o desenvolvimento dos métodos classificatórios que atingem seu ponto culminante com a classificação hierarquizada do reino vegetal introduzida por C. Linneus (1707-1778). Com Linneus se desenvolverá a taxionomia. De certo modo foi ele o primeiro a proporcionar uma maneira de ver a natureza ordenadamente. A aplicação do método classificatório permite, em última análise, uma descrição com base científica e outras ciências mais cedo ou mais tarde procuram estabelecer classificações dos indivíduos ou dos fatos que lhe dizem respeito. Mesmo em Geografia, foi este um procedimento bastante perseguido. Em Geografia Física, não houve maiores problemas a respeito, mas em Geografia Humana a validade de uma classificação dos fatos (BRUNHES, 1910) foi relativa e, por isso mesmo as tentativas foram transitórias. Novas e estimulantes ideias quanto às relações entre os seres vivos e seus ambientes e o processo de adaptação são introduzidos por J. Lamarck (1744-1829). Mas é também neste século que ressurgem as ideias clássicas sobre as influências determinísticas do meio sobre os homens, assunto a que voltaremos mais adiante.

Dentre os precursores da Geografia moderna merecem realce dois nomes entre outros motivos por estarem de certo modo vinculados a algumas questões metodológicas que subsistiram até recentemente.

Uma grande influência na época teve Varenius (Bernhard Varenius, 1622-1650), alemão vivendo em Amsterdã. Sua *Geographia generalis* (1650) foi largamente utilizada e alcançou repercussão nos meios científicos de então. Ele foi o primeiro a fugir dos manuais ou tratados com descrições repetitivas. Seu objetivo era a superfície da Terra, com seu clima, seu relevo, suas águas, suas plantas, seus habitantes. Ele foi o primeiro a insistir em uma **Geografia Geral** que procurava leis universais, e uma Geografia especial em que se estudasse as características dos lugares. Como veremos esta dualidade tornou-se questão candente. O aparecimento de Varenius foi demasiado precoce em relação ao momento da origem da Geografia moderna e sua influência praticamente se desfez.

Kant (Immanuel Kant, 1724-1804), filósofo alemão muito citado na história do pensamento geográfico, chegou a sempre lecionar Geografia Física na Universidade de Königsberg. Pode ser considerado de fundamental importância no desenvolvimento posterior do pensamento geográfico por ter sido ele o introdutor do conceito corológico (estudo dos fatos segundo os lugares ou áreas de ocorrência) em contraposição ao conceito cronológico (estudo dos fatos segundo o tempo ou épocas de ocorrência). Isto porque no sistema científico por ele concebido (James, 1981: III) haveria duas maneiras de classificar as coisas e os fatos para fins de seu estudo: a classificação lógica (segundo a similitude) e a classificação física (segundo o tempo – História – e segundo a área – Geografia – de ocorrência). Por outro lado, daí decorre a proposta kantiana para uma questão fundamental qual seja a posição da Geografia e da História entre as ciências ditas sistemáticas, as que se ocupariam dos fatos segundo as respectivas categorias lógicas. Voltaremos posteriormente a estas questões relativas ao pensamento de Kant, dada a grande influência que passaram a ter nos fundamentos da ciência geográfica, alemã sobretudo, na segunda metade do século XIX em diante.

Já que foi mencionado o fato de que Kant lecionou Geografia Física convém explicitar que, em seu entender, este termo compreende o estudo tanto dos diferentes aspectos da superfície da Terra decorrentes dos processos naturais, como também os diferentes aspectos resultantes da ação do homem, a começar pela distribuição das raças, etc. O crescente desenvolvimento das Ciências Naturais (a “história natural” como vieram a ser tradicionalmente conhecidas) afetou profundamente o desenvolvimento da Geografia não apenas antes de Humboldt e Ritter mas, sobretudo, depois deles. Ora, o estudo das raças e das comunidades humanas – base da Etnografia Física e da Etnografia Cultural – era parte das Ciências Naturais e isto viria contribuir de forma espontânea para o desenvolvimento do enfoque nas relações entre o homem e o meio natural em que vivia.

As grandes explorações no século XIX, mesmo quando levadas a efeito por leigos, tinham como objetivos ampliar o conhecimento científico da superfície da Terra ou oferecerem substanciais resultados nesse sentido. É necessário lembrar que os centros dos grandes continentes ainda eram mal conhecidos em meados do século passado¹. A África negra, por exemplo, embora tenha tido seu litoral explorado e ocupado pelos europeus desde o advento da Idade Moderna, somente veio a ter seu interior devassado, estudado e partilhado pelos europeus na segunda metade do século em questão. É fato que a partir de então, as grandes explorações continentais e os grandes cruzeiros marítimos vieram contribuir substancialmente não apenas para o enorme conhecimento geográfico da face do globo terrestre, mas também para o próprio robustecimento do caráter científico desse conhecimento. Na maioria dos casos, tais explorações e cruzeiros eram estimulados quando não patrocinados pelas sociedades geográficas que foram sendo fundadas ao longo do século passado. A primeira delas, e protótipo para a criação das demais, foi a *Royal Geographical Society* (fundada em 1830), originada de uma associação que, curiosa e significativamente se intitulava “Associação para Promover a Descoberta das Partes Interiores da África”, que se formara em Londres em 1788. O fato é que, no início do último quartel do século, já existiam cerca de vinte e oito sociedades geográficas na Europa, além de algumas poucas nas Américas² (JAMES; MARTIN, 1981, p. 161).

É evidente que a ação dessas sociedades europeias estava muito comprometidas “Associação para Promover a Descoberta das Partes Interiores da África” com a grande empresa colonialista a que se atiraram as potências de então e os resultados científicos assim obtidos favoreceram diretamente a ação política e militar de tais potências. O principal alvo dessa ação, como não podia deixar de ser, foi a África, graças a seu devassamento tardio.

¹ **Comentário do editor:** O autor refere-se ao Século XIX.

² Nota do autor: No Brasil, a instituição pioneira nesse sentido foi o Instituto Histórico e Geográfico, fundado em 1838.

Concomitantemente, é nesse mesmo período (último quartel do século XIX) que ocorre um outro fato, este sim, de definitiva importância para a consolidação da Geografia como ciência: a gradativa implantação de cátedras universitárias nos países do hemisfério norte. A primeira delas (1874) pelo governo da Prússia, logo seguida por outras disseminadas pela Alemanha recém unificada. Oportunamente seja lembrado que a implantação da Geografia moderna no Brasil somente foi possível e somente se realizou também com a criação das primeiras cátedras de ensino superior, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Com a Geografia universitária, começaram a se formar as chamadas “escolas nacionais” no hemisfério norte e se instaurou uma nova fase na evolução do pensamento geográfico, uma fase de grande esplendor para a Geografia moderna.

Antes de prosseguirmos importa assinalar que, nessa altura, outros elementos viriam contribuir para o fortalecimento e a diversificação da Geografia tanto do ponto de vista filosófico como metodológico. Por um lado, ocorriam grandes progressos nas demais ciências que durante muito tempo foram, impropriamente, designadas pelos geógrafos como “ciências auxiliares”. A Geologia, por exemplo, e, sobretudo a Climatologia e a Biologia faziam grandes progressos no final do século XIX. Contudo, foi particularmente estimulante o desenvolvimento das Ciências Sociais, mormente com o aparecimento da Sociologia e das escolas de pensamento sociológico, concomitantemente à fase de afirmação da Geografia moderna. Para as técnicas de pesquisa geográfica foi de inestimável valor o desenvolvimento da Cartografia geral e temática. A Europa, os Estados Unidos e mesmo a Índia começaram a ser cobertos por cartas em média e grande escala com notável precisão topográfica e com riqueza de informações, tais como a natureza geológica do solo. Não menos importante é o fato de que os primeiros serviços de estatísticas regulares começaram a ser organizados em muitos países, permitindo melhor base e segurança à generalização. O fato a ser retido, nesta altura, é o de que a Geografia que assumira foros científicos por influência das ciências físicas e da natureza, passa a desenvolver mais e melhor o conhecimento dos aspectos culturais na superfície do globo e começa a definir seu campo disciplinar face às ciências da sociedade. Há um dado a mais, afetando o próprio paradigma das ciências da época: entra em cena o darwinismo, após a publicação de *A origem das espécies (On the origin of species by means of natural selection, 1859)* por Charles Darwin (1602-1882). Reforça-se, então, o caráter ambientalista da Geografia de modo que durante muito tempo será privilegiada abordagem pelo estudo das relações homem-meio. Esta circunstância trouxe para o foco das discussões científicas uma questão doutrinária bem mais antiga que a própria Geografia como ciência. Trata-se da célebre questão do determinismo geográfico, cujo debate marcaria muito o início das primeiras escolas nacionais do pensamento geográfico no hemisfério norte. Sobre isso voltaremos mais adiante.

Com a afirmação acadêmica da Geografia e, como foi assinalado, a formação das primeiras “escolas nacionais”, alguns mestres se destacaram logo de início, pelo papel doutrinário que tiveram, pelas propostas e método científico e pelos conceitos básicos e objetivos que procuravam conferir à então jovem ciência. A primeira grande figura exponencial alemã, após Humboldt e Ritter, foi Ferdinand von Richtoffen (1833-1905), ao lado do qual se coloca, posteriormente, Friedrich Ratzel (1844-1904). Mas foi na França, com Paul Vidal de La Blache (1845-1918) que se cristalizou um intenso movimento intelectual que veio dar à Geografia uma feição metodológica original e fazer dela um campo verdadeiramente profissional. No Brasil, por exemplo, a implantação, difusão e consolidação da moderna Geografia se processou durante um quarto de século, a partir de 1934, por influência direta, de início, e por inspiração indireta, depois, dos postulados da escola francesa de tradição vidaliana.

Costuma-se dizer que o sucesso das propostas científicas de La Blache e de seu grupo inicial de discípulos e colegas decorreu da maneira como foi superada a questão do determinismo geográfico, oferecendo alternativas válidas para base de interpretação das relações homem-meio. Não cabe, aqui, pormenorizar os aspectos principais desta questão, que aliás

já está completamente superada, pelo menos para os geógrafos. Se estamos nos detendo nela, ainda que de forma sumária, é porque há dois aspectos em causa. Primeiro porque no processo de superação científica da doutrina do determinismo há toda uma vertente filosófica, conceitual e metodológica que poderia ser tomada como característica de um paradigma geográfico. Em segundo lugar porque até hoje reina uma certa perplexidade, insegurança mesmo, por parte de alguns cientistas sociais quanto ao papel que se deve emprestar às influências dos elementos naturais do meio sobre a ação humana.

A aceitação de um determinismo ambiental como modo mais simples e mais correto de interpretar o resultado da ação humana em uma área ou região é quase tão antiga como as primeiras preocupações a respeito dessas relações, ainda mesmo na Antiguidade Clássica. O resultado era sempre, acreditava-se, uma submissão completa do homem aos elementos do quadro natural. Com o advento do cristianismo, sobretudo ao longo da Idade Média, a questão foi minimizada: se era verdade que o homem fora criado à imagem e semelhança de Deus e recebeu Dele a missão de reinar sobre os animais e a natureza em geral, não era admissível que ele ficasse subordinado, passivamente, às condições do meio em que vivia. A partir do século XVII, na era dos enciclopedistas³, renasceu com grande força a ideia do determinismo. No século XIX, o primado desta doutrina era inquestionável sobretudo da parte de um grande número de historiadores e sociólogos, a par de um expressivo número de geógrafos.

É aqui, então, que se coloca o papel de Ratzel, um dos fundadores da Geografia Humana ou a antropogeografia, como ele chamou em sua mais famosa obra, *Anthropogeographie* (1882-1891). É necessário ter-se em conta que o progresso das ciências biológicas trouxe, por seu lado, novos estímulos às reflexões sobre as influências do meio. A ênfase no papel do meio levou Ernest Haeckel (1834-1919), um entusiasta acerca do evolucionismo, a cunhar o termo ecologia, dando assim origem a uma nova ciência⁴.

Não obstante a preocupação quase obsessiva de Ratzel com as influências do meio físico sobre o homem e até mesmo algumas verdadeiras epígrafes encontráveis em sua obra (“o solo rege com uma brutalidade cega o destino dos homens”), muitos de seus exegetas posteriores sustentam que ele não formulou um determinismo estreito tal como grassou na obra dos seus seguidores. Alegam eles, entre outras coisas, que Ratzel reconheceu e deu importância ao nível cultural e ao momento histórico na interpretação geográfica. Assim é que o ápice da doutrina do determinismo ambiental em Geografia se encontra na obra de Ellen Semple (1863-1932), uma discípula de Ratzel⁵.

A figura central da reação ao determinismo que fazia sucesso em toda parte⁶ foi Vidal de La Blache, o criador da *géographie humaine*. A argumentação contra o ambientalismo (determinismo) e a explanação dos postulados de uma nova alternativa de interpretação foram magistralmente compendiados na famosa obra de Lucien Febvre (1878-1956), *La terre et l'évolution humaine* (1922), escrita para ser uma introdução geográfica à coleção de história *L'évolution de l'humanité*. É justamente a partir desta obra que foi cunhado o termo “possibilismo”, em contraposição ao determinismo.

O ponto central da controvérsia, podemos dizer, é a diferença a se fazer entre fator e condição geográfica. Os elementos naturais não podem ser considerados fatores, porquanto

³ Nota do autor: Dentre eles, destacamos Charles Secondadt de Montesquieu (1689-1755), com sua obra *De l'esprit des lois* (1748) ao sustentar que o próprio caráter das leis decorria da influência do meio por ser ele que ditava as formas de organização dos grupos humanos e as atividades dos homens.

⁴ Nota do autor: A propósito, deve ser lembrado que Haeckel foi professor de Ratzel e que, portanto, deve ter exercido sobre ele as primeiras influências. Também deve ser observado que Ratzel, que por sua vez influenciaria a evolução da Geografia Humana, da Geografia política e, até, o nascimento da geopolítica, iniciou-se pelas Ciências Naturais, como era habitual entre os geógrafos até então.

⁵ Nota do autor: O principal livro de Semple foi *Influences of geographical environment* (Influências do meio geográfico), publicado em 1911, quando alternativas não determinísticas para a interpretação geográfica já estavam sendo aceitas e difundidas.

⁶ Nota do autor: Uma interpretação corrente atribui aos geógrafos alemães do século XIX, como um todo, posições de determinismo extremado (seguramente por causa da escola de Ratzel) minimizando o papel desta doutrina em outras comunidades científicas nacionais. Isto na verdade, não corresponde aos fatos. Porquanto houve ferrenhos deterministas franceses antes de Vidal de La Blache, como houve geógrafos alemães despreocupados a esse respeito.

não são eles que “produzem” os resultados da ação humana e, muito menos, as raças e a sociedade. Eles são apenas condições do processo de evolução da humanidade que, ao longo da história, pesam ora mais ora menos, pautando o desenrolar de forças, sobretudo as de ordem econômica, estas sim originadas da ação humana. No próprio século XIX já era patente que, ao longo da história, o mesmo ambiente, na mesma região geográfica, o contingenciamento tivera significados distintos, as economias e as sociedades se sucediam de formas distintas.

Em outro lugar já tivemos a oportunidade de resumir a doutrina do possibilismo em seus postulados como se segue (BERNARDES, 1982).

Nas relações entre o homem e o meio, o homem não é um mero elemento passivo. Ele é, sobretudo, o agente e sua ação é tanto mais preponderante quanto mais avançado é seu grau de cultura e mais desenvolvidas forem as técnicas de que é portador. Embora as condições naturais oferecidas sejam tão extremamente severas que o grupo humano delas não se desembaraça inteiramente, os elementos do meio não são os fatores aos quais a evolução das sociedades se submete inteiramente: dentre as condições oferecidas pelo meio, o homem procura se beneficiar daquelas que apresentam maiores possibilidades para sua sobrevivência e para o seu desenvolvimento cultural. É fundamental observar-se que a noção de “meio geográfico”, tal como é comumente referido não deve ser identificada e nem, muito menos, ser sinônimo de “meio natural”, pois que a humanidade desde seus estágios mais primitivos tem transformado a superfície da Terra: deste modo, quanto mais avançado é o processo histórico, mais importante são os elementos culturais que compõem o ambiente em que vive a sociedade. Daí o papel das chamadas condições históricas, assumindo significado peculiar na interpretação geográfica das relações homem meio. Para entender melhor o processo e refutar de vez o determinismo ambiental em tais relações, Vidal de La Blache e seus discípulos buscavam o exemplo de comunidades tradicionais (e até mesmo primitivas) e criaram a noção de “gênero de vida”, incorporada ao método geográfico então nascente.

Como se percebe, não se trata de negar a influência do meio que pode ser, muitas vezes, poderosa, mas sim de enfatizar o papel do homem como agente geográfico, produzindo uma resultante ambiental na interação entre a natureza e cultura⁷.

Como já foi dito, a controvérsia determinismo-possibilismo é uma questão há muito tempo superada entre os geógrafos, não obstante certas formas revisionadas, como a do determinismo climático, que ainda resistiram até há algum tempo. Algo de positivo resultou desta controvérsia. De certo modo ela contribuiu para acelerar o desenvolvimento de métodos e pontos de vista mais adequados à Geografia, porquanto havia o desafio de dialogar e argumentar com outras disciplinas e havia o desafio de conferir métodos realmente científicos (em termos de então) à explicação geográfica. Dentre outros aspectos, ele contribuiu também para reforçar a unidade do campo da Geografia, ameaçada pela atração dicotômica resultante do desenvolvimento das Ciências Naturais e das Ciências Sociais em grande efervescência na passagem do século XIX para o século XX. Paul Claval (1969, p. 38) entre outros autores, aponta-nos para este fato.

Com efeito, uma controvérsia que parece ter substituído a da questão doutrinária acima, foi a da unidade do campo da Geografia. O problema da unidade como outros que, a seguir serão comentados, constituem os chamados “dualismos”, os quais parecem ser inerentes à própria natureza da Geografia como ciência, dado que até hoje alguns deles não estão cabalmente superados.

A questão crucial, pode-se dizer da unidade disciplinar compreende, em primeiro lugar, a dicotomia (expressão que parece no caso, ser a melhor) entre o campo de estudo dos elementos do quadro natural, a Geografia Física e o campo de estudo dos fatos concernentes ao homem, propriamente, às suas atividades e suas formas de organização em todos planos de análise, ou seja, a Geografia Humana. Em segundo lugar, ela compreende a questão da

⁷ Nota do autor: Fábio M. S. Guimarães (1906-1979) costumava repetir em suas aulas uma frase simples que sintetizava bem o pensamento possibilista: “a natureza dá as cartas, o homem faz o jogo”. Vale dizer que um bom jogador pode superar os azares da sorte e vice-versa.

abordagem, segundo se estudam os fatos de forma sistemática, buscando os princípios gerais que regem suas manifestações, objetivo da Geografia Geral, ou segundo se procura compreender a forma como eles se combinam para caracterizar um lugar ou uma parte da superfície terrestre o que seria, então, objetivo da Geografia Regional. Veremos, oportunamente, que estes dualismos se desdobram em outros.

Assim é que, destes dois problemas, decorrem dois outros que marcaram bastante as discussões de filosofia e de método na fase clássica do pensamento tradicional e que em determinadas circunstâncias acendem os debates ainda hoje em dia. Referimo-nos ao objeto de estudo de Geografia e a consequente posição da mesma entre as demais ciências.

Examinemos estes quatro pontos, tendo em conta que tudo gira em torno do objeto de estudo, o qual seria o definidor da natureza do campo científico. Por sua vez, as propostas para definição do objeto de estudo teriam como resultado a caracterização das escolas de pensamento geográfico, especialmente na fase tradicional de que estamos tratando. Ora, embutida nesta questão, na verdade, estava a questão magna – a definição do que poderia ser considerado o fato geográfico, uma preocupação constante para as duas correntes principais, tanto a alemã como a francesa.

Richtoffen propôs que se abandonasse a preocupação da Geografia clássica que partia de ideia do estudo da Terra como planeta e que a nova ciência se cingisse ao estudo dos fatos que ocorrem na superfície terrestre. Longe de ser uma mera expressão geométrica a superfície terrestre por ele conceituada compreendia o inter-relacionamento da litosfera, da atmosfera, da hidrosfera e da biosfera, aí se incluindo a ação humana. A maioria das definições propostas, então, para a ciência geográfica, pressupunham o valor metodológico deste conceito⁸. Cedo, porém, se deu conta de que qualquer fato a ser estudado nesta superfície era domínio claro de uma das ciências já constituídas, ou daquelas que estavam em processo de formação paralelamente à Geografia, como era o caso da Sociologia. Por outro lado, desde Humboldt e Ritter, se procurava conferir à Geografia o objetivo de compreender, não os fatos isoladamente, mas os resultados das interações – das conexões – entre os mesmos. Ainda na década de 1940, André Cholley (1886-1968) propunha definir-se um determinado fato pelo seu atributo geográfico, decorrente de seu “contato com os outros fatos do meio ou da combinação (*sic*) de que ele faz parte” (CHOLLEY, 1942, p. 25, tradução nossa). Ele cita o exemplo do vento que é, em si, um fenômeno físico estudado pela Física, mas quando se trata de um determinado vento considerados os fatos resultantes de seu contato com a superfície dos mares e dos continentes, ele é um fato geográfico, parte de uma combinação geográfica (a monção, por exemplo).

Da conexão (ou interação) dos fatos na superfície terrestre decorreu a noção de meio (*milieu*) uma noção fundamental para a Geografia francesa tradicional, tal como a de ambiente (*environment*) foi para a Geografia anglo-saxônica. Para Vidal de La Blache a unidade do domínio da Geografia decorreria da própria unidade terrestre, do organismo terrestre, seu objeto.

O eixo da explanação geográfica seria, então, procurar entender as relações entre o homem e o seu meio, entre os elementos naturais e os fatos culturais, dentro da ótica possibilista. Analisar cada ordem de fatos isoladamente seria necessário para a caracterização geográfica de um lugar, de uma área, constituindo uma etapa descritiva, quando muito de explicações apenas parciais, sempre admitindo-se a interdependência dos fatos na superfície terrestre. Sobretudo, a compreensão da combinação culturais não poderia ser alcançada, do ponto de vista geográfico, sem o entendimento do papel das características naturais e, acres-

⁸ Nota do autor: Uma dessas definições, entre muitas, foi a de Emmanuel de Martonne (1940, p. 24, tradução nossa): “A Geografia moderna objetiva a **repartição na superfície do globo dos fenômenos físicos, biológicos e humanos, as causas desta repartição e as relações locais destes fenômenos**”. Implicitamente, estudar as causas da repartição corresponderia à Geografia Geral, enquanto que a ênfase na descrição e explicação das relações locais definiria o propósito da Geografia Regional (relação homem-meio).

centaríamos, do processo histórico que presidisse essas interações. Isto é o que podemos hoje em dia designar como a abordagem ecológica da Geografia.

Talvez seja conveniente adiantar agora que para o entendimento dessas interações homem-meio, diversos objetos de estudo – melhor dito, diversas formas de abordagem (“ecológica”), foram sendo propostas, correspondendo cada uma delas a uma tentativa de definir a Geografia: estudo da paisagem, estudo da distribuição dos fenômenos na superfície terrestre, das combinações geográficas, da diferenciação de áreas e assim por diante.

A ideia de que a Geografia fosse uma ciência com domínio próprio, por outro lado, não constituiu ponto pacífico, tanto em sua fase de afirmação metodológica, como posteriormente. Aqueles que admitiam a identidade da Geografia como uma ciência com domínio próprio e não duvidavam da unidade de seu campo disciplinar, tais como os geógrafos fiéis à escola vidaliana, estavam em última análise defendendo o caráter da Geografia como uma ciência de síntese, com uma posição peculiar entre as demais ciências. Ela seria uma espécie de “ponte”, (ou uma encruzilhada) entre as ciências da natureza e as ciências do homem, dado que se interessava fundamental e precipuamente pelas relações entre os fatos de uma e de outra ordem. Ainda na década de 1940, Henri Baulig (1877-1962) questionava esta posição. Aceitando a proposta vidaliana de que a base da explicação geográfica era a conexão dos fatos, ele dizia que a Geografia era, antes de mais nada, um método, um modo de considerar os fenômenos, as coisas, os seres, em suas relações com a Terra. E mais, admitia a pluralidade do campo geográfico (BAULIG, 1948)⁹.

A questão da unidade estava, e está, muito ligada, como não poderia deixar de ser, à da posição interdisciplinar da Geografia. Camille Vallaux (1870-1945) produziu um livro que fez sucesso em outras épocas pelas questões metodológicas que colocava, não obstante ser um tanto obscuro e nada fácil de ser entendido quanto ao valor de certas proposições: trata-se de *Les sciences géographiques* (1925, e uma nova edição de 1929). O título mesmo professa a pluralidade de campos de estudo. No que diz respeito à natureza da Geografia Humana e da Geografia Física, consideradas partes de uma mesma ciência pelos vidalianos, ele foi muito claro: a primeira “faz parte das Ciências Sociais”, enquanto que a segunda “faz parte das Ciências Naturais” (VALLAUX, 1929, p. 4, tradução nossa). E mais: “A Geografia Física e a Geografia Humana divergem necessariamente em seus procedimentos descritivos [...]” (VALLAUX, 1929, p. 175, tradução nossa).

Sob a forte influência de um contemporâneo de Vidal de La Blache, Alfred Hettner (1859-1941), a Geografia alemã, desde a virada do século, evoluiu sob diretrizes diferentes. Hettner foi um incansável e fecundo trabalhador no sentido do desenvolvimento metodológico da Geografia. O maior divulgador das suas ideias em língua inglesa, e daí para as demais línguas, foi o norte americano Richard Hartshorne, cuja obra principal é o clássico da metodologia geográfica *The nature of geography: a critical survey of current thought in the light of the past* (A natureza da geografia, um levantamento crítico do pensamento atual à luz do passado), publicado em 1939¹⁰. Na verdade, foi Hettner, e não Ratzel o responsável pela concepção de um corpo doutrinário que veio caracterizar fortemente a Geografia alemã na primeira metade do século XX, tal como Vidal de La Blache fora da França.

O pensamento de Hettner quanto à natureza da Geografia divergia de La Blache, em suas bases filosóficas. Em primeiro lugar, ele desprezou a qualificação da Geografia como uma “ponte” entre as demais ciências, e tomava como básico o conceito corológico. Deste conceito decorreram outros aspectos da natureza da ciência, tal como a ênfase no método,

⁹ **Comentário do editor:** No manuscrito original a referência estava incompleta, sendo atribuído pelo contexto da citação à obra: BAULIG, H. La géographie est-elle une science ? *Annales de Géographie*, Paris: A. Colin, v. 57, n. 305, p. 1-11, janv./mars 1948. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1948_num_57_305_12120. Acesso em: maio 2020.

¹⁰ Nota do autor: A obra-fonte de Hettner é *Die Geographie: ihre Geschichte, ihr Wesen und ihre Methoden* (A geografia, sua história, sua natureza e seu métodos), publicada em 1927.

a ponto de se generalizar uma corrente que preferia vê-la como uma ciência de método não tendo um domínio próprio. Pelo conceito em causa, a Geografia se colocaria, como a História, (baseada no conceito cronológico) em uma posição peculiar, por renunciarem, ambas, aos fatos singulares que eram, na verdade, objeto de cada uma das ciências ditas sistemáticas. Esta concepção das ciências em três “eixos” de desenvolvimento – o sistemático, o corológico e o cronológico – constituiu-se em “tradição” filosófica na Geografia alemã a partir de Kant que, em seu sistema dispôs assim a classificação dos campos científicos. O conceito corológico veio a ser retomado por Richtoffen mas somente seria consagrado por Hettner que fez dele a base de suas propostas metodológicas.

Do conceito em causa decorreu, como se percebe, a negação da Geografia como uma ciência sistemática que objetivasse o estudo das “relações” homem-meio e as relações entre os fatos de domínios diferentes¹¹.

Em vez das relações, a abordagem geográfica passou, nesta ordem de ideias, a privilegiar o estudo da diferenciação de áreas na superfície da Terra. Uma consequência importante dessa atitude foi a ênfase que se passou a dar ao enfoque regional, em detrimento da Geografia Sistemática. Torna-se necessário deixar claro que, pela concepção kantiana, a Geografia, como a História, seria uma ciência integradora dos dados das ciências sistemáticas, mas destas se distinguindo em função dos pontos de vistas peculiares de cada uma. Entre estas duas haveria muitos pontos de analogia, como, por exemplo, as noções de “região” e “período”.

Através da obra de Hartshorne, o pensamento de Hettner penetrou fundamentamente em setores da Geografia universitária norte-americana, fato importante a se ter em conta, como veremos.

Resumindo, pode-se dizer que o conceito corológico resultou em alguns postulados básicos com respeito à natureza da Geografia. Primeiro, ela caracterizaria como uma ciência de método, como vimos. Segundo, sendo definida por seu método e não por fatos próprios, ela teria uma posição excepcional (é necessário reter bem este ponto) entre as ciências. Terceiro, não reclamando nenhum fato próprio, ela estuda todos os fenômenos que integradamente caracterizam determinada área. Os dois primeiros pontos estarão em debate mais adiante. Vejamos alguns frutos do terceiro. Dele decorreram algumas formas especiais de abordagem na pesquisa geográfica, após a difusão das ideias de Hettner.

Uma corrente significativa do pensamento geográfico alimentado nessas ideias está de certo modo ligada a uma confusão semântica própria a língua alemã. A palavra *landschaft*, em alemão, tanto significa uma área, um distrito, uma pequena região (*pays*, em francês), como também significa paisagem (*landscape*, em inglês). Otto Schlüter (1872-1952), geógrafo alemão de renome, propôs em 1906 uma concepção da Geografia como uma *landschaftskunde* (ciência da paisagem), recomendando que se olhasse para as coisas na superfície terrestre que pudessem ser apreendidas pelos sentidos e se apreendesse a totalidade destas percepções, totalidade essa que corresponderia à paisagem, assim conceituada. Importa notar que ele não se afastava do objetivo geográfico da diferenciação de áreas da superfície terrestre, concordando, assim, com Hettner (JAMES; MARTIN, 1981, p. 176-179). Mas ao propor a paisagem como objeto de investigação, parece-nos que ele se pôs a meio caminho entre o conceito corológico e o conceito de relação. Ora, na mesma época os geógrafos alemães se dedicavam ao estudo de áreas cada vez menores (*landschaft*); cada área seria um todo homogêneo, identificável pelas características visíveis e invisíveis, refletidas na paisagem (*landschaft* também). Na “paisagem geográfica”, estão compreendidos os elementos da paisagem natural, da paisagem cultural, da paisagem econômica e assim por diante, conforme a ênfase da abordagem de estudo. O conceito em causa tornou-se

¹¹ Nota do autor: Tradicionalmente a Geografia era representada, em um diagrama, como círculos seccionando outros círculos em sua periferia, dando como resultado áreas de recobrimento que corresponderiam aos subcampos dos ramos da Geografia Sistemática: assim no encontro com a Geologia, estaria a Geomorfologia, com Economia a Geografia Econômica, e assim por diante. É bem diferente do diagrama que corresponde ao sistema kantiano, onde os campos científicos se arrumam ao longo de três eixos, na forma acima citada.

muito difundido e uma base do método de pesquisa de campo, válido ainda hoje em certas circunstâncias e para determinadas finalidades.

Leo Heinrich Waibel (1888-1951), um dos fundadores da Geografia Agrária, fez da descrição e interpretação da paisagem agrária a base da sua técnica de trabalho de campo.

A noção de *paysage*, indicando a fisionomia de um *pays* (pequena região) foi também largamente empregada na Geografia francesa, sempre como uma técnica auxiliar de pesquisa de campo, mas não com o rigor metodológico de outras escolas de pensamento. Não obstante, Camille Vallaux tentou mostrar que a paisagem poderia ser a base para a aquisição dos “materiais” para a construção da Geografia tanto regional como sistemática. Embora fazendo restrições ao seu valor científico, ele dedica todo um longo capítulo de sua obra à noção de paisagens geográficas como um recurso metodológico¹².

O conceito de paisagem cultural, derivado da “tradição corológica” e institucionalizado como um objetivo metodológico importante daria origem a uma corrente de pensamento conhecida como Geografia Cultural. Embora cultivada em outros países, sobretudo na Alemanha, foi nos Estados Unidos que esta corrente seria desenvolvida sob a liderança de Carl O. Sauer (1889-1975), a chamada “escola de Berkeley”. Na década de 1920, o “ambientalismo” (*environmentalism*), ainda era muito difundido nos Estados Unidos entre os geógrafos e cientistas sociais de um modo geral. Com a publicação de um artigo famoso – *The morphology of landscape* (A morfologia da paisagem)¹³, além de outros trabalhos que produziu, o propósito de Sauer era não apenas dar consistência à abordagem cultural da Geografia mas, criar uma doutrina, muito próxima, aliás, do possibilismo vidaliano, que refutasse as ideias ambientalistas que se frutificaram com a obra de Ellen Semple. Cultivando fundamentalmente uma geografia das relações homem-meio, a escola cultural de Sauer privilegiava o estudo do processo cultural da ação humana transformando a superfície da Terra.

Como foram os geógrafos desta escola os que mais resistiram às propostas de um novo paradigma para a Geografia, na forma que mais adiante veremos, o termo “cultural” passou a designar, entre os reformistas norte-americanos, o modelo tradicional de pensamento geográfico, oposto ao que muitos chamariam em contraste, de “econômico”.

Dentre tais correntes, houve a da Geografia estruturada como uma ecologia humana, identificada como sendo uma proposta da escola de Chicago nos anos vinte, paralelamente, portanto, ao movimento de Berkeley. O principal líder desta corrente foi Harlan Barrows (1877-1960) que publicou em 1923 um artigo com o título exatamente de *Geography as human ecology*. Entendia-se a Geografia como ecologia humana, conferindo-lhe o objetivo precípuo de estudar os processos de “ajustamento” do homem ao seu ambiente. Os fatos da Geografia Física deveriam ser considerados apenas na medida em que se referiam ao processo de ajustamento do homem, o mesmo ocorrendo com os fatos de origem cultural compondo o ambiente. Era por conseguinte explicitado que o homem era o centro das preocupações nas pesquisas geográficas. Mas esse caráter **antropocêntrico** da ciência geográfica era ponto mais ou menos pacífico para a maioria dos estudiosos, sobretudo depois de passada a época das controvérsias ambientalistas. Não obstante o grande impacto causado entre os geógrafos pelo artigo de Barrows, o fato é que a ideia não vingou como um novo modelo para a ciência geográfica e o sucesso dos postulados da Ecologia humana parece ter sido mais duradouro entre as Ciências Sociais, sobretudo por derivações que eles ofereceram a sociólogos, antropólogos etc., na medida em que eles procuravam identificar as “respostas” humanas aos estímulos do ambiente.

Quando o modelo do pensamento tradicional da Geografia de relações entrava em crise, na própria França surgem correntes alternativas – delas merecendo destaque a de uma

¹² Nota do autor: Contemporâneo de Vidal de La Blache, mas não sendo o que poderíamos chamar de um vidaliano ortodoxo, Camille Vallaux com seu livro *Les sciences géographiques* (1925) pretendeu produzir um compêndio que fosse uma proposta metodológica para a Geografia após a implantação do modelo de pensamento possibilista.

¹³ Nota do autor: Para informações mais detalhadas, ver: SAUER, C. O. *The morphology of landscape*. *University of California Publications in Geography*, Berkeley: University of California Press, v. 2, n. 2, p. 19-53, 1925. Disponível em: http://geog.uoregon.edu/amarcus/geog620/readings/sauer_1925_morphology_of_landscape.pdf. Acesso em: maio 2020.

geografia “social” impulsionada por Pierre George. O que ele propunha era aplicar à Geografia Humana a noção de diversidade das relações de produção e das relações sociais tal como resultam em cada meio geográfico, não sendo admissível separar o social do econômico¹⁴. Assim, opondo-se ao que fora preconizado por Vidal de La Blache, George e seus seguidores integravam a Geografia com as Ciências Sociais. Mais do que isso: procuraram fazer dela uma ciência social.

A par desta proposta fundamental, o grupo George, coincidindo com outras correntes renovadoras francesas, buscava novas linhas de pesquisa, enfocando, por exemplo, as relações cidade-campo, cidade-região, geografia do trabalho etc. Com isso, e pela posição metodológica adotada, tais geógrafos aprofundaram a separação entre a Geografia Humana e da Geografia Física, fazendo-as ciências separadas. Aliás, da mesma maneira procediam por toda a parte os especialistas em Geomorfologia, Climatologia, Biogeografia, seccionando o próprio campo da Geografia Física.

Voltamos, deste modo, à eterna questão da unidade do campo da disciplina, sobre a qual não é necessário insistir neste lugar. Cabe, porém, lembrar que a discussão sobre a divisão da Geografia entre sistemática e regional¹⁵ acabará por se dissolver quando, em meados do século XX, entra em crise o modelo tradicional da Geografia e as diversas modalidades de abordagem que ele comportava.

¹⁴ Nota do autor: Para informações mais detalhadas, ver: GEORGE, P. *Géographie sociale du monde*. Paris: Presses Universitaires de France, 1946. 128 p. (Que sais-je?, 197).

¹⁵ Nota do autor: A própria distinção entre o que pode ser considerado um estudo sistemático ou um estudo regional não era e não é muito clara. A escola francesa favorecia a produção das célebres monografias regionais onde as relações homem-meio eram meticulosamente examinadas pelo estudo de áreas mais ou menos limitadas. Para chegar a isso, favorecia, por outro lado, o desenvolvimento do conhecimento sistemático (geral) dos fatos que interessavam às combinações locais: daí o aparecimento de tratados do qual é um exemplo bem expressivo o *Traité de géographie physique* (1909) de Emmanuel de Martonne. Mas para melhor se desenvolver o conhecimento sistemático dos fatos (desde o clima e o relevo até a produção), segundo a ótica geográfica, foi se desenvolvendo a pesquisa dos mesmos relacionados com áreas de ocorrência, caracterizando-se, assim, a abordagem “sistemática-regional”. Da mesma forma, o estudo, em geral, do conceito de região e suas aplicações, poderia ser designado por Geografia Regional-Sistemática. Sobre essa questão, ver: GUIMARÃES, F. de M. S. Conceito de geografia regional e terminologia das divisões geográficas. *Boletim da Seção Regional do Rio de Janeiro [da AGB]*, Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, ano 2, n. 4, p. 9-15, out./dez. 1949.

I.2 O(s) novo(s) paradigma(s)¹⁶

Em meados do presente século¹⁷, a discussão sobre as bases filosóficas e metodológicas da ciência geográfica entrou em grande efervescência. Já desde o início do período pós Segunda Guerra Mundial, algumas correntes acadêmicas ensaiavam novas formas de abordagem fugindo aos esquemas tradicionais, como exemplificamos com a abordagem social; outras, ainda, propunham um sentido prático às pesquisas geográficas, como a chamada “análise regional”, oriunda de escolas do Meio-Oeste norte-americano, ou, mais tarde, o movimento da “Geografia aplicada”, entre os europeus. Contudo, uma ruptura mais profunda com o pensamento geográfico tradicional somente toma corpo quando, à raiz de uma vigorosa crítica à tradição tanto da Geografia de relação quanto, sobretudo, à Geografia como ciência de diferenciação de áreas, foram propostas novas bases filosóficas, novos métodos e novas técnicas de pesquisa, caracterizando, como era intenção de seus adeptos, a implantação de um novo paradigma científico para a Geografia¹⁸.

A rapidez com que se difundiram as novas ideias foi notável. Quando se reuniu o XVIII Congresso Internacional de Geografia no Rio de Janeiro, em 1956, já haviam ocorrido os principais precedentes para a “revolução” que se desencadearia. Contudo, entre as comunicações apresentadas, salvo uma ou outra revelando a busca de novos caminhos, nada prenunciava a profundidade das novidades estavam por vir. Tampouco foi criada pela União Geográfica Internacional comissão de estudos que fugisse aos esquemas tradicionais. Já o Congresso seguinte, reunido em Estocolmo, no ano de 1960, refletiria embora de maneira muito parcial, as inovações em processo. Portanto foi precisamente a década de sessenta que presenciou o impacto e a difusão de um modelo totalmente novo de abordagem, de novas técnicas de pesquisa e de um pluralismo de temas e de linhas de pesquisa, realmente inusitados.

O novo movimento se deu, sobretudo, a partir dos Estados Unidos, tendo como centelha inicial a contestação dos efeitos da tradição corológica, firmemente arraigada em função da Geografia Cultural da Califórnia e da produção geográfica do Meio-Oeste, onde se destacava Richard Hartshorne, o mais importante pensador da metodologia geográfica de então em todo o país.

Em última análise, a controvérsia que se estabeleceu decorria do papel que se poderia conferir a uma Geografia Sistemática face a uma Geografia Regional. O ponto de partida foi o célebre artigo de Fred. K. Schaefer (1904-1953) sobre o “excepcionalismo” na metodologia da Geografia e outras questões correlatas¹⁹.

O trabalho fundamental de Hartshorne, como vimos, foi o monumental livro *The nature of geography* (1939), já citado. Vinte anos depois, em 1959 ele publicou *Perspective on the nature of geography*²⁰, onde reiteia e clarifica a essência de seus conceitos, num momento em que a controvérsia a respeito já estava bem pronunciada. O autor coloca dez questões, por ele julgadas fundamentais, das quais destacamos: “O que se entende por Geografia como estudo

¹⁶ **Comentário do editor:** No manuscrito original o título vinha acompanhado da observação “título provisório” entre parêntesis.

¹⁷ **Comentário do editor:** Século XX.

¹⁸ Nota do autor: O conceito de “paradigma” significando o modelo normal de uma ciência foi introduzido por Thomas S. Kuhn em 1962. Para ele, em sua evolução, as ciências passam por “revolução”, crises em que o paradigma de uma ciência normalmente estabelecida é substituído por um outro conjunto de regras, métodos, objetos de pesquisa, cujas realizações científicas são universalmente reconhecidos. Depois de terem experimentado um grande sucesso entre geógrafos, esta conceituação de Kuhn, ou melhor validade a sua aplicação ao que a história recente da Geografia sofreu muitas críticas e restrições. Para informações mais detalhadas, ver: KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1975. 262 p. (Debates). Título original: *The structure of scientific revolution*.

¹⁹ Nota do autor: Para informações mais detalhadas, ver: SCHAEFER, F. K. *Exceptionalism in geography: a methodological examination*. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, DC: AAG, v. 43, n. 3, p. 226-249, Sept. 1953. Disponível em: http://www.appstate.edu/~perrylb/Courses/5000/Readings/Schaefer_1953.pdf. Acesso em: jul. 2020.

²⁰ Nota do autor: Deste livro foi feita uma tradução em português sob o título de *Questões sobre a natureza da Geografia*, publicado pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História em 1969.

da diferenciação de áreas?"; "A integração de fenômenos heterogêneos é uma peculiaridade da Geografia?"; "Dualismo entre a Geografia Física e a Geografia Humana"; "Divide-se a Geografia em 'sistemática' e 'regional'?"; "Procura a Geografia formular leis científicas ou descrever casos individuais?" finalmente, trata da questão de maior abrangência, a que justificou a crítica de Schaefer quanto ao "lugar da Geografia numa classificação das ciências". Em artigo bem anterior, o citado Hartshorne²¹ havia assim resumido seus argumentos no sentido de que o campo da Geografia difere dos que dizem respeito às demais ciências: (1) o fato de que Geografia não tem nenhuma categoria particular de objetos ou de fenômenos como assunto específico de estudo mas estuda uma multiplicidade de coisas heterogêneas como se integram em áreas; (2) a Geografia não pode ser classificada seja como uma ciência natural seja como uma ciência social, nem simplesmente como uma ponte entre os dois grupos, mas, pelo contrário, deve estudar como as duas espécies de fenômenos estão intimamente misturadas; (3) o estudo em Geografia requer o uso de métodos de estudo marcadamente diferentes: o exame sistemático de certas categorias de relacionamento sobre o mundo ou em qualquer de suas grandes partes, na Geografia Geral ou sistemática o estudo da totalidade de fenômenos inter-relacionados em determinadas áreas, na Geografia especial ou regional; e (4) enquanto a Geografia (se por um lado), como todas as outras ciências está preocupada com o desenvolvimento e a aplicação de conceitos genéricos e princípios gerais ou leis científicas (por outro) ela é como a História, no sentido de estar também preocupada em larga medida com o conhecimento e o entendimento de casos individuais, únicos. Ademais, acrescenta ele, longe de ser ideia de uma pessoa, ou de um grupo de estudiosos, o conceito do campo da Geografia, assim exposto "tem sido contenciosamente reconhecido por incontável número de geógrafos, buscando uma moldura de referência para o seu trabalho" (HARTSHORNE, 1959, p. 108, tradução nossa).

A crítica de Schaefer praticamente se refere a cada um dos pontos acima e às consequências que neles estão explícitas ou implícitas. Ele investe sobre a questão fundamental, o excepcionalismo, como ele designou a proposição hettneriana para a posição da Geografia, e também sobre a insistente analogia da Geografia com a História, fonte da ideia de que os fatos são únicos (*uniqueness*), de que as áreas na superfície terrestre são análogas aos períodos da história etc. Nesta ideia estaria implícito que a Geografia deveria também se limitar a "entender" os fatos e não se preocupar com a busca de leis. Concomitantemente, ele declara falsa a ideia de que o "dualismo" geral-regional reforçaria o caráter metodologicamente "único" da Geografia, pois, diz ele, as demais ciências têm características análogas. A física, por exemplo, se apoia na Física experimental e na Física teórica, a Economia aplica suas generalizações, ou leis, a situações determinadas (a Economia Regional era, então, nascente), e assim por diante.

Do ponto de vista prático, então, uma consequência importante da análise crítica de Schaefer é o exame das relações entre Geografia Regional e Geografia Sistemática, partindo do princípio de que o "dualismo" as colocava como partes distintas da ciência, quando na verdade (diríamos nós), elas são as duas faces da mesma moeda já que "a Geografia Sistemática sempre obterá seus dados da Geografia Regional" (SCHAEFER, 1953, p. 230, tradução nossa). Ao enfatizar a Geografia Sistemática como forma de buscar leis e, como dizia Isaiah Bowman (1878-1950), que ele cita, de *realizar predição* baseada em leis, tal como as demais ciências, Schaefer reforçava a negativa do único e acendeu o debate que se seguiu sobre o caráter da Geografia: seria ela uma ciência idiográfica (que descreve o único) ou uma ciência nomotética (que procura "leis" que regem os fatos e as coisas)? Schaefer concluía que Hartshorne se inclinou pela primeira destas alternativas.

²¹ Nota do autor: Para informações mais detalhadas, ver: HARTSHORNE, R. The concept of geography as a science of space, from Kant and Humboldt to Hettner. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, DC: AAG, v. 48, n. 2, p. 97-108, June 1958.

Não obstante a contundente réplica de Hartshorne às críticas de Schaefer²², o curso do pensamento geográfico em vários centros acadêmicos norte-americanos tomou rumos bem diferentes daqueles que foram presididos pela suma metodológica hartshorniana. De forma resumida pode-se dizer que três coisas convergiram para caracterizar a nova produção geográfica: concretiza-se a proposta de uma “Geografia teórica”; a preocupação com maior rigor nos métodos de pesquisa consubstancia-se na generalização de emprego de técnicas estatísticas; desenvolve-se uma forte predileção pelos estudos tópicos, ou seja, pelo estudo sistemático de determinadas categorias de fatos.

Esta terceira característica é muito bem ressaltada por Edward Ullman (1912-1976). Descrevendo os estágios da evolução do pensamento geográfico nos Estados Unidos²³, ele comenta que a ênfase crescente sobre o assunto tópico, desviando-se da preocupação pela regional, resultou da experiência dos geógrafos durante o tempo da Segunda Guerra Mundial. Como corolário do interesse pelas questões tópicas, desenvolveu-se o interesse pelo movimento, pela circulação, pelos fluxos intermediando o consumo e a produção. Surge, assim, uma Geografia interessada em compreender a interação dos lugares no espaço. Pode-se dizer então que, nesta ordem de ideias, o espaço locacional substitui, como objeto da Geografia, a superfície terrestre caracterizada pela interação dos fatos que constituem as combinações complexas. Do mesmo modo, com a abordagem “econômica” procura-se substituir a abordagem “ecológica”. Convém adiantar, para maior contraste, que no primeiro caso a interação é de ordem horizontal, enquanto que no segundo caso é de ordem vertical. A análise de “sistemas espaciais” passa a ser o objetivo privilegiado pelos que desejavam renovar a Geografia.

É necessário tornar claro que o citado artigo de Schaefer apenas resultou em uma espécie de manifesto metodológico. Na verdade, uma série de circunstâncias bem mais importantes foram convergindo para dar corpo àquilo que veio a se chamar uma “Nova Geografia”. Ademais, deve ser lembrado que o tema da organização do espaço como objeto da Geografia já aflorava em outros países no pós-guerra. Na França, por exemplo, uma parte da produção geográfica pós-vidaliana gradativamente se orientava nesta direção. O próprio desejo pela aplicação da Geografia aos problemas do planejamento físico, depois da guerra, levava a outros interesses sobretudo à questão do espaço em função da localização das atividades econômicas.

Em resumo, contribuíram para a definição de outro modelo para a Geografia, entre outros, os seguintes elementos: (1) nova perspectiva, de cunho espacial, para os estudos urbanos; (2) o desenvolvimento da teoria da localização de atividades, acompanhada por um grande desenvolvimento da Economia Regional; (3) o desenvolvimento de novos métodos e novas técnicas de observação e análise, com a entrada em cena do sensoriamento remoto e sofisticado da computação eletrônica, além de um excepcional desenvolvimento da aerofotografia tradicional (em termos de renovação da Geografia Física).

²² Nota do autor: A resposta de Richard Hartshorne, em “*Exceptionalism in geography*” re-examined (1955), longa e bastante complexa para ser resumida aqui, baseou-se primeiro em acusar o texto que lhe criticou de falho quanto à correção metodológica sobretudo nas citações dos textos de apoio; segundo em que foram atribuídas a Hettner e a ele posições que não correspondiam aos fatos; terceiro em refutar proposições que eram apresentadas como novas. Assim, por exemplo, alegava Hartshorne que ele não foi categórico quanto ao caráter de uma Geografia despreocupada com a busca de leis e princípios, coisa que ele reconhece como um objetivo da Geografia Sistemática. Em contrapartida, dizia que a crítica e ele teve um propósito básico, declarar que a Geografia deveria ser uma ciência, entendendo-se que ciência deve se preocupar com leis (o que Hartshorne disse não ser uma característica de toda ciência indistintamente), leis que determinam o curso dos fenômenos da natureza e da vida humana. Outros autores que não concordaram com a crítica de Schaefer enfatizaram que a Geografia tradicional (“clássica”) nunca deixou de se preocupar com a generalização e as tentativas de discernir princípios, coisa em que a Geografia Física foi bem mais sucedida que a humana.

²³ Nota do autor: Esta obra, aliás, dá a excelente ideia das distintas tendências da produção geográfica estadunidense ao longo da década de 1960. Para informações mais detalhadas, ver: ULLMAN, E. L. Predição e teoria geográficas: avaliação dos benefícios de recreação na bacia do Meramec. In: PRESTON, E. J. et al. *Geografia Humana nos Estados Unidos*. Tradução de L. C. de Castro e Costa. Rio de Janeiro: Forum, 1970. p. 127-148. **Comentário do editor:** Esse estudo é comentado por Antônio José Teixeira Guerra na *Revista Brasileira de Geografia* (GUERRA, 1977).

A renovação dos estudos urbanos orientou-se principalmente no sentido do processo de interação entre lugares, e esta na teoria da localização de atividades econômicas. Mais uma vez, é na Alemanha que surgem as teorias básicas nesta matéria, as quais foram depois adaptadas e retrabalhadas de diversos modos em vários outros centros científicos.

O primeiro a cogitar de uma teoria explicativa e prospectiva com referência à localização da produção foi Johann Heinrich Von Thünen (1783-1850), fazendeiro doublé de economista, autor da obra *Der isolirte Staat in Beziehung auf Landwirtschaft und Nationalökonomie* (Hamburgo, 1826)²⁴. As ideias de Von Thünen entraram em esquecimento durante um certo tempo até que a Economia Política e a Geografia passassem a se interessar de modo amplo e continuado pelas leis da localização das atividades, de modo particular pela localização industrial. Um dos seus divulgadores no século XX foi Leo Waibel²⁵ quem, deste modo, contribuiu muito para a aplicação de teorias ao desenvolvimento das pesquisas em Geografia Agrária.

A grande contribuição de Von Thünen se deve ao fato de ter sido ele o primeiro a tratar de forma clara e enfática o papel da distância do lugar de produção em relação ao mercado de consumo. Como não podia deixar de ser, o fator distância, pela sua expressão econômica, passou a ser um fato geográfico tão importante, ou mais, quanto a topografia ou a qualidade do solo, por exemplo. Outra contribuição metodológica num ângulo importante do mesmo autor foi a concepção do que mais tarde se chamaria espaço isotrópico, um modelo em que todas as características geográficas do território, relevo, hidrografia, cobertura vegetal, clima etc. são desconsideradas, permanecendo apenas a influência da distância entre os lugares, admitindo-se que a circulação far-se-ia por igual em qualquer direção. Von Thünen, sensível às transformações da agricultura europeia que se processavam sob efeito da revolução industrial que estava se iniciando, preocupou-se em identificar as regras econômicas que levavam a determinar as decisões dos agricultores quanto aos produtos mais rentáveis e aos sistemas mais compatíveis com os preços obtidos no mercado de consumo, dados os custos de fretes impostos pelas distâncias. Lembremo-nos que, na época em que produziu sua teoria, os tipos de transportes disponíveis eram os de tração animal e os de vias aquáticas (rios e canais), estes bastantes típicos dos primeiros momentos da revolução industrial. Ao partir de um espaço puramente isotrópico onde apenas interferiam os transportes terrestres, ele define as faixas economicamente racionais de utilização agrícola da terra como círculos concêntricos em volta da cidade mercado: os raios de cada círculo definiam as diferenças de fretes. Cada um desses círculos acomodava cada um dos sistemas agrícolas então conhecidos na Europa. A partir daí, ele prefigurou modelos espaciais resultantes de fatores geográficos que eram introduzidos no modelo inicial. Assim a presença de um rio navegável, oferecendo custos de transportes bem mais baixos, deformava totalmente os círculos racionais, resultando em faixas alongadas na padronagem de utilização da terra. E assim por diante.

Importa notar que as mesmas bases do raciocínio de Von Thünen para a localização da atividade agrícola repertir-se-iam na concepção de modelos para localização industrial e para a localização e oferta de bens e serviços.

A teoria de localização industrial tem seu início com outro economista alemão, Alfred Weber (1868-1958). Ela é bem mais complexa, porquanto, na ideia do autor, parte do princípio de minimização do movimento (custos): movimento dos insumos de produção relacionados com o movimento da própria produção Básico, por exemplo, é a localização dos recursos que fornecem a matéria prima. A localização da indústria estaria, por outras palavras, otimizando o balanço final entre os custos de movimento dos produtos para o consumo (*outputs*) e os

²⁴ Nota do autor: Outros volumes foram publicados posteriormente e uma edição completa data de 1875. O título completo da obra em português seria: O Estado isolado em relação à economia agrícola e à economia nacional, ou investigações referentes à influência dos preços dos cereais, da riqueza dos solos e dos impostos sobre a agricultura.

²⁵ Nota do autor: Para informações mais detalhadas, ver: WAIBEL, L. A teoria de von Thünen sobre a influência da distância do mercado relativamente à utilização da terra: sua aplicação a Costa Rica. In: WAIBEL, L. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. p. 99-129. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81043.pdf>. Acesso em: maio 2020.

custos de movimentos dos insumos (*inputs*) para o processamento. A importância da teoria da localização industrial para a evolução do pensamento geográfico, entre outros aspectos, decorre do fato de que o desenvolvimento da teoria da localização da oferta de bens e serviços inspirou o aparecimento da “ciência regional” (*Regional Science*). Em 1954 foi fundada uma Associação de Ciência Regional, sob a liderança de Walter Isard, a qual reunia economistas e geógrafos, além de outros cientistas sociais, com o objetivo de desenvolver a teoria e o método de análise regional, além de estudos correlatos sobre o espaço e áreas geográficas em geral (JAMES; MARTIN, 1981, p. 418). Deste modo uma corrente de geógrafos, em estreito contato com economistas regionais, abandonando totalmente quaisquer princípios ou métodos da Geografia “clássica” (a “Geografia Cultural”), desenvolveu combativamente a Geografia teórica²⁶ e a aplicação de técnicas quantitativas. Este movimento ficou conhecido como a revolução quantitativa.

Mais que as teorias de localização agrícola e industrial, os estudos urbanos e regionais, responsáveis pela ruptura no pensamento geográfico, ficaram devendo substanciais progressos ao desenvolvimento da teoria da localização das atividades do setor terciário, cuja formulação original se deve ao geógrafo alemão Walter Christaller (1893-1959). Conhecida generalizadamente como teoria dos lugares centrais, sua formulação totalmente inovadora tem origem no estudo sobre “os lugares centrais no sul da Alemanha” (*Die zentralen Orte in Süddeutschland*, Iena, 1933). A intenção de Christaller era, justamente, dar uma contribuição que fosse um complemento às proposições de Von Thünen e Alfred Weber. O sucesso da teoria em causa foi relativamente tardio, tendo levado mais de vinte anos para ser amplamente divulgada em língua inglesa²⁷.

Mas ela teve profundas consequências, a começar pelo fato de que deu aos geógrafos uma segura base teórica para os estudos de organização do espaço. Teve ainda vários efeitos importantes. Por exemplo, contribuiu para generalizar o gosto pelo emprego de modelos, não apenas em Geografia Humana e regional espacial mas, por via de contágio, também em Geografia Física.

Imaginando uma planície uniforme (em última análise, o espaço isotrópico), o ponto de partida de Christaller é a ideia de que a prestação de bens e serviços essenciais à população de uma determinada área tende a concentrar em um lugar no centro de um círculo teórico, cujo tamanho corresponde ao raio de ação dos prestadores dos serviços em causa. Como os diversos lugares de uma região concorrem entre si no exercício das funções terciárias, os círculos na verdade são secantes e se comprimem mutuamente, originando hexágonos, figura que corresponde melhor teoricamente ao deslocamento mínimo da população em direção à localidade central. O terceiro ponto supõe que, na verdade, estes lugares centrais estão hierarquizados formando uma rede interligando-os. Os de mais baixo nível hierárquico correspondem aos lugares que oferecem os bens e serviços mais essenciais e de demanda mais frequente, exigindo, pois, um tempo mínimo de deslocamento. Os de nível maior oferecendo, além destes bens e serviços mais comuns, outros de demanda menos frequente: e assim por diante até a localidade de nível mais alto concentrando todas as funções econômicas essenciais ao atendimento da população de uma região. Evidentemente, os hexágonos teóricos são também de tamanhos crescentes, os maiores contendo os menores, seguindo a hierarquia no padrão de concentração de funções.

Mesmo adeptos da “Nova Geografia” admitiam que a aplicação do modelo de Christaller poderia decepcionar quando, em diversas circunstâncias, fosse confrontado com evidências empíricas. “Numerosas razões têm sido alegadas para isso – superfícies não isotrópi-

²⁶ **Comentário do editor:** O que Nilo Bernardes nomeia como Geografia teórica, no Brasil, foi nomeado como Geografia Teórica. O termo decorreu de uma tradução equivocada uma vez que, em inglês, o termo era “Theoretical Geography”. Assim, sempre que o autor menciona Geografia Teórica neste manuscrito, entenda-se que está se referindo ao movimento da Geografia Teórica.

²⁷ Nota do autor: As ideias de Christaller foram retrabalhadas pelo economista alemão August Lösch (1906-1945) em seu livro, contendo uma análise mais abrangente dos padrões espaciais das atividades econômicas, *Die räumliche Ordnung der Wirtschaft* (A organização espacial da economia), publicado em 1940; foi publicada uma tradução do mesmo nos Estados Unidos em 1954, com o título de *The economics of location*.

cas, distribuição irregular da população, e assim por diante” (HARVEY, 1969, p. 138, tradução nossa). Mas a teoria de Christaller foi fortemente inspiradora e de certo modo abriu uma “fronteira” no campo geográfico. Cabe observar que, no bojo do movimento de renovação da Geografia, vários outros conceitos, teorias e modelos matemático-estatísticos, elaborados fora do seu campo científico, ou desenvolvidos por geógrafos, foram incorporados em linhas de pesquisa, ao mesmo tempo que se desenvolvia a aplicação da teoria das localidades centrais. Citem-se alguns: a lei de ordem- tamanho das cidades, pela qual os centros urbanos de um mesmo sistema regional guardam uma relação bem definida segundo seu tamanho populacional e sua posição na hierarquia funcional, a teoria de adoção e a difusão de inovações, o modelo de gravidade – segundo o qual o movimento de pessoas entre dois centros urbanos seria proporcional ao produto da população de cada um e inversamente proporcional ao quadrado de distância entre eles, a teoria dos sistemas – pela qual foram rearrumados conceitos de interação entre fatos e coisas, para ficarmos, por ora, apenas nestes exemplos.

Até agora estamos nos referindo às transformações por que passaram os estudos em Geografia Regional e urbana. Mas convém deixar claro que também a Geografia Física recebeu o impacto das teses inovadoras, fazendo apelo mais intenso aos métodos quantitativos, assimilando a aplicação da teoria dos sistemas, reavaliando criativamente tudo o que fora estabelecido pela Geografia tradicional, e assim por diante.

Por outro lado, diferentemente do que ocorreu com a Geografia Humana, o contato dos chamados ramos da Geografia Física com as ciências sistemáticas afins (Física, Geologia, Biologia, Ecologia) de certo modo levou a um centrifugismo de especialidades fazendo até mesmo com que os especialistas tendessem para um convívio acadêmico com os colegas das áreas afins bem maior do que com os próprios colegas geógrafos de outras áreas.

Dentre a imensa literatura produzida no auge do desenvolvimento da chamada “Nova Geografia”, será lícito mencionar dois livros por motivos bem especiais, ambos de autores ingleses. Peter Haggett produziu *Locational analysis in human geography* (Londres, 1965), no qual, como título indica, ele trata do novo objeto proposto para a Geografia Humana, o espaço locacional. Este livro ensaia um modelo de definição do campo integrado da Geografia baseado na teoria dos conjuntos, uma definição que ele deseja ser quantitativa, já que a teoria dos conjuntos passara a ser uma linguagem operacional da matemática. A primeira parte dedicada aos modelos locacionais, trata-os segundo alguns dos conceitos básicos como: movimento, movimento e tempo (difusão), movimento e distância (interação), redes (de circulação), nódulos (de concentração das atividades), hierarquias funcionais etc. Na segunda parte, dedicada aos métodos na análise locacional, trata, entre outros temas, da região sob a ótica locacional. O segundo livro que também merece menção aqui, por se constituir em uma espécie de suma metodológica da nova corrente do pensamento geográfico é o de David Harvey, *Explanation in geography* (Londres, 1969). Pode-se dizer que este trabalho constitui a contrapartida ao que representou *The nature of geography* (1939), de Hartshorne, prata geográfica “clássica”. É um livro igualmente denso e sua motivação como declarou o autor, o fato de que “a revolução quantitativa implicava também em uma revolução filosófica” no campo da Geografia²⁸. Uma parte substancial desta obra é a que trata do papel de teorias, leis e modelos na explanação geográfica. De particular importância para o código de técnicas de pesquisa que o quantitativismo imporia é a parte do livro que trata da teoria da probabilidade e o papel da inferência probabilística na Geografia. Com efeito, um dos dogmas que a Nova Geografia visou impor foi o de que o possibilismo, ao refutar o ambientalismo (determinismo), não edificou um paradigma calcado na teoria como base (HAGGETT, 1965, p. 24), privilegiava o método empírico indutivo e a descrição, desconsiderando hipóteses a serem testadas dedutivamente e as inferências probabilísticas a serem utilizadas nos procedimentos não dedutivos. Por isso mesmo houve momentos que se chegou a caracterizar a evolução da filosofia geográfica como a sucessão do determinismo pelo possibilismo e deste pelo probabilismo.

²⁸ Nota do autor: Há um extenso comentário sobre este livro realizado por Sperião Faissol no *Boletim Carioca de Geografia* e, também, na *Revista Brasileira de Geografia* (FAISSOL, 1971, 1972).

O entusiasmo com que um grande número de geógrafos rapidamente converteu-se aos novos postulados do pensamento geográfico levou, como sempre acontece em casos análogos, seja em matéria de ciência como de arte e religião, a um sectarismo e a evidentes exageros de posturas. Toda a contribuição anterior, da Geografia “cultural”, era com muita frequência considerada descritiva e não científica. O papel das condições naturais era minimizado (ou mais: esquecido) quando se tratava de explicar o espaço econômico locacional. As técnicas estatísticas e a manipulação eletrônica de grande massa de dados em gabinete tornavam, para a maioria, dispensáveis técnicas baseadas na observação de campo, considerada básica na Geografia tradicional. Evidentemente exageros que não invalidavam a seriedade do trabalho daqueles que também estavam profundamente insatisfeitos com o modelo clássico da ciência. Por outro lado, muitos dos que não aderiram aos novos postulados, além de fazerem pesadas críticas ao abuso das análises estatísticas, insistiam em fazer tábula rasa de toda a contribuição teórica, conceitual e metodológica que emergia.

Além dos excessos cometidos no generalizado emprego de técnicas quantitativas, incomodavam aos que refletiam serenamente sobre os novos rumos três circunstâncias: a a tendência para a natureza puramente econômica dos fundamentos da análise geográfica predominante, o grande avanço da Geografia Humana, desvinculando-a da preocupação com os dados da Geografia Física; conseqüentemente, a autonomia de uma análise regional puramente locacional. Ao mesmo tempo, a Geografia Física passava agora a buscar uma integração de seus ramos, obtendo um ponto de convergência com a preocupação pelas aspectos ecológicos-ambientais, fato que ganhou grande força na década de 1970.

O quadro acima é, em parte, o ponto de partida para a proposta de um paradigma para a Nova Geografia, feita por Brian J. L. Berry²⁹, justamente um dos maiores expoentes do movimento inovador das décadas precedentes.

É necessário observar que, é também dessa época, outra proposta alternativa filosófica para a renovação do pensamento geográfico, ou seja, a “Geografia comportamental” (“*behaviorista*”) referida na citação acima, a qual colocava ênfase no processo de tomada de decisão pelo homem, e nas atitudes e percepção, mormente a percepção espacial e percepção ambiental. Os estudos de difusão das inovações, que também alcançaram grande voga, consistiam em uma análise espacial em sua forma descritiva, mas o conteúdo de sua explicação, o processo de adoção, era *behaviorista*.

Mais adiante, em lugar apropriado, comentaremos o modelo proposto por Berry. Por hora, convém reter, para alusão futura, alguns dos pontos a que se refere: ao descaminho da Geografia estatística (em virtude de se terem tornado técnicas rotineiras, sem crítica filosófica, observamos nós), ao acatamento à crítica feita aos teóricos da localização; às lições do seu envolvimento na aplicação da análise geográfica às questões objetivas das decisões do poder administrativo; finalmente, à seleção dos objetivos da pesquisa pela sua relevância social.

A questão da relevância da pesquisa sempre atormentou os geógrafos, sobretudo nos momentos de crise filosófica, e a preocupação com a relevância social marcaria as novas orientações nos anos setenta. Assim é que se a Geografia “clássica” – ao definir o homem como seu centro de interesse explícito ou subentendido – caracterizou-se como “antropocêntrica”, poderíamos dizer que as correntes geográficas pós-quantitativismo assumiram um caráter “sociocêntrico”: a sociedade e os reflexos espaciais de seus problemas como centro de interesse.

²⁹ Nota do autor: “[...] eu me havia sentido cada vez mais frustrado com o que se havia tornado muito rapidamente Geografia estatística ‘tradicional’ [...] Ao mesmo tempo os novos ambientalistas – os ecoativistas de hoje – mostravam a irrelevância de teorizar sobre a planície uniforme tão cara aos teóricos da localização. Os geógrafos comportamentalistas reclamavam, mas não produziam novos tipos de teorias... O que este trabalho representa é um esforço pessoal para chegar a um acordo com as muitas fontes de confusão e dúvida sobre a permanência da viabilidade das orientações das pesquisas anteriores [...] Ele deve muito [...] às lições de envolvimento extra-universitário em assuntos públicos, confrontando com problemas imediatos de tomada de decisão locacional e ambiental por parte do governo nacional e administrações municipais – isto é, por verdadeiros desafios de relevância social”. “As conclusões desta crítica conduzem naturalmente a uma preferência filosófica por processos ‘metageográficos’, e isto por sua vez, a um paradigma de tomada de decisão locacional e ambiental e sistemas complexos que sugiro como orientação mestra para a próxima geração de pesquisa geográfica” (BERRY, 1972, p. 4).

A influência das posições políticas liberais nos meios acadêmicos nos Estados Unidos, aguçada por uma série de acontecimentos políticos na década de 1960, far-se-ia notar na pesquisa geográfica, por parte daqueles que não estavam satisfeitos com o tipo de produção científica então predominante. Tornou-se bem visível o descontentamento com a orientação das duas correntes de pensamento que estavam em pleno confronto: a tradicional escola cultural que procurava se “modernizar”, e a corrente econômica-quantitativista, em plena expansão. Deve ser notado que na Europa, sobretudo na França, na mesma época amadurecia também a mesma inquietação, ainda mais que a preocupação pelo social já tinha uma certa tradição, como tivemos oportunidade de assinalar.

O interesse por temas sociais candentes, como por exemplo, a origem, focalização e expansão dos guetos negros nas grandes cidades, ou os reflexos espaciais da pobreza, a par de ativismo social por parte de alguns, foram o ponto de partida para novas formas do pensamento geográfico e a proposta de uma nova metodologia. Esta proposta se tornou mais clara, quando um segmento de corrente liberal adotou o marxismo como método científico visando construir um novo paradigma. Não deixa de ser curioso o fato de que um importante iniciador do movimento da relevância social foi William Bunge, autor de *Theoretical geography* (1962) e que o principal líder na guinada para o marxismo foi David Harvey, justamente o autor de *Explanation in geography* (1969), a “bíblia” da metodologia teórica/locacional³⁰.

Partindo de uma crítica radical aos paradigmas existentes e à produção geográfica, caracterizada como convencional, a nova corrente objetivou a formulação de uma teoria geográfica extraída da literatura marxista anarquista. Este movimento tornou-se conhecido como “Geografia Radical” e seu principal órgão de divulgação tem sido a revista *Antipode*, editada em Worcester, Massachussets, a partir de 1969³¹. Os principais ângulos da crítica radical aos paradigmas antecedentes se referem ao conteúdo de ideologias da sociedade capitalista na interpretação geográfica e ao seccionamento da pesquisa geográfica em relação à ciência geral. Como diretriz para a elaboração de uma teoria geográfica radical, a Geografia marxista procurou se definir como “aquela parte da ciência total que se ocupa, com o relacionamento entre os processos sociais, de um lado, e o ambiente natural e as relações espaciais, de outro” (PEET, 1982, p. 243). A participação na ciência total é o coerente, claro, com a ideia de que os postulados marxistas se aplicam a todos os aspectos da interpretação científica, unificando metodologicamente todas as ciências comumente consideradas compartimentos do conhecimento humano.

Este triângulo de interação dos processos sociais-ambiente natural-relações espaciais passou a ser preocupação generalizada no pensamento geográfico após a própria crise da Geografia locacional-quantitativa, já refletida na proposta de Berry acima citada. Mas é necessário distinguir o fato de que nem todos os que se preocupam com o sociocentrismo e com a justiça social adotam o radicalismo do modelo marxista. Na produção geográfica contemporânea pode-se notar, a respeito, três tendências principais, com suas naturais nuances. Uma é corrente radical, propriamente dita, para a qual a única base filosófica relativamente científica é o materialismo dialético para o qual apenas com a mudança das relações sociais, de produção serão resolvidos, de forma revolucionária, os problemas endêmicos (PEET, 1982, p. 244).

Outra é constituída por aqueles que adotam os conceitos e o modelo de análise de inspiração marxistas, mas não professam, necessariamente, o radicalismo mais extremado. As demais, parecendo ser a maioria, preocupam-se com as questões básicas referidas, adotam, em muitos casos, conceitos originados do marxismo, criticam as consequências sociais do

³⁰ Nota do autor: O estudo *The development of radical geography in the United States* (O desenvolvimento da geografia radical nos Estados Unidos) de Richard Peet é um excelente resumo, recomendável para quem deseja conhecer as raízes do movimento que deu origem à “geografia radical” (PEET, 1977, 1982). Uma obra que marcou a emergência do novo movimento geográfico foi o livro *Social justice and the city* (1973) de David Harvey.

³¹ Nota do autor: Seu coeditor na fundação foi o já citado Richard Peet. Com propósitos análogos, surgiu em 1976, na França, a revista *Hérodote: stratégies, géographies, idéologies*, sob a direção de Yves Lacoste.

capitalismo contemporâneo, mas são avessos ou descompromissados com o que se poderia chamar de “operacionalização” de um modelo marxista de ciência. Neste último grupo, aliás, observa-se uma diversidade grande de pontos de vista e de posicionamento filosófico, conseqüentemente de formas de abordagem na interpretação geográfica.

Na verdade, os anos setenta constituíram uma década de turbulência no pensamento geográfico, turbulência esta que, longe de cessar, se acentuou, ainda mais. Não se pode falar de uma sucessão de paradigmas, pois convivem várias formas de descontinuidades no pensamento geográfico; “Tempos de dúvidas e de irresolução”, como caracterizou Paul Claval (1984, p. 105).

I.3 O desenvolvimento da Geografia no Brasil

A implantação da Geografia científica no Brasil foi bastante tardia, demasiado tardia, pode-se dizer. Sua institucionalização e sua difusão somente ocorreram a partir de 1934, com criação das primeiras cátedras universitárias, quase que sessenta e cinco anos depois de ter acontecido o mesmo na Europa. Mas, ao contrário de lá, aqui não havia antes disso um desenvolvimento científico de forma autônoma. Por esse motivo, quase tudo aquilo que vinha até então sendo oferecido como “Geografia” do Brasil, nos manuais de ensino e divulgação, era uma enfadonha lista de acidentes, ou, então, um desfile de apreciações totalmente científicas, não raro “ufanistas” sobre as condições naturais, do tipo “clima salubérrimo”, “solo ubérrimo”, e assim por diante. É verdade que alguns ensaístas, por exemplo como Euclides da Cunha, conheceram a ciência europeia do começo do século e procuraram aplicá-la em algumas de suas interpretações. Mas não havia continuidade e nem sistematização neste propósito³².

Apenas um pioneiro se destacou, antes de 1934, por seu propósito em divulgar e tentar implantar a ciência acadêmica de sua época: Carlos Delgado de Carvalho (1884-1980). Brasileiro de origem, nascido na França, teve toda sua formação universitária na Europa, tendo se interessado pelas ciências do homem e cultivado a História, a Sociologia e a Geografia, ciências que tomavam particular impulso naqueles anos anteriores à Primeira Guerra Mundial. Dada sua formação eclética, ele foi um constante propagandista da ideia de se organizar o ensino em nível elementar e secundário em torno da área de Estudos Sociais³³.

No que diz respeito à Geografia, Delgado de Carvalho ficou chocado com o quase total desconhecimento dos progressos que ela fazia no hemisfério norte e a completa ausência de uma sistematização em moldes “modernos” (para o estágio de então) das características do território brasileiro, seus habitantes e suas atividades. Ao chegar aqui pela primeira vez em 1906, ele se propôs iniciar esta tarefa. Realizou viagens pelo interior do país e consequentemente teve contribuições originais, mas suas sínteses geográficas ficaram devendo muito ao conhecimento acumulado pelos cientistas de outras especialidades, especialmente os das Ciências Naturais.

Com efeito, o conhecimento acumulado sobre o território, de caráter científico diverso, ou constante de relatórios e memórias de pacientes e criteriosos escritores leigos, foi extremamente valioso para acelerar o desenvolvimento da ciência geográfica quando ela adquiriu foros científicos a partir de meados dos anos trinta. Por isso mesmo, conveniente ter-se em mente como se deu o lento progresso do conhecimento do território.

Não cabe aqui realizar um balanço descritivo e crítico da contribuição do conhecimento geográfico pré-científico entre nós. Apenas lembraremos como se caracterizam as etapas deste conhecimento.

Uma primeira fase corresponde aos dois primeiros séculos da ocupação do território, e a contribuição correspondente, além do conhecimento detalhado da costa, não ia muito além de uma estreita faixa litorânea, já que as penetrações bandeiristas não acarretaram nada equiparável às pormenorizadas descrições, ainda que muitas vezes crivadas de fantasias, deixadas pelos cronistas que percorrem os lugares, povoados ou não, das regiões litorâneas.

³² Nota do autor: Estamos nos referindo à produção de Geografia por brasileiros ou estrangeiros residentes no Brasil. As primeiras genuínas contribuições mais importantes para a Geografia do Brasil devemos a Elisée Reclus (1830-1905), na sua *Nouvelle géographie universelle: la terre et les hommes* (1875-1894), e a Pierre Denis (1883-1951) no volume 15 sobre a América do Sul da obra *Géographie universelle* dirigida por P. Vidal de La Blache e L. Gallois (1927). Esta última foi, talvez, a parte mais consultada sobre a Geografia Regional do Brasil pelas primeiras gerações de universitários brasileiros. Embora de menos densidade científica podemos citar, ainda, Johann E. Wappäus (1812-1879) que publicou uma geografia do Império do Brasil (WAPPÄUS, 1871, 1884).

³³ Nota do autor: Veja-se, por exemplo, Carlos Delgado de Carvalho em *Introdução metodológica aos estudos sociais* (1957). Em 1913, Delgado de Carvalho publicou *Geographia do Brasil*, segundos os moldes da Geografia Regional europeia.

Já a segunda fase corresponde grosso modo ao século XVIII e foi particularmente fértil para o conhecimento científico, bastando notar que ela se abriria com o muito citado tratado sobre a *Cultura e opulencia do Brazil por suas drogas, e minas* (1711) de André João Antonil, e se fecharia com a *Viagem philosophica pelas capitánias do Grão-Para, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyaba* (1783-1792) de Alexandre Rodrigues Ferreira. Proporcionada pelo governo português, esta foi a primeira expedição oficial com finalidades primordialmente científica, com o fim de conhecer melhor o território quanto às suas riquezas naturais, clima, população e povoamento, cultura etc.³⁴

No século XVIII a Cartografia e a Geodésia fizeram grandes progressos, o que se refletiu direta e indiretamente na melhor definição das características do interior do território. Basta lembrar três coisas. Primeiro, a expedição de um alvará real (1729) determinando mapeamentos sistemáticos tanto do litoral (“marinha”) como do interior (“sertões”), face às disputas de limites da época. Segundo, a elaboração do *Mapa dos confins do Brazil com as terras da coroa da Espanha na America Meridional* (1749), também conhecido como “Mapa das cortes”, que serviu de base para o tratado de limites de 1750 e que constitui a primeira representação completa e mais aproximada das características atuais do território. Terceiro, a contribuição enorme das comissões demarcadoras resultantes dos tratados de limites de 1750 e 1777, a qual somada à dos cartógrafos antecedentes ofereceu uma soma apreciável de documentos, memórias e diários, que junto com os mapas constituem o acervo geográfico descritivo do século em causa.

Com a chegada da corte portuguesa e a abertura dos portos brasileiros aos estrangeiros (1808) abre-se a fase de conhecimento realmente científico do país e sua gente³⁵.

Ainda que também numerosos viajantes leigos passassem a percorrer o país deixando-nos relatos que constituem fontes interessantes, deve ser destacada a obra de uma plêiade de naturalistas que, a par de suas contribuições especializadas, nos legaram preciosas observações que compõem a Geografia Física e Humana do Brasil na primeira metade do século XIX. A esse respeito, não há como negar que o protótipo de nossos pré-geógrafos, pela adequação e pela agudeza de suas descrições (e algumas vezes até mesmo previsões) foi Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), que viajou por todo o centro-sul do país de meados de 1816 a meados de 1822. Mas ele foi, claro, apenas um entre vários outros viajantes-naturalistas de renome.

Na segunda metade do século passado, começaram a se destacar as instituições cuja ação deu origem às investigações sistemáticas e cada vez mais sintonizadas com o progresso das ciências no hemisfério norte. O Museu Nacional, por exemplo, criado em 1818, passa a ter atuação mais ampla, apoiando expedições e organizando coleções de espécimes da natureza brasileira e coleções etnográficas. De capital importância foi a criação da Escola de Minas, em Ouro Preto (1876), bem como a existência da efêmera Comissão Geológica do Império (1875-1877), composta por geólogos norte-americanos. Dentre estes merece ser mencionado Charles Frederich Hartt (1840-1878), não apenas pela sua liderança no primeiro programa de levantamento sistemático das características físicas do território brasileiro, mas pela sua obra exemplar de síntese sobre a Geografia Física do Brasil (*Geology and physical geography of Brazil*, 1870). Mais para o final do século, começam a se multiplicar ou a se reorganizarem as instituições dedicadas às representações e caracterizações do território. Cite-se, como exemplo, a Comissão Geográfica e Geológica da Província de São Paulo (1886), a reativação do atual Observatório Nacional³⁶, ampliando seu campo de atividades a partir de 1871 etc.

Na primeira fase republicana, foram tantas as iniciativas institucionais de interesse imediato para o desenvolvimento da Geografia que não comporta aqui relacionar. Contudo

³⁴ Nota do autor: Veja-se, sobre esta fase, o excelente trabalho de José Veríssimo da Costa Pereira, *Desenvolvimento e fontes da geografia do Brasil durante o século XVIII* (1954).

³⁵ Nota do autor: Em 1800, Humboldt que estava explorando a bacia do Alto Orinoco foi expressamente impedido de entrar no Brasil ou realizar suas observações científicas.

³⁶ Nota do autor: Já desde meados do século, o Observatório Astronômico realizava observações meteorológicas regulares, bases precoces de uma Climatologia científica do Brasil.

é impossível deixar de fazer menção à Inspetoria Federal de Obras contra as Secas - IFOCS, criada em 1922 e que promoveu o primeiro levantamento (“survey”) científico de caráter geográfico que se tem notícia para o Brasil, compreendendo mapas e memórias descritivas das condições naturais do Nordeste, não apenas quanto à Hidrologia e à Climatologia (Meteorologia), mas também à cobertura vegetal e características fisiografias em geral³⁷.

Em 1934, abre-se uma nova e florescente etapa para o ensino e a pesquisa científica nas ciências sistemáticas de um modo geral e para a Geografia e História de um modo especial. Foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na Universidade de São Paulo - FFCL/USP, logo seguida por uma similar na Universidade do Distrito Federal - UDF que seria sucedida em 1942 pela Faculdade Nacional de Filosofia - FNF da Universidade do Brasil. Nelas foram implantados os primeiros cursos de Geografia e História, conjuntamente. Com breve tempo, outras faculdades e outros cursos desta natureza se difundiram pelo país, sempre com a finalidade primordial de formar professores para o ensino em nível médio. Tanto que a separação dos dois campos disciplinares, Geografia e História, em dois cursos distintos e autônomos, procurando atender à especialização profissional, somente veio a ocorrer quase que vinte anos depois das primeiras fundações, a começar pela própria Universidade de São Paulo. Estas circunstâncias permitem entender alguns aspectos iniciais da evolução da pesquisa geográfica no país. Mas antes de mais nada é na maneira como se institucionalizou a Geografia científica nos dois principais centros culturais que nos permite caracterizar as primeiras etapas desse processo.

Além das primeiras faculdades de filosofia, duas outras instituições foram de grande importância na implantação e na difusão da Geografia científica, especialmente a partir dos anos quarenta: a Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, fundada em São Paulo em 1934 e o Conselho Nacional de Geografia - CNG, sediado no Rio de Janeiro, criado em 1937, na estrutura do IBGE. Os rumos da moderna pesquisa geográfica no Brasil, em suas primeiras décadas, deve imensamente às atividades da AGB e ao CNG. Antes de caracterizarmos o papel de ambas, bem como dos dois primeiros centros universitários, convém apresentar alguns dos mais influentes geógrafos europeus que contribuíram marcantemente para o desempenho dessas instituições.

Os cursos da FFCL/USP foram instalados com a contribuição de muitos especialistas estrangeiros, sendo que uma verdadeira “missão francesa” atuou particularmente na área de ciências humanas. O mesmo aconteceria depois no Rio, UDF e na Universidade do Brasil. Na área da Geografia, onde havia carência (diríamos também desconhecimento) total da formação científica, o papel desses primeiros mestres foi fundamental sobretudo porque a atuação deles se deu em um meio cultural onde quase tudo estava por ser feito em matéria de racionalidade científica³⁸.

Pierre Deffontaines (1894-1978), chegado a São Paulo em 1934, conseguiu atrair para a “moderna Geografia” um grupo entusiasmado que reunia, inclusive, intelectuais diplomados e atuando em outras áreas, como Direito, Engenharia, Geologia, História etc. Acreditamos que isso foi muito importante para o prestígio de um ramo de conhecimento que era nessa época desmoralizado pelo rótulo de “compêndio de serras, de cabos e ilhas”. Transcendendo a esta influência pessoal e direta, Deffontaines conseguiu criar em São Paulo a Associação dos Geógrafos Brasileiros e influenciou seus eventuais alunos no Rio de Janeiro para a criação do Conselho Nacional de Geografia. Além disso, e em complementação à criação da AGB e do CNG, também por sua influência direta foram fundados os dois primeiros periódicos para di-

³⁷ Nota do autor: Dada a natureza da Geografia consideramos fundamental na formação da cultura científica do geógrafo o conhecimento ainda que sumário, do modo como evoluíram no Brasil as ciências afins. Neste particular, uma das obras básicas de referência é a *História das ciências no Brasil* (1979), coordenada por Mário Guimarães Ferri e Shozo Motoyama, em três volumes.

³⁸ Nota do autor: Para informações mais detalhadas sobre o assunto, ver: BERNARDES, N. A influência estrangeira no desenvolvimento da geografia no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 44, n. 3, p. 519-527, jul./set. 1982. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: maio 2020.

vulgarização da ciência geográfica e da contribuição de interesse geográfico das ciências afins: em São Paulo foi a *Geografia* (1935), de responsabilidade da AGB, de efêmera duração, tendo dado lugar a outras publicações; no Rio de Janeiro foi a *Revista Brasileira de Geografia* publicada pelo CNG, a partir de janeiro de 1930 e que ainda agora se acha sob a responsabilidade do IBGE³⁹. Outra publicação do CNG foi o *Boletim Geográfico* (1943-1978) voltado mais para a divulgação de textos alhures publicados, informações diversas e contribuições didáticas, todos materiais de grande valia aos professores de Geografia em nível médio e superior, por mais de trinta anos. A Geografia de Deffontaines ainda era tipicamente lablacheana, de uma variante que veio a ser conhecida como “etnográfica”, dada a preferência pelos temas inspirados na noção de “gênero de vida”. Sua *Geografia Humana do Brasil* (1940), em primoroso estilo literário, foi a primeira demonstração, nesta fase, do que podia fazer a moderna Geografia, dentro dos parâmetros do pensamento geográfico da época, evidentemente⁴⁰.

Ao sair do Brasil em 1938, Deffontaines cedeu o lugar para Pierre Monbeig, que chegara a São Paulo muito jovem, em 1935, onde permaneceu por mais de uma década. Sem nenhuma dúvida, pode-se dizer que se deve a ele a estruturação da pesquisa geográfica universitária em São Paulo. Mais interessado na Geografia Humana, ele, entretanto, estimulou também interessados em Geografia Física e, o que é mais importante, para a caracterização da produção geográfica desta fase, fiel à escola francesa, estimulou o estilo de monografia regional, especialmente a produção de monografias de cidades. Ele mesmo produziu um modelar estudo regional sobre o oeste de São Paulo, tendo como fio condutor a expansão das frentes pioneiras⁴¹.

Se devemos a Monbeig a estruturação do núcleo de pesquisadores paulistas nos anos quarenta, no Rio de Janeiro foi igualmente importante o papel de Francis Ruellan (1894-1975) na mesma época, ao influenciar muito o grupo que poderia ser considerado a segunda geração de geógrafos do CNG. A primeira, responsável pela montagem deste órgão, recebera impulso original diretamente de Deffontaines. Ruellan, que residiu no Brasil entre 1940 e 1956, era um entusiasta da Geomorfologia, tendo publicado um magistral estudo de interpretação da origem da baía de Guanabara e do planalto a ela vizinho (RUELLAN, 1944)⁴². Contudo, também ele fiel à sua tradição francesa, não descuidava de inculcar em seus alunos (ele trabalhou como professor na antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil - UB⁴³ e como assistente técnico do CNG) o interesse pela Geografia Humana. A ele, como a nenhum mestre no Brasil se deve o ensino associado a um intenso e extenso treinamento de campo. Este fato teve particular influência na constituição de um vigoroso núcleo de pesquisadores no CNG, que foi a primeira e durante muito tempo, a única instituição a oferecer oportunidade de se realizar pesquisa geográfica fora da universidade. Pode-se admitir também que esta atuação do CNG foi uma das causas, não a única, evidentemente, do fato de que a pesquisa universitária no Rio custou a se institucionalizar, ao contrário do que aconteceu em São Paulo.

O ano de 1945 marcou o início de uma segunda fase no processo de maturação da implantação da moderna Geografia no Brasil. Neste ano se deu a reestruturação da Associação dos Geógrafos Brasileiros, até então de atuação apenas em São Paulo. A primeira geração de pesquisadores, liderada por Aroldo de Azevedo (1910-1974) em São Paulo, e por Christovam

³⁹ **Comentário do editor:** Editada pelo IBGE, a *Revista Brasileira de Geografia - RBG* é uma das mais antigas e respeitadas publicações técnico-científicas brasileiras, na área de Geografia e ciências afins. Com pequenas interrupções, a RBG foi publicada quadrimestralmente, por quase 70 anos, entre 1939 e 2006, sendo considerado um periódico de referência. A RBG foi relançada em 2016 com edições semestrais em versão digital.

⁴⁰ Nota do autor: Publicada originalmente sob forma de artigos na *Revista Brasileira de Geografia* (v. 1, n. 1-3, 1939), ela apareceu depois em separata sob a forma de livro em 1940.

⁴¹ Nota do autor: Pierre Monbeig lançou, em 1952, a obra *Pionniers et planteurs de São Paulo*. Há uma tradução em português, *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, publicada em 1984.

⁴² A citação avulsa de alguns trabalhos neste capítulo tem como objetivo apenas dar um traço do perfil científico dos mestres responsáveis pela orientação que a Geografia científica brasileira tomou nas primeiras fases de sua evolução.

⁴³ **Comentário do editor:** Universidade do Brasil atual Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Leite de Castro (a quem se deve a fundação do CNG)⁴⁴, no Rio, secundado por Fábio de Macedo Soares Guimarães (1906-1979) decidiu por uma nova estrutura da AGB, organizada em secções que passariam a congregar em cada lugar do país os grupos de geógrafos atuantes que fossem se constituindo. Anualmente haveria uma reunião – as Assembleias Gerais – para a troca de experiências profissionais e tomada de decisões quanto ao manejo administrativo da entidade⁴⁵.

Este acontecimento foi vital para o sucesso da pesquisa geográfica e, o que é mais importante, para acelerar a sua difusão pelos outros centros culturais do país. Mas outros acontecimentos contribuíram, e muito, para marcar esta nova fase. De particular importância foi a criação da Divisão de Geografia no CNG (1948), chefiado por Fábio M. S. Guimarães⁴⁶.

Os criadores do CNG eram originados de uma Secção de Estatística Territorial existente no Ministério da Agricultura. Isto facilitou a inserção do novo órgão na estrutura do Instituto Brasileiro de Estatística que havia sido criado em 1936, dando origem ao IBGE. Dentre os motivos que inspiravam a origem do novo órgão, figuravam a necessidade de levar adiante o compromisso internacional de elaboração da *Carta do mundo ao milionésimo* (1:1 000 000) e a existência de interlocutor para a adesão oficial do Brasil à União Geográfica Internacional - UGI. Estes dois fatos certamente conferiram ao CNG uma posição respeitável no universo institucional-administrativo da época. A pesquisa geográfica propriamente se instalou na estrutura do IBGE, graças à pertinência dos dois especialistas mencionados, ambos antigos alunos da UDF, onde encontraram Deffontaines e outros mestres franceses. A Divisão de Geografia foi instalada com uma estrutura em que existiam setores especializados em cada um dos ramos da Geografia Geral (Estudos Sistemáticos) e nas cinco grandes regiões do país (Estudos Regionais). Outro fato significativo ocorrera, ainda em 1945. Jorge Zarur (1916-1957), que fizera pós-graduação nos Estados Unidos, ingressou no CNG e influenciou no sentido de que o grupo que deveria liderar a pesquisa institucionalizada fosse igualmente aos Estados Unidos aperfeiçoar-se. O fato deveria resultar em uma contrapartida forte à única influência por parte da Geografia francesa, esperava-se. Mas nem tanto assim ocorreu, embora a metodologia do pensamento de Hettner-Hartshorne (Guimarães foi aluno brilhante deste último e por ele muito acatado) tivesse deste modo desembarcado entre nós.

Um resultado de certo modo decisivo foi o contato estabelecido com Leo Heinrich Waibel e a consequente contratação dele como Assistente Técnico do CNG, função em que ficou, com tempo integral, de 1946 a 1950. Waibel, por sua vez, foi um destacado discípulo de Hettner e sua metodologia de pesquisa guardava muito da fonte original. Contudo, ele estava convencido que em um país tão vasto como o Brasil, onde quase tudo em matéria de Geografia científica estava por ser feito, devia-se renunciar à abordagem regional e atacar o estudo de grandes questões setoriais, ou seja, adotar a abordagem sistemática. Este foi o sentido de seu trabalho entre nós e da influência que ele deixou. Estudo de problemas dos recursos naturais e do uso da terra, centrados nos sistemas agrícolas, nortearam suas pesquisas em Geografia Agrária, um ramo da Geografia Econômica a que ele particularmente deu um grande impulso. Com isso ele estabeleceu uma grande influência nos rumos de um setor da

⁴⁴ **Comentário do editor:** Para informações mais detalhadas sobre Christovam Leite de Castro, ver: CHRISTOVAM Leite de Castro e a geografia no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 338 p. (Documentos para disseminação. Memória institucional, n. 18). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64829.pdf>. Acesso em: maio 2020.

⁴⁵ Nota do autor: Durante essas Assembleias da AGB, além da discussão de comunicações (ocasião em que se discutia muito o que conferia o caráter e a significação geográfica no tratamento de um tema, bem como quais as características de um plano de trabalho realmente geográfico) realizavam-se trabalhos de campo de curta duração tendo como objetos de estudos a cidade sede (Geografia Urbana) e áreas em seus arredores (Geografia rural, geralmente). Foi deste modo que a AGB alimentou o espírito crítico entre os geógrafos e, exercendo um papel relevante, foi implantando o interesse pela pesquisa direta em outros centros universitários do país, despertando ou cultivando a vocação de muitos daqueles que vieram a contribuir destacadamente para a produção científica e para algumas características do pensamento geográfico brasileiro. A prática da pesquisa direta foi se modificando após 1968 e acabou por ser abandonada em favor de excursões guiadas.

⁴⁶ Nota do autor: O contexto técnico-científico em que se inseria a nascente Divisão de Geografia é algo realmente interessante a ser conhecido na evolução da Geografia brasileira e está expresso na alocação de Guimarães constante do noticiário **Décimo primeiro aniversário do Conselho Nacional de Geografia**, publicado na *Revista Brasileira de Geografia* em 1948.

pesquisa geográfica no Brasil. Papel muito significativo ele teve no modo como incutiu naqueles que o cercaram uma metodologia de pesquisa, em grande parte baseada no trabalho de campo, onde a técnica consistia principalmente na análise das paisagens agrárias e na definição dos padrões espaciais de utilização da terra. O papel da teoria em Geografia somente seria discutido de forma explícita, e com muitos desacertos, mais de uma década depois de sua saída do país. Mas ninguém pode negar que a aplicação e a construção de uma trama teórica estão presentes nos trabalhos de Waibel. Contudo, de uma forma que ele julgava mais correta: “primeiro os fatos, depois a teoria”. Seu método, aliás, poderia ser também resumido em uma máxima que define bem o procedimento de uma ciência de observações: “primeiro descrever, depois explicar”. Lição digna de ser meditada ainda hoje.

As características da produção geográfica no decênio 1945-1956 foram muito influenciadas pelas lideranças dos mestres que aludimos.

Em São Paulo, desde logo se exercitou a pesquisa motivada pela pós-graduação. Diversas teses de doutoramento definiriam a produção acadêmica, as quais juntamente com artigos publicados tinham como traço comum a inspiração original de Monbeig, caracterizando o grupo que em certo momento veio a ser denominar “escola paulista”: a predominância de monografias regionais, monografias de cidades e alguns estudos agrários. No Rio a única experiência universitária a ser registrada foi a criação de um Centro de Pesquisas em Geografia do Brasil na FNF da Universidade do Brasil, por Hilgard O’Reilly Sternberg, pós-graduado nos Estados Unidos e desvinculado totalmente das influências pessoais acima referidas.

A instituição mais ativa, já vimos, foi a Divisão de Geografia do CNG. Como órgão de governo, a CNG deveria cobrir demandas na produção geográfica que se caracterizassem por seu pragmatismo. Assim, além de uma variada produção individual (“voluntária”, como se dizia) de seus técnicos que não tinha outro propósito senão ampliar o conhecimento de aspectos da Geografia brasileira⁴⁷, alguns dos grandes trabalhos do CNG resultaram da demanda referida. O mais notável, sem dúvida, a *Divisão regional do Brasil para fins de agregação estatística*⁴⁸.

Fixada pela primeira vez em 1942, ela sofreu uma profunda revisão justamente em 1945. Mais adiante este assunto será tratado detidamente. Um outro trabalho desta época, este realmente fascinante para os geógrafos que desejavam exercitar o lado prático de sua disciplina, foram os estudos para a localização da Nova Capital do país (1947). Esta foi, com efeito, a primeira vez no Brasil que os geógrafos eram chamados a aplicar seus conhecimentos na solução de um problema concreto, de natureza técnica-científica. A contribuição geográfica consistia em determinar o lugar, ou os lugares, cujas características de posição e de sítio fossem as mais favoráveis para a futura capital, cabendo ao Congresso Nacional a decisão final, tendo em vista os aspectos políticos envolvidos na questão⁴⁹. O âmago da polêmica que se deu em torno da melhor solução, quanto a localização da futura capital, se deu em torno da aplicação do conceito de posição geográfica, e sua relação com o âmbito do “Planalto Central” brasileiro. Resumindo, um grupo preconizava que a posição mais racional seria na orla da chamada “core área”, a área de maior densidade demográfica e econômica, ponto

⁴⁷ Nota do autor: Características desta atividade foram, por exemplo, os primeiros ensaios de mapas temáticos, e monografias sobre aspectos da produção agrícola, sobre a distribuição da população etc. Mas, evidentemente, muitos outros temas foram tratados com mesmo propósito.

⁴⁸ **Comentário do editor:** Essa grande divisão regional do território para fins estatísticos foi detalhada pela Resolução n. 77, de 17.07.1942, do CNG. Em termos legais, a Circular n. 1, de 31.01.1942, da Secretaria da Presidência da República, constituiu o documento que determinou a adoção em todos os ministérios da Divisão Regional definida pelo IBGE.

⁴⁹ Nota do autor: Naquela época as informações sobre a região eram paupérrimas, bastando lembrar que os mapas geológicos, ainda rudimentares, apresentavam equívocos terríveis na litologia superficial. Portanto, foram necessários intensos trabalhos de campo, realizados em duas expedições que contaram com a chefia de Francis Ruellan, uma, e a orientação técnica de Leo Waibel, outra. Quanto aos resultados dos trabalhos realizados por estas expedições, a metodologia empregada e o raciocínio geográfico que levou às soluções propostas, ver: GUIMARÃES, F. de M. S. O Planalto Central e o problema da mudança da capital do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, n. 4, p. 471-542, out./dez. 1949b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: maio 2020.

de vista este sustentado pelos argumentos desenvolvidos pela contribuição oferecida pelo CNG, com base no relatório do grupo que constituiu a segunda expedição. O outro ponto de vista sustentava a ideia de indicar uma localização no centro territorial do país, procurando interpretar, assim, o preceito constitucional ao pé da letra desprezando qualquer argumentação em contrário, baseado no conceito geográfico de posição. Como se sabe, a decisão final adotou esta proposição.

A importância profissional dos estudos para a localização da Nova Capital transcendeu os objetivos imediatos envolvidos nos trabalhos de campo e de gabinete. Eles alargaram consideravelmente o conhecimento do interior do país, proporcionaram treinamento para um grande número de geógrafos do CNG e de graduados da FNF, consolidaram a importância do trabalho de campo como fonte do conhecimento geográfico realmente científico e, inegavelmente, marcaram a estreia dos geógrafos no cenário técnico nacional. A partir daí, especialmente, quando o planejamento regional começou a ser uma preocupação político-administrativa, aumentaram as contribuições da Geografia neste sentido: delimitação da Amazônia para-fins de aplicação de recursos financeiros determinados pela Constituição de 1946 ("Amazônia Legal"); caracterização da bacia do rio São Francisco, como base para diagnósticos socioeconômicos, também em decorrência de preceito constitucional; estudos na área de influência da Usina Hidrelétrica do São Francisco (Paulo Afonso) e assim por diante. Outro exemplo é o do Levantamento Geográfico da Bacia do Paraná-Uruguaí, uma promissora experiência do trabalho cooperativo pelos sócios da AGB.

Algumas fronteiras importantes na pesquisa dentro do quadro do pensamento tradicional da Geografia foram abertas nesta época. Citamos Monbeig e sua contribuição ao estudo das frentes pioneiras. Leo Waibel, além de seu abrangente estudo sobre a colonização europeia, terra e os sistemas agrícolas no sul do país⁵⁰, já insistia nos problemas relativos ao aproveitamento dos solos dos campos limpos e dos cerrados.

Pierre Danserau apesar de sua curta estada no Brasil (1945) lançou as bases de nossa Biogeografia, um ramo cujo desenvolvimento fazia falta. Da mesma forma, em uma curta temporada, Pierre Gourou em suas conferências e artigos contribuiu para revolucionar a percepção ecológica vigente quanto à Amazônia, percepção esta que continuou em revisão até os dias atuais.

Apesar de novidades como essas, ao fim do decênio em foco, a nossa produção geográfica estava tendendo para certa mesmice repetitiva. As monografias regionais, com raras exceções, pautavam-se pelo famoso plano de "gavetas", em que desfilavam com pouca ou nenhuma interação, as várias partes da Geografia Física e Humana. Os estudos de Geografia Urbana também seguiam um mesmo figurino em que parte importante era, via de regra, a planta funcional da cidade. A Geomorfologia, ainda que imaginativa, pouco fugia da busca pelas superfícies de erosão, peneplanados e da interpretação de uma morfologia cíclica de inspiração davisiana⁵¹.

A realização do XVII Congresso Internacional de Geografia, sob a égide da União Geográfica Internacional, no Rio de Janeiro, em 1956, marca uma nova fase na evolução da Geografia brasileira⁵². Como já dissemos em outro lugar (BERNARDES, 1982, p. 525), este congresso teve para os brasileiros um significado todo especial, cabendo destacar o seguinte: (1) ele provocou tanto um verdadeiro balanço no conhecimento acumulado sobre o território nacional como um certo avanço neste conhecimento, pela necessidade

⁵⁰ Nota do autor: Para informações mais detalhadas, ver: WAIBEL, L. Princípios da colonização europeia no sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, n. 2, p. 159-222, abr./jun. 1949. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: maio 2020.

⁵¹ Nota do autor: Um dos pais da Geomorfologia foi William Morris Davies (1850-1934), um geógrafo norte-americano, autor da teoria dos ciclos de erosão normal e seus estágios de formas de relevo: juventude, maturidade, senilidade.

⁵² Nota do autor: Convém lembrar que este mesmo congresso marca o fim de uma fase clássica; própria estrutura dos futuros Congressos Internacionais mudou depois desse, tornando-se mais complexa e incorporando novos temas compatíveis com as transformações que adviriam.

de elaboração de nove livros-guia de excursões, abrangendo todas as macrorregiões do país; (2) propiciou a oportunidade de, pela primeira vez, estabelecer-se uma efetiva cooperação entre os vários centros de pesquisa já existentes; 3) propiciou, também, amplo contato de nossos geógrafos com destacados cientistas do hemisfério norte, o que para muitos foi particularmente proveitoso ao mesmo tempo que contribuiu para acelerar, ainda mais a difusão da Geografia científica fora dos grandes centros metropolitanos de então; (4) levou os brasileiros a um melhor ajuizamento do estado de desenvolvimento da Geografia entre nós; (5) favoreceu direta ou indiretamente uma aferição de rumos metodológicos da pesquisa e dos temas preferenciais, rompendo enfoques tradicionais. O Congresso do Rio, em suma, marcou o estágio de plena maturidade da Geografia científica no Brasil e abriu uma nova fase no seu processo de desenvolvimento.

Já vimos como, depois de 1945, outras influências já haviam contrabalançado os traços da influência do pensamento lablachiano entre nós, sobretudo com o desenvolvimento de temas sistemáticos e de orientação econômica (como, por exemplo, estudos de utilização da terra).

A nova fase, depois do citado congresso, será marcada por influências ainda francesas, mas com abordagens novas, novos temas, novas técnicas. Houve, por exemplo, uma influência direta muito grande de Jean Tricart, no nordeste, em Geografia Física (Geomorfologia climática) e na preocupação pela nova ideia de uma Geografia aplicada, que atingia grande sucesso na Europa; de Michel Rochefort, no Rio, contribuindo para renovar os estudos de Geografia Urbana e regional, no marco de novas teorias da concepção do espaço funcional; Pierre George, em São Paulo, orientando geografia das indústrias etc.

A publicação de um estudo *O Rio de Janeiro e sua região* (1964) por um grupo de trabalho de Geografia Urbana do CNG, orientado por Rochefort, representaria uma ruptura com a orientação tradicional dos estudos de Geografia Urbana entre nós, ruptura essa que já estava se renunciando em reuniões da AGB, desde 1957-1958. O mesmo estudo favoreceria a divulgação das novas teorias sobre região, na forma que mais adiante veremos. Por seu lado, a publicação em 1956 de um artigo de Lester C. King, um geomorfólogo sul-africano⁵³, acarretaria novas orientações teóricas nos estudos da Geomorfologia brasileira, ao considerar, entre outras contestações às teorias clássicas, o papel das condições de climas secos na modelagem das formas de relevo nas grandes superfícies do Brasil atlântico. Também a Climatologia procurou se renovar, buscando alternativas à tradicional classificação climática de Köppen: novos estudos surgiram, uns apresentando classificações genéricas, baseadas na frequência de massas de ar atmosférico, outros adaptando ao Brasil classificações baseadas no emprego de índices xerotérmicos.

Foi este também o período em que se produziram grandes obras de conjunto, de autoria múltipla, procurando caracterizar a totalidade do território objetivando divulgar o estado a que se chegara no conhecimento de todo o país. Em São Paulo, sob a coordenação de Aroldo de Azevedo, iniciara-se a publicação de uma monumental obra – *Brasil: a terra e o homem*, infelizmente interrompida após a saída do segundo volume⁵⁴. No Rio de Janeiro, o CNG, em 1965, publicou o *Atlas nacional do Brasil: parte geral*⁵⁵, o primeiro atlas temático

⁵³ Nota do autor: Para informações mais detalhadas, ver: KING, L. C. A geomorfologia do Brasil oriental. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 18, n. 2, p. 147-265, abr./jun. 1956. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: maio 2020.

⁵⁴ Nota do autor: AZEVEDO, A. de. (coord.). *Brasil: a terra e o homem*. São Paulo: Ed. Nacional, 1964-1970. 2 v. (Brasiliense. Formato especial). O volume 1 versa sobre as bases físicas e o volume 2 sobre a vida humana. O plano desta obra optou pela abordagem sistemática, como se percebe.

⁵⁵ **Comentário do editor:** A primeira obra desse tipo foi lançada pelo IBGE em 1959, com o nome de *Atlas do Brasil: geral e regional*. Em 1966, uma nova edição intitulada *Atlas nacional do Brasil* trouxe atualização dos dados em algumas folhas. A versão 2010 do Atlas Nacional do Brasil incorporou o nome do Geógrafo Milton Santos em seu título conforme disposto na Lei n. 11.159, de 02.08.2005 (ATLAS..., 2010). Além de versões digitais e interativas, o IBGE produz atlas temáticos e educativos.

do país, acompanhado de textos explicativos. Editou também a primeira grande *Geografia do Brasil*⁵⁶ (1959-1968) adotando abordagem regional.

O decênio 1956-1966 foi particularmente importante, não apenas quanto à evolução do pensamento geográfico brasileiro, ao se dar uma ruptura com os enfoques tradicionais, e uma mudança da maneira de perceber o território nacional, mas também pela própria afirmação do caráter profissional que a Geografia veio a apresentar. Lembremo-nos que esta foi uma era em que o país passou por transformações aceleradas, ao se acentuar a política de substituições de importações e, conseqüentemente se processar o robustecimento do mercado interno, com isso, a própria Geografia social e econômica do país se refazia. Por outro lado, mesmo o conhecimento da fisiografia se realimentava no grande desenvolvimento das geociências em geral. Importa lembrar, ainda, que logo no início deste período se dá a separação dos cursos de Geografia e de História nas faculdades de Filosofia (a partir de 1957), favorecendo o pensamento da formação de professores e pesquisadores.

Por outro lado, a vitalidade do policentrismo no desenvolvimento das atividades promovidas pela AGB reflete-se no número de periódicos especializados que surgiram nesta fase. Os Boletins de Geografia das Seções Regionais: O *Boletim Mineiro de Geografia* (1957), o *Boletim Paranaense de Geografia* (1960), o *Boletim Baiano de Geografia* (1960). Infelizmente eles não duraram até os anos setenta.

O governo Kubistcheck (1955-1960), com seu plano de metas, a ideologia do desenvolvimentismo, a fundação de Brasília, a abertura da rodovia Belém-Brasília, a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, dando início à era dos grandes troncos rodoviários de caráter transcontinental (posteriormente, em 1962, seria completada e asfaltada a Rio-Bahia), provocou, com tudo isso, uma nova atitude na percepção geográfica do território. Basta lembrar, por exemplo, que a Amazônia até então era analisada apenas em função de sua penetração e ocupação a partir de rede fluvial: na era rodoviária, outros enfoques e outros problemas se apresentaram. Sobretudo, com os grandes eixos de circulação terrestre, a ideia de um novo modelo de organização espacial emergiu, sepultando de vez a velha imagem do "arquipélago" brasileiro.

Como consequência destas transformações e das políticas desenvolvimentistas, o planejamento regional foi se impondo como ideia-força de uma nova época. O interesse crescente em fazer da Geografia uma disciplina pragmática acelerou a sua abertura interdisciplinar no Brasil. A institucionalização do planejamento regional, que viera tomando corpo desde a promulgação da Constituição de 1946, passou a ter importância maior com a criação da SUDENE e atingiu a escala nacional com o regime instalado em 1964 ao criar o Ministério do Planejamento. Entre outros fatos merece especial registro a existência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, neste ministério, criado na mesma época do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - SERPHAU, órgão do Banco Nacional de Habitação, interessado no planejamento físico em escala local. Estes dois e mais os órgãos de atuação regional, aos quais se somaram órgãos estaduais de planejamento, vieram alargar muito as perspectivas de aplicação da Geografia e do exercício técnico profissional por parte dos geógrafos, sobretudo a partir da segunda metade dos anos sessenta. É desta fase a colaboração entre o IPEA e o IBGE, ambos parte do mesmo ministério, tendo em vista a colaboração dos geógrafos para a regionalização do país, da escala nacional à escala local, resultando na publicação da volumosa coletânea *Subsídios à regionalização* (1968), com 127 mapas (cuja escala regional era de 1:5 000 000) acompanhados de textos.

Uma quarta etapa na evolução da Geografia brasileira se identifica na década de 1970, caracterizada pela febre do quantitativismo e pelas mais diversificadas iniciativas de reno-

⁵⁶ **Comentário do editor:** A série é produzida pelo IBGE desde a década de 1950, abrangendo as macrorregiões do País. As edições seguintes produziram estudos sobre o país para as décadas de 1970 e 1980 (GEOGRAFIA..., 1977, 1989), tendo havido um hiato nas décadas de 1990 e nos anos 2000. Em 1960, foi lançada a *Geografia do Brasil: roteiro de uma viagem*, obra em volume único, contemplando um conjunto de estudos coordenados pelos Geógrafos Antonio Teixeira Guerra e Eloisa de Carvalho. Em 2016, o instituto retomou as discussões em torno de uma nova edição desse estudo lançando um volume intitulado *Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI*.

vação de temas e de abordagens geográficas. Observe-se que, mais uma vez, se verifica uma significativa defasagem das inovações no Brasil em relação ao surgimento das respectivas correntes geográficas no hemisfério norte.

O principal grupo de geógrafos convertidos às novas proposições encontrava-se entre os técnicos do IBGE (o velho CNG desaparecera com a reestruturação do Instituto em 1967)⁵⁷. Contudo, além de uns raros geógrafos dispersos pelas universidades, um grupo muito ativo se constituiu, também, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, SP (atualmente parte da UNESP), grupo este que fundou em 1971, uma Associação de Geografia Teorética e passou a publicar um periódico na “Nova Geografia” (*Boletim da AGETEO*)⁵⁸.

⁵⁷ Nota do autor: Dentre os inúmeros trabalhos que marcam o estágio a que havia chegado a implantação da “Nova Geografia” no Brasil, cite-se o de Speridião Faissol, *Problemas geográficos brasileiros: análises quantitativas* (1972).

⁵⁸ **Comentário do editor:** Trata-se do *Boletim de Geografia Teorética*, publicado de 1971 a 1995.

II.1 Natureza da Geografia

Consideremos as seguintes definições, dentre as muitas que foram propostas para definir a Geografia, ou o seu objeto:

- ela objetiva a repartição na superfície do globo dos fenômenos físicos, biológicos e humanos, as causas desta repartição e as relações locais destes fenômenos (MARTONNE, 1909);
- é o estudo dos fenômenos localizados, dos quais a superfície da Terra é o teatro, em suas repartições e suas relações de causa e efeito (MEYNIER, 1971);
- é o campo do conhecimento no qual são examinadas as características de determinados lugares na superfície da Terra (JAMES, 1959);
- é a disciplina que procura descrever e interpretar o caráter variável de lugar para lugar da Terra como o mundo do homem (HARTSHORNE, 1959);
- ela se preocupa com as áreas da superfície da Terra (tal) como são vistas (percebidas) pelo homem (LUKERMANN, 1969);
- é o estudo do espaço humanizado (GEORGE, 1968);
- ela pode ser abordada em pelo menos três caminhos distintos: (a) compreender a unicidade de um lugar ou região, (b) descobrir a relação do homem e seu ambiente, ou (c) explicar sistematicamente a localização das atividades e a interação espacial, isto é – a interação espacial da sociedade (MORRILL, 1970);
- é a parte da ciência total que se ocupa com o relacionamento entre os processos sociais, de um lado, e o ambiente natural e as relações espaciais de outro (PEET, 1977).

Percebe-se por elas um gradativo deslocamento do enfoque geográfico e uma multiplicidade de atitudes quanto aos objetivos e, conseqüentemente, quanto ao campo da disciplina. Entretanto, é fácil notarmos que há duas coisas em comum na maioria destas definições: uma é a expressão espacial dos fatos em estudo e a outra é a presença, explícita ou implícita, do homem como centro da caracterização geográfica destes mesmos fatos.

As abordagens geográficas

Tendo em vista a enorme diversidade da natureza da produção geográfica contemporânea, digamos nos últimos dez anos, é lícito admitir-se que um iniciante seja levado a perguntar: afinal, o que é a Geografia? Não é de estranhar, porquanto volta e meia, nos momentos de crise metodológica (crises que se têm repetido com frequência cada vez maior) também os iniciados, aqueles menos convencidos das novas propostas, se detêm, procurando uma orientação a tomar e fazem a mesma pergunta: o que é a Geografia, qual é o seu objeto, qual o seu método, quais as técnicas mais adequadas? Em suma, qual é a natureza da explicação geográfica?

Como já foi advertido, o nosso propósito aqui não é realizar questionamentos sobre propostas metodológicas, mas é antes de tudo procurar ordenar um quadro a respeito o menos conflitante possível.

Na verdade, o que encontramos atualmente, em virtude da evolução por que passou a Geografia científica neste século é, na verdade, uma diversidade de enfoques, de abordagens, que podemos esquematizar em quatro tendências principais. Em sua expressão mais pura, cada uma delas corresponde a uma posição filosófica definida e a uma atitude metodológica clara. Mas, frequentemente, pelo que se pode examinar na produção geográfica contemporânea, elas se prestam ao ecleticismo temático e conceitual. Mesmo do ponto de vista das técnicas de pesquisa pode se dizer que elas não correspondem, absolutamente, a compartimentos estanques. De acordo com o que foi visto anteriormente, poder-se-ia definir o objetivo fundamental da Geografia em quatro variantes, segundo as principais correntes de pensamento, a saber:

- 1) A Geografia procura descrever e interpretar as relações entre os grupos humanos e seu ambiente.
- 2) A Geografia procura estudar a diferenciação de áreas na superfície da Terra.
- 3) A Geografia procura analisar e explicar as formas de organização econômica do espaço.
- 4) A Geografia procura identificar e entender os processos sociais em relação com o espaço em que se inserem.

Todas estas formas de abordagem são praticadas, subentendendo-se a atualização de seus objetivos e a adequação dos seus métodos e técnicas de pesquisa ao estado atual do desenvolvimento e das preocupações filosóficas da Geografia.

Os dois primeiros enunciados acima, como é evidente, correspondem aos objetivos da Geografia em sua fase científica tradicional. Hoje em dia entretanto, encontram-se despojadas de conceitos e preocupações que não têm mais validade. Assim, por exemplo, a famosa noção de “gênero de vida” vidaliana perdeu seu sentido e sua intenção metodológica meio século depois que foi introduzida como uma forma de sintetizar e interpretar as relações homem-meio. Mas insistimos, são ainda abordagens praticadas e praticáveis. Costumamos dizer que são enfoques de natureza **ecológica**.

A interpretação das relações entre o homem e seu ambiente é, em última análise, a compreensão de como se dá, de forma holística, total, a interação entre os fatos culturais entre si e os fatos naturais, todos se combinando em um determinado lugar da superfície terrestre. Este requisito, implícito ou explícito, isto é, de que as combinações ocorram em lugares da superfície da Terra, é adotado a outros desdobramentos na definição do caráter da Geografia como ciência.

Assim é que decorrem daí a ideia de que a essência metodológica da Geografia seria o **conceito regional**⁵⁹. Para Vidal de La Blache a Geografia seria a **ciência dos lugares**, a ciência que procura caracterizar os lugares na superfície da Terra. Segundo Hettner é a **ciência das áreas**, a que procura identificar a diferenciação de áreas na superfície terrestre. De acordo com Sauer é, a maneira de definir estas áreas, fazendo a caracterização das paisagens que lhes correspondem.

Ao resumir estas propostas e fazendo a abordagem ecológica confluir no conceito regional, Hartshorne (1959, p. 64) definiu a Geografia como a disciplina que procura descrever e interpretar o caráter variável da Terra, de lugar a lugar, como o mundo do homem. É, portanto, uma aplicação espacial da abordagem ecológica. Poder-se-á dizer que neste caso, então, a Geografia tem como objeto o espaço ecológico e um espaço homogêneo definido pelas relações ambientais que nele se verificam.

Sob este ponto de vista a caracterização geográfica está voltada para o resultado da interação entre os fatos em um determinado lugar.

Esta concepção do espaço difere daquela que deriva da interação entre os lugares⁶⁰ e que caracteriza um outro tipo de abordagem. Como vimos, a ideia de se privilegiar a análise dos padrões espaciais resultantes da localização das atividades econômicas foi se acentuando na medida em que alguns geógrafos abandonavam as propostas de uma interpretação baseada na pura interação dos fatos culturais e naturais ou na maneira como ela caracterizava a superfície terrestre de lugar para lugar. Assim é que a “Nova Geografia” baseou-se na ideia de que o movimento entre os lugares do espaço origina fatos geográficos de outra ordem os quais por sua vez correspondem a conceitos próprios, não percebidos até então. Este movimento decorrente da localização das atividades econômicas, sobretudo, mas também das atividades culturais e sociais, gera fluxos e nódulos que dinamizam, diferenciam e hierarquizam o espaço. Por outras palavras, estes fluxos correspondem à interação entre os lugares, caracterizando

⁵⁹ Nota do autor: Para informações mais detalhadas, ver: JAMES, P. E. Toward a further understanding of the regional concept. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, DC: AAG, v. 42, n. 3, p. 195-222, Sept. 1952.

⁶⁰ Nota do autor: Para informações mais detalhadas, ver: JAMES, P. E..

um espaço locacional. Neste contexto se inserem os mecanismos de produção, de oferta e de demanda de bens e de serviços e também os canais de circulação de ideias, bem como as ondas de difusão espacial das inovações e das transformações técnicas e econômicas. O movimento origina um gradiente entre os lugares e sua consideração levou ao conceito de que o espaço locacional é um espaço polarizado, em função de refletir a atração de uns centros por outros, dentro das respectivas áreas de influência.

Sendo a distância entre os lugares o fator geográfico primordial para o entendimento das forças interativas contidas nos fluxos do espaço locacional, todos os demais aspectos que qualificam este espaço (o relevo e a hidrografia em primeiro lugar) são desprezados ou minimizados. Na verdade o papel destes elementos fisiográficos se traduz em termos de distância-tempo.

Na verdade, a tecnologia moderna minimiza cada vez mais o papel das condições naturais na circulação e na própria localização das atividades de produção; mas seria simplificar demais ignorá-las na interpretação dos padrões de organização espacial resultante da análise locacional. Não obstante é isso que ocorreu sempre que a Geografia mimetizou a “ciência regional” e superestimou o valor teórico da “planície uniforme”, o espaço isotrópico, desprovido dos atributos fisiográficos.

A preocupação pelas formas de organização social e suas implicações para a interpretação geográfica constituem fato bem antigo, sendo que tanto Ratzel como Vidal de La Blache não negligenciaram este aspecto. Lembremo-nos, por exemplo, do esforço da escola francesa, seu grande mestre à frente, no começo do século para que a Geografia Humana, preocupada também com a sociedade, não fosse absorvida ou anulada pela escola da morfologia social de Émile Durkheim. Lembremo-nos, também, da proposta de Harlam Barrow para que a Geografia se tornasse uma Ecologia humana, face às tarefas que competiriam à Sociologia e à Antropologia.

Não obstante, aquilo que poderíamos considerar uma abordagem social em Geografia, a interpretação fundamentada nas estruturas e nos processos sociais, é fato mais ou menos recente. Não é a mesma coisa que muitos autores consideram como Geografia social, um ramo da Geografia Humana sistemática. Os processos em questão acham-se ligados a uma dinâmica espacial cada vez mais intensa dos sistemas econômicos, tanto nos países de economia avançada, como nos países do terceiro mundo. Tudo isso se processando interligadamente, face à acelerada “mundialização” dos processos que incidem sobre o espaço geográfico. No Brasil, como na América Latina em geral, por exemplo, a industrialização e a urbanização em ritmo acelerado, bem como a expansão do capitalismo no campo, produzem, visivelmente, novos fatos de ordem espacial e ambiental, novas características geográficas, em suma. O binômio constituído pela interação dos elementos ambientais, de um lado, e as interações entre os lugares, por outro, recebe o impacto dos processos sociais que reelaboram o espaço e mudam o significado das interações. Contudo isto se verifica em tempos diferentes, como se pode observar tanto a nível nacional como a nível local: o tempo, portanto é uma dimensão importante a ser considerada e sobre este ponto voltaremos mais adiante, em outro capítulo.

Dentro deste ponto de vista acreditamos que se possa falar em um espaço social, a um tempo produzido pelas forças sociais, mas que, reversamente é também um fator de contingenciamento dos próprios processos que continuam atuando. Isto é bem claro, por exemplo, nos espaços metropolitanos. Mas também pode ser constatado no espaço agrário, levando em conta as características da “modernização conservadora” acarretada pela expansão do capital, onde os procedimentos tecnológicos mudam substancialmente, a economia se vitaliza, mas estruturas agrárias latifundiárias permanecem.

O espaço como objeto de estudo

Como se depreende da caracterização das diversas correntes de interpretação, o espaço é no final das contas, para todas elas, o objeto de análise na interpretação geográfica. Tivemos

oportunidade de ver que para a Geografia de relação, um fato qualquer na superfície da Terra adquire seu atributo geográfico em função de sua conexão com os demais fatos (“combinação” segundo Cholley, “situação” segundo George). Pois bem, quando o modelo tradicional da Geografia entrou em crise e a noção de espaço como um objeto de estudo passou a preocupar mais os geógrafos, em substituição às relações (interação dos fatos), passou-se a insistir no ponto de vista de que o atributo espacial, a condição de estar referido ao espaço, é que definiria o caráter geográfico do fato ou dos fatos. Esta condição aliás, foi bem explicitada pelo conceito corológico, várias vezes aqui referido.

A dimensão espacial como definidora do caráter geográfico alimentou muito a ênfase em um certo tipo de produção conhecida como geografia da distribuição, na qual eram analisados os padrões de distribuição de uma determinada categoria de fato (a população, a produção etc.), explicando-os em função dos demais fatos presentes. Para fins pragmáticos e para a elaboração e interpretação de muitos mapas temáticos, esta é uma atitude operacional válida ainda hoje, contudo, este enfoque havia assumido um significado todo especial desde a Geografia clássica. Com efeito, foi a ideia de que o espaço geográfico poderia ser caracterizado pelos padrões de distribuição (dos climas, das formas de relevo, da cobertura vegetal, do tipo de povoamento, dos produtos etc.), foi esta ideia, em última análise, que alimentou muito no início da Geografia científica a definição da região como um segmento deste espaço. Veremos depois, como o conceito de região um conceito básico, aliás, transcende a esta caracterização simplificada.

Voltando ao espaço geográfico (a adjetivação algumas vezes é necessária, porquanto no pensamento vulgar assumiu maior importância o espaço cósmico) convém se atentar para os vários ângulos com que ele pode ser considerado. Desde já convém ficar claro que o conceito de espaço pressupõe uma continuidade que a região, por definição, não apresenta.

Em Geografia o conceito foi explicitado e tomou corpo, inicialmente, para significar o conteúdo da descrição e explicação quando não para significar o próprio definidor do caráter geográfico dos fatos, em contraposição ao campo das demais ciências. Assumiu, a seguir, uma identidade própria e passou a ser o próprio objeto de análise. Como objeto de estudo, passou a ser qualificado pelo conteúdo e pelos agentes de sua elaboração: do espaço ecológico, espaço econômico, espaço social, espaço político. E também pelos objetivos operacionais: espaço “físico”, (construindo) espaço cultural etc. Na verdade, como categoria de análise o espaço passou a interessar vários outros campos disciplinares. Daí ocorreu então o seguinte: se antes o contato interdisciplinar se dava, preferentemente de forma setorial por meio das especialidades sistemáticas (geomorfólogas com geólogos, biogeógrafos com botânicos, especialistas da população com demógrafos etc.), ele passou a se processar em torno do interesse comum pelo espaço em suas diversas manifestações.

Assim, as atividades de planejamento físico, desenvolvidas a partir da reconstrução das cidades europeias no pós-guerra, conferiram ao espaço geográfico a condição de uma categoria operacional, em escala local, algo cuja reorganização social e física passou a ser o objetivo principal da ação. Os urbanistas, sobretudo, e geógrafos encontraram, desde modo, no diagnóstico e no prognóstico da reorganização do espaço um campo comum. Com a Economia Regional e com o planejamento regional os economistas também se aperceberam do espaço como uma categoria de análise e como uma entidade operacional, um objeto de intervenção. A chamada ciência regional objetiva, justamente, associar economistas, geógrafos e outros especialistas interessados na análise locacional, análise do espaço econômico.

O conceito de espaço prestou-se, inclusive, a tenebrosas consequências ao ser introduzido por Ratzel na geografia na condição de espaço político. Ao ser comparado a um organismo vivo que necessita crescer para atender aos fins do povo que o habita e organiza, ele deu origem ao conceito de espaço vital, conceito básico para a geopolítica nazista, a qual nada mais era que uma teoria de dominação espacial do globo terrestre.

Atualmente é a interpretação dos efeitos da ação do Estado sobre os processos de ocupação e organização do espaço pela sociedade que qualifica o espaço político, o qual, na

realidade, corresponde ao velho conceito de “território”, o trecho da superfície terrestre submetido à soberania de uma nação e que caracteriza a existência jurídica do próprio Estado, que nada mais era do que uma teoria de dominação espacial do mundo.

Ao espaço geográfico correspondem atualmente sofisticadas concepções. Assim, a acentuada dinâmica que lhe é conferida resulta em processos espaciais relacionados com os processos e com a estrutura da sociedade que lhe correspondem. Fala-se, assim, em produção de espaço – conceito de particular significado para os países em desenvolvimento – nos quais a expansão do capitalismo tem uma expressão muito viva na dinâmica espacial. Fala-se também em consumo de espaço, ideia que traduz os reflexos das pressões sobre o ambiente: destruição dos ecossistemas naturais, a degradação do ambiente humanizado, destruição dos recursos naturais disponíveis em uma área determinada etc.

Ao contrário do conceito de superfície terrestre, introduzido ainda no século passado, mas ainda hoje frequentemente empregado, o conceito de espaço geográfico, ao que sabemos, nunca mereceu uma definição precisa e universal, apesar, ou por causa, dessas múltiplas acepções em que é tomado. Mas, curiosamente, ninguém discute sua validade e, como vimos, parece ser o ponto de encontro das várias tendências de pensamento. Ao contrário, também, do que se queria, ou se quer dizer com superfície terrestre, o espaço geográfico tem antes de mais nada uma conotação cultural; sua análise exprime o resultado da ação humana ainda que se subentenda um papel importante por parte das condições naturais. Na realidade, o conceito de superfície terrestre é mais de conotação ecológica, enquanto que o de espaço é mais de conotação econômica, ou política, ou social.

A região – que muitos têm considerado como o verdadeiro objeto – é, por definição, um segmento do espaço, na forma como estamos considerando; ela é o resultado da nossa interpretação do modo como se dá a organização deste espaço pelo homem, pelo homem habitante, pelo homem produtor, pelo homem consumidor. A paisagem – outra proposta clássica para objeto da Geografia, – nada mais é que a expressão desta organização: de como se dispõem os estabelecimentos humanos, as moradas, as unidades de produção, as vias de circulação de bens e pessoas no espaço; é a expressão de como o homem conquista a natureza e humaniza a superfície da Terra. Portanto a noção do espaço geográfico completa-se com a presença do homem: somente é geográfico o espaço em que o homem habita e circula.

Apesar de ter se tornado um campo de interesse também para outras disciplinas, o espaço é mais que um conceito nuclear para a Geografia, ele é seu objeto explícito ou implícito em qualquer abordagem que se adote, em qualquer escala que se estude. Assim, é o interesse pelo espaço, pela expressão espacial dos fatos, que dá unidade ao campo de uma ciência de múltiplas abordagens como é a Geografia.

É necessário retomarmos, agora, a questão da unidade do campo da Geografia e da sua posição entre as demais ciências.

A posição da Geografia entre as ciências

Tanto os adeptos da abordagem locacional (econômica) como os adeptos da abordagem social insistiram e insistem na Geografia como sendo uma ciência social. Para tanto, subentendem que a disciplina assim considerada é pura e simplesmente a Geografia Humana (a geografia do homem ou da sociedade) englobando tanto o enfoque sistemático (ou tópicos) como o regional. Como consequência, a discussão do dualismo da Geografia Geral e regional perderia sua razão de ser. Esta posição doutrinária não é de modo algum universal e nem é tão simples de ser sustentada, sobretudo quando se trata de justificar o caráter da diversidade da contribuição geográfica. Quanto aos demais especialistas a recíproca é verdadeira, pois não são poucas as críticas, no meio acadêmico, quanto ao transbordamento da Geografia Humana e ao fato de que os geógrafos atualmente estão dando aos temas interdisciplinares de estudo um tratamento conceitual e metodológico desenvolvido em outros campos da ciência como a Sociologia e a Economia, por exemplo, e para os quais eles não foram basicamente capacitados.

Por outro lado, esta mesma crítica se estende no sentido de que, agindo assim os geógrafos estão deixando de oferecer uma caracterização, uma correlação e uma interpretação própria dos fatos culturais e naturais, uma contribuição de que os outros especialistas necessitam e que estão encontrando cada vez menos na produção geográfica.

Ora, sabemos que desde a fase clássica do pensamento tradicional não havia unanimidade quanto à natureza da Geografia. Os “vidalianos” consideravam uma ciência de síntese, uma “ponte” ou uma “encruzilhada” entre as diversas ciências sistemáticas da natureza e do homem. Os “hettnerianos” somente a concebiam como uma ciência de método, distinta de todas por sua preocupação espacial (corológica). Enquanto isso, Camille Vallaux (1925) optava por uma pluralidade do campo geográfico, não obstante princípios metodológicos comuns. Distinguiu, expressamente, a Geografia Física como parte das Ciências Naturais e a Geografia Humana como parte das Ciências Sociais: para ele os fatos relativos a cada um desses setores convergiam nos “conjuntos regionais”, mas se superpunham espacialmente. Baulig, por sua vez, clamou que não se tratava de uma “ciência” com um domínio próprio, mas uma maneira, um método, de ver e interpretar os fatos relativos aos campos das ciências da natureza e do homem. Esta discussão encontra-se também entre os geógrafos da língua inglesa que preferem identificar nossa disciplina como um ofício (*art*), a exemplo do que seria a Engenharia ou a Medicina, e não uma ciência (*science*).

Veja-se bem estes pontos de vista, uns mais, outros menos, ainda persistem e persiste também a perplexidade de muitos quanto à questão. Ainda em 1970, Pierre George reconhecia que a Geografia por sua natureza é, por necessidade, metodologicamente heterogênea e assim ela se situa, de um lado, entre as geociências ou as ciências da natureza, de outra parte, entre as ciências do homem. Considerando o enciclopedismo da formação do geógrafo que daí decorre e da inevitabilidade da especialização, ele propõe que esta tendência ao centrifugismo (como podemos assim caracterizar) deve convergir em torno da ação humana (*art?*) e que a unidade do campo disciplinar seja definitivamente fundada em uma “*doutrina da geografia como uma ciência humana*” (GEORGE, 1970, p. 6-8, tradução e grifos nossos). Fora de nosso meio profissional, entre os demais especialistas, o entendimento mais comum ainda é, bem ao contrário do que propõe George, o de que cabe à nossa disciplina o papel de um dos ramos das geociências que procura fornecer as bases para a compreensão dos processos humanos em dado lugar, ou região. Isto é, positivamente uma deformação. Mas no seu afã de afirmar o caráter de ciência social em suas pesquisas, e sobretudo, por horror a tudo que possa sugerir determinismo, os geógrafos estão se esquecendo realmente de que em muitas circunstâncias, inclusive como base para aplicação técnica, este mecanismo de interpretação é necessário para o próprio entendimento dos reflexos espaciais dos processos sociais. Combinando a perspectiva temporal e os atributos fisiográficos do espaço, o geógrafo pode contribuir de modo peculiar para o entendimento de processos sociais. Como os conflitos gerados pela modernização agrária em certos contextos, como o da ocupação dos tabuleiros pela cultura da cana na Zona da Mata nordestina, ou para a compreensão de certos paradoxos locais, como por exemplo, a persistência de uma pequena produção comercial em moldes pré-capitalista na região serrana a pouca distância da cidade do Rio de Janeiro.

Como é do conhecimento geral, a expansão do capitalismo no campo brasileiro tem gerado sérios conflitos sociais quando a grande empresa se expande sobre os espaços tradicionalmente ocupados pelos pequenos produtores, espaços estes que constituíam verdadeiros bolsões da economia de subsistência nas áreas de latifúndio agrário-exportador ou de pecuária extensiva. Por que? Que circunstâncias permitiram que estes bolsões se constituíssem e permanecessem até hoje? Porque as condições naturais prevalentes no contexto pré-capitalista não interessavam ao latifúndio: ou porque não ofereciam solos com a atraente fertilidade natural como ocorria com os tabuleiros nas áreas canavieiras nordestinas, ou

porque não contavam com pastagens nativas satisfatórias, compensadoras, como no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

Com a moderna tecnologia amparada pelo crédito fácil, a situação se inverte. Na zona canavieira, os tabuleiros se tornam o espaço de topografia mais favorável para a lavoura mecanizada. No Vale do Jequitinhonha, as pastagens plantadas se expandem pelo Vale, onde os solos de razoável fertilidade atraem os investimentos, e a silvicultura em larga escala ocupa os topos planos das chapadas, onde a população encontrava complemento econômico na coleta vegetal nos cerrados aí existentes. Verificam-se, então, em um e outro caso os conflitos resultantes da expulsão dos camponeses ou do desmantelamento da base ecológica em que se estruturava a organização da economia e da vida comunitária dos pequenos produtores tradicionais. Como se percebe, é todo um processo social e espacial para cujo entendimento amplo a Geografia tem uma contribuição peculiar a oferecer.

Muitos aspectos locais que parecem conflitar com a simples lei de distância ao mercado, são entendidos também em função do contexto físico, ou seja, de uma explicação de base peculiarmente geográfica. O fato de que bem próximo do Rio de Janeiro, na região serrana, a produção de cenouras, por exemplo, ainda era caracterizada por traços pré-capitalistas – nas relações de trabalho e nos baixos índices de tecnificação em pequenas unidades de produção – causou interrogantes em uma reunião de discussão interdisciplinar sobre a vocação agrícola do Estado do Rio de Janeiro. Tanto mais que a mesma cenoura no sul de Minas, bem mais distante, era produzida em grandes unidades modernizadas empregando assalariados. Simplificadamente, a explicação geográfica reside sobretudo nas condições topográficas; uma vez que – em contraste com o relevo de formas suaves, encontrável no segundo caso, – a extrema compartimentação do relevo serrano torna desinteressante, senão difícil, para os proprietários de terra organizarem grandes unidades da produção em moldes capitalistas dispensando os meeiros e arrendatários que ocupam os pequenos alvéolos dos vales profundos.

Voltemos à questão da natureza e da posição da Geografia entre as ciências. Em 1981 foi publicado na Inglaterra um dicionário de geografia, que é na verdade uma pequena enciclopédia do pensamento anglo-saxônico quanto à filosofia, métodos, conceitos e técnicas, contando com colaboradores das várias tendências⁶¹. No verbete *geography* Peter Haggett, que, como vimos, se notabilizou como um dos expoentes da Geografia locacional, considera um verdadeiro “quebra-cabeça” (*sic*) a posição da Geografia dentro da tradicional organização dos campos de conhecimento. Ele analisa, inclusive, a posição administrativa da disciplina nas universidades, não raramente resultando em opções pela divisão dos cursos em institutos diferentes. Neste particular, a posição acadêmica da Geografia no Brasil é, no mínimo, curiosa, tal a variedade de soluções.

Algumas universidades, sobretudo as particulares, ainda mantém o curso de Geografia em comum com a História, integrados ou não, dentro de um Instituto ou Centro de “Ciências Humanas” ou de “Ciências Sociais”. Percorrendo os catálogos das universidades públicas, constata-se a grande diversidade de soluções para a vinculação da Geografia a Faculdades, Institutos ou diretamente a Centros assim exemplificados: Educação e Ciências Humanas, Geociências, Ciências Exatas e da Natureza, Planejamento e Estudos Ambientais, Filosofia, Letras e Ciências Humanas e, até mesmo, Tecnologia. Alguns Departamentos aos quais estão afetos os cursos diretamente são especificamente chamados de Departamento de Geociências, havendo também casos de Departamento de Geografia Humana e Regional ou como em Recife, de Departamento de Ciências Geográficas, reconhecendo assim francamente a fragmentação do campo de estudo. Da mesma forma há pelo menos um caso, o da USP, em que a pós-graduação é ministrada em dois cursos distintos: o de Geografia Física e o de Geografia Humana. Como se pode ver, é mesmo um quebra-cabeça.

⁶¹ Nota do autor: Para informações mais detalhadas, ver: JOHNSTON, R. J. (ed.). *The dictionary of human geography*. Oxford: Blackwell Reference, 1981. 411 p. Inclui também um considerável número de verbetes de ciências afins

Retornaremos agora ao tempo inicial segundo o qual o espaço – o conceito regional, segundo os geógrafos norte-americanos – fornece o ponto de encontro para a unidade do campo disciplinar.

Os métodos geográficos

Visto o seu objeto e a sua natureza como ciência, consideramos agora alguma coisa sobre os métodos da Geografia.

A diferença estabelecida por Varenius, em meados do século XVII, entre uma Geografia Geral, preocupada com conceitos e princípios gerais, e uma Geografia especial, interessada pelas características dos lugares, áreas ou regiões acompanhou a evolução do pensamento científico no século XIX e no atual, de modo tranquilo e inquestionável, constituindo assim um dualismo aceito como característica inalienável da então jovem ciência.

À Geografia Regional tem cabido o estudo específico de lugares ou áreas na superfície terrestre, de como o homem e seu ambiente se relacionam conforme o lugar em que ocorram, segundo os processos culturais correspondente, de como varia de lugar para lugar as características deste relacionamento. Tem cabido, ainda, o estudo de lugares como resultado da organização econômica em função das atividades do homem e, ainda, como manifestação da organização.

É deste modo que poderíamos definir o ponto de vista regional, o modo de abordagem regional. Este é o método regional que, em sua forma mais pura, busca uma forma abrangente de observação e explicação. Seu resultado final, como se depreende, tem características de uma síntese das correlações existentes entre os fatos presentes na área estudada, em contraste ou em analogia com o que ocorre em outras áreas.

Seria muito difícil, para não dizer impossível, realizarmos estudos específicos de caráter científico na superfície terrestre se não dispuséssemos de um conjunto de princípios, de conceitos claros e de um método próprio. Sequer poderíamos produzir uma descrição racional do nosso objeto de estudo. Este arsenal epistemológico veio sendo desenvolvido incessantemente na Geografia Geral, a qual, por sua vez sempre se valeu dos estudos específicos na superfície terrestre para ampliar ou reformular suas propostas conceituais e metodológicas. O desenvolvimento da Geografia sempre se processou pela interação destes dois pontos de vista. Costumava-se dizer que a Geografia Geral se preocupava com o desenvolvimento de “leis” ou princípios: modernamente ela veio a ser caracterizada pela preocupação em desenvolver a teoria.

O estudo específico do modo como os fatos ocorrem em um lugar ou uma área corresponde a um enfoque singular, porquanto, mesmo se adotando um certo grau de generalização, um lugar ou uma área, não são exatamente iguais aos outros. Assim, por exemplo, quando comparamos o Meio-Oeste norte-americano com o pampa argentino, vamos encontrar uma série de fatos em comum. A topografia plana, o solo fértil, da mesma constituição edáfica, a cultura de grãos associada a uma intensa criação animal, os silos pontilhando a paisagem etc. tudo compõe, à primeira vista, uma paisagem análoga e uma estrutura de produção muito semelhante. Mas o processo de povoamento produziu uma estrutura agrária e também classes sociais totalmente diferentes e a economia nacional, por seu lado, tem produzido externalidades de significativos efeitos em um e outro caso. Entretanto, em classificações das áreas agrícolas mundiais ambas tendem a figurar sempre na mesma chave.

O fato de que a forma mais desenvolvida do estudo regional partia de um determinado âmbito espacial e o fato de que a totalidade das características geográficas do objeto assim determinado não se repete integralmente no espaço, conferem à Geografia Regional sua natureza idiográfica, o estudo do singular, do “único”. Esta natureza se reitera mesmo quando o objetivo de estudo não for uma área isolada, mas sim, a determinação de como variam estas características de lugar para lugar. Já que o ponto de vista regional - o método regional - acabou por ser muito enfatizado nas produções geográficas francesas, alemãs e

anglo-saxônicas até meados do século XX, emprestou-se à Geografia como um todo a preocupação pelo caráter único (uniqueness) do objeto estudado.

Entretanto, a produção na Geografia Geral, desde seu início, sempre preocupou pela “generalização”, pelo desenvolvimento dos princípios, dos conceitos, das classificações, da teoria e, enfim, da própria renovação temática. Na Geografia Física, em contato com as Ciências Naturais, este procedimento foi mais fácil e, por isso mesmo mais fértil, ainda que alguns resultados tenham sido efêmeros. Ela sempre se desenvolveu com base em concepções teóricas. Grandes controvérsias, por exemplo, ocorreram em torno da teoria dos ciclos de erosão e dos estágios do relevo, proposta por William Morris Davis em 1899, a qual provocou a formulação de outras em sua contraposição. Em Geografia Humana, o esforço inicial foi em torno de classificações, a exemplo do que ocorreu com o desenvolvimento das Ciências Naturais: Jean Brunhes propondo em 1910 uma classificação dos fatos humanos por ordem de complexidade crescente, Albert Demangeon (1925)⁶² propondo uma classificação dos estabelecimentos humanos (“habitat”) etc. Certos fundamentos teóricos que alcançariam grande realce modernamente, como a teoria dos lugares centrais, hierarquia urbana, primazia urbana, datam dos anos 1930.

Convém agora tornar explícito que o dualismo regional-geral não conflita de modo algum com a unidade do campo da disciplina tal como ocorre com a dicotomia Geografia Física-Geografia Humana. Isto por que a Geografia Geral parte de uma análise do que ocorre na superfície da Terra. Ela enfoca determinada categoria de fato, é verdade, mas na forma como ele ocorre na combinação a que pertence e tendo em vista sua manifestação espacial. Este é o fundamento do método sistemático, cuja finalidade é generalizar conclusões e desenvolver a teoria e que constitui a base da especialização profissional em Geografia.

Por outro lado, se foi ele que facilitou o maior desenvolvimento da aplicação técnica da Geografia, é o método regional que desenvolve no geógrafo uma sensibilidade e uma atitude original na interpretação dos fatos.

O confronto entre os dois métodos foi assunto de um artigo de Edward Ackerman (1945) que causou tanto impacto como viria causar o de Schaeffer sobre o excepcionalismo⁶³. Partindo da constatação de que a contribuição técnica dos geógrafos norte-americanos ao esforço de guerra havia sido bastante insatisfatória, ele conclui que isto foi devido à exagerada ênfase no método regional e a conseqüente negligência quanto ao método sistemático. Portanto, se os geógrafos desejassem desenvolver a sua profissão e se habilitar realmente como cientistas, deveriam dar mais atenção ao método de estudo sistemático dos fatos. Por isso o extraordinário desenvolvimento da Geografia Sistemática após a Segunda Guerra Mundial, levando a uma preocupação cada vez maior com a base teórica, fez com que o método sistemático fosse considerado o único realmente científico, o único que permitiria conferir à Geografia caráter de ciência nomotética, preocupada pelo significado universal dos fatos.

Assim sendo, teríamos uma outra versão para o dualismo da Geografia: ela seria uma ciência idiográfica enquanto aplicasse o método regional e seria nomotética enquanto empregasse o método sistemático. Esta forma de conciliar a controvérsia sobre a natureza da Geografia chegou a ser formalmente proposta, entre outros, por Preston James⁶⁴, mas na verdade, não é fácil aceitar tal proposição, porquanto não há, verdadeiramente, possibilidade de separar de todo o que diz ou não diz respeito a uma e a outra vertente. Na realidade, qualquer estudo sistemático substantivo é referente a um lugar ou uma área.

As designações “geral” e “sistemático”, de tradição francesa uma, e anglo-germânica outra, significam, em sua origem, a mesma coisa. Acreditamos, porém, que se deva empregar

⁶² **Comentário do editor:** A proposta foi realizada no XI Congresso Internacional de Geografia (Congrès International de Géographie), da União Geográfica Internacional - UGI (Union Géographique Internationale), realizado no Cairo em 1925, com a fundação da Comissão Habitação Rural, da qual ele foi presidente. Para informações mais detalhadas, ver: DEMANGEON, A. Un questionnaire sur l'habitat rural. *Annales de Géographie*, Paris: A. Colin, ano 35, n. 196, p. 289-292, juil. 1926. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1926_num_35_196_8464. Acesso em: jul. 2020.

⁶³ Nota do autor: Para informações mais detalhada, consultar Ackerman (1945, 1947).

⁶⁴ Nota do autor: Para informações mais detalhadas, ver: JAMES, P. E. Keynote address at opening session of the National Conference of Latin Americanist Geographers, 30 April 1970. *Revista Geográfica*, México, DF: Instituto Pan-Americano de Geografia e História - IPGH, n. 72, p. 87-95, jun. 1970.

de preferência o segundo (sistemático) sempre que se tratar de caracterizar a natureza de um estudo específico (ou substantivo) de caráter tópico, reservando-se o adjetivo “geral” para os casos em que se trata da apresentação de métodos, conceitos ou generalizações independentes de áreas especificamente enfocadas.

Dada a evolução do pensamento geográfico nas décadas recentes aceita-se que a separação rigorosa entre o que é regional e o que é sistemático não tem mesmo muita razão de ser. No momento em que eclodiu o movimento em favor do desenvolvimento do método sistemático como o melhor caminho para desenvolver a base científica da Geografia e para as suas aplicações profissionais, Fábio Guimarães, tentando classificar as formas de abordagem, apresentou um quadro de classificação da produção geográfica segundo as variantes que resultam do cruzamento dos dois objetivos⁶⁵.

O quadro por ele oferecido parte das designações e dos objetivos introduzidos por Varenius e se baseia, em parte, em propostas terminológicas de geógrafos de língua inglesa. Dentro da (I) Geografia Geral ele propõe que se distingue (1) a Geografia Sistemática genérica para designar os trabalhos que objetivam apresentar princípios, leis gerais, conceitos, classificação etc. e (2) a Geografia Regional genérica que estuda as características das regiões na superfície da Terra, mas sem levar em conta sua localização específica, como por exemplo: “Os trópicos úmidos”, “As regiões semiáridas”, “Industrialização, urbanização e regionalização” etc. (II) A Geografia especial (ou específica) objetiva os estudos que se referem a determinada área na superfície da Terra. Estes estudos podem ser de (1) Geografia Sistemática específica, quando o assunto abordado se refere a uma ou algumas categorias de fatos (“Os sistemas agrários no sertão nordestino”, “A rede urbana no Brasil Sudeste”, “As áreas metropolitanas do Brasil”, “A Geomorfologia do Brasil Oriental” etc.) ou (2) Geografia Regional específica quando se referir às características globais de uma determinada área (“A Amazônia brasileira”, “A baixada fluminense”, “O oeste de São Paulo”, “A região metropolitana de Porto Alegre” etc.).

Observe-se que, mesmo assim, há trabalhos de difícil classificação, sobretudo tendo em vista a extraordinária riqueza temática de hoje em dia. A reprodução sumária da classificação de Guimarães (cuja validade atual pode ser discutida) objetiva apenas dar uma orientação quanto à classificação da produção-geográfica àqueles que estão pouco afeitos ao assunto.

⁶⁵ Nota do autor: Para informações mais detalhadas, ver: GUIMARÃES, F. de M. S. Conceito de geografia regional e terminologia das divisões geográficas. *Boletim da Seção Regional do Rio de Janeiro [da AGB]*, Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, ano 2, n. 4, p. 9-15, out./dez. 1949.

II.2 A explicação geográfica

Ao se constituir como ciência, a Geografia passou a explicar os fatos que antes apenas descrevia, adotando e adaptando as regras metodológicas fundamentais desenvolvidas pela ciência em geral. Antes de examinarmos a natureza desta explicação, parece óbvio que a primeira questão a ser colocada diz respeito à definição do próprio objeto desta explicação, reportando-nos, então, ao capítulo anterior em que foi tratada a questão da estrutura da Geografia.

A ênfase dada aos fatos a serem explicados, evidentemente está, em suas linhas gerais, muito de acordo com uma daquelas tendências metodológicas que já examinamos. Por isso mesmo costuma-se dizer que estas tendências do pensamento correspondem a “modelos de explicação geográfica” (ou paradigma). Por outro lado, com o extraordinário transbordamento do campo de interesses da pesquisa geográfica, as chamadas fronteiras interdisciplinares se tornaram muito tênues a ponto de atualmente ser rara aquela preocupação básica de outros tempos quanto ao que seria, ou não, um tema ou um tratamento “geográfico” na produção científica. É óbvio que a relevância da contribuição para o saber não depende do respeito às fronteiras da disciplina. Não será por este critério que merece julgamento a contribuição do geógrafo. Ainda mais tendo em conta que nos grandes estuários para onde convergem os interesses atuais das ciências da natureza e as ciências do homem desaparece a “reserva” de temas (tópicos) e de problemas que caracterizava cada campo disciplinar ao tempo da Geografia científica clássica.

Entretanto é necessário se ter em mente duas questões: uma, tentar definir em que consiste a originalidade da contribuição geográfica, face à tarefa das demais disciplinas; outra, de que modo o especialista deve ser preparado para oferecer uma interpretação genuinamente geográfica dos fatos que também interessam a outros especialistas.

Acreditamos necessário dizer que esta intenção de ser geográfico no tratamento do tema não carece de ser necessariamente explicitada na forma com que a produção é oferecida; muitas vezes ela apenas transparece implicitamente. Neste caso será mais ou menos como a velha história da sopa de pedras, estas sendo apenas motivo para inclusão de vários ingredientes nutritivos e depois jogados fora.

Já ficou claro que a essência da preocupação atual da Geografia é a compreensão dos resultados espaciais da interação entre a sociedade e os quadros ambientais. Mas os procedimentos na interpretação geográfica reúnem uma complexidade de fatores bem maior do que o simples enunciado deste trinômio deixa transparecer à primeira vista. Por isso, a totalidade que eles constituem – totalidade esta que é o constante ponto de referência subentendido na descrição e exploração geográfica – é decomposta, para efeito de análise, nas categorias de fatos que a compõem.

No procedimento analítico, o significado e a seleção dos fatos decorrem obviamente de sua relação direta com o objeto fundamental da Geografia que é o espaço, em qualquer uma de suas diversas manifestações mentais, o espaço econômico, a paisagem, a região etc. Esta proposição é bastante antiga, pois obviamente, ela acompanha o conceito e espaço geográfico. De forma mais precisa, Everardo Backheuser dizia que “devem ser consideradas condições intrínsecas ao fenômeno geográfico que ocorreu em um determinado local e em uma determinada época. O local pode ser mais ou menos dilatado [...] uma província; um país [...] um continente [...] mas será sempre um **local** [...] sem que haja um ‘local’, ou em expressão mais técnica ‘um espaço’, não há fenômeno geográfico” (BACKHEUSER, 1941, p. 642). Observe-se que a definição estabelece a diferença com a História em sua acepção clássica, que objetiva estudar eventos que se sucedem também em um dado lugar, mas enquanto que para a compreensão histórica devem ser consideradas, ou, no mínimo,

subentendidas várias épocas, para a Geografia, como veremos, devem ser considerados, ou subentendidos, os fatos em vários lugares.

Vejam os bem o seguinte. As demais ciências também estudam fatos que ocorrem em lugares do espaço. Mas não necessariamente com a preocupação da localização. Assim, enquanto que a Sociologia se interessa pelas classes características da sociedade em uma determinada região, na zona canavieira por exemplo, com a finalidade de entender o fenômeno no contexto nacional ou em contextos econômicos análogos, a Geografia se interessa pelo conhecimento destas estruturas sociais em si, coisa que um sociólogo está melhor habilitado a explicar, com o fim de compreender o papel das mesmas na organização do espaço.

Do que foi dito até agora, depreende-se que, na base da explicação mais uma vez vamos encontrar, como não poderia deixar de ser, o relacionamento da Geografia com a História e com as ciências sistemáticas. Cada modelo de explicação procurou sempre definir o seu objeto principal de explicação. Na Geografia de relação é a conexão (ou combinação) geográfica, o modo como os fatos se encontram interdependentes em determinado lugar. Na diferenciação de áreas, como se caracteriza e se entende o caráter variável da superfície da Terra. Na Geografia Cultural, como a paisagem corresponde aos objetivos acima, ou seja: como são as relações homem-meio segundo a sua variação de lugar para lugar. Na Geografia locacional, como definir e explicar os padrões resultantes da interação entre os lugares. E assim por diante.

Da mesma forma, os métodos para se chegar à explicação estão baseados pela atitude filosófica em cada corrente do pensamento (paradigma): determinismo, possibilismo, probabilismo, behaviorismo, marxismo etc. Não obstante, há uma diferença a ser feita, conforme enfatiza David Harvey, em seu já citado livro *Explanation in geography* (1969); a filosofia da Geografia se relaciona com a definição de sua natureza como ciência, enquanto que a metodologia se identifica com as atitudes e os procedimentos relativos à lógica da explicação. Acrescentamos, desde já, que uma terceira distinção se deve fazer quanto às técnicas de pesquisa as quais se referem aos procedimentos na coleta, no ordenamento e na análise dos dados relacionados com os fatos a que nos propomos explicar. O ordenamento e o raciocínio desenvolvidos na análise que leva às conclusões subordina-se à metodologia adotada.

Uma questão sempre levantada quanto à conceituação do que vem a ser, realmente, uma explicação (ou explanação) tem sido sua relação com o papel que cabe à descrição. Desde logo convém deixar claro que não tem sentido dizer que descrição não é um procedimento científico.

A descrição, – um passo imprescindível e importante – é a clara definição dos fatos em análise e, a rigor, categorias verbais explanatórias não devem ser empregadas indistintamente com as categorias descritivas. Em Geografia Física é bem fácil se notar a diferença: “pediplano”, por exemplo, é um termo explanatório, enquanto que termos regionais, como “cochilha” ou “capão”, são descritivos. Alguns perdem sua essência descritiva e adquirem conteúdo explicativo, como “tabuleiro”. Em Geografia Humana, encontramos, por exemplo, o termo “capoeira”, que entra na descrição de uma paisagem, enquanto que “rotação de terras” se refere a uma explicação que damos a outra paisagem. Isto no que se refere aos termos. O mais importante, no caso, é a atitude e o sentido que se dá ao contexto da análise, uma vez que a passagem de uma descrição científica para a explicação se relaciona com os próprios passos do método a ser empregado para encontrar a explanação dos fatos.

Entretanto nem sempre é fácil se fazer a diferença entre as duas atitudes. Muitos modelos por exemplo são concebidos com o fim de resumir uma descrição e a respectiva explicação. Para este definir casos assim, alguns autores falam em “descrição explanatória”. Outros, como Harvey, entendem-na como uma descrição cognitiva, já que ela representa um ordenamento racional dos fatos do modo como os entendemos. Neste caso, a diferença entre a atitude descritiva e a explanação residem mais em grau do que em natureza e em propósito.

Os modos de explicação

As linhas de procedimento de como a Geografia tem ordenado os fatos e desenvolvido o raciocínio para sua explicação têm sido sistematizadas em quatro modos principais. Dois deles surgiram com o desenvolvimento inicial da disciplina – a análise causal uma e a análise temporal, outra; os outros surgiram com o seu desenvolvimento recente – a análise funcional e a análise sistêmica, bem como a interpretação dialética.

A explicação dos fatos pela causa e efeito, como já dissemos bem atrás, conferiu o caráter de ciência à Geografia e se constituiu desde cedo em um dos seus princípios básicos, o da causalidade. Exhaustivamente empregada na compreensão das relações homem-meio, a explicação pela determinação da causa e efeito, aplicada de maneira simplista, esteve muito associada ao determinismo geográfico. Ainda hoje há quem veja neste modo de explanação uma porta aberta para o determinismo e o critique por este ângulo. Sucede que o determinismo partia de duas relações constantes nonexo causal: a primeira, que os “fatores” naturais causavam os fatos culturais e a segunda de que a uma determinada causa corresponderiam sempre os mesmos efeitos ou efeitos análogos. O possibilismo objetivou, justamente, contrariar estes axiomas sem desprezar a análise causal.

O que não tem sido correto é negar a validade desta forma de explicação ou considerá-la uma forma rudimentar de raciocínio. Ela pode ter e inegavelmente tem limitações, como por exemplo simplificar os pressupostos (hipóteses), mas não conduz, necessariamente a conclusões determinísticas. Ocorre que a verdadeira explicação causal, o contexto geográfico, pressupõe dois fatos, pelo menos, tendo um dado efeito provável. Por exemplo: topografia acidentada e chuvas abundantes levam a uma erosão acelerada do solo, se houver utilização irracional da terra.

A análise temporal incorpora o tempo como uma dimensão geográfica de particular importância. Sob esta abordagem, a Geografia e a História se superpõem.

Comumente a aplicação da História na interpretação geográfica tem sido considerada um modo de explicação **genética**. Assim, por exemplo, diz-se os diferentes tipos de povoamento na Europa – “habitat” disperso, “habitat” concentrado, formas de aldeias etc. – e todas as manifestações funcionais a eles associadas têm sido explicadas pela gênese histórica, de base étnica.

A Geografia Física, de um modo geral, se desenvolveu aplicando largamente o ponto de vista genético, como por exemplo na explicação das formas do relevo ou, modernamente, nas classificações genéticas de clima.

Em uma certa fase da evolução da Geografia, a explicação genética assumiu uma razoável expressão, especialmente no caso da Geografia Cultural germânica e da norte-americana. Os excessos cometidos pela interpretação genética foram equiparados aos do determinismo causal e constituem uma modalidade de historicismo em Geografia – a ideia de que tudo pode ser explicado pelo desenvolvimento temporal.

Alguns autores falam no modo evolucionário de explanação, subentendendo assim algo mais complexo que a indagação sobre que formas deram origem às formas atuais. No caso, se assume uma continuidade do nexotemporal, continuidade que é fundamental para a real compreensão: as formas, os padrões, as conexões, as estruturas, seja qual for o conceito do objeto da explicação são considerados em um estado dado no encadeamento de um contínuo processo de transformação. Chegamos assim ao conceito de processo, largamente empregado em Geografia. Este conceito está associado a outros como estrutura de um sistema identificado e padrões de organização espacial. Embora o tema tenha sido bastante empregado anteriormente, em um sentido mais ou menos livre – falou-se sempre em “processo de povoamento”, por exemplo, para significar a evolução histórica da ocupação em uma área,

diferenciando de “tipos de povoamento”, o resultado espacial visível desta evolução – ele começou a assumir um certo rigor conceitual quando a Geografia teórica⁶⁶ passou a dar importância ao valor da teoria dos sistemas. O mesmo acontecendo com o termo estrutura⁶⁷.

Como nos tem sido alertado, o conceito não significa sequência de qualquer fato (evento) no tempo: é necessário identificar o nexos entre os estágios que se sucedem para que um processo adquira valor como explicação temporal. Sendo assim, voltamos ao ponto inicial para verificar que diferenças existem entre o que é genético, uma expressão mais tradicional, e o que é evolucionário como forma de explicação. Não é apenas questão de grau de complexidade do processo, mas sobretudo a ideia fundamental de que o objeto em estudo deve ser considerado em um estágio de sua contínua evolução do processo.

Esta atitude reafirma uma ideia, aliás bem antiga, de que a interpretação geográfica deve obedecer também a um princípio de dinamismo dos fatos em perpétua mutação e, ainda, contribui, mais recentemente, para realçar a possibilidade de predição em Geografia, conferindo-lhe, com o reforço da base teórica, mais uma das características de ciência, a par da descrição e da explicação.

Não apenas as análises da localização das atividades, dos movimentos (fluxo) e das funções diferenciadas produzem explicação para diferenças de formas ou padrões de organização. A elas se somam as diferenças temporais dos processos espaciais.

No espaço nacional, diferentes tempos históricos podem se refletir nas estruturas regionais: o Nordeste brasileiro é marcado por estruturas agrárias arcaicas de pouca ou nenhuma mobilidade, em contraste com o Centro-sul caracterizado pelo dinamismo do processo de transformação. Mesmo nesse contexto podem ser encontradas áreas-relíquias (“relictos”), o que na linguagem comum se conhece como “bolsões de atraso”. No espaço urbano, as áreas de obsolescências são formas com novas funções que refletem na fisionomia funções pretéritas, em contraste com os bairros novos da periferia, cujas formas e funções fisionômicas exprimem formas e funções em elaboração no presente e as áreas renovadas dos centros de negócios, antigas áreas residenciais (de quando?) uma substituição completa das formas e respectivas funções.

A explicação funcional é algumas vezes relacionada à explicação teleológica, sendo a teleologia a doutrina filosófica que explica a razão de ser das coisas pela sua finalidade precípua. Em Geografia este tipo de explanação passou a ser associado ao emprego da concepção sistêmica para identificar as interrelações factuais e locacionais. Mas na verdade ele não está restrito a esta associação. Nem é exclusivo da Geografia, evidentemente. Nas ciências biológicas, por exemplo, é bem antigo o aforisma evolucionista de que “a função faz o órgão”. A indagação de para que serve determinada coisa também é corrente na vida quotidiana.

Em Geografia um objeto, o fato estudado, é identificado por sua forma, sua aparência concreta ou seu arranjo sistêmico, e explicado pelas suas funções. Um elemento simples será a casa de cômodos numa área de obsolescência já lembrada. O palacete teve funções pretéritas de residência aristocrática, lembradas por suas linhas arquitetônicas e é agora uma residência multifamiliar, possibilitada pelas suas dimensões e o número de cômodos que apresenta.

Consideremos o caso de uma pequena cidade, um antigo povoado que agora além de umas poucas casas apresenta um pequeno comércio e atividades de serviço ligadas às necessidades quotidianas, reunindo uma comunidade que vive em função das características

⁶⁶ **Comentário do editor:** O que Nilo Bernardes nomeia como Geografia teórica, no Brasil, foi nomeado como Geografia Teorética. O termo decorreu de uma tradução equivocada uma vez que, em inglês, o termo era “Theoretical Geography”. Assim, sempre que o autor menciona Geografia Teórica neste manuscrito, entenda-se que está se referindo ao movimento da Geografia Teorética.

⁶⁷ **Comentário do editor:** O que Nilo Bernardes nomeia como Geografia teórica, no Brasil, foi nomeado como Geografia Teorética. O termo decorreu de uma tradução equivocada uma vez que, em inglês, o termo era “Theoretical Geography”. Assim, sempre que o autor menciona Geografia Teórica neste manuscrito, entenda-se que está se referindo ao movimento da Geografia Teorética

agrárias da área circundante. Uma grande indústria se instala nos seus arredores, ou uma mina é aberta; há um afluxo rápido de população não agrícola, o número de residências aumenta ou a valorização causa deslocamento dos habitantes tradicionais, os serviços e comércio crescem e se diversificam, as próprias estruturas sociais se modificam, criam-se novas funções que conferem ao antigo aglomerado uma nova aparência, cuja origem é explicada pelos três estágios descritos: o povoado, a cidadezinha, o centro urbano atual.

Não é difícil ver pelo exemplo dado que as três formas de explicação se sobrepõem e que elas são enfatizadas, segundo o objetivo ou, melhor, segundo a linha metodológica adotada. Segundo o nexos causal pode-se dizer também: a fisionomia (ou a morfologia) atual da cidadezinha foi resultado da implantação de uma grande empresa. Se segundo a visão temporal evolucionária o raciocínio seria no sentido de que um pequeno aglomerado rural tornou-se em certa época um centro local de serviços e, com a incorporação da atividade industrial, certamente continuará a crescer e a aparência atual continua a ser modificada, novos problemas advirão.

A aplicação do conceito de sistema na explicação geográfica, na verdade, está muito ligada à aplicação de outros conceitos, como estrutura, processo e função. Por isso mesmo, as análises interpretativas segundo estas categorias em muitos sentidos se superpõem. Simplificadamente podemos definir um sistema como sendo correspondente a uma estrutura formada por elementos e os elos ou ligações entre estes componentes. Um elemento age sobre o outro, de modo que a supressão ou a modificação da natureza de um elemento ou de sua ligação com os demais, causa a modificação do sistema. Dentro do sistema podem existir grupos de elementos em ligações mais íntimas constituindo os subsistemas. O “funcionamento” do sistema corresponde ao recesso circular a que aludimos e ele é alimentado pelas “entradas” as quais tem seu correspondente nas saídas. A modificação de um sistema corresponde ao processo temporal, uma unidade de produção agrícola comercial, a usina corresponde a um sistema por exemplo. Se preferirmos, um subsistema de um complexo agro-exportador. Na unidade de produção açucareira há dois subsistemas, a usina (industrial) e as partidas de cana (agrário), o funcionamento de um dependendo diretamente do outro. Cada um tem seus elementos componentes que devem “funcionar” rigorosamente articulados. A “entrada” corresponde à demanda de mercado, aos ganhos e aos insumos necessários ao “processo” de produção. A “saída” é o próprio produto que é ofertado, o qual por sua vez vai realimentar as entradas. A explicação geográfica, simplesmente dizendo, será entender, não apenas o funcionamento, mas também a localização deste complexo unidade de produção, como se dá a mobilização de recursos que realiza, e como, juntamente com outras unidades, ela constitui uma “forma” econômica e social de organização do espaço.

A análise de sistemas e suas implicações é algo bem mais complexo que escapa ao nosso objetivo neste resumo. Cabe apenas de modo breve ressaltar aqui três aspectos da aplicação da concepção sistêmica em Geografia. Uma é de que ela aclara melhor e dá uma base operacional ao que comumente chamamos de interação entre lugares e entre elementos (fatos) de um complexo geográfico. Outra é sua identificação mais ou menos espontânea com a maneira de ver e de explicar as coisas. Assim, não obstante a complexidade e a importância recente que tomou em virtude da teoria dos sistemas incorporada à Geografia teórica, o pensamento sistêmico está presente, ainda que de forma vaga, na dos grandes mestres do passado⁶⁸.

⁶⁸ Nota do autor: David Harvey (1969, p. 467) lembra que é possível identificar elementos do pensamento sistêmico em autores como Ritter, Vidal de La Blache, Brunhes Saner etc. Acreditamos que certas noções por algum deles propostas, correspondem a essa ideia, a começar pela noção de “gênero de vida”, que, em última análise é um sistema das relações homem-meio.

O terceiro aspecto a ser ressaltado, consequência dos outros dois, é o de que a concepção sistêmica pode se tornar uma atitude metodológica explícita ou implícita na interpretação geográfica, aplicável tanto ao método regional quanto à Geografia Física e à Geografia Humana. Mais que isso: a visão sistêmica cria condições para a unidade do campo geográfico, na medida em que a interpretação se volta para os ecossistema.

Os geógrafos radicais discordam dos modos de explicação anteriores, tal como foram caracterizados, embora utilizem as mesmas categorias de análise. Empregando o pensamento marxista, a explanação obedece ao método dialético. A concepção sistêmica do espaço e a dimensão temporal que se refletem na organização espacial, são interpretadas como resultado de uma relação dialética entre estrutura e processo, forma e função⁶⁹. Na busca pela construção de um paradigma da Geografia Radical, este ângulo da análise tem sido muito abordado.

Alguma coisa sobre escala, teoria e método

Uma questão de grande relevância na interpretação geográfica, tendo em vista o caráter científico que se deseja dar é a questão do papel da teoria e do método na explanação. É uma questão ligada ao cerne da estrutura explicativa da Geografia, do seu paradigma, enfim. Tem sido em torno desta mesma questão que se dão as repetidas crises do pensamento, como vimos. As perguntas básicas são: teorias quando ou como, em que fase da pesquisa; e ainda, qual teoria, quais teorias. Podemos ter uma teoria para explicar coisas bem simples e determinadas, na verdade uma lei, como a relação entre o tamanho de uma cidade, as funções que exerce e sua posição hierárquica no espaço regional, como podemos ter teoria ampla (quase que uma metateoria) que oferece um quadro geral, como a divisão internacional do trabalho ou a teoria da dependência, que se aplica à explicação dos padrões de organização do espaço nos países subdesenvolvidos. A teoria pode ser, ainda, o marco de referência que se adota para os passos da pesquisa (dedução) ou os passos da pesquisa levam à determinação da teoria a que melhor se ajustam os fatos analisados (indução). Em ciência, sabemos, a teoria é composta por leis. Há aqui, então uma outra questão epistemológica que se relaciona com a aplicação da teoria.

A pergunta sobre a possibilidade do emprego de leis na explicação geográfica não foi, ainda, cabalmente respondida. Se em Geografia Física as dúvidas a respeito não são cruciais, em Geografia Humana sempre houve resistência ao emprego do termo lei, no sentido filosófico de uma norma que regula a relação universal constante e necessária entre fenômenos ou entre estados de um processo. Para os adeptos da Geografia quantitativa, esta resistência desapareceu porque o emprego da teoria era a base da renovação proposta.

A Geografia Geral clássica preocupava-se com a generalização científica, isto é, procurava chegar a princípios universais que regulassem a relação entre fenômenos observáveis nos lugares da superfície da Terra. O método da comparação, como vimos, objetiva exatamente chegar a estabelecer tais princípios, alguns com as características de leis, no sentido rigoroso, outros de alcance mais limitado. Em muitos casos esta generalização tem tomado a forma de classificação, sobre o que também já falamos.

O termo generalização em Geografia, aliás, tem dois sentidos bem distintos. Um é o que corresponde à Geografia Geral, como vimos, e tem um conteúdo essencialmente explicativo. O outro, corresponde ao método regional e tem um conteúdo descritivo: ele se refere ao modo como entendemos determinados fatos como características do universo de pesquisas considerado. Neste caso a escala passa a ter significado muito especial nos procedimentos de descrição e explanação.

Os problemas encontrados no mapeamento e a interpretação da utilização da terra ilustram bem a relação entre escala e generalização. Em escalas grandes, considerado o espaço local, podemos representar as unidades de promoção com suas parcelas de cultivo, casas,

⁶⁹ Nota do autor: No Brasil, é Milton Santos quem mais e melhor tem desenvolvido esta abordagem metodológica, ver, por exemplo, *Espaço e método* (1985) e, também, Roberto Lobato Corrêa em *Região e organização espacial* (1986).

caminhos etc. Em escalas regionais, não sendo possível a representação das de cultivo, são mapeadas categorias que representam generalização segundo os cultivos dominantes e os sistemas agrícolas empregados. Em escala nacional, nem mesmo certos cultivos e sistemas de expansão puramente local serão representáveis. Daí passa-se para escalas continentais e mundiais, de modo que o nível de generalização regional vai aumentando na medida em que se diminui a escala a fim de se abranger espaço de análise cada vez mais amplo. Nas análises quantitativas este grau de generalização resulta em problemas peculiares para a explanação e corresponde ao que se denomina nível de resolução.

Entre outras consequências, aumentando-se o universo de análise, ganha-se em generalização, mas se perde em melhor conhecimento dos elementos que compõem um sistema ou os padrões espaciais. Na análise sistêmica a questão é, então, decidir qual o nível ideal de elementos da estrutura para que a unidade mínima permita real conhecimento dessa estrutura (vide exemplo dos modos de utilização da terra).

A Geografia desenvolveu-se como ciência construindo (pela indução) generalizações a partir da comparação de fatos estudados em áreas relativamente pequenas (escalas grandes). A generalização mais elementar era a formulação de tipologias morfológicas (pela forma), tais como: tipos de litoral, tipos de estabelecimentos rurais (“habitat” urbano) etc. As mais complexas se referiam à correlação de fatos, segundo um dos modos de explicação já referido e correspondiam, como vimos, a leis científicas. Os novos paradigmas de explicação propostos para a Geografia baseiam-se na aplicação de um corpo teórico, que na sua quase totalidade (a exceção maior é a teoria dos lugares centrais), foi desenvolvido fora de seu campo disciplinar.

Peter Hagget relaciona teoria, método e escala em um esquema muito interessante e bem simples, onde mostra que a validade do método indutivo é maior no estudo repetido de casos (pequenas áreas que ele denominou microrregião), em que é menor a variação interna, descrevendo esta validade na medida em que diminui a escala regional. O inverso ocorre com o significado de método dedutivo e da aplicação do que ele chama de “teorias externas”, isto é, incorporadas pela Geografia: “Nossa confiança em teorias externas para explanação de padrões macrorregionais pode ser contrastada com os níveis inferiores de magnitude regional, onde certamente a Geografia aparenta ser mais autossustentada tanto em seus aspectos físicos como humanos” (HAGGETT, 1965, p. 4, tradução nossa).

Os “passos” para a explicação científica em Geografia seguem um destes dois caminhos: o indutivo ou o dedutivo. No primeiro caso, partimos das observações ou de definição dos fatos sem nenhuma ordem pré-concebida. Definindo-os, medindo-os, classificando-os chegamos aos padrões, às formas, ou às estruturas que desejamos explicar. O terceiro passo é a generalização que permitindo estabelecer uma teoria nos leva à explicação final. Um excelente exemplo de aplicação deste método (embora bastante antigo) encontramos no clássico estudo de Leo Waibel sobre a colonização europeia no sul do Brasil, já citado.

O procedimento dedutivo parte de uma margem de realidade, seguindo-se a formulação ou a aceitação de um modelo teórico que a represente e que permita a formulação inicial de hipóteses. Estas orientarão a pesquisa de dados, os quais serão submetidos a procedimentos de verificação dos pressupostos. A não veracidade destas hipóteses nos leva à reformulação da imagem original e o recomeço dos passos, até que se chegue à determinação das leis e teorias a que ela corresponde, chegando-se, assim, à explicação final. Todos os procedimentos que o método contempla estão baseados nas técnicas estatísticas. Sua aplicação em Geografia está associada às ideias da corrente filosófica do positivismo lógico e passou a ser considerado pelos adeptos do quantitativismo como o único de valor científico, por se basear na formulação e verificação (estatística) de hipóteses e por permitir rigor na predição. Sua operacionalização está baseada em modelos.

O método indutivo, formulado por Roger Bacon (1220-1292) é muito associado ao desenvolvimento inicial das ciências experimentais, passou a ser identificado com o paradigma tradicional da Geografia e, para muitos, perdeu o valor científico. A ser assim, então a Geografia como ciência não teria começado no início do século XIX e sim em meados do século XX.

A função dos modelos

Método dialético

Comentário do Editor: Texto interrompido pelo autor.

II.3 A Geografia Regional

O conceito regional

Ao contrário da Geografia Sistemática onde podemos recolher partes e subpartes, conforme a categoria dos fatos que analisa, a Geografia Regional propriamente dita não comporta subdivisões. Ela comporta dois tipos de abordagem. Um seria o estudo integral das características de uma determinada área ou das áreas que se reconhece em um conjunto territorial mais amplo, um país, um continente ou uma parte deles. Outro é o procedimento adotado para se determinar as diversas áreas que compõem estes conjuntos territoriais mais amplos.

De um modo geral se tem empregado o termo área quando se pretende referir sem nenhuma conotação metodológica e sem nenhum interesse de pressupor características a segmentos do espaço geográfico (ou da superfície terrestre, se preferível). Na língua inglesa, inclusive, se utiliza muito *areal* como sinônimo de espacial. O termo região, ao contrário, está comprometido com um atributo qualquer que queiramos conferir a uma área.

De acordo com sua formulação original, a noção de região corresponde ao âmbito espacial de uma determinada paisagem que é reconhecida, descrita e interpretada quanto a correlação dos fatos que a caracterizam.

O estudo integral e singular monográfico de uma área foi intensamente empregado pelos adeptos do paradigma possibilista na escola francesa, como método para entender as relações homem-meio, e pelos adeptos da Geografia Cultural norte-americana objetivando a definição e a explicação das paisagens culturais. A crescente aplicabilidade da Geografia veio depois valorizar o estudo de uma área singular como procedimento técnico, extremamente útil nos casos de diagnósticos ou de subsídios para diagnósticos com o fim de se realizar planejamento físico ou planejamento local e regional.

A região se impõe em Geografia, em primeiro lugar, como um recurso para ordenar o conhecimento da superfície da Terra. Segundo este objetivo ela tem sido constantemente comparada ao período em história. Da mesma maneira que a identificação dos períodos a região não resulta de autodeterminação, de uma realidade que uma vez descoberta é imutável, como os processos nas ciências exatas. Mesmo havendo acordo generalizado quanto à identificação de um e de outro, em um momento dado, permite controvérsias quanto a respectiva delimitação das áreas ou dos tempos de transição. Além do mais, representando ambas uma opção quanto aos objetivos em vista, o procedimento na divisão tanto em períodos como em regiões, pode variar e em consequência variarão os resultados. Um outro dado inerente ao conceito de região é o fato de que ela corresponde a uma localização específica na superfície da Terra.

O desenvolvimento do conceito de região e dos métodos para determiná-la foi sempre uma preocupação acadêmica; não obstante, o interesse pelo resultado do trabalho do geógrafo neste sentido e a necessidade ou possibilidade de uma aplicação dos resultados foi incentivante e, mais que isto, representou um desafio. Desafio cada vez maior, porquanto como vimos a respeito do espaço em geral, este tema passou a ser um campo de convergência interdisciplinar sempre despertando especial interesse em seus aspectos puros, acadêmicos, ou aplicados, técnicos.

Os aspectos conceituais e metodológicos a respeito da região e dos procedimentos para distingui-los em um determinado conjunto territorial passaram, depois dos anos cinquenta, a constituir a chamada teoria das regiões ou teoria regional, a qual passou por grandes modificações nestas décadas mais recentes.

De um modo geral a evolução desta teoria, como não podia deixar de ser, acompanhou a própria evolução e as características metodológicas do pensamento geográfico em seu todo. Podemos distinguir três fases principais nesta evolução. Durante muito tempo não

se conheceu outra maneira de caracterizar uma região que não fosse pela uniformidade dos aspectos, das paisagens, que lhe correspondiam. Os diversos tipos de região se distinguiam pelos elementos que eram selecionados para caracterizá-los. Assim é que, pela terminologia introduzida (1920) pelo geógrafo italiano Giuseppe Richieri,⁷⁰ seriam estes os tipos principais: regiões elementares, quando caracterizadas por uma só categoria de fatos, o relevo, a cobertura vegetal, um tipo de produção etc.; as regiões complexas, decorrentes da identificação de um grupo de fatos, ou seja, da superposição de regiões elementares; as regiões integrais, caracterizadas pela combinação de várias ordens de fatos, ou seja, da superposição de regiões complexas. As regiões complexas de mais fácil identificação que as integrais, tiveram largo emprego segundo as duas modalidades básicas: as regiões naturais e as regiões culturais ou humanas. O procedimento de identificação e delimitação das regiões em um conjunto territorial mais amplo, a “divisão geográfica” ou **divisão regional**, como se veio a preferir, é uma prática que tem acompanhado o método regional desde longa data.

Em uma divisão regional, corretamente executada, é bem de ver que a definição e delimitação de uma região estão na íntima dependência do mesmo procedimento para com as demais e, portanto, nenhuma região é compreendida, em sua razão de ser, sem as demais que compõem o conjunto. Além disso as regiões assim estabelecidas permitem um processo lógico de divisão e de agrupamento, constituindo um verdadeiro sistema de regiões. Qualquer divisão regional apresenta uma série de problemas nas decisões a serem tomadas, problemas que nunca são cabalmente resolvidos, a ponto de eliminar qualquer laivo de subjetividade nas opções adotadas e, portanto, oferecer um resultado imune à crítica e que permita a adoção sem reservas. O emprego de técnicas computacionais nos dias de hoje, podemos adiantar, não elimina estes inconvenientes.

As opções dizem respeito ao tipo de região, aos elementos (ou variáveis estatísticas) principais na caracterização da mesma, ao número e extensão das regiões. Desde já podemos dizer que as decisões a serem tomadas estão diretamente vinculadas às finalidades da divisão a ser executada.

A finalidade, os objetivos que se tem em vista, constituem um parâmetro de tal modo importante nas decisões sobre uma divisão regional que se pode dizer que em teoria não há uma divisão que tenha valor absoluto e que seja adequada a qualquer utilização. Do mesmo modo, pode-se dizer que se as decisões quanto à definição e delimitação das regiões constituem sempre um grande problema metodológico, problemas maiores ainda são enfrentados quando se deve adaptar os limites das regiões a fim de se respeitar os limites político-administrativos quando as circunstâncias assim o exigirem. É o que ocorre com qualquer divisão oficialmente estabelecida pelos governos para finalidades próprias.

No Brasil as divisões oficiais são estudadas e estabelecidas pelo IBGE⁷¹ com a finalidade precípua de servir para agregados de dados estatísticos em unidades territoriais intermediárias entre municípios e unidades federadas ou regiões maiores, representando agrupamento de unidades federadas.

A primeira classificação regional para fins oficiais data de 1940. Nela as unidades federadas foram grupadas em cinco grandes regiões, obedecido critério de identificação por similitudes dos aspectos naturais: Norte, Nordeste, subdividido em Nordeste Ocidental (o “meio-norte” dado seu caráter transicional) e Nordeste Oriental, Leste, também subdividido em Leste Setentrional e Leste Meridional, Sul, do qual fazia parte o Estado de São Paulo, e Centro-Oeste. Posteriormente, em 1945, seria aprovado um quadro que era um verdadeiro sistema hierarquizado: as grandes regiões eram subdivididas em regiões,

⁷⁰ **Comentário do editor:** Para informações mais detalhadas, ver: RICCHIERI, G. Il concetto di regioni e di confini nella sistematica geografica. *Scientia*: rivista internazionale di sintesi scientifica, Bologna: Zanichelli, anno 14, v. 28, p. 1-11, 1920. Disponível em: <https://amshistorica.unibo.it/7>. Acesso em: jul. 2020.

⁷¹ **Comentário do editor:** O IBGE continua responsável pela Divisão Regional do Brasil para fins de divulgação de estatísticas e planejamento federal nas escalas macro, meso e microrregional, contudo a Constituição de 1988 possibilitou aos Estados a criação de suas próprias regionalizações.

estas em sub-regiões sempre respeitando o critério de identificação de regiões naturais; a menor unidade, a zona fisiográfica, grupando municípios, já admitia um critério eclético, combinando também aspectos econômicos e demográficos. A justificativa metodológica por parte de Fábio Guimarães⁷² constitui o primeiro e um dos mais alentados trabalhos sobre o conceito regional entre nós, um criterioso levantamento sobre as principais ideias de caráter técnico e analisa as diversas propostas até então oferecidas pela divisão geográfica do país. A opção pela região natural em vez da região cultural é justificada pelo fato de que a divisão regional era para fins estatísticos e que os agregados por ela constituídos deveriam permitir uma comparabilidade no tempo, coisa que a região cultural, de natureza dinâmica e reelaborável não permitiria. Acresce que naquela época o Brasil ainda era “um país essencialmente agrário”, em um estágio tradicional onde os quadros econômicos eram estreitamente modelados por quadros naturais. Isto contribuía para tornar um tanto pacífica a opção pela região natural. Posteriormente o mesmo autor teve oportunidade de reconhecer que, em se tratando de comparação estatística, se a região natural oferecia comparabilidade no tempo, a região cultural era o quadro mais correto para comparação no espaço, o que, sem dúvida, é bem mais geográfico.

Uma segunda fase no desenvolvimento do conceito regional se desencadeia após a apresentação de um relatório de Derwent Whittlesey, em nome de uma equipe de geógrafos norte-americanos, ao XVII Congresso Internacional de Geografia (Washington, 1952)⁷³. Passaram, então, a ser admitidas duas categorias fundamentais de região, originalmente designadas por regiões uniformes e regiões nodais.

As primeiras correspondem ao conceito clássico de região como já foi visto. Contudo não se admite uma região elementar, sobretudo de caráter natural; em vez desse termo prefere-se outros termos como domínios, províncias etc. Hoje em dia se prefere, também dizer região homogênea ou região formal em vez de uniforme, porquanto, a rigor, uniformidade é um atributo difícil, senão impossível de ser verificado.

Este tipo de região, evidentemente, corresponde à concepção de um espaço definido pela mesma correlação de fatos e seus limites no espaço, bem como no tempo, correspondem à duração e a extensão desta correlação. Na Geografia clássica o grau de homogeneidade era dado pelo grau de coesão dos elementos da paisagem; na era das técnicas quantitativas, este grau passou a se expressar em termos de variância na correlação estatística entre variáveis definidoras da região.

O conceito de regiões nodais, também chamadas regiões polarizadas ou, preferentemente, regiões funcionais, está associado à evolução das ideias sobre o espaço geográfico a partir dos conceitos de centralidade e de hierarquia dos lugares centrais. Sua definição portanto está diretamente relacionada com a identificação dos fluxos de interação no espaço locacional. Coincidindo com a introdução deste novo conceito de região, passou-se a empregar o termo regionalização para designar qualquer método de caracterização do espaço segundo um sistema de regiões. Como a introdução dos métodos quantitativos corresponde a uma interpretação “econômica” em Geografia, os métodos e técnicas que passaram a ser desenvolvidos nesta fase foram designados como regionalização econômica.

Como se depreende, se instalou um novo dualismo, já agora no próprio método regional, uma vez que, pelo menos em teoria, um sistema de regiões funcionais difere de uma divisão em regiões homogêneas, tanto nos objetivos como na metodologia e, claro, na caracterização espacial resultante. Por isso mesmo, um dos grandes problemas metodológicos que se constituiu foi o de como conciliar os dois tipos de região, tendo em vista, sobretudo, a aplicação técnica da contribuição geográfica. Aparentemente trata-se

⁷² Nota do autor: Para informações mais detalhadas, consultar os artigos *Divisão regional do Brasil* (1941) e *Observações sobre o problema da divisão regional* (1963), ambos publicados na *Revista Brasileira de Geografia*.

⁷³ **Comentário do editor:** Para informações mais detalhadas, ver: WHITTLESEY, D. O conceito regional e o método regional. Tradução: Celme Santos. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v.18, n. 154, p. 5-36, jan./fev. 1960. Título original: The regional concept and the regional method. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=719>. Acesso em: jul. 2020.

de noções irreconciliáveis. Se um caso busca reconhecer um grau de coesão e uma visão estática dos fatos que correspondem à definição e delimitação da região, noutro é o movimento que determina os fluxos, a intensidade destes, a visão cinética que produz as bases para a caracterização dos segmentos espaciais.

A introdução e o desenvolvimento do conceito de espaço funcional são fatos diretamente vinculados ao desenvolvimento da Geografia Urbana, como já mencionamos e ainda voltaremos a falar a respeito. A visão do espaço funcional e as possibilidades de utilização técnica deste conceito estiveram sempre vinculados ao interesse pelo espaço como objeto de estudo, mas foram de certo modo estimulados, particularmente, pelas preocupações com o desenvolvimentismo socioeconômico. Sobretudo em virtude do fato de que floresceram em certo período modelos espaciais de desenvolvimento tais como a teoria dos polos de crescimento propondo uma ação espacialmente nodular, o modelo centro-periferia, como matriz de uma tipologia regional do crescimento nacional etc.

A verdade, porém, é que não se encontrou um meio de “operacionalizar” tecnicamente a região funcional em sua pureza de formulação; mantendo-se, por outro, lado, a preocupação em compatibilizar, ou seja, em superar a dualidade dos tipos de espaços. Ao reformular sua divisão regional para fins estatísticos (1968-1969), o IBGE adotou o critério de homogeneidade, abandonando a base em regiões naturais. As maiores unidades – as macrorregiões – são agregados de base cultural, seja porque refletem os aspectos econômicos direta ou indiretamente, seja porque traduzem o que posteriormente veio a ser ressaltado como “bloco histórico” para exprimir melhor os traços de vinculação interna, de vida regional e de evolução comum. É assim então que se designou o Sudeste – fruto histórico, sobretudo da expansão cafeeira e da concentração industrial e urbana – o Nordeste – o grande espaço de ocupação antiga, em que sobressaem a faixa agrária litorânea e o espaço pastoril-algodoeiro do interior – o Sul, o Centro-Oeste e o Norte. As menores unidades – as microrregiões – são agregados definidos ecleticamente pelos aspectos econômicos e sociais, sobretudo. As características naturais refletem-se apenas de forma indireta, quando se trata de áreas com níveis mais baixos de organização econômica.

A par da divisão em regiões homogêneas, conformadas aos limites administrativos, o IBGE produziu também uma *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas* (1972) baseadas “nos fluxos de mercadorias agrícolas e na distribuição de bens e serviços à economia e à população”⁷⁴. Na delimitação das regiões foram respeitados os limites apenas dos municípios⁷⁵.

Na fase atual, o conceito regional diversificou-se ainda mais, ao mesmo tempo que surgiram requintadas críticas à própria noção de região nos termos em que ela vinha sendo colocada.

Um acordo completo sobre a natureza conceitual da região acreditamos que nunca houve. Sempre se ressaltou, por exemplo, o alto grau de subjetividade já mencionado nas decisões quanto às opções para determinar o conteúdo, a delimitação das unidades regionais.

Outra ideia que sempre oscilou quanto à unanimidade de sua aceitação é a de que a região não corresponde a um conceito concreto, determinado, sendo antes uma concepção intelectual, fruto de um modo de perceber o espaço. Em contraposição a esta, existe também a ideia de que as regiões se formam e se desfazem sob influxo das atividades humanas.

Esta ideia parte do princípio de que as “verdadeiras” regiões são aquelas elaboradas pelo homem, ou melhor pela sociedade, sendo que os conjuntos naturais por maior que seja a complexidade dos fatos que os caracterizam não podem ser assim considerados. Aliás, isto

⁷⁴ **Comentário do editor:** Desde meados da década de 1960, o IBGE e seus geógrafos têm publicado e trabalhado com as teorias de fluxos e centralidades. A pesquisa Regiões de Influência das Cidades - REGIC é o resultado mais consistente do uso dessa metodologia com releituras e adaptações para o Território Nacional. A REGIC define a hierarquia dos centros urbanos brasileiros e delimita as regiões de influência a eles associados. É nessa pesquisa em que se identificam, por exemplo, as metrópoles e capitais regionais brasileiras e qual o alcance espacial da influência delas.

⁷⁵ Nota do autor: Em 1967, o IBGE já havia publicado um estudo preliminar sob o título de *Esboço preliminar da divisão do Brasil em espaços homogêneos e polarizados*.

parece estar de acordo com a própria etimologia latina do termo. O fato é que, em consequência, o termo regionalização se presta, e é aceito, com três acepções. Ele tanto significa o procedimento metodológico de estabelecer a divisão em regiões, como o processo espontâneo de formação de regiões, dada a dinâmica espacial, como ainda o resultado provocado por uma redistribuição das atividades econômicas⁷⁶.

A restrição ao emprego do termo região ainda foi mais longe, propondo alguns que ele somente se refira aos espaços realmente organizados pelo homem em contexto de economias desenvolvidas, onde a urbanização é avançada, os fluxos internos comerciais e de serviços são intensos.

O termo região passaria então a ter duas acepções: em um sentido amplo significando uma área a que se atribui determinadas características e uma delimitação. Em sentido estrito, um segmento espacial com um certo nível de organização econômica e social, uma vida de relação intensa, e, por isso mesmo, integrada às demais regiões do espaço considerado. Este segundo sentido é que tem sido proposto pela maioria dos especialistas na matéria.

A adoção desta distinção tornaria muito relativa a aplicação de conceito de região como sinônimo de organização econômica do espaço aos países subdesenvolvidos. No caso do Brasil, com uma tão grande desigualdade interna ofereceria problemas peculiares, bastando pensar em São Paulo e na Amazônia, por exemplo. Assim, por exemplo, o geógrafo francês Bernard Kayser um dos primeiros a desenvolver novas ideias a esse respeito⁷⁷ classificou os espaços geográficos segundo as atividades humanas em países subdesenvolvidos nos seguintes tipos: (1) espaço indiferenciado, com uma ocupação pontual e fluxos quase ausentes (mesmo na Amazônia, apenas áreas isoladas poderiam corresponder a este tipo); (2) região de especulação, voltada para o exterior e sem integração nacional (este parece ser o caso das áreas brasileiras de exportação do litoral, em sua fase “colonial”, antes da formação do mercado interno); (3) a região de intervenção (como seria o Nordeste da SUDENE); (4) bacias urbanas, onde é nítida a influência de uma cidade, mas ainda predominam os fluxos espaciais de drenagem; (5) região organizada, a forma superior de região (o Sudeste, especialmente São Paulo, corresponderia a este tipo).

Embora relativamente antiga, esta tipologia de regiões é citada à guisa de exemplo e ela põe em foco dois aspectos que, entre várias outras questões, é necessário ter em conta nas reflexões atuais sobre região, especialmente tendo em vista o caso brasileiro. O primeiro é o papel do nível de desenvolvimento socioeconômico. O segundo, como corolário, é o modo de vinculação com os fluxos externos, as consequências para a organização regional do país, da inserção na escala mundial, na divisão internacional do trabalho. Estes aspectos estão presentes não apenas nas condições históricas, na gênese da atual estrutura espacial brasileira, mas ainda são atuantes no seu remanejamento. Basta imaginar que uma região econômica pode se formar neste final do século XX, em espaços indiferenciadas do universo amazônico (na área do Projeto Carajás, por exemplo) em condições de articulação econômica análogas às que presidiram a ocupação e formação do Sudeste Oriental (São Paulo e Norte do Paraná), na primeira metade do século XX: uma bacia comercial, diretamente dependente do mercado externo, cuja estrutura de transportes (ferroviário, no caso) converge para um ponto de exportação.

⁷⁶ Nota do autor: Para informações mais detalhadas, ver: GEIGER, P. P. Reflexões sobre a regionalização. In: SIMPÓSIO RENOVACÃO DA GEOGRAFIA [DA AGB]; REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 25, 1973, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 1973. p. 99-115. Sobre região e regionalização, tendo em vista a problemática brasileira, ver também: DUARTE, A. C. Regionalização: considerações metodológicas. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, SP: Associação de Geografia Teórica - Agete, v. 10, n. 20, p. 5-32, 1980.

⁷⁷ Nota do autor: Para informações mais detalhadas, ver: KAYSER, B. As divisões do espaço geográfico nos países subdesenvolvidos. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 26, n. 197, p.13-20, mar./abr. 1967. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=719&view=detalhes>. Acesso em: maio 2020.

O mecanismo da economia dependente, aliás, está diretamente relacionado com o processo histórico na estruturação do espaço econômico não apenas em todo o Brasil, como na América Latina em geral.

Tenha-se em mente que o modelo de estruturação do espaço, o que vai dar origem às regiões, baseado exclusivamente em uma economia de exportação de bens primários (uma economia de tipo “colonial”), na América Latina durou, pelo menos, até meados do século XX. Os elementos deste modelo espacial se dispunham de forma bastante simples. Uma “área de economia dinâmica” (no dizer de Celso Furtado empag)⁷⁸ formava-se com base nos recursos naturais: as agrícolas em solos florestais tropicais, junto do mar; as mineradoras, em produtos diversos no interior. Em função destas áreas agrícolas ou mineradoras, um ponto se destacava pelas ligações com o exterior e as funções mercantis originavam um centro urbano, o foco da vida de relações.

Em alguns casos, o porto e o “foco regional” eram os mesmos (Rio de Janeiro, Buenos Aires) em outros, em virtude das condições geográficas e históricas eram binomiais (Lima-Callao, Santiago-Valparaiso, Caracas-La Guáira). O terceiro elemento era constituído pelos “espaços de economia complementar”, que eram ocupados em função do abastecimento para a área exportadora, e que também surgiram onde os recursos naturais eram favoráveis, pastagens nativas, solos agricultáveis, mas demasiado longe do mar, ou sob condições climáticas desfavoráveis a produção dos artigos de maior valor comercial.

Como em termos gerais o foco da vida regional nestas verdadeiras bacias comerciais era quase que o único ponto de contato econômico, social e político com o além-mar ou com as demais áreas litorâneas, a tendência para insalubridade destas áreas era outra característica espacial.

No caso brasileiro, inclusive, falou-se muito no “arquipélago sociodemográfico”, mesmo porque a intercomunicação se fazia principalmente por navegação de cabotagem. No caso da América espanhola esta estrutura, associada à formação de oligarquias locais, levou ao esfacelamento político dos antigos vice-reinados e à balcanização do istmo centro-americano⁷⁹.

⁷⁸ **Comentário do editor:** Não foi possível recuperar a fonte exata da menção feita a Celso Furtado por Nilo Bernardes.

⁷⁹ Nota do autor: Este processo geohistórico latino-americano está bem analisado no livro de Alejandro Boris Rofman, *Dependencia, estructura de poder y formación regional en América Latina* (1974).

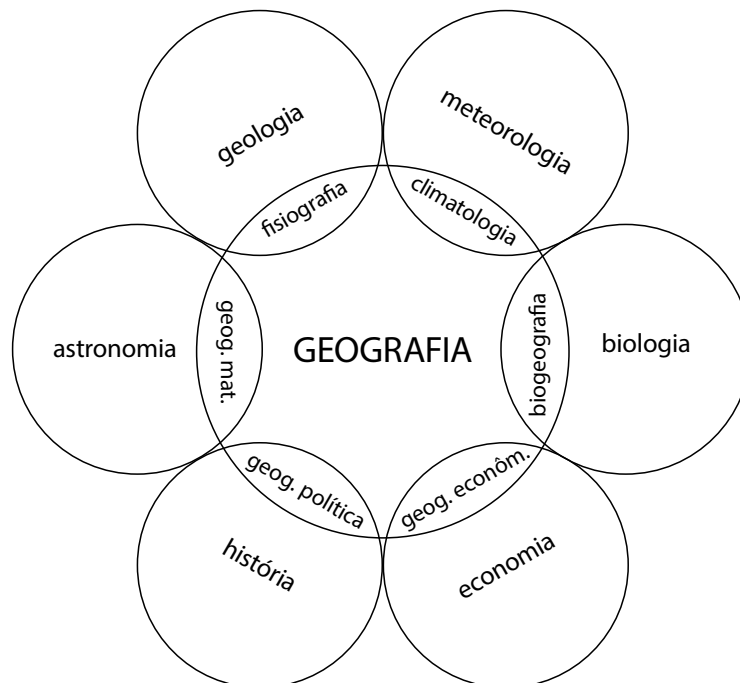
II.4 Os estudos sistemáticos

Como temos visto, a Geografia Geral propriamente dita depende para seu desenvolvimento de estudos referentes a lugares ou áreas na superfície terrestre que permitam as generalizações possíveis e necessárias. Tais estudos tanto podem ser sob a forma de caracterização global e integral do lugar ou área (geográfica regional propriamente dita), como podem ser o estudo especial de um determinado aspecto (o relevo, a estrutura agrária etc.). Neste caso é preferível dizer que se trata de um estudo sistemático, estudo geográfico de uma determinada categoria de fato que é também o domínio, como já foi enfatizado, de outra ciência⁸⁰.

A necessidade de fazer progredir a Geografia mediante esta abordagem analítica veio dando origem e desenvolvimento aos diversos ramos especializados, cada um deles muito identificado com a ciência afim. Basicamente, acentuou-se a dicotomia entre física (aí incluídos os fatos biológicos) e a humana, entre os fatos de ordem natural e os fatos de ordem cultural e social.

A estrutura clássica da Geografia obedecia ao diagrama proposto (em 1919) por Nevin Fenneman⁸¹ (fig.). Nele, um grande círculo representando o campo desta ciência é secante a vários círculos menores circundantes representando os vários campos das ciências afins (Geologia, Meteorologia, Botânica, Economia, Demografia, Sociologia etc.). Cada área de superposição do círculo maior com um menor corresponde a uma especialidade da Geografia Sistemática (Geomorfologia, Climatologia etc.) e o centro do grande círculo representa a Geografia Regional⁸².

Figura 1 - Diagrama, segundo Nevin Feneman, mostrando as relações do campo da Geografia com os das Ciências Sistemáticas, bem como a posição dos ramos da Geografia Geral, ou Sistemática, representados pelos segmentos dos pequenos círculos



Adaptado de: Revista Brasileira de Geografia, vol. 44, n. 3, p. 408, 1982.

⁸⁰ Nota do autor: Alguns prefeririam dizer o estudo geográfico de fatos também considerados por outras partes da ciência geral.

⁸¹ **Comentário do editor:** Para informações mais detalhadas, ver: FENNEMAN, N. M. The circumference of geography, *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, DC: AAG, v. 9, n. 1, p. 3-11, 1919.

⁸² Nota do autor: Este diagrama já traduz a tendência que perdurou muito tempo na Geografia, qual seja a das especializações estanques, a começar pela radical separação entre Geografia Física e Humana.

O crescente aumento do interesse dos geógrafos pelos problemas da sociedade contemporânea, acompanhado pelo fato de que as próprias fronteiras entre campos científicos foram sendo dissolvidas, ao se avançar na segunda metade do século XX, entre outras causas, promoveram uma integração também crescente entre os campos da Geografia Sistemática.

Ademais, como já vimos, sob muitos aspectos se fundem os dois pontos de vista – regional e sistemático – ao orientar a Geografia para estudos de problemas seja de base social, econômica ou ambiental.

Mesmo praticadas de forma integrada, as partes da Geografia ainda hoje constituem especialidades que julgamos conveniente enumerar para maior clareza. Na Geografia Física se distinguem a Geomorfologia, a Climatologia, a Biogeografia e, em importância bem menor, a Hidrologia. Na Geografia Humana, as quatro maiores especialidades são a Geografia da população, a Geografia Urbana, a Geografia Agrária, a geografia das indústrias e a Geografia política. Esta, sob determinado enfoque, não constitui, propriamente, uma parte, mas um modo abrangente de estudar todos os demais aspectos⁸³.

À estrutura clássica da Geografia Geral, com o seccionamento nítido entre as diversas partes corresponde, por sua vez, a ideia de se considerar a Geografia como “encruzilhada” entre as ciências sistemáticas. Este modo de ver se desfez, também, com as críticas ao paradigma tradicional e se desenvolveu uma visão mais integrativa dos ramos da Geografia Geral. Muito elucidativa de uma certa fase da nova maneira de ver a estrutura do campo da Geografia é o diagrama de Peter Haggett (1965). Sob a obsessão da quantificação ele baseou-se na teoria matemática dos conjuntos. Assim, o campo da Geografia e sua subdivisão seria resultante da intersecção de três conjuntos (*sets*): ciências da Terra (geociências), Ciências Sociais e ciências geométricas (topológicas). Como resultado, o domínio geográfico não seria resultado apenas de várias relações binárias, como na proposta de Fenneman, mas por relações em que interferem os três conjuntos.

A Geografia Física e suas tendências atuais

Aqui serão abordadas a concepção sistêmica dos fatos de interesse geográfico e a interpretação com base na nova feição dos tradicionais ramos de Geografia Física, sejam eles considerados separadamente, de forma especializada, sejam eles vistos integralmente.

Um aspecto de notável força renovadora foi a intenção de aplicabilidade ou se preferirmos dizer como Pierre George, a atitude ativa nas pesquisas sobre o quadro natural. Assim é que em Geomorfologia, o pesquisador não se limita mais a descrever as formas de relevo, as estruturas geológicas, e os processos que explicam sua origem e evolução, mas procura também privilegiar aspectos ligados a problemas de ordem prática. A percepção sobre os resultados da antropogênese (modificações na natureza devidas à ação humana) permitiu desenvolver também uma visão prospectiva dos problemas estudados e dentro de uma ideia de dinamismo nas relações homem-topografia, homem-solo. Tenha-se em conta que nos estudos clássicos o relevo era estudado sobretudo como um aspecto estático, condicionando a ação humana: a ação modificadora deste agente era mais visível na biosfera (aí incluído o solo agrícola) e na hidrosfera.

A reação possibilista ao determinismo, conferindo ao homem um papel de agente na interpretação geográfica, desenvolveu uma atitude no sentido de entender, preferentemente, a maneira como o homem “contornava” inconvenientes do quadro natural, ou

⁸³ Nota do autor: Dentro da visão clássica a Geografia Humana se dividia claramente em Geografia social, compreendendo os fatos relativos à população e aos tipos de povoamento (“habitat urbano”, “habitat rural”), enfim uma geografia dos grupos humanos; a Geografia Econômica, considerando a distribuição e estrutura das atividades econômicas (agricultura, extrativismo, indústria, mineração, transportes, comércio etc.); a Geografia política, referente às relações entre os espaços nacionais (territórios) e sua dinâmica em função da política internacional. Por outro lado, a geopolítica, de malsinada memória pelas más aplicações que dela fez o nazi-fascismo, sempre foi considerada pelos geógrafos como uma parte da ciência política destinada à formulação de linhas de ação estratégica baseadas nos dados geográficos relativos à posição, dimensão e qualificação das massas territoriais.

aproveitava suas vantagens e se tornava bem-sucedido, mais que o entendimento de como as relações homem-meio correspondiam a processos de grande dinamismo dentro do vasto sistema da Terra – o geossistema.

A Geografia Física contemporânea não se divorcia dos elementos bióticos do quadro natural e cada um dos seus ramos, ainda que originando pesquisas especializadas, converge para a compreensão da questão ambiental como dissemos. A análise ambiental tornou-se em consequência um modo integrado de operação investigadora. Ecodinâmica é uma nova forma de abordar o estudo do quadro natural. A paisagem geográfica por exemplo passou a ser considerada um conjunto dinamizado pela ação humana. Propostas mais avançadas ainda questionam se dentro da ótica atual não seria o caso de substituir-se a expressão “Geografia Física” por “Geografia ambiental”.

A pesquisa geográfica neste campo estando, atualmente, voltada para estudo de problemas torna bem mais explícita a presença do homem, ao contrário do que ocorria quando cada ramo de pesquisa objetivava tão somente a compreensão dos elementos de sua atribuição, o relevo, o clima a vegetação etc. Daí ocorreu com frequência aquele plano compartimentado do quadro físico nos tradicionais estudos regionais, como já referimos.

A Geografia Física procurou acompanhar todas as principais inovações da Geografia Humana, a começar pela adoção da teoria dos sistemas, dos conceitos chave forma-função, estrutura-processo, de modelos dos mais variados tipos e da quantificação⁸⁴ também neste caso.

A Geografia Urbana

A Geografia Urbana constitui o centro das transformações inovadoras por que tem passado a Geografia contemporânea. Na verdade, isto está de acordo com o sentido das próprias transformações econômicas e sociais do mundo, mormente após a Segunda Guerra Mundial: a evolução dos países mais desenvolvidos na direção do que se convencionou chamar uma sociedade pós-industrial, altamente tecnificada; a “terciarização” cada vez maior da população (incrível proporção dos que tem atividades em comércio e serviços) o desenvolvimento de um novo setor, o “quaternário”, de serviços complexos e sofisticados; a desruralização crescente nas economias intermediárias, enfim uma série enorme de fatos que vieram, por um lado, tornar ainda mais acentuadas e sofisticadas as funções urbanas e seu papel na organização do espaço, e por outro, tornar ainda mais evidentes o papel da cidade não apenas como local de germinação e foco de difusão dos processos modernizantes, mas também o local onde se evidenciam os profundos contrastes e as contradições nos processos sociais. Aspectos como estes, entre outros, não apenas requeriam novos rumos nos estudos de Geografia Urbana, como serviram de agenda para a inovação das pesquisas na própria Geografia.

Na concepção tradicional, a cidade era vista como um fato em si embora reconhecida como expressão histórica de uma civilização, uma sociedade, uma economia a que estavam subordinadas várias outras cidades.

Os estudos geográficos sobre cidades consistiam sobretudo na caracterização do sítio e da posição (localização) das mesmas e na análise das consequências funcionais e fisioeconômicas destes dados básicos. Outra preocupação da Geografia Geral consistia em classificar as cidades pela sua origem e por sua função predominante (cidades acrópoles, cidades religiosas, cidades-mercado etc.).

⁸⁴ Nota do autor: Excelentes informações sobre o estado atual da Geografia Física e suas tendências no Brasil, ver: BOLETIM DE GEOGRAFIA TEORÉTICA. Rio Claro, SP: Associação de Geografia Teorética - Ageteo, v. 15, n. 29-30, p. 1-475, 1985. Este número é todo ele dedicado aos resultados do Simpósio sobre Geografia Física Aplicada, realizado na Cidade de Rio Claro, SP, em dezembro de 1974.

Uma primeira mudança significativa de atitude foi dar importância à área de influência regional e procurar compreender a cidade vista de fora.

Assim, a preocupação em definir a área de influência de uma cidade e de que modo ela desempenhava funções econômicas, sociais e culturais em relação a esta área constituiu uma etapa importante na evolução dos estudos urbanos.

Logo em seguida passou-se a entender o fenômeno urbano como parte solidária de um conjunto regional articulado por cidades de vários níveis hierárquicos; “a cidade como um sistema dentro de um sistema de cidades”, sintetizou Brian Berry em um artigo célebre⁸⁵.

O fenômeno urbano é, pois estudado de duas maneiras. Uma é o estudo interno de uma cidade, o estudo do seu espaço urbano, outra é o estudo de uma rede hierarquizada de cidades no espaço regional.

O estudo interno de uma cidade compreende a caracterização das diversas áreas de funções econômicas e sociais que compõem e põem o seu espaço contruído (espaço urbano) segundo as funções de cada uma: o centro financeiro e empresarial, centros comerciais e os sub-centros, as áreas industriais, as áreas residenciais segundo os níveis de renda de seus habitantes, a circulação urbana e assim por diante. A cada aula corresponde uma forma, uma fisionomia, ou aspectos da paisagem urbana.

As características deste espaço, sua extensão, localização e função de cada área, se relacionam com os processos sociais que o articulam, mas ele só pode ser compreendido como o resultado histórico dos modos de interação da cidade e sua área ou região de influência, ou até mesmo, a sua articulação com o espaço nacional e mundial.

Na visão clássica, como nos enfoques atuais, o crescimento das cidades, ou seja, a dinâmica do espaço urbano relacionada com a da população, constitui aspecto fundamental com desdobramentos e vertentes conceituais diversos, levando a questões tais como relação entre população e emprego na cidade, em que condições se formam e se distribuem as diferentes áreas sociais intraurbanas, e assim por diante.

Existem propostas de modelos para descrever e explicar estas áreas, uma por exemplo é a do diferencial na renda da terra a partir do centro de maior densidade econômica determinando as formas de uso do solo urbano (enfoque locacional econômico). Outra, é da competição social entre os moradores, combinada a outros fatores determinando áreas de segregação das classes menos privilegiadas, áreas de obsolescência etc. (enfoque social)⁸⁶.

Por outro lado, não se pode esquecer o condicionamento proporcionado pela circulação, relacionada com as características fisiográficas do espaço urbano, que se somam aos fatores econômicos e sociais na produção dos padrões de diferenciação do espaço urbano e de comportamento da população. Neste particular, a cidade do Rio de Janeiro, especialmente se comparada com outras como São Paulo, é um exemplo notável. Seus bairros residenciais da zona sul e da zona norte separados por um grande maciço montanhoso, os suburbanos, residenciais e industriais que expandiram ao longo das ferrovias para a baixada, os contrastes entre uma zona oeste de caráter suburbano desenvolvida mais para o interior em contraste com as novas áreas da zona litorânea (Barra), as favelas nos morros e interstícios menos privilegiados da malha urbana etc. são padrões espaciais que ilustram o condicionamento combinado da circulação e características físicas.

⁸⁵ **Comentário do editor:** Para informações mais detalhadas, ver: BERRY, B. J. L. *Cities and systems within systems of cities*. *Papers in Regional Science*, Oxford: Wiley-Blackwell; [s. l.]: Regional Science Association International - RSAI, v. 13, n. 1, p. 147-163, Jan. 1964. E, também, a tradução em: BERRY, B. J. L. *Cidades como sistemas dentro de sistemas de cidades*. In: FAISSOL, S. (comp.). *Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. p. 26-47. Título original: *Cities and systems within systems of cities*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv82399.pdf>. Acesso em: jul. 2020.

⁸⁶ Nota do autor: As primeiras propostas teóricas no que diz respeito a formação e localização das diferentes áreas sociais na cidade, em anéis concêntricos, como resultado da competição entre moradores e segregação de classe foi formulada pela escola de Sociologia de Chicago nas décadas de 1920 e 1930 e elas vieram a influenciar a Geografia através da escola dita da Ecologia humana (enfoque ecológico, portanto).

Obviamente, crescimento urbano, em última análise o crescimento da população de uma cidade é função direta da sua economia e da atração social que ela exerce. Mas o papel regional que ela exerce, a sua posição hierárquica em um sistema de cidades é função de sua capacidade de exportar bens e serviços para a região circundante. De um modo geral, mas nem sempre, há uma relação entre tamanho demográfico e nível funcional.

Para a compreensão do crescimento das cidades bem como a determinação do seu nível funcional, a Geografia incorporou, entre outros conceitos, a teoria da base econômica que distingue dois setores da população. O setor básico engloba a população diretamente envolvida com as atividades de comércio (distribuição de bens) e serviços que atendem não apenas seus habitantes mas, sobretudo, às populações da área de influência da cidade em questão. Este é o setor “exportador”. As atividades que atendem quase que somente a população da própria cidade constituem o setor não básico da economia da mesma. Há uma interdependência entre estes dois setores de modo que a proporção entre eles forma o multiplicador urbano que é a explicação fundamental para o crescimento normal das cidades: quando se cria uma atividade “exportadora” (uma grande distribuidora de bens, um grande hospital regional etc.) aumentam também os empregos indiretos⁸⁷.

Já nos referimos ao fato de que um grande movimento de renovação da Geografia Urbana e de toda a Geografia Regional e Humana se deu com o estudo do conjunto de cidades no espaço regional, ou seja: das redes urbanas (expressão contestada por alguns) ou dos sistemas urbanos, (expressão introduzida pela Geografia locacional, anglo-saxônica). Esta linha de estudo está intimamente ligada à organização do espaço regional e ela constitui, na verdade, o campo em que melhor se diluem as diferenças metodológicas entre o que se poderia considerar um enfoque sistemático e um enfoque regional.

O elevado interesse despertado pelos estudos urbano-regionais segundo a ótica locacional, e, sobretudo, sua íntima ligação com o movimento pela Geografia de base teórica e, conseqüentemente, com o quantitativismo, patenteia-se no fato de que as pesquisas neste campo predominaram amplamente na produção da Geografia Humana, durante certa fase, no Brasil como no mundo.

O papel da cidade na região, e a íntima ligação dos dois processos como vimos, começou a ser melhor considerado com o estudo das áreas de influência e o desenvolvimento da ideia de circuitos nas relações entre a cidade e sua área; circuitos espaciais de concentração de bens e capitais (equivalente à drenagem) e de distribuição de bens e serviços (irrigação). Mas foi somente após a redescoberta, nos anos 1960, da teoria dos lugares centrais de Walter Christaller que se estruturou a nova abordagem geográfica baseada nas relações urbano-regionais.

Circuitos espaciais de concentração de bens e capitais (equivalente ao movimento de drenagem) e de distribuição de bens e serviços (equivalente à irrigação). Somente nos anos 1960, conforme já assinalamos, estruturou-se uma nova abordagem geográfica baseada nas relações urbano-regionais, conhecida com a teoria dos lugares centrais.

Este fato ocorreu em função do esforço geral pela teorização em Geografia concomitantemente com a redescoberta da contribuição oferecida por Walter Christaller (1933), quase que três décadas antes.

Christaller procurou estabelecer leis ou princípios teóricos que explicassem o tamanho funcional dos centros urbanos (seu nível hierárquico na rede), o número de centros em cada nível, e a distribuição e o arranjo espacial dos mesmos. Ele verificou que as funções concentradas em cada nível de cidades, o que determinava a posição hierárquica das mesmas, obedecia a alguns princípios. Um deles é o do alcance (*range*) de um bem ou serviço, o raio de distância que ele pode atingir competitivamente. Outro é o conceito de limiar, ou

⁸⁷ Nota do autor: Nas sociedades do terceiro mundo, entretanto, dá-se o que Gilberto Freyre (1968) chamou de “inchações”, isto é, um enorme fluxo de pessoas subempregadas que não se relacionam exatamente com a proporção intersetorial referida.

patamar (*threshold*), o volume mínimo de negócios necessário para que um estabelecimento de comércio ou serviço seja viável em termos de população servida. Resulta, então, que certas funções são, especialmente falando, mais raras que outras, e alcançam distâncias maiores que aquelas que se referem a um consumo mais frequente da população e portanto se referem a um tamanho maior da cidade e a uma área de influência de maior extensão. O tamanho de cada área de influência é diretamente proporcional ao nível hierárquico (tamanho funcional da localidade central respectiva).

A organização espacial resultante e representada por uma rede de hexágonos de vários tamanhos. Para definir o menor número possível de centros em cada nível (originalmente eram identificados cerca de sete níveis), Christaller imaginou uma relação matemática entre eles (valor K) que obedeceria aos três principais: de mercado, de tráfego (transportes) e de administração.

Reforçada pela contribuição de Augusto Lösch (1954), que introduziu também a função manufatureira somada às funções de comércio varejista e de serviços, a teoria dos lugares centrais dominou o campo teórico da Geografia Urbana durante algum tempo. O gradativo aprofundamento dos seus princípios e do estudo de suas consequências revelou alguns conflitos, tais como a dificuldade de se testar quantitativamente alguns dos seus princípios, aliada ao fato de que raramente se encontrava a regularidade territorial e demográfica em que se baseou o modelo teórico. Não obstante, ela é válida em alguns de seus aspectos mais importantes. Inegavelmente, a teoria das localidades centrais teve uma função importante para a Geografia Urbana e, de um modo geral, para toda a Geografia. Estimula não só a busca, de modo especial, pela regularidade dos fatos no espaço, como também uma nova maneira de ver este espaço ao favorecer a teoria regional pela introdução do conceito de espaço polarizado.

Sem deixar de lado os estudos sobre sistemas urbanos, uma atenção particular vem sendo dada ao estudo interno do espaço das grandes aglomerações de carácter metropolitano.

No Brasil, aliás, mereceu atenção dos geógrafos a definição e delimitação das regiões metropolitanas que vieram a ser oficialmente estabelecidas para fins administrativos em 1967⁸⁸.

A Geografia Agrária

Outra importante especialidade em Geografia Humana é constituída pelo estudos relativos ao espaço rural e à sociedade que lhe corresponde. A designação desta parte da Geografia tem variado, conforme a ênfase nos aspectos analisados: Geografia rural, Geografia Agrária, Geografia agrícola. Pressupondo abrangência decrescente, a primeira é de conteúdo preferentemente social, enquanto que a última designação implica interesse nos aspectos estritamente técnicos, econômicos e estatísticos da produção. Mais utilizada tem sido a segunda designação (Geografia Agrária) que combina os dois enfoques e é mais fiel à etimologia, denota o interesse pelo estudo das formas de apropriação e de utilização da terra.

De certa maneira, a Geografia Humana tradicional e os estudos regionais já privilegiavam o estudo do mundo rural, de tal modo que o interesse especializado pelo fato urbano veio a ser relativamente tardio. Alguns dos enfoques e temas então preferidos diziam respeito, mais especificamente, ao fato rural, assim compreendendo-se também as pequenas aglomerações urbanas diretamente vinculadas às comunidades camponesas e à economia agrícola. O estudo dos gêneros de vida e do "habitat" rural (tipos de povoamento)

⁸⁸ **Comentário do editor:** As regiões metropolitanas foram institucionalizadas com a Constituição de 1967. Contudo apenas em 1973 foram estabelecidas as primeiras Regiões Metropolitanas no Brasil, quando a Lei Complementar n.14, de 08.06.1973, instituiu oito Regiões Metropolitanas: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. No ano seguinte, após a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara, foi instituída a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, através da Lei Complementar n. 20, de 01.07.1974. A partir da Constituição de 1988 as Regiões Metropolitanas passaram a ser instituídas por meio de leis estaduais. O IBGE divulga periodicamente a atualização desses recortes. A partir de 2015 o IBGE adotou as Concentrações Urbanas e os Arranjos Populacionais como recortes com metodologia comum para todo o Território Nacional com fins de ampliar o conhecimento sobre as aglomerações urbanas no País.

era o tema preferido da Geografia Humana, sobretudo a de tradição europeia. Os tipos de povoamento (“habitat” disperso, “habitat” concentrado etc.) eram descritos e explicados em função dos sistemas agrícolas tradicionais.

O próprio desenvolvimento do conceito de paisagem esteve muito vinculado aos modos de ocupação agrícola e à organização agrária do espaço. Uma vez que as atividades primárias e a vida rural, sobretudo em suas formas primitivas e tradicionais, estão mais diretamente vinculadas aos aspectos do quadro natural e mais dependentes dos elementos do meio, tais fatos mereceram atenção privilegiada no contexto da Geografia de relação. Não obstante serem encarados como fatos relevantes dentro do complexo geográfico, não havia propostas por parte desta corrente geográfica no sentido de desenvolver um elenco conceitual e uma especialidade objetivando a explicação das bases técnica e econômica do fato agrário.

A Geografia Agrária como uma especialidade tomou corpo ao se constituir em um ramo da Geografia Econômica tradicional. Mas, como lembrou Leo Waibel (1979, p. 4), um dos seus principais impulsionadores, ela poderia ser desdobrada em três campos de interesse: o estatístico (estudo das formas de distribuição da produção), o ecológico (o estudo das relações entre a economia agrícola e o quadro natural) e o fisionômico (o estudo das paisagens agrárias, resultantes das atividades agropastoris, por ele identificadas como “formações agrárias”). Estas últimas linhas de interesse como se vê estavam dentro das propostas da *landschafts geographie*, a Geografia do estudo da diferenciação de áreas e das paisagens agrárias que a elas correspondem.

As categorias de utilização da terra passaram a constituir o objeto concreto de estudo, o conceito nuclear, por constituírem as formas da organização agrária expressas na paisagem. A classificação de áreas correspondia a uma classificação dos modos de utilização agrícola da terra. Uma ideia importante é a de que às formas de utilização correspondem sistemas agrícolas de cujo entendimento depende a interpretação das paisagens e que representam, segundo este entendimento, a base funcional para a classificação das áreas.

A classificação de áreas constituiu quase que um tema privilegiado durante longo tempo, caracterizando, sobretudo, a face formativa da Geografia Agrária: as definições e delimitações destas áreas têm sido feitas seja por combinações de culturas (“*crop combinations*”), mediante critérios estatísticos, seja pela forma de utilização da terra identificada, por métodos cartográficos, seja pela definição de “regiões agrícolas”, combinando critérios múltiplos, aproximando-se, assim, da moderna técnica de delimitação de regiões homogêneas⁸⁹. Tal como na regionalização em geral, o problema da escala e do grau de generalização necessário influem muito nas opções quanto aos critérios, à metodologia e, conseqüentemente ao mapeamento resultante.

Por outro lado, classificação dos sistemas⁹⁰ agrícolas, em si, tem sido questão à parte, ainda que eles estejam correlacionados à sua expressão espacial que são as formas de utilização da terra. Reiterando: ambos são as faces de uma mesma moeda; as formas de utilização são os elementos visíveis da formação agrária (WAIBEL, 1979) enquanto que os sistemas são seus elementos invisíveis.

Um sistema agrícola é definido, antes de tudo pelas características técnicas do processo de produção primária, ou seja pela maneira pela qual se combinam os fatores terra, trabalho e capital. Sem dúvida que cada sistema tem o seu conteúdo econômico em virtude de representarem um balanço entre a aplicação dos fatores (os insumos) e seu resultado sob a forma de produto. Mas ele tem também um conteúdo cultural de tal modo que as sociedades primitivas e tradicionais são entendidas, preferentemente, pela maneira como os homens se relacionam com a terra. Por outro lado, os reflexos da sociedade industrial no campo são estudados a partir do modo como se alteram os sistemas tradicionais. Mencionaremos adiante como isto acontece no caso brasileiro.

⁸⁹ Nota do autor: Para informações mais detalhadas, ver: SILVA, S. T. Os estudos de classificação na agricultura: uma revisão. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 42, n. 1, p. 3-30, jan./mar. 1980. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: maio 2020.

⁹⁰ Nota do autor: “Sistema”, no caso, tem um sentido de procedimento regular e não propriamente, de estrutura sistêmica.

Não é fácil enumerar todos os sistemas agrícolas que se possa encontrar e há diversas classificações propostas para eles. De um modo geral, a base para tais classificações está relacionada com o grau de intensidade do sistema e as subdivisões dependem do tipo de cultivos ou de criação, do modo como eles se combinam e assim por diante. Quanto mais extensivo o sistema maior é sua grande dependência no aproveitamento do fator terra (dos recursos edáficos, dos recursos agrostológicos etc). O exemplo mais típico é o sistema da rotação de terras.

Quanto aos sistemas ditos intensivos devem ser distinguidos aqueles que fazem maior apelo a aplicação intensa da mão de obra (como ocorre na agricultura oriental) daqueles que se caracterizam pela intensidade na aplicação do capital e pela elevada técnica. Uma terceira categoria (a exemplo da criação confinada e de certos cultivos especializados como o fumo ou a olericultura) combina os dois fatores. A evolução da agricultura brasileira e suas transformações recentes correspondem exatamente às mudanças na base técnica da produção e ao abandono dos sistemas extensivos baseados na abundância de fator terra (recursos naturais), quando se completou o processo de ocupação dos solos florestais virgens na fachada oriental do território. Mas pelas tendências demonstradas, percebe-se que estes mesmos sistemas continuarão a caracterizar, ao menos em parte, a ocupação da Amazônia com base na fertilidade inicial de seus solos húmidos.

Neste ponto, convém lembrar que há uma diferença entre o que se pode considerar um sistema agrícola e aquilo que muitos (sobretudo historiadores) chamariam de sistema agrário. Como vimos o primeiro se refere a um procedimento de natureza técnico-econômica: o segundo, mais abrangente, é de natureza econômico-social, senão também jurídica. Relacionado com a estrutura agrária, ele se refere aos estabelecimentos ou unidades de produção e à sociedade rural que a eles corresponde. Assim, o complexo Casa Grande e Senzala ou a Velha Fazenda de Café correspondem a sistemas agrários definidos historicamente e geograficamente. O sistema agrário assim entendido está muito próximo da noção de "organização agrária" e da **tipologia agrícola**, como veremos mais adiante.

Sistemas agrícolas e utilização da terra como conceitos fundamentais na origem e desenvolvimento da Geografia Agrária tem um remoto precursor na teoria locacional de Von Thünen, segundo o qual a grande intensidade dos sistemas adotados, e correspondentemente a intensidade do uso da terra de um modo geral, decresce em função da distância tempo do produto em relação ao mercado de consumo. Esta teoria foi recuperada por Leo Waibel que utilizou sua ideia central (relação espacial entre unidade de produção e centro consumidor) para entre outras aplicações, explicar, com base econômica, as diferenças técnicas e culturais refletidas nas paisagens/áreas por ele classificadas. Assim, para exemplificarmos sumariamente, nas áreas de colonização europeia implantadas nas florestas do Brasil Meridional, os imigrantes que ficavam isolados do mercado por mais de uma geração, não tendo podido se capitalizar, empregavam sistemas extensivos e decaíram culturalmente de modo inacreditável. O mesmo autor preocupado com o caráter ecológico da Geografia Agrária desenvolveu estudos no Brasil relacionando recursos do território e potencial de uso da terra.

Ele foi o primeiro a questionar com bases científicas a tradição da dicotomia econômica que reservava aos campos limpos naturais e aos campos cerrados apenas a função de ser o espaço privilegiado para o pastoreio extensivo, enquanto que os cultivos se prendiam somente aos solos florestais.

Os conceitos básicos mencionados (uso da terra e sistemas agrícolas) e o modo de aplicá-los na análise geográfica passaram a ser considerados demasiado simplificado e essencialmente ligados ao pensamento tradicional tanto da Geografia de relação como da Geografia de diferenciação de áreas. Procurou-se, então, enriquecer o conceito de utilização da terra com outros elementos e outros atributos que não fosse a mera expressão física das atividades no espaço agrário e seu enquadramento fundiário. Por outro lado, a influência do movimento pela teorização e quantificação iniciado a partir da Geografia Urbana estendeu-se também à Geografia Agrária.

A produção de Geografia Agrária no mundo, bem como no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970 passou a ser marcada pelos estudos de tipologia agrícola, sobretudo depois que a União Geográfica Internacional criou (1964) uma Comissão com este nome, na qual se destacou a liderança de um grupo de geógrafos poloneses, tendo à frente Jerzy Kostrowicki. A proposta da tipologia como uma ideia central decorreu justamente da proposta anterior de tornar o conceito de utilização da terra enriquecido pela incorporação de outros conceitos como seus elementos integrantes.

Além da forma de utilização, haveria que se considerar o sujeito (as unidades de produção), os sistemas de cultivo e a orientação da produção (modalidades predominantes).

A tipologia agrícola procurou ir bem mais além e em última análise ela objetivou chegar à caracterização de toda a organização agrária, segundo uma ótica mais espacial (o quadro agrário), ou toda a organização da atividade agrícola, segundo uma ótica mais econômica. A proposta, desde seu início, se aproxima muito de uma concepção de estrutura sistêmica. Todos os elementos que caracterizam ou que condicionam a agricultura, tanto em seus aspectos estáticos, relativos à implantação no território, como nos aspectos dinâmicos, relativos ao seu funcionamento, são agrupados como do modo seguinte⁹¹:

Os elementos internos se relacionam com as unidades de produção propriamente ditas: os elementos **sociais** (estrutura fundiária, relações de trabalho, caracterização do proprietário) elementos **funcionais** (utilização da terra, sistemas de cultivo e criação, intensidade da agricultura): elementos da **produção** (orientação, especialização, produtividade da terra e do trabalho). Os elementos **externos** estão de tal modo associados às características das unidades de produção que a modificação em um deles pode causar modificação em um dos elementos internos, são eles: os elementos **ecológicos** (topografia, recursos edáficos, clima, recursos hídricos); elementos **demográficos**, elementos **culturais**, elementos **políticos** e **econômicos** (influência dos programas de governo, por exemplo); elementos **locacionais** (posição em relação ao mercado, relação com o sistema viário).

O esforço principal da “escola da tipologia agrícola” tem sido no sentido de classificar e cartografar a agricultura segundo as suas características internas. Pelos procedimentos e pelos resultados, esta classificação pode ser confundida com uma regionalização agrícola, o que, entretanto, não é correto porque não leva em conta importantes aspectos (dos elementos externos) que são atributos indispensáveis da regionalização.

A tipologia constitui uma abordagem essencialmente descritiva não obstante as técnicas operacionais que se lhe associaram, a começar pela mensuração de seus elementos nas classificações, a definição cada vez mais clara destes elementos facilitou a associação das pesquisas em Geografia Agrária ao quantitativismo e à postura teórica. Assim, por exemplo, as variáveis selecionadas para análises estatísticas derivam dos elementos da tipologia, os temas de estudo decorrem da ênfase em alguns desses elementos tal como a orientação da produção ou as consequências locacionais etc.

A Geografia Agrária explorou as bases teóricas e todos os temas, todas as tendências e as técnicas que caracterizaram o quantitativismo e as correntes da Geografia locacional e da interpretação comportamental. O modelo de Von Thünen, redivivo, não poderia deixar, portanto, de adquirir destaque novamente, já que na Geografia de base econômica o problema geral da renda da terra e das vantagens comparativas correlacionadas à localização das atividades constitui um tema relevante⁹².

Um dos problemas básicos na aplicação da conceituação de tipologia como o tema central da Geografia Agrária de um país como o Brasil (e em muitas partes do mundo) é o fato de

⁹¹ Nota do Editor: O trecho a seguir é parte do relatório da Comissão para Tipologia Agrícola da UGI, criada em 1964 e coordenada pelo geógrafo polonês Jerzy Kostrowicki. .

⁹² Nota do autor: Para informações mais detalhadas sobre a adequação e questionamentos sobre a teoria de Von Thünen, ver: MESQUITA, O. V. O modelo de Von Thünen: uma discussão. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 40, n. 2, p. 60-130, abr./jun. 1978. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: maio 2020.

que ela, em essência, procura caracterizar uma situação que o mais das vezes se refere a um contexto dinâmico. A dinâmica do espaço agrícola, com efeito, tem sido uma característica histórica e geográfica do Brasil e sem a compreensão de como ela tem se processado não se pode interpretar corretamente os fatos relativos à organização agrária.

Nos dois extremos da escala de caracterização do espaço agrário encontramos, de um lado, espaços vazios ou de ocupação rarefeita e do outro, áreas de ocupação antiga em transformação. Decorre daí que os dois temas que mais se impõem atualmente na Geografia Agrária entre nós são as características da agricultura nas áreas virgens (a ocupação da Amazônia traz de volta o tema das frentes pioneiras) e a modernização (tecnológica) da agricultura sob efeito do processo que se convencionava chamar de expansão do capitalismo no campo.

A expansão da agricultura nas novas áreas florestais continua a se basear em sistemas “primitivos” (no sentido tecnológico do termo) que dependem do fator terra, a fertilidade natural.

Nas áreas antigas, a escassez de terras novas e o iminente esgotamento total dos solos próximos aos grandes centros de consumo e de exportação justificam a crescente aplicação do capital sob a forma de insumos fixos (mecanização) e variáveis (fertilizantes, defensivos etc.). Esta mesma tecnificação com base no capital, favoreceu a transformação das grandes áreas de pastoreio extensivo (campos limpos e campos cerrados) em produtoras de grãos e de criatório melhorado. O fato é que os estabelecimentos tradicionais se transformaram em uma nova organização agrária: as fazendas cada vez mais se tornam “empresas agrícolas ou pastoris”, os pequenos estabelecimentos, se não conseguem se capitalizar, sucumbem ao remembramento fundiário, caso positivo, se especializam, geralmente em dependência da organização agroindustrial. Como não podia deixar de ser as tradicionais relações de produção (colonato meação, parceria etc.) desaparecem, dando lugar ao diarista volante, parte de um mercado nacional de trabalho agrícola. Ademais, alguns programas setoriais, tal como o da produção do álcool-combustível, monopolizam a utilização da terra, aceleram as transformações e agravam seus efeitos. Por outro lado, o avanço do capitalismo valoriza a terra em áreas dantes marginalizadas e a disputa com as comunidades camponesas tradicionais, ampliando o espaço do latifúndio. Em consequência a reforma agrária, de longa data reclamada, torna-se um problema nacional de solução prioritária e se constitui em questão candente.

Todos estes fatos, e outros a eles associados, inspiram a temática dos estudos agrários na atualidade. O denso conteúdo social neles presentes põem em primeiro plano o enfoque da sociedade agrária e o interesse no desenvolvimento rural como um todo, de modo que se volta a falar, novamente, de uma Geografia rural, mais abrangente que o estudo apenas da agricultura e da sua organização.

Como conclusão,

Tendência.

- a) Estudos para a agricultura agrária sistemática:
- b) Geografia H. Geral e Geografia Regional centrada na questão agrária.

Comentário do Editor: Texto interrompido pelo autor.

III.1 A Ciência Humanística, sua contribuição técnica e a profissão

Uma vez que tentamos responder as perguntas sobre o que é a Geografia atualmente, qual a sua natureza e qual o seu objeto e sua estrutura, tentemos ver para que serve a Geografia.

Uma vez sentindo que não estava mais em discussão a posição acadêmica de sua disciplina e que sua capacidade em produzir explicações com foros científicos era plenamente reconhecida, os geógrafos passaram a se sentir desafiados a dar formalmente uma finalidade prática à sua produção científica.

Esta questão envolvendo a função utilitária da Geografia e seu papel no desenvolvimento e no bem-estar da sociedade, e sua missão no conjunto das técnicas, ciências das técnicas, chegam a atormentar muitos geógrafos tanto quanto as grandes questões epistemológicas relativas à própria Geografia.

A partir da Segunda Guerra Mundial, houve um forte movimento no sentido de se fazer da Geografia uma ciência mais voltada para os problemas de ordem prática, no sentido de desenvolver a aplicação do arsenal descritivo-explanatório, do mesmo modo que as ciências exatas se voltaram para a produção de resultados práticos em benefício direto do homem, e em favor da ação administrativa etc.

Foi, em suma, um movimento em favor de se desenvolverem as formas de aplicação técnica da Geografia. Este movimento veio a ser conhecido como Geografia aplicada, e foi objeto de uma comissão especial da União Geográfica Internacional, merecendo ainda vários livros e inúmeros artigos e, também, muitas críticas sobre quais seriam realmente suas propostas.

No fundo o que tem estado em discussão é dar à Geografia o caráter de uma técnica complementar ao seu caráter científico, que corresponde à pesquisa pura (de base), uma distinção que será falaciosa se não for empregada com um sentido apenas didático. Criticando severamente a proposta de uma Geografia aplicada, como se fosse algo distinto da Geografia corrente, Pierre George⁹³ propôs a expressão Geografia ativa, subentendendo uma atitude integral e constante de pesquisas voltadas para a caracterização e solução de problemas.

É oportuno lembrar neste ponto que uma das críticas insistentes ao tipo de Geografia que se tem praticado é sua carga ideológica, seu desenvolvimento a serviço do poder, desde sua fase formativa quando esteve vinculada aos interesses da expansão colonialista até seu desenvolvimento recente quando tem "servido para fazer a guerra"⁹⁴ e o exercício do poder. Não há condições de se discutir aqui o quanto afirmações como estas têm de verdadeiro e o que têm de estereótipo, de uma questão complexa. Apenas devemos considerar duas coisas: tais aplicações não são exclusividade apenas da ciência geográfica e, se as levamos ao extremo como finalidades da Geografia, estaríamos lhe dando um nível técnico que ela nunca teve entre as ciências e aos geógrafos uma capacidade de influência que tiveram apenas em alguns poucos casos, em função de personalidades intelectuais isoladas.

De um modo geral, a Geografia como ciência e como disciplina acadêmica tem cumprido as seguintes finalidades: proporcionar forma de conhecimento indispensável na formação humanística do cidadão integrando os currículos do ensino fundamental; contribuir para o conhecimento do universo do homem, em várias escalas, oferecendo uma descrição e explicação que complemente as das demais ciências da natureza e da sociedade; sob forma de pesquisa e aplicação construir um corpo de conhecimento indispensável para a habilitação do profissional especializado (formação do professor e do geógrafo).

⁹³ **Comentário do editor:** Para informações mais detalhadas, ver: GEORGE, P. *et al.* *A geografia ativa*. Tradução de Gil Toledo *et al.* São Paulo: Difusão Europeia do Livro - Difel, 1968. 357 p. Título original: *La géographie active*.

⁹⁴ **Comentário do editor:** O autor se refere a obra de Yves Lacoste *La géographie ça sert, d'abord, à faire la guerre*, publicado originalmente em 1976, reeditado com alterações até 1985.

Dissertar sobre o primeiro destes tópicos seria enveredar por longo caminho, tantos são os problemas e ângulos de análise da posição e da qualidade da Geografia no ensino básico (1º e 2º graus). Não vem ao caso e nem constitui a finalidade deste texto. Registre-se, entretanto, que tais problemas interessam bastante as outras duas finalidades acima, uma vez que a deterioração da qualidade do ensino afeta o prestígio da Geografia como disciplina e reflete-se na qualidade e no funcionamento do curso superior.

Lembremo-nos que a pesquisa geográfica moderna no Brasil nasceu como “subproduto”, se assim se pode dizer, das tarefas principais – que cabiam às primeiras Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras criadas em São Paulo e Rio de Janeiro. A pesquisa expandiu-se de forma autônoma, mas os problemas relativos ao ensino de 1º e 2º graus continuam alimentando também problemas no ensino superior, dados as relações institucionais de mercado de trabalho para os dois níveis de ensino e o desenvolvimento da Geografia como atividade científica e técnica⁹⁵.

A utilização da Geografia

Consideremos, agora, o uso que se pode fazer da Geografia como campo de conhecimento e como atividade de pesquisa.

O emprego da Geografia no estudo de problemas diversos, de natureza ambiental ou espacial, diagnósticos socioeconômicos e regionais, formulações de linhas de ação administrativa etc., tem sido feito de vários modos, seja como mera utilização, por parte de especialistas de outras áreas, de conhecimentos geográficos já existentes, seja pela participação de geógrafos em equipes multidisciplinares, seja pelas pesquisas voluntárias ou institucionais por parte dos geógrafos.

A utilização da Geografia em trabalhos de natureza de disciplina mista merece um comentário incisivo, ainda que breve.

É um fato muito comum ver-se um ou mais capítulos de Geografia servindo de introdução de quadro físico, quadro territorial, quadro geográfico, ou outro título qualquer para um relatório técnico ou uma pesquisa multidisciplinar. De plano, isso não é condenável porque algumas vezes preenche uma necessidade. O que sucede é que frequentemente, o capítulo é produzido por alguém da equipe que não é geógrafo e de Geografia apenas sabe que ela é composta de “aspectos do relevo, aspectos climáticos, da hidrografia e da vegetação” tudo na forma puramente descritiva. A função de um capítulo é assim, quase sempre, aquela do papel de seda que embrulha as maçãs apenas para agradar o freguês. Ocorre, também, que algumas equipes “encomendam” o capítulo a um geógrafo que não participou das pesquisas nem das suas conclusões, ou que integrou de forma isolada a equipe, apenas com esta finalidade de produzir tal capítulo. Isto assim acontece porque para a maioria dos especialistas (felizmente as exceções não são raras) cabe à Geografia oferecer um quadro físico onde ocorrem (diríamos, se localizam) os processos ou as situações que são estudadas: o quadro natural, neste caso, é o “palco” das ações humanas.

Em outros tipos de estudos, ao geógrafo correspondem também outros aspectos envolvendo até mesmo temas de maior complexidade e responsabilidade. Mas como não lhe coube fazer ou participar da caracterização global do tema, a Geografia continua confinada a determinados compartimentos. O que desejamos colocar em foco e a necessidade de contribuição interdisciplinar da Geografia como uma forma peculiar de identificação e de explanação no estudo de problemas, sob diversos ângulos e sobretudo naqueles aspectos que constituem o âmago da análise.

Por isso mesmo é necessário fazer a distinção entre trabalho **multidisciplinar** – cujo resultado é, sobretudo, um somatório justaposto das contribuições dos diversos especialistas

⁹⁵ Nota do autor: Estas questões estão bem-analisadas no documento *Projeto diagnóstico e avaliação do ensino de geografia no Brasil* (1984) realizado por um grupo de consultores, profissionais do Magistério Universitário.

– e trabalho interdisciplinar – em que todos participem dos vários passos da pesquisa e da interpretação e da elaboração dos resultados.

Esta colaboração interdisciplinar tem tido sérios problemas de ajustamento por parte do próprio geógrafo que nem sempre tem a necessária sensibilidade para este tipo de trabalho (coisa aliás que ocorre também nos outros campos disciplinares). O primeiro requisito, além de uma razoável capacitação, seria a constante reflexão sobre que tipo de contribuição lhe cabe de modo a não estabelecer conflitos de área quanto a atitude interpretativa.

Refletir sobre a natureza da genuína interpretação geográfica face à proposta essencial das outras disciplinas é fundamental para que o geógrafo justifique sua posição na equipe de trabalho e ofereça uma contribuição realmente original.

Entretanto não há dúvida em que fizemos grandes progressos, quanto à cooperação interdisciplinar nestas últimas décadas.

O geógrafo e sua formação

Devemos considerar como geógrafo um profissional que se dedica a desenvolver o saber científico em seu campo disciplinar e/ou a aplicá-lo na caracterização e estudos das questões ambientais e especiais que afetam o homem e os lugares em que ele vive. O puro exercício do Magistério ou o cultivo diletante do conhecimento geográfico não caracterizam pois o ofício de geógrafo, no seu sentido atual. Por outro lado esta condição não deve depender da existência de uma carreira formal no serviço público ou na empresa privada e muito menos do reconhecimento legal de uma profissão liberal regulamentada, tal como os geógrafos desejaram e conquistaram.

Isto porque em todo o mundo tem sido a pesquisa na universidade que faz avançar a Geografia e foi a partir dela que se fez a aplicação dos conhecimentos resultantes. No Brasil, entretanto, a possibilidade de exercício da profissão fora das Universidades, sem vinculação com o ensino-superior, é bastante antiga, desde a criação do Conselho Nacional de Geografia há cerca de quarenta anos.

Contudo a regulamentação de uma “profissão de geógrafo” entre nós é fato bem recente.

Na Universidade já está atualmente bastante desenvolvida. Ademais nosso país foi pioneiro há mais de quarenta anos em oferecer a possibilidade de exercício da Geografia como profissão fora das Universidades. Entretanto a regulamentação de uma “profissão de geógrafo” é fato recente.

Pela lei número 6.664, de 26.06.1979, que “disciplina a profissão de geógrafo e dá outras providências”, o exercício da profissão foi expressamente restringido aos portadores de diploma de geógrafo ou de bacharel em Geografia, obtido em instituição de curso superior no país ou no exterior. A mesma lei discrimina quatorze funções privativas da competência do geógrafo, determina seu registro em um dos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA e veda o exercício da profissão aos que não tiverem tal registro⁹⁶.

O exercício da profissão naturalmente é caracterizado pela prestação de serviços de natureza técnica a entidades públicas da União, dos Estados e dos Municípios e a entidades de economia mista e privadas.

O artigo 4º da mesma lei define o exercício das atividades profissionais do geógrafo, “sejam as de investigação puramente científica, sejam as destinadas ao planejamento e implantação da política social, econômica e administrativa de órgãos públicos ou às iniciativas de natureza privada” através de:

- “órgãos e serviços permanentes de pesquisas e estudos, integrantes de entidades científicas, culturais, econômicas ou administrativas”;

⁹⁶ **Comentário do editor:** Atualmente Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

- “prestação de serviços ajustados para a realização de determinado estudo ou pesquisa, de interesse de instituições públicas ou particulares, inclusive perícia e arbitramentos”.
- “prestação de serviços de caráter permanente sob forma de consultoria ou assessoria, junto a organizações públicas ou privadas”.

A prática pura, ou ligada ao Magistério da pesquisa científica não está incluída nas restrições da regulamentação. O Decreto número 85.138, de 15.09.1980, veio regulamentar a aplicação da Lei 6.664 e, em suas linhas gerais, apenas reitera as atribuições nos termos do dispositivo legal original. Mas a lei número 7.399, de 04.11.1985, regulamentada pelo Decreto número 92.290, de 10.01.1986, alterou a lei anterior, ampliando o direito de registro no CREA, independente do diploma de bacharel ou de geógrafo aos que estivessem no exercício do magistério superior na data da nova lei, no exercício de funções de geógrafo em órgão público, aos que estivessem, comprovadamente, exercendo há cinco anos ou mais atividades de geógrafo. Além disso, em um dispositivo que tem causado muita polêmica, também ampliou o critério de habilitação, permitindo o registro profissional a todos os portadores de títulos de pós-graduação em Geografia. Isto significa que, mesmo sem a formação básica (graduação) e independentemente da área de concentração adotada em seu curso de pós-graduação, é possível obter-se registro de geógrafo profissional. A questão é que este novo dispositivo conflita com o sistema existente nas profissões tradicionais (engenharia e arquitetura, por exemplo), nas quais o diploma de graduação é indispensável para a habilitação técnica e a satisfação dos requisitos legais da regulamentação profissional.

A estrutura dos currículos do ensino de Geografia em nível superior (3º grau) tem passado por várias fases. Uma primeira fase correspondeu ao curso conjunto de Geografia e História, quando o objetivo era, precipuamente, preparar o professor para o então chamado ensino médio. Com três áreas de curso seriado obtinha-se o título de bacharel, sem outras formalidades. Com o quarto ano composto por disciplinas pedagógicas obtinha-se o grau de licenciado. Uma outra fase corresponde aos primeiros anos de separação da História. As disciplinas principais que até então compunham o currículo correspondiam às partes da Geografia: Geografia Física, Geografia Humana, Biogeografia, e mais a Geografia do Brasil. Com a expansão da pesquisa e a aceitação do fato de que o curso universitário não deveria preparar apenas professores, generalizou-se a diversificação dos currículos, com a inclusão de disciplinas relacionadas com técnicas de pesquisa (Cartografia, fotointerpretação, por exemplo) ou com ciências afins.

Uma nova fase ocorreu a partir da fixação do currículo mínimo da graduação pelo Conselho Federal de Educação (1962) e a generalização do sistema de créditos. Passou-se a dar importância à formação do pesquisador e, deste modo, o bacharelado assumiu importância como linha de formação paralela à licenciatura. Os currículos se tornaram mais sofisticados e em sua composição passou a ser indispensável, por exemplo, a metodologia da ciência, técnicas estatísticas etc. Ao mesmo tempo, em vários centros universitários passou-se a valorizar a pesquisa discente.

Definiu-se a partir destes fatos um curso de bacharel, com possibilidades de complementação pedagógica, especialmente voltado à preparação do profissional pesquisador.

Não obstante, devido à questão de mercado de trabalho, a maioria dos cursos superiores ainda hoje dá prioridade (senão exclusividade) à formação do licenciado. Por este motivo os problemas do ensino de 1º e 2º graus se refletem conflituosamente no curso superior, acarretando dilemas até mesmo para a reformulação dos currículos de 3º grau.

Tais questões estão competentemente analisadas em um documento do MEC/SESU, produzido por uma comissão de consultores, todos professores universitários⁹⁷.

⁹⁷ Nota do autor: Para informações mais detalhadas, ver: BRASIL. Secretaria da Educação Superior. *Projeto diagnóstico e avaliação do ensino de geografia no Brasil*: documento final. Brasília, DF, 1984. 33 p.

O documento em causa alistou 117 (cento e dezessete) cursos de Geografia existentes no Brasil, sendo 96 (noventa e seis) de licenciaturas e 21 (vinte e um) de bacharelados.

Na discussão sobre reforma de currículo, especialmente quando se tem em mira quais são os requisitos principais na formação do geógrafo a nível de graduação – composição curricular, tipos de práticas, relação de reciprocidade com a licenciatura para o magistério – uma questão se coloca, cremos que em primeiro lugar, é a da especialização. Alegam muitos que, dada a amplitude e a diversidade do campo de Geografia, conviria que a capacitação profissional básica já deveria incorporar uma especialidade sistemática – como Geografia Urbana, Geografia Agrária, Climatologia etc. – ou, até mesmo operacional – planejamento ambiental, recursos naturais, planejamento local.

O oposto seria reforçar a visão unitária da interpretação geográfica como formação básica, deixando o desenvolvimento da especialização para a prática no exercício da pesquisa científica ou da aplicação técnica ou, melhor ainda, para a pós-graduação. Enfim, é a velha discussão entre a formação de um “generalista” ou a especialização precoce.

O termo “generalista,” que se propõe como oposto ao de especialista, não é muito bom. Ele é ambíguo e conflitante com o que se espera de razoável profundidade no exercício da Geografia. Entendemos, contudo, que ele significa a condição do geógrafo se sentir à vontade e com capacidade em todos os aspectos da interpretação geográfica, e não apenas no estudo do ecossistema ou das estruturas urbano-regionais, por exemplo. Encontramos um paralelo, na medicina, onde a formação do clínico geral se apresenta como base para a maior segurança da especialização. Comparações a parte, acreditamos que no caso do geógrafo, será pela prática inicial como um “generalista” que ele desenvolve com segurança sua especialização, encontra melhor o seu lugar entre as demais especialidades e, o que é muito importante, permite-lhe dar contribuições genuinamente geográficas ao estudo dos problemas que se apresentam.

Entenda-se bem, a especialização, no exercício da Geografia, é quase que inevitável; estamos nos referindo tão somente às características do treinamento básico profissional e à necessidade de que o iniciante adquira habilitação no espectro amplo do campo geográfico. Caso contrário seria até uma incongruência questionar-se o direito ao registro profissional aos não bacharéis em Geografia que se pós-graduaram em uma área especializada.

Para o exercício do magistério universitário a especialização em pelo menos uma das duas grandes partes da Geografia Sistemática é uma necessidade.

Dado o grande desenvolvimento recente dos estudos de Geografia Humana e o fato de que há uma tendência, pouco aceitável, de se considerar “Geografia” apenas a Geografia Humana caracterizada como uma ciência social. É até uma surpresa, ao se examinar a composição das especialidades no quadro de docentes de um certo número de universidades, e verificar como é expressivo o número dos que se dedicam à Geografia Física. É de se admitir que a tendência mais recente de uma maior integração da Geografia Física voltada para a análise dos problemas ambientais contribua para aumentar o seu prestígio, sua aplicabilidade e seu crescente desenvolvimento profissional⁹⁸.

Há um outro ponto na formação do geógrafo que nos parece digno de ser levado em consideração: a erudição geral.

⁹⁸ Nota do autor: Em informações diretamente obtidas em 10 (dez) cursos dos mais prestigiados departamentos de Geografia do país, pudemos computar os seguintes dados que dão uma ideia de como se distribuem as especialidades no corpo docente.

Número total de professores: 267

a) em Geografia Física: 89 (33,3%) sendo em Geografia Física em geral, em Geomorfologia 31, em Climatologia 19, em Biogeografia 10 e os demais em outras disciplinas como Geologia, Pedologia, Recursos Naturais, etc.

b) em Geografia Humana: 121 (45,3%), sendo 11, em Geografia Humana em geral, 20 em Geografia rural/agrária e os demais em especialidades como população, transportes, Geografia Econômica, Metodologia etc.

c) outras especialidades: 57, aí incluídas a Geografia Regional geral, Geografia Regional do Mundo, do Brasil, técnicas especiais como Cartografia, fotointerpretação, especialidades afins não discriminadas etc.

Para qualquer profissional das Ciências Sociais que deseja elevar seu nível de informação e desenvolvimento intelectual a erudição geral é importante. Mas acreditamos que para o geógrafo, como aliás para o historiador, ela é quase que indispensável, embora sua ampliação esteja ligada ao continuado processo de aperfeiçoamento individual. É inadmissível que se possa realizar interpretações originais da realidade atual brasileira sem conhecer as obras clássicas sobre o assunto.

As obras *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior, *Casa-grande e senzala* (1933), de Gilberto Freyre, e *História econômica do Brasil* (1937), de Roberto Simonsen, são apenas alguns exemplos conspícuos das obras a que se deve recorrer em primeira mão e não através de citações. Uma lista de obras antigas e atuais cujo conhecimento é indispensável seria longa. Uma coisa é clara: a erudição histórica é indispensável para completar o lastro intelectual de qualquer geógrafo que vai avançando em sua experiência profissional, sobretudo daqueles que se especializam em uma Geografia Humana como ciência social. Quanto mais cedo se começar a formá-la, melhor.

As oportunidades profissionais

O magistério de 1º e 2º graus é ainda mais fácil, a mais espontânea oportunidade de trabalho para os egressos dos cursos de graduação em Geografia. Raros são aqueles que mesmo se dedicando depois a pesquisa não começam pelas atividades do ensino fundamental, ou que continuam a exercê-la cumulativamente.

Outras oportunidades em proporção bem menor se encontram no exercício do ensino superior, em carreiras ou empregos isolados de natureza técnica onde é possível realizar apenas pesquisas ou aplicar conhecimentos específicos de natureza geográfica. Para alguns poucos dedicados a outras funções vale a condição de graduado em nível universitário e a formação geográfica obtida. Para todos, finalmente, há, ainda a possibilidade adicional de prestação de consultoria para firmas especializadas ou o engajamento temporário em equipes pluridisciplinares de pesquisa ou planejamento.

A instituição brasileira que, isoladamente, emprega o maior número de geógrafos ainda é a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Ainda mais a partir do momento em que absorveu o Projeto RADAM Brasil⁹⁹, o qual por sua vez já ofereceu oportunidades de emprego para geomorfólogos, biogeógrafos, ou especialistas em utilização da terra.

Hoje em dia pode-se levantar uma variada lista de instituições públicas, tanto federais, como estaduais e municipais onde existem geógrafos trabalhando em função de sua habilitação técnica. Geralmente órgãos que tem alguma relação com planejamento ou com o levantamento e sistematização de dados básicos para a formulação de programas de governo ou para a ação administrativa. Para que se tenha uma ideia mais concreta das oportunidades que se abrem aos geógrafos citemos algumas dessas instituições, ressaltando a diversidade das mesmas. De nenhum modo estaremos esgotando a relação destes órgãos e entidades, sendo intenção de apenas exemplificar o tipo de órgãos e instituições onde há campo para o trabalho do geógrafo.

Advirta-se por outro lado que na sua maioria eles ocupam um número limitado de profissionais, sequer havendo uma carreira técnicas específica.

⁹⁹ **Comentário do editor:** O RADAM foi criado em 1970 na Amazônia, com o objetivo de fazer o mapeamento e o levantamento de recursos naturais dessa região. Cinco anos mais tarde foi expandido para todo o Território Nacional, passando a se chamar RadamBrasil. Em 1985, ele foi integrado ao IBGE, que incorporou seu acervo técnico e o corpo de profissionais. O projeto foi pioneiro no uso de imagens de radar para interpretação da Geologia, Geomorfologia, Pedologia, vegetação e do uso potencial da terra.

Estrutura do IBGE

Comentário do Editor: Apesar da intenção manifestada no manuscrito o autor não comenta a estrutura do IBGE na época.

Como órgãos federais, além dos já citados, mencione-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a Fundação Joaquim Nabuco, Instituto de Pesquisas Sociais - FUNDAJ, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN, filiada ao Ministério da Agricultura, Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis - DNPVN, Departamento Nacional de Obras e Saneamento - DNOS, (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF), Secretaria Especial da Região Sudeste - SERSE, do Ministério do Interior, Grupo Executivo da Política de Transportes - GEIPOT.

Dentre órgãos estaduais, destaque-se o fato de que secretarias e vários governos e órgãos metropolitanos se interessam pelo trabalho de geógrafos, por exemplo: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social - IPARDES, vinculado à Secretaria de Planejamento, Secretaria de Planejamento de Estado do Rio de Janeiro - SEPLAN, Instituto de Geociências Aplicadas - ICA vinculado à Secretaria do Governo de Minas Gerais, Fundação para o Desenvolvimento Metropolitano do Rio de Janeiro - FUJVIDREM, Companhia de Desenvolvimento Metropolitano de Salvador - CONDER, Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e assim por diante.

Em algumas prefeituras municipais, já existem também geógrafos exercendo atividades técnicas, sobretudo em função da aplicabilidade da Geografia na solução de problemas de desenvolvimento e de organização do espaço, tanto do espaço urbano como do território municipal.

Outro exemplo de oportunidade de emprego regular para o geógrafo encontramos em empresas de consultoria, planejamentos, estudos e projetos. Além disso, é caso frequente colaboração eventual de geógrafos com tais empresas, sob a forma de consultoria ou participação em estudos e diagnósticos.

Esta modalidade de trabalho do geógrafo tende a se multiplicar, não apenas em função da existência de regulamentação da profissão, mas também em virtude de certo potencial de crescimento do próprio mercado de trabalho. Já foi lembrado aqui a circunstância de que, em uma certa fase, a expansão das atividades de planejamento regional e, sobretudo, o planejamento urbano, abriram grandes possibilidades para a atuação técnica dos geógrafos. O contínuo crescimento do país e a tendência a estabelecer controle sobre os efeitos do crescimento espontâneo ou de ações programadas põem em evidência algumas feições de natureza geográfica dos problemas associados ao processo em causa. Este fato não apenas alimenta a temática de uma contribuição na pesquisa geográfica voluntária, como amplia perspectivas de trabalho técnico do geógrafo.

Cabe a este profissional assumir a iniciativa e ampliar as atividades técnicas nestes novos campos de trabalho provocados pelas consequências do crescimento econômico, como antes aconteceu de forma concreta com a questão urbana. Um deles é o problema do desenvolvimento rural. Outro, em plena ordem do dia, é o da questão ambiental. Além de militarem como cidadãos, na defesa da ecologia natural e do meio ambiente, muitos geógrafos se engajam atualmente em trabalhos relativos com o controle das consequências do crescimento econômico – o chamado impacto ambiental.

Neste sentido, abrem-se perspectivas concretas de atuação face à resolução de 23.01.86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente que estabeleceu “as definições, os critérios básicos

e as diretrizes gerais para implementação da Avaliação do Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente”. Em consequência, qualquer atividade modificadora do meio ambiente (estradas, barragens, portas, linhas de transmissão de energia, oleodutos, estabelecimentos fabris ou complexos industriais, projetos urbanísticos de certo vulto etc.) não deverá ser autorizada pelo poder público competente sem um prévio estudo e um relatório das previsões de impacto ambiental - RIMA. Definido os limites da área geográfica a ser atingida pelas consequências do projeto sobre o meio ambiente, o estudo deverá compreender, além do diagnóstico sobre as características pré-existentes do meio físico, do meio biológico e do meio-socioeconômico, a análise dos impactos eventuais, definição das medidas para mitigá-los e um programa de monitoramento posterior dos impactos negativos e positivos.

Ao especificar pormenorizadamente como deve ser elaborado e utilizado o relatório em questão, a mesma resolução determina expressamente que ele deve ser executado por “equipe multidisciplinar habilitada”, não dependente do proponente do projeto.

O RIMA é, pois, um exemplo de abertura de muitas possibilidades de atuação técnica de várias especialidades e, entre elas, a multiplicação das atividades que os geógrafos já vem incipientemente desenvolvendo.

III.1 As pesquisas em Geografia

Introdução parcial

A metodologia da pesquisa geográfica admite tantas variantes, tantos passos, e emprega tantas técnicas quanto as correntes de pensamento, ou seja, a própria metodologia científica adotada.

Em segundo lugar é necessário se ter em conta que de algum modo a escolha das técnicas bem como das fontes a serem adotadas depende do domínio geográfico em que se trabalha, ou seja, das especialidades, seja em Geografia Física, seja em Geografia Humana, seja mesmo na Geografia Regional.

Finalmente um terceiro eixo nas opções metodológicas para a pesquisa decorre da própria natureza do trabalho que se produz, conforme será especificado mais adiante.

Uma das questões básicas na metodologia da pesquisa geográfica é a do papel que se dá às técnicas de campo e às técnicas de gabinete, as quais, desde já podemos dizer, estão na dependência das três preliminares acima.

O conhecimento geográfico pré-científico se construiu em primeira mão graças às viagens dos cronistas e ao seu contato direto e visual com os povos e as terras pouco conhecidas. A Geografia científica em sua primeira fase, não dispensou este tino de contato como fonte primordial de conhecimento.

Com efeito, o trabalho de campo, o contato direto com o objeto de estudo, esteve na base de todo o avanço da Geografia na primeira metade deste século. A formulação de conhecimento obtido puramente em fontes secundárias era antes de mais nada considerada uma compilação, não uma pesquisa. Os norte-americanos costumavam designar, depreciativamente, como *arm-chair geographers*, “geógrafos de poltrona” os seus colegas que faziam apenas uma geografia de gabinete, que produziam um conhecimento de segunda mão. Com o advento da “Nova Geografia”, e dos técnicos estatísticos computacionais, bem como outros recursos de gabinete, o grupo que a ela aderiu passou a chamar os demais colegas, também depreciativamente, de *bush geographers*, “geógrafos do mato”, aqueles que se apoiavam sobretudo no trabalho de campo e na análise da paisagem. Em certo momento, a adoção da nova metodologia no Brasil levou também a uma desvalorização das técnicas de trabalho de campo na pesquisa geográfica.

Hoje, em dia, com poucas exceções, reconhece-se que não se deve radicalizar. Conforme a natureza da pesquisa e conforme seus objetivos, já dissemos, uma ou outra modalidade pode ter sua ênfase.

Basicamente, o que se coloca é que uma não deve excluir a outra. Em termos gerais, o ideal é combinar as virtudes de cada uma.

O trabalho de campo, tanto pode ser um reconhecimento do problema ou da área em estudo, como pode ser a base do desenvolvimento deste estudo, caso em que é conhecido como a pesquisa direta.

Os trabalhos de gabinete em certos casos se limitam a desenvolver a pesquisa mediante manipulação de grande massa de dados correspondentes às fontes identificadas. Sendo assim podem ser considerados como uma pesquisa indireta. Às vezes é necessário que o pesquisador procure e selecione dados em outras fontes existentes no lugar em que trabalha, ou em outra localidade: esta operação seria uma pesquisa externa de dados e informações e não propriamente trabalho de campo, em termos de Geografia. Outras vezes os trabalhos de gabinete constituem antes de tudo indispensável elaboração dos resultados das observações realizadas na manipulação dos dados levantados, no estudo da documentação e, como em toda e qualquer pesquisa, na elaboração e apresentação dos resultados.

Uma terceira modalidade, frequentemente adotada, é a que combina os dois procedimentos, equilibradamente.

O Exercício da Geografia

A pesquisa geográfica

As fontes de pesquisa

Focalizaremos, nesta parte, as fontes de dados e informações que consideramos a que o geógrafo recorre diretamente e com maior frequência em qualquer das modalidades de pesquisa que ele pode praticar.

Os instrumentos geográficos

O mapa é a mais antiga ferramenta do geógrafo e ainda é aquela cuja utilização adequada e eficiente ainda lhe permite se apresentar como um profissional seguro e dá à Geografia uma linguagem que facilmente a distingue da contribuição das demais ciências.

É muito sutil a diferença entre os termos mapa e carta geográfica e comumente eles são empregados indistintamente. Contudo, em termos genéricos, carta deve se referir preferentemente ao documento cartográfico de média e grande escala (de 1:1 000 000 até, digamos 1:10 000 ou 1:5 000), constituindo um conjunto articulado de folhas, enquanto que mapa é a representação mais abrangente de todo um território (continente, país, estado etc.) e sua escala estará na dependência do tamanho deste mesmo território e do formato gráfico que se deseja¹⁰⁰. Planta indica representação de áreas bem menores (cidade, bairro, loteamento, etc.). O mapa tanto serve para o pesquisador “ler” a área em estudo como também para servir de base para representação dos resultados do trabalho.

Os mapas ou cartas se classificam em três tipos: (a) geral, quando nos oferece a representação planimétrica e altimétrica, correspondendo aos elementos fundamentais da fisiografia (hidrografia, relevo, cobertura vegetal) e da ocupação humana (povoação, caminhos, estradas, etc.); (b) especial, quando adicionalmente, ressalta determinados elementos para alguma finalidade, podendo ser rodoviária, carta aeronáutica, de navegação etc.; (c) temática, quando representa os padrões de distribuição de determinados elementos culturais (populações, produção, por exemplo), as características naturais da superfície terrestre (geologia, morfologia, cobertura vegetal, clima etc.) ou a interpretação que se dá à interação de elementos geográficos, bem como a organização do espaço (qualidade ambiental, regionalização etc.). Uma das finalidades no trabalho geográfico é exatamente produzir cartas temáticas, tendo como base cartográfica as cartas gerais e especiais.

As duas principais instituições de produção cartográfica no Brasil são a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, através de sua Diretoria de Geodésia e Cartografia e a Diretoria do Serviço Geográfico do Exército. Outras organizações produtoras são, por exemplo, a SUDENE, a Diretoria de Hidrografia da Marinha, e ainda alguns estados, sobretudo São Paulo e Minas Gerais, os pioneiros. Além disso, deve ser considerada uma abundante produção avulsa de mapas por diversas instituições locais ou regionais. No pós-guerra o Brasil avançou enormemente quanto ao recobrimento de seu território por cartas em várias escalas. A primeira delas foi a carta em 1:1 000 000 (*Carta ao milionésimo*) um compromisso de ordem internacional. A primeira edição desta carta foi elaborada pelo Clube de Engenharia (1922), sendo conhecida como *Carta do Centenário*, hoje um documento de valor histórico inestimável. A segunda edição (1960) foi completada pelo IBGE e vem sendo atualizada em outras tiragens.

¹⁰⁰ **Comentário do editor:** A área de Cartografia não possuía, à época em que Nilo escreveu o livro, qualquer publicação nacional com formulação sistemática sobre o tema. De fato, esta formulação estava a cargo das áreas de Cartografia do IBGE e do Serviço Cartográfico do Exército.

Para a interpretação geográfica são mais importantes as cartas de escalas maiores, já disponíveis¹⁰¹. A de 1:250 000 está bem avançada, já estando recoberta quase que toda extensão das regiões Sul, Sudeste e Nordeste e boa parte das outras duas. A carta mais importante que a anterior, cujo emprego generalizado decorrente do razoável nível de informação que permite é a de 1:100 000, a qual recobre quase que todo o país, faltando apenas uma parte da Amazônia. Finalmente, o programa nacional contempla ainda o recobrimento com a carta em 1:50 000, evidentemente ainda mais rica de elementos para a interpretação geográfica. Abrange uma área bem menor interessando apenas o Sul e o Sudeste.

Os mapas temáticos, além de serem produtos, são também insumos para os geógrafos. Há diversos tipos deles, a começar pelo Atlas modernamente produzido. Antigamente eles eram uma coletânea racionalmente organizada de mapas gerais; atualmente são, antes de tudo, uma coletânea de mapas temáticos obedecendo a um plano sistemático em que se procura representar todos os aspectos geográficos que caracterizam o território a que se referem, aspectos físicos e biológicos, demográficos, sociais econômicos e da organização do espaço. A edição do *Atlas nacional do Brasil* pelo IBGE já é bem antiga (1965), como se viu. Mas já foi iniciada a publicação da série regional, começando pelo Nordeste¹⁰². Além disso, pouco a pouco, os estados vão publicando também seus Atlas. Não obstante um atlas, em grande parte, uma fonte de dados secundários porquanto ele é elaborado com informações primárias de outras fontes. O contrário ocorre com cartas temáticas como as que foram produzidas pelo RADAM (Projeto RadarBrasil). Nele, as imagens da superfície são produzidas pelo sensoriamento de radar (portanto sem interferência das condições atmosféricas) e, a seguir interpretadas e reambuladas (controle visual direto do terreno) permitem a elaboração de cartas temáticas usando como base cartográfica as 46 folhas da Carta do Brasil ao milionésimo. Além de outros produtos do aerolevanteamento realizado (perfis altimétricos, carta-imagem de radar etc.) a documentação básica produzida consta de 38 volumes da série *Levantamento de recursos naturais*¹⁰³, com os textos e ilustrações (relatórios minuciosos) explicativos de 5 folhas em 1:1 000 000 representando a Geologia, a Geomorfologia, a Pedologia, a vegetação e o uso potencial da terra.

Todo e qualquer mapa pode ser uma ferramenta valiosa para a pesquisa geográfica, seja servindo de base cartográfica para a produção temática, seja como elemento de informação a ser interpretada.

Uma primeira ideia de como se dá a ocupação de uma área (distribuição da população, por exemplo) é obtida pela interpretação de uma carta.

No campo, como no gabinete, não há limites para o que o pesquisador seguro pode obter da leitura de uma carta geral ou temática. Mesmo já não estando atualizado, um documento cartográfico pode ser um instrumento de pesquisa, uma fonte de informações, dependendo dos objetivos em vista.

Imagens de Sensoriamento Remoto

A interpretação de imagens da superfície da Terra constitui uma técnica que se generalizou no Brasil após a Segunda Guerra Mundial. Embora tendo utilidade múltipla, o emprego deste recurso é mais frequente na Geografia Física, do mesmo modo que a Geografia Humana prefere recorrer às técnicas de interpretação com base em abundantes dados estatísticos.

De forma simplificada, podem ser distinguidas três modalidades de imagens obtidas com sensores remotos: a aero foto convencional, as imagens de radar, já referidas, e as imagens tomadas por satélite orbitais.

¹⁰¹ Nota do autor: Para informações mais detalhadas, ver: BRASIL. Exército. Diretoria de Serviço Geográfico. *Carta topográfica do mapeamento sistemático brasileiro*. Brasília, DF, 1986. Escala 1:250 000.

¹⁰² **Comentário do editor:** Para informações mais detalhadas, ver: ATLAS nacional do Brasil: nordeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1985. 1 atlas. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv87917.pdf>. Acesso em: jul. 2020.

¹⁰³ **Comentário do editor:** Para informações mais detalhadas, ver: LEVANTAMENTO de recursos naturais. Rio de Janeiro: Projeto RadamBrasil, 1973-2018. 38 v. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=todos&campo=todos¬qry=&opeqry=&texto=LEVANTAMENTO%20de%20recursos%20naturais&digital=false&raseexata=1>. Acesso em jul. 2020

As aerofotos oferecem aos usuários uma grande riqueza de detalhes devido à baixa altura em que são tomadas e à técnica de obtenção. Elas se destinam, fundamentalmente, ao mapeamento do território e os mosaicos por elas formados são devidamente controlados por pontos geodésicos determinados em terra. Devidamente interpretadas elas são de uma grande riqueza temática quanto à natureza do terreno e as formas de sua utilização. O grande inconveniente é a interferência da nebulosidade – que dificultando sua obtenção, às vezes seu aproveitamento, tornando-as um recurso precário para certas regiões como a Amazônia. Este inconveniente as imagens de radar não têm, como vimos. Em contrapartida, este tipo de imagem, obtido eletronicamente pela resposta do sinal de grandes alturas, e embora com capacidade de abranger grandes áreas, não oferece a mesma riqueza de detalhes da aero foto¹⁰⁴.

Embora o treinamento nas técnicas de foto interpretação esteja ao alcance de qualquer um nem sempre a pesquisa individual, isoladamente, abrangendo grandes áreas, é possível, um tanto pelos custos outro tanto pela necessidade de infraestrutura e apoio institucional. Fato que ocorre de forma ainda mais absoluta no que se refere às imagens de satélite.

A utilização de imagens de satélites tem tido rápido progresso muito especialmente, como vimos, no que se refere às pesquisas em Geografia Física – mapeamento morfológico, manejo de recursos hídricos, análise ambiental etc. Para o Brasil, a principal fonte são as imagens obtidas pelo *LANDSAT* e fornecidas pelo Instituto de Pesquisas Espaciais - INPE, sediado em São José dos Campos, SP. As versões mais recentes são o MSS/*LANDSAT* (*Multi Spectrum Scanner*, Rastreador Multi-espectral) e o TM (*Tematic Mapper*, o Mapeador Temático). O sensoriamento remoto por satélite tem permitido novas e mais produtivas técnicas de estudo sobretudo quanto a recursos naturais e problemas ambientais. A repetitividade de cobertura de um satélite orbital facilita, por exemplo, o acompanhamento de eventos ambientais de comportamento dinâmico, como por exemplo, a variação de fluxos hídricos. Por outro lado, as imagens de diferentes espectros multiplicam a variedade de informações sensoriais. Basta dizer que conforme o caso se pode “ver” a água subterrânea, o tipo de solo, a qualidade das pastagens etc.

O nível de resolução espacial das imagens de *LANDSAT* não é o mesmo que o de aerofotos tomadas em baixa altura (no MSS o ponto na imagem corresponde a uma área de 80 x 80 m no solo; no TM, corresponde a 30 x 30 m). Embora os progressos neste particular estejam se fazendo rapidamente (o satélite francês *SPOT*, permite 10 x 10m), tais imagens não invalidam ou competem com as finalidades das aero fotos convencionais. Mas elas se impõem como tecnologia de ponta no estudo da superfície terrestre. E o conhecimento cada vez melhor da superfície terrestre tem sido o ofício tradicional do geógrafo¹⁰⁵.

As fontes estatísticas

A maior e mais diversificada fonte propriamente dita de pesquisas é constituída pelos dados estatísticos. Por dados estatísticos entendemos toda a mensuração regular e sistematizada de fatos tanto sociais e econômicos como naturais/ambientais.

Assim por exemplo, no estudo e classificação de climas, a principal fonte de dados encontra-se nas normas climatológicas¹⁰⁶, produzidas pelo Instituto Nacional de Meteorologia - INMET, vinculado ao Ministério da Agricultura¹⁰⁷. Dados sobre Hidrologia – descarga fluvial, potencial hidráulico medido em termos hidrelétricos e outros associados são fornecidos pelo Sistema de Informações Energéticas do Ministério de Minas e Energia, como também pela Divisão de Estatística do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Sobre

¹⁰⁴Nota do autor: Existem cerca de quinze empresas no Brasil especializadas em aero foto levantamentos sendo sete no Rio de Janeiro, cinco em Curitiba, e as demais em São Paulo, Belo Horizonte e Vitória.

¹⁰⁵Nota do autor: Para informações mais detalhadas, ver: NOVO, E. M. L. de M. Pesquisas realizadas na área de Geografia Física no Instituto de Pesquisas Espaciais. Boletim de Geografia Teórica, Rio Claro, SP: Associação de Geografia Teórica - Ageteo, v. 15, n. 29-30, p. 217-229, 1985.

¹⁰⁶Nota do autor: São ditas normais porque as características são determinadas pela média dos registros em um período mais ou menos longo de observações e não por uns poucos registros eventuais.

¹⁰⁷Comentário do editor: Atualmente está vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

recursos minerais, existem informações estatísticas do Departamento Nacional da Produção Mineral; sobre as características ambientais, o IBGE tem procurado sistematizar informações, e assim por diante.

Para o conjunto do país, a fonte mais importante de informações estatísticas condensadas é o *Anuário Estatístico do Brasil*¹⁰⁸ que vem sendo publicado regularmente pelo mesmo IBGE, contendo dados desde a caracterização do território até as contas nacionais, passando pelas características sociais, econômicas e financeiras. Alguns Estados também publicam seus anuários estatísticos.

Produzidos pelo IBGE, como também pela maioria dos governos estaduais, há uma numerosa quantidade de dados sociais e econômicos, geralmente classificados como estatísticas contínuas, isto é, dados que são levantados regularmente. Contudo, a fonte de informações mais importante origina-se das chamadas estatísticas censitárias, uma finalidade preciosa e exclusiva do IBGE, a razão inicial de sua criação. São assim designadas por serem produzidas pelos recenseamentos no âmbito nacional que são regularmente feitos de forma periódica. Embora existam censos realizados anteriormente (1872, 1890, 1900 e 1920) é somente a partir de 1940 que eles se tornam realmente institucionalizados e com a metodologia que, melhorada progressivamente, ainda apresentam.

Os geógrafos jamais desconhecera a utilidade e a função básica dos dados estatísticos em suas pesquisas. Na fase tradicional da Geografia eles foram empregados fartamente para a elaboração de mapas temáticos: Humboldt, por exemplo, concebeu as isolinhas e elaborou mapas de clima (distribuição de temperaturas mediante isorítmas). Outro alemão, Thiess H. Engelbrecht, desenvolveu toda uma técnica estatística de determinação de “zonas de cultivo”, mediante superposição de mapas representando os vários aspectos da atividade agrícola, os exemplos não tem limite. Mas será apenas com a era da computação eletrônica que a estatística assume uma função central nas técnicas de pesquisa geográfica, caracterizando o quantitativismo.

Há dois tipos de recenseamento: o censo demográfico e os censos econômicos – censo agropecuário, censo industrial, censo comercial e censo dos serviços. É muito difícil fazer o cruzamento das informações de um e de outro porque no censo demográfico a unidade investigada e à qual se referem os dados produzidos é o domicílio onde as pessoas moram, e nos censos econômicos a unidade é o estabelecimento onde as pessoas trabalham e onde se dá a produção. Além disso, é necessário ter-se em conta que nos censos econômicos, tendo como unidade os estabelecimentos, os dados se referem a cada unidade de produção e não às empresas que as operam. O censo agrícola não diz respeito à propriedade rural, mas sim à unidade de produção agrícola, uma entidade técnica e econômica. As propriedades rurais – entidades jurídicas – constam do Cadastro do INCRA, outra fonte de estatísticas muito importantes para os geógrafos¹⁰⁹.

A periodicidade dos censos demográficos é decenal mas a dos censos econômicos, em 1975, passou de decenal para quinquenal, o que, realmente, permite melhor acompanhamento da dinâmica do espaço econômico brasileiro¹¹⁰. São chamados *Recenseamentos Gerais* os que são realizados e fins da década, englobando todos os tipos e considerando todo o território nacional.

Nos intervalos dos censos demográficos o IBGE tem realizado também pesquisas estatísticas especiais, sobretudo de cunho social. São exemplos: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, onde são investigados condições de emprego, salários

¹⁰⁸ **Comentário do editor:** O Anuário Estatístico do Brasil - AEB é publicado anualmente pelo IBGE. Para informações mais detalhadas, ver: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1-79, 1908-2019. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720>>. Acesso em: jul. 2020.

¹⁰⁹ Nota do autor: A publicação mais recente do Cadastro é de 1982, mas o INCRA mantém a atualização anual, cujos dados são disponíveis apenas por listagens de computador.

¹¹⁰ **Comentário do editor:** No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, os Censos Econômicos quinquenais foram substituídos por pesquisas anuais com exceção do Censo Agropecuário.

etc. – e a pesquisa singular de 1975 conhecida por Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEFF.¹¹¹

Além dos dados primários que costuma publicar, o IBGE dispõe também em fitas de computador de outros dados, uns resultantes de inquéritos especiais, outros derivados de estatísticas primárias, os quais fornece, sob a forma de prestação de serviços, para atender a demandas de pesquisas geralmente mais complexas que as habituais¹¹².

Outras fontes

Há ainda diversas, fontes de dados e informações para o geógrafo, sem contar aquelas que ele mesmo produz como parte integrante de sua pesquisa, por meio de inquéritos e de questionários. Uma delas é a bibliografia existente sobre o problema ou a área em estudo. Por ora deixemos clara a diferença de que o uso das referências bibliográficas deixa de ser mera compilação se elas são empregadas para ilação, argumentação, abonar inferências ou relacionar com elementos descritivos apoiadas em observação própria.

Um tipo de bibliografia é constituída pelo material levantado em trabalho de campo (relatórios, memórias, depoimentos etc.) algumas vezes até inéditos. Outra se relaciona com a pesquisa de gabinete, em bibliotecas, arquivos etc.

Qualquer estudo de Geografia Histórica ou mesmo uma simples abordagem histórica de questões atuais pode levar o geógrafo a uma aprofundada pesquisa bibliográfica iconográfica e documental (estudo de textos e mapas inéditos ou raros). Assim, além das bibliotecas de acervo favorável, ele necessita frequentar também os arquivos. Parece-nos porém que a pesquisa documental, isto é, o recurso às fontes históricas primárias, na maior parte dos casos deve ter caráter supletivo em relação ao trabalho dos historiadores, caso já exista uma satisfatória produção sobre o assunto. Algumas vezes não é assim: a pesquisa documental de textos é necessária para que o geógrafo encontre explicações para uma série de questões que ele já estabeleceu com o auxílio de ferramentas próprias do seu ofício, com base no tipo de dados já mencionados.

Além disso há pesquisas que são realizadas essencialmente com base em documentação cartográfica fora de nossa época, como já tivemos ocasião de lembrar; mesmo não se tratando de um genuíno trabalho de Geografia Histórica comparando-se mapas de uma região em várias épocas, tem-se uma visão aproximada de como vem se dando a ocupação do território. Assim, por exemplo, não deixa de causar um impacto para quem manuseia um mapa de São Paulo de uns setenta anos atrás, o espaço de uma geração – e ver todo o Oeste do estado em branco com os dizeres “terreno desconhecido habitado pelos índios”. Os estudos sobre a colonização europeia no sul do Brasil progrediram muito pela pesquisa de plantas de colônias e de grandes loteamentos realizados.

O estudo da expansão do espaço urbano é um bom exemplo de pesquisa que é fundamentalmente baseada na Cartografia antiga: plantas da cidade, plantas de loteamentos, esquemas de instalação de infraestrutura etc.

A maior parte de tais documentos, são encontráveis apenas em arquivos públicos, ou em obras mais raras das bibliotecas.

A propósito deve ser registrado que lamentavelmente em nosso país tem sido muito raro o gosto pela guarda e conservação desta documentação cartográfica de valor histórico. Não apenas nas prefeituras municipais, em que em geral somente se interessam em guardar

¹¹¹ **Comentário do editor:** A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, de periodicidade anual, foi encerrada em 2016, com a divulgação das informações referentes a 2015. A PNAD foi substituída, com metodologia atualizada, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, que propicia uma cobertura territorial mais abrangente e disponibiliza informações conjunturais trimestrais sobre a força de trabalho em âmbito nacional. O Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEFF foi substituído pela Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF.

¹¹² **Comentário do editor:** Hoje o IBGE disponibiliza a Sala de Sigilo para acesso aos microdados e tabulações especiais de suas pesquisas e censos

o que é atualizado, como também em órgãos estaduais e federais esta atitude é generalizada. Com isso muitos documentos de valor tem se perdido.

Mapas antigos relativos ao Brasil como aos estados ou a regiões menores estão dispersos pelos centros administrativos mais antigos do país. Os principais e mais vastos acervos estão no Rio de Janeiro, dada sua condição de capital do Império e da primeira fase republicana: Mapoteca Histórica do Itamaraty, Biblioteca Nacional, Serviço Geográfico Militar (para onde foi o acervo do antigo Arquivo Militar) e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em alguns arquivos públicos estaduais como o do Pará, de Pernambuco e de São Paulo¹¹³ podem ser encontrados documentação de menor volume porém igualmente interessantes.

As técnicas de pesquisa

Nosso objetivo aqui não é desenvolver nem esquematizar uma metodologia da pesquisa, mas apenas dar uma ideia de como o geógrafo trabalha na produção de conhecimento seja puramente científico ou de natureza técnica¹¹⁴. É necessário portanto se ter em mente a variedade de formas deste produto, as quais podem ser, simplificada, assim nomeadas: relatórios e diagnósticos; ensaios de natureza teórica ou substantiva, frutos apenas de reflexão em que o mais das vezes se propõe a uma revisão do progresso científico em uma tema (*the state of the art*, como dizem os anglo-saxônicos, *la mise au point*, dizem os franceses); Artigos e monografias científicas (o caso mais frequente) de iniciativa pessoal ou por encomenda institucional, em que se propõe fazer progredir o conhecimento sobre questões de métodos e técnicas, sobre um problema temático ou sobre uma área¹¹⁵; as dissertações e teses, com os mesmos objetivos anteriores, das monografias em geral, mas que são produzidos para atender a requisitos acadêmicos de pós-graduação e que estão, portanto, indispensavelmente, sujeitos aos cânones próprios desta formação; mapas e atlas temáticos, com os respectivos textos.

Relacionando com pontos de vista já expostos anteriormente, podemos dizer, também de forma simplificada, que os relatórios e os diagnósticos têm um caráter essencialmente técnico voltado para demanda específica de ordem prática: um projeto, um plano ou uma programação administrativa. As teses e dissertações valem por sua função científica primordial (constituem uma “pesquisa básica”, como já lembramos comparando com as ciências exatas). Já a pesquisa para artigos e monografias cumpre uma dupla função na medida em que ora são contribuições científicas puras, ora constituem investigação de forma aplicada, voluntária ou solicitada, sobre um problema resultando em proposições de ordem prática.

É conveniente, neste ponto, ressaltar a importância do mapeamento temático como uma forma de produção bem peculiar ao ofício do geógrafo, tanto sob a forma de elaboração de cartas ou mapas avulsos como sob a forma de atlas. Um atlas, aliás, pode ser geral ao cobrir todos os aspectos de uma área (região, estado ou país) como pode ser especial, detalhando os aspectos de um determinado tema ou grupo de temas – um atlas da população, da agricultura, de uma área metropolitana ou, mesmo, das condições ambientais, por exemplo.

Dissemos que o mapeamento temático e o atlas são produtos peculiares ao ofício do geógrafo, porque via de regra, eles não constituem apenas a expressão gráfica (analítica) de fenômenos de distribuição e de padrões espaciais que se procura expressar, até mesmo verbalmente, como definição de fatos a serem geograficamente interpretados. Os mapas de sín-

¹¹³ Nota do autor: Informações verbais de Isa Adonias: para o pesquisador que tiver interesse, é bom saber que existe um catálogo da Cartografia antiga brasileira até o fim do século XIX, organizado pela Biblioteca Nacional, *Ensaio de cartographia brasileira*, extraído do catálogo da Exposição de História do Brasil realizada no Rio de Janeiro em 1881 (BIBLIOTECA NACIONAL, 1883). Mais completo, ainda, porém bem anterior, é o de Candido Mendes de Almeida, constando de seu *Atlas do império do Brasil* (1868).

¹¹⁴ Nota do autor: Não há, pelo menos em língua portuguesa, um manual completo de metodologia da pesquisa geográfica, talvez mesmo devido ao seu caráter polimórfico. Uma ideia a respeito pode ser obtida na bibliografia geral selecionada que figura na parte final deste livro. **Comentário do editor:** A partir da década de 1990, o IBGE passou a disponibilizar ao público a série Manuais Técnicos em Geociências com temas como Pedologia, Geomorfologia e Cobertura e Uso da Terra.

¹¹⁵ Nota do autor: **Nota prévia** é um texto menos elaborado do que um artigo convencional pelo qual se adianta o resultado de uma pesquisa ou de reflexões para um ensaio; **Comunicação** é um texto sintético do mesmo gênero dirigido a uma reunião científica.

tese, ademais, resultam de aplicações de conceitos e de princípios peculiares à Geografia (a correlação ecológica, a interação espacial, por exemplo), da adaptação de classificações cartograficamente representáveis, e assim por diante. Sobretudo, em qualquer caso, a definição de técnicas de mapeamento adotadas requer solução do problema de otimização da escala do mapa e do grau de generalização dos padrões representados, problema este que exige uma sensibilidade para a qual o geógrafo deve ser, normalmente, treinado.

Aspecto importante a observar é que os mapas temáticos, isolados e em atlas, devem ser acompanhados de textos. Neles, não apenas é descrita a técnica adotada para sua confecção, sobretudo nos mapas mais complexos ou de tratamento de temas pouco usuais, como também deve ser oferecida uma interpretação realmente geográfica, sobretudo que tenha por finalidade explicar a razão dos padrões espaciais mais conspícuos revelados pelo mapa.

Lembremo-nos também que, por outro lado, um texto qualquer, seja um artigo ou outro formato qualquer envolvendo padrões espaciais merece ser acompanhado por um mapa, sem dúvida ainda a melhor forma de expressão do geógrafo. Finalmente, deve ser também lembrado que uma contribuição técnica do geógrafo, simples relatório ou diagnóstico formal, pode ter, muitas vezes, como contribuição fundamental, uma coletânea de mapas representando de forma clara os aspectos principais do problema ou da área em estudo.

Não importa a corrente de pensamento a que um geógrafo se filie: parece-nos ainda válida a tese de que um geógrafo não sabendo se expressar corretamente por um mapa temático (quando for o caso, evidentemente), ou interpretar devidamente um desses mapas, não domina completamente a visão sintética do espaço, com as interações que nele estão presentes.

Há uma série de opções conceituais e metodológicas a se decidir quanto à estrutura de um atlas, atingindo não apenas o elenco de temas que devam compô-lo, mas também quanto ao tratamento de cada um deles. A elaboração dos mapas e dos respectivos textos envolve operações muito similares à pesquisa para um artigo ou uma monografia: opções teóricas, metodológicas, coleta de dados e documentações, revisão de bibliografia, definição de técnicas, e assim por diante.

A pesquisa de campo

As técnicas principais e mais usuais na pesquisa direta são as observações de paisagem geográfica, e os inquéritos complementarmente. Mas não menos importantes, temos o levantamento da documentação local.

Modalidade de técnica de campo bem peculiar seria, ainda, o mapeamento temático direto, praticado sobretudo para o levantamento de utilização da terra, da cobertura vegetal e das feições morfológicas. Atualmente, porém, com o desenvolvimento das técnicas de interpretação das aero fotos e imagens de satélites, o trabalho de campo com esta finalidade visa, sobretudo, ao reconhecimento ou a conferência de opções a serem adotadas na interpretação.

Sobre a paisagem geográfica e seu significado conceitual já tivemos ocasião de referir. A observação da paisagem como uma técnica em pesquisa foi estreitamente associada a uma postura tradicional (e até científica) na pesquisa. Por ter sido desenvolvida em função, tanto do enfoque nas relações homem-meio, como no da diferenciação de áreas, ela foi, em dado momento, desprezada pelos adeptos mais extremados da abordagem locacional. Na verdade, a paisagem tendo sido colocada para certas correntes geográficas (na escala cultural, por exemplo) como o objeto principal da pesquisa, seu significado conceitual, bem como o papel das técnicas de observação haviam sido supervalorizados. Em certos meios acadêmicos, já não eram mais um meio, um recurso, mas uma finalidade da interpretação geográfica.

Jamais tendo perdido sua funcionalidade nas pesquisas de campo, a correta observação da paisagem sempre deu ao geógrafo uma posição favorável no diálogo multidisciplinar. Nos dias atuais, a importância crescente do estudo de questões ambientais, de problemas de desenvolvimento rural, enfim de temas de estudo em que a premissa é a compreensão de como as comunidades e seu meio se inter-relacionam, percebe-se que a noção da paisagem e

a sua observação como uma técnica de se compreender as estruturas e a funcionalidade do todo ambiental se revaloriza de outra maneira. Há especialistas, por exemplo, que se interessam em conhecer e entender como o geógrafo pode realizar a “leitura” do contexto ambiental.

Mesmo a observação de uma paisagem urbana pode ser a primeira maneira de identificar as diferenciações no espaço urbano, admitido o conceito de que a paisagem exprime as formas visíveis que caracterizam o espaço.

A paisagem geográfica não deve ser entendida apenas como aquele segmento da superfície terrestre que impressiona nossa visão, coisa que corresponde à noção vulgar de paisagem. Ela deve ser entendida em primeiro lugar como o aspecto visível do espaço geográfico. Nesse sentido, ela é definida por elementos comuns a segmentos mais amplos do que a parte vista em um só lugar. Assim, ela se compõe com os elementos obtidos a partir de um ponto de observação: são descartados aqueles que são singulares (às vezes exóticos) e guardados aqueles que se repetem de um ponto a outro. Deste modo são definidas as formas que descrevem e permitem explicar a paisagem¹¹⁶. Determinados campos de cultivo e tipos de habitação, por exemplo, o modo como se relacionam entre si, com a topografia, com a Hidrologia, constituem formas que compõem uma paisagem. A interpretação de uma paisagem nos leva, em segundo lugar, a apreender os elementos invisíveis que a caracterizam: a função dos prédios, no campo ou na cidade, o sistema agrícola adotado, a estrutura agrária dominante. A própria gênese da paisagem pode ser pelo menos esboçada.

Daí se depreende que a técnica de observação geográfica exige uma atitude constantemente ativa. Ela não se resume em “ver” e distinguir os seus aspectos característicos, mas sobretudo, refletir sobre eles, ordenando-os, correlacionando-os, e, finalmente buscar explicações para as formas assim identificadas.

Mas esta explicação tem, em princípio, um caráter preliminar. Ela necessita ser confirmada, ou corrigida por meio de inquéritos, exame de documentos etc.

A técnica da observação teve um papel muito importante na acumulação de conhecimento da Geografia brasileira e acreditamos que ainda tem uma função importante na pesquisa geográfica, sobretudo em países como o Brasil caracterizados por uma grande extensão cuja dinâmica espacial apresenta grande variação em áreas de diferentes estágios de ocupação e urbanização. Embora raramente ela ainda tenha aquela função de técnica fundamental e como dissemos, não seja considerada o fim mesmo da pesquisa, é inegável que é por seu intermédio que se dá o contato direto do pesquisador com o objeto de estudo¹¹⁷.

Hoje em dia a observação direta tem duas finalidades principais. Uma é quando se realiza um reconhecimento na área a ser estudada. Neste caso deve ser realizada de forma sistemática e constitui não apenas uma fonte de dados para a pesquisa como pode e deve suscitar hipóteses de trabalho quanto ao problema a ser investigado. Outra é aquela realizada quando se volta ao campo no momento em que a pesquisa está bem avançada e se necessita esclarecer dúvidas, complementar observações etc. Caso se esteja instalado na área por longo tempo, pode se dar o caso de se iniciar com o reconhecimento e se encerrar com a verificação (“checagem”).

Convém lembrar também que as observações de campo podem ser controladas e generalizadas em gabinetes por recursos tais como fotointerpretação, e interpretação de cartas.

Os inquéritos largamente empregados nos trabalhos de campo costumam ser de dois tipos fundamentais. Um é o inquérito aberto, em que o pesquisador, ou seus auxiliares, atuam de forma flexível colocando questões e expandindo-as segundo as circunstâncias. O outro, o inquérito fechado, obedece a um conjunto de itens que devem ser sistematicamente respondidos. O primeiro tipo é também conhecido como entrevista, enquanto que o segundo é o questionário.

A entrevista pode ser livre, por ser ocasional, inteiramente voltada para as soluções de questões que se colocam em determinado local, ou obedecer a um roteiro previamente tra-

¹¹⁶ Nota do autor: Daí a expressão “morfologia da paisagem” difundida pela escola cultural da Geografia norte-americana.

¹¹⁷ Nota do autor: A este propósito é conveniente lembrar que aderentes de um maior rigor epistemológico consideram os resultados da observação demasiadamente subjetivos e, por isso mesmo, de valor muito relativo. Mas eles devem reconhecer que esta é a técnica fundamental para a pesquisa direta do geógrafo. A questão é saber como fazer uso dela.

çado segundo os objetivos da pesquisa e as hipóteses preliminarmente formuladas. Ambas são características da fase de reconhecimento.

Os questionários são elaborados e aplicados com todo rigor das técnicas estatísticas. Seus itens são estruturados conforme o plano da pesquisa e sua aplicação procura abranger um determinado universo, seguindo um tipo de amostragem na escolha dos entrevistados. Para definição da amostra é indispensável que o geógrafo obtenha a [...]. Há toda a conveniência em que o questionário seja elaborado também em conformidade com os resultados de um reconhecimento de campo. Mas há circunstâncias em que isso não se faz realmente necessário, tal como por exemplo o estudo em uma área já suficientemente conhecida.

A pesquisa de gabinete

Conforme a natureza e os objetivos do trabalho a ser executado, podemos distinguir uma pesquisa em gabinete autônoma e a em gabinete associada ao trabalho de campo. Quanto às técnicas empregadas em gabinete baseadas nas fontes já relacionadas não há diferenças em um e outro caso, variando apenas o grau de dependência já que no segundo caso pesam muito os dados colhidos diretamente mediante a observação direta e as entrevistas realizadas. Sendo neste caso, então, uma operação importante é a sistematização e interpretação dos dados de campos.

As técnicas tipicamente de gabinete constituem um elenco bastante diversificado e são as que se baseiam nas fontes de dados e informações que já nos referimos mais atrás.

A mais antiga técnica de gabinete na pesquisa geográfica – além da coleta, do estudo e sistematização de informações bibliográficas – é a interpretação cartográfica.

Ela sempre foi de emprego generalizado e para muito geógrafos, um recurso indispensável, tal como a observação direta. Por isso mesmo passou a ser, em certo momento, também associada à Geografia idiográfica e por conseguinte considerada com pouca importância na metodologia da pesquisa. Não obstante, tal como a interpretação da paisagem, a interpretação cartográfica é uma técnica não apenas de grande valia, com várias finalidades, mas também aquela que, devidamente dominada, é típica do procedimento profissional do geógrafo. Na verdade, não se entende que um geógrafo seja capaz de interpretar e tirar conclusões parciais sobre uma simples tabela de dados estatísticos – o que é importante e indispensável, sem dúvida – e não tenha capacidade para fazer a leitura de uma carta ou de um mapa temático.

Claro está que nem sempre este é um recurso que se impõe.

Há modalidades de pesquisas que o dispensam perfeitamente, como há outras em que ele é quase que fundamental. Algumas vezes é um mero recurso circunstancial, para esclarecer alguma dúvida. Muitas vezes é empregado como complemento da observação e interpretação da paisagem (daí ser necessária sua utilização também sobre o próprio terreno) e outras vezes é a técnica fundamental para toda a sistematização dos dados de campo. Por outro lado, a ida ao campo pode e deve ser preparada pelo estudo cuidadoso das informações cartográficas disponíveis.

A técnica de fotointerpretação veio se somar, com eficiência aliás bem superior, ao emprego das informações cartográficas, nas quais, aliás, ela se apoia como base para o resultado final. As **aero fotos** tal como os mapas, ou melhor que eles, constituem auxílio de grande valor para a generalização das observações de paisagem. Reciprocamente, a fotointerpretação geográfica se apoia também em observações de campo para definição e classificação das formas a serem identificadas. Existem, mesmo, técnicas de pesquisa e mapeamento baseadas no emprego simultâneo dos três recursos: observação direta, aero foto e cartas.

Assim se procede, por exemplo, em estudos e mapeamento sistemático da utilização da terra, tanto rural como urbana, no mapeamento das feições morfológicas ou da cobertura vegetal.

A fotointerpretação feita de modo sistemático é hoje quase que uma especialidade, exigindo conhecimentos técnicos específicos e um treinamento adequado. Contudo, na formação básica do geógrafo profissional deve constar o conhecimento de seus princípios fundamentais e os recursos que ela pode fornecer. Independentemente da fotointerpretação formal, constitui recurso interessante para o geógrafo em determinados tipos de pesquisa fazer a “leitura” de uma aero foto ou de um par delas do mesmo modo que o faz com a carta geral com representação cartográfica. Infelizmente, porém, nem todos têm vista suficientemente boa para isso.

As técnicas quantitativas, embora utilizadas em Geografia Física por onde aliás começou a se empregar **mensurações** sistemáticas – se identificaram mais com a Geografia Humana, permitindo extensas pesquisas indiretas, sobretudo em Geografia Urbana e Regional.

Por outro lado, os excessos do quantitativismo mais do que as propostas de teoria e método da “Nova Geografia” atraíram muitas e cerradas críticas, como aliás havia acontecido em relação às técnicas tradicionais de pesquisa.

Na verdade, ocorreram muitos exageros no quantitativismo, ao mesmo tempo em que ele provocou realmente novas atitudes positivas na metodologia da pesquisa geográfica. Seria nos alongar demais proceder a um exame de tais questões. Resumidamente, pode se dizer que por um lado se desenvolveu uma preocupação metodológica com a exatidão e a objetividade, ao mesmo tempo que acompanharam a preocupação pela abordagem teórica das pesquisas. Por outro lado o emprego indiscriminado que se generalizou em alguns setores e o modo como se deu, tendia a fazer da técnica o método, de modo que a simples execução de uma análise estatística muitas vezes passava a ser considerada a pesquisa em si: de um meio ela se tornava um fim. Como já vimos, a mesma coisa se passou com o conceito de paisagem. Ademais, prescindir do trabalho de campo, chegou-se ao caso de apresentar resultados de pesquisa de gabinete mesmo sem o conhecimento prévio (direto ou indireto) das características do espaço analisado, resultados esses realmente chocantes¹¹⁸.

Mas não se deve por tais fatos negar o valor de técnicas de análises estatísticas na pesquisa geográfica. Basta ver por exemplo que uma boa pesquisa de campo pode ter no tratamento estatístico aos dados levantados por questionários, o seu complemento indispensável. O estudo de um [...]

Seria demasiada simplicidade imaginar que a Geografia não tivesse desde o seu início feito uso de dados estatísticos e tirado conclusões baseadas em sua interpretação. A maioria dos tipos de mapas temáticos, por exemplo, sempre foi o resultado da representação de informações estatísticas em um mapa de base mediante o emprego de diversas técnicas – desde as mais simples, como a distribuição de populações ou da produção figurada por pontos até as mais complexas, envolvendo cálculos complicados ou a manipulação de gráficos. Aliás gráficos isolados, como os histogramas, o gráfico triangular e outros, sempre foram empregados. Sobretudo, a manipulação de alguns índices – índice de aridez, por exemplo – e de médias estatísticas e de distribuição percentual constitui uma forma relativamente antiga de se procurar exprimir fatos geográficos com a possível exatidão, tanto em Geografia da população como em Geografia Econômica. Ao utilizar os dados estatísticos em seus procedimentos analíticos, o geógrafo já a utilizava preferentemente sob a forma de mapas ou de cartogramas (termo que designa a distribuição de gráficos estatísticos nos lugares a que eles correspondem em um mapa de base).

Por outro lado quando os geógrafos começaram a intensificar o emprego de análises estatísticas, não criaram propriamente técnicas novas – elas já eram domínio da estatística geral e muitas, das mais simples às mais complexas, já estavam sendo aplicadas em outros campos, como a Psicologia, e naturalmente, a Economia.

¹¹⁸ Nota do autor: Alguns dos trabalhos realizados nestas condições fazem lembrar daquele fato anedótico do cartógrafo que elaborou um mapa estadual, apenas pela compilação de documentos e depois, como pilheriam seus colegas passou um bom tempo nesse mesmo estado do Nordeste, para “acertar o terreno de acordo com o mapa”.

O que caracterizou, entretanto, a “revolução quantitativa” nos métodos de pesquisa foi, simplificada, a introdução de procedimentos antes inusitados no campo da Geografia já que se procurava inovar os métodos de pesquisa em função da própria metodologia da ciência. Isto é: as novas técnicas se propunham a operacionalizar um novo paradigma (o da Geografia nomotética) e deviam não apenas corresponder ao método científico dedutivo, com base na teoria.

A aplicação de técnicas estatísticas por ser sobretudo as mais simples – não significa subordinação a uma determinada metodologia da ciência. Uma das bases da aplicação da estatística em Geografia com efeito é a correlação entre variáveis e sua finalidade é, com frequência, a comparação entre lugares (determinação do grau de similaridade e de diferenças). Acreditamos não ser exagero lembrar que estas eram também preocupações de caráter qualitativo no modelo tradicional da Geografia – como se conectavam os fatores geográficos e que conclusões a analogia entre lugares permitia.

A diferença fundamental é que o verdadeiro quantitativismo procurava dentro do modelo teórico-dedutivo operacionalizar modelos locais, ou, pelo menos, adotando-os como hipóteses a serem testadas.

Os procedimentos estatísticos mais simples aplicados à análise geográfica (como aliás, em qualquer das Ciências Sociais) correspondem aos que se podem encontrar em um bom manual de estatística pura. Desde os mais elementares – agrupamento dos dados, divisão por classes, gráficos de frequência, medidas da tendência central (média, mediana, moda) e medidas de dispersão (desvio padrão, variância) tipos de frequência, testes de frequência das variáveis – às técnicas de comparação inferenciais, como os coeficientes de correlação, às análises de regressão, e assim por diante.

Contudo, o que melhor veio a caracterizar a pesquisa geográfica indireta por métodos estatísticos foi a análise de multivariáveis, que se tornou viável, quando generalizou-se o emprego da computação eletrônica. Ela permite a manipulação de uma considerável massa de dados e permite a comparação simultânea de uma grande quantidade de lugares no espaço e por isso se tornou extremamente atraente para os geógrafos que aderiram aos postulados teóricos da abordagem locacional. Por outro lado, o emprego indiscriminado dela é que foi o maior responsável pelas críticas que se levantavam contra o quantitativismo.

Destas técnicas a mais empregada e a mais vulgarizada entre os quantitativistas tem sido a análise fatorial, um certo número de atributos variáveis (cuja natureza depende dos objetivos da pesquisa) são escolhidos para caracterizar os lugares do espaço considerados como unidades de observação. Por exemplo, se o objetivo é analisar as características das cidades de uma região ou do país, as variáveis podem ser relativas a valores de estrutura da população urbana, produção industrial, número de estabelecimentos comerciais de determinado tipo etc. Se a análise se refere à estrutura agrária, tomando por unidades os municípios, as variáveis se referem à população ocupada na agricultura, ao número de estabelecimentos que adotam mecanização, os que são arrendados, características de utilização da terra, valores de produção e assim por diante.

Em qualquer caso podem ser escolhidas dezenas de variáveis e centenas de unidades, respeitada apenas a capacidade do computador.

Constrói-se assim uma matriz de informação espacial, em que cada coluna é formada pelos valores que correspondem a um determinado atributo de cada unidade de observação – as variáveis – e as linhas correspondem a todos esses atributos¹¹⁹.

Os procedimentos todos da análise fatorial se fundamentam na forma pela qual os atributos espaciais se correlacionam entre si e como eles se relacionam ao campo das dimensões caracterizadoras (os fatores) do sistema espacial em estudo (*). A ecologia fatorial, muito empregada em estudos urbanos, nada mais é que uma análise fatorial aplicada no estudo

¹¹⁹ Nota do autor: Sendo esta matriz estreitamente relacionada com o objeto da Geografia, e sendo ela o ponto de partida para as análises multivariadas, houve quem caracterizasse a Geografia do quantitativismo como uma “ciência matricial”.

das condições demográficas e sociais em espaços geralmente de escala metropolitana, tendo como unidades de observação subunidades deste mesmo espaço.

Ao permitir a comparação das características de um grande número de lugares, as análises multivariadas, de modo especial a análise fatorial, vieram a favorecer o tratamento estatístico nos estudos de classificação mediante o emprego de dados numerosos – dezenas de atributos referentes a algumas centenas de unidades espaciais. Como a classificação em Geografia tem objetivado a tipologia de lugares (das cidades, sobretudo, mas também de características agrárias dos municípios) e a regionalização, estes foram os temas privilegiados nas pesquisas puramente de gabinete por parte dos geógrafos.

Caderno de fotos



Foto 1 - Na seção de estudos do Conselho Nacional de Geografia - CNG, 1946. Acervo Memória IBGE.



Foto 2 - Com Fábio de Macedo Soares Guimarães, 1974. Acervo Memória IBGE.

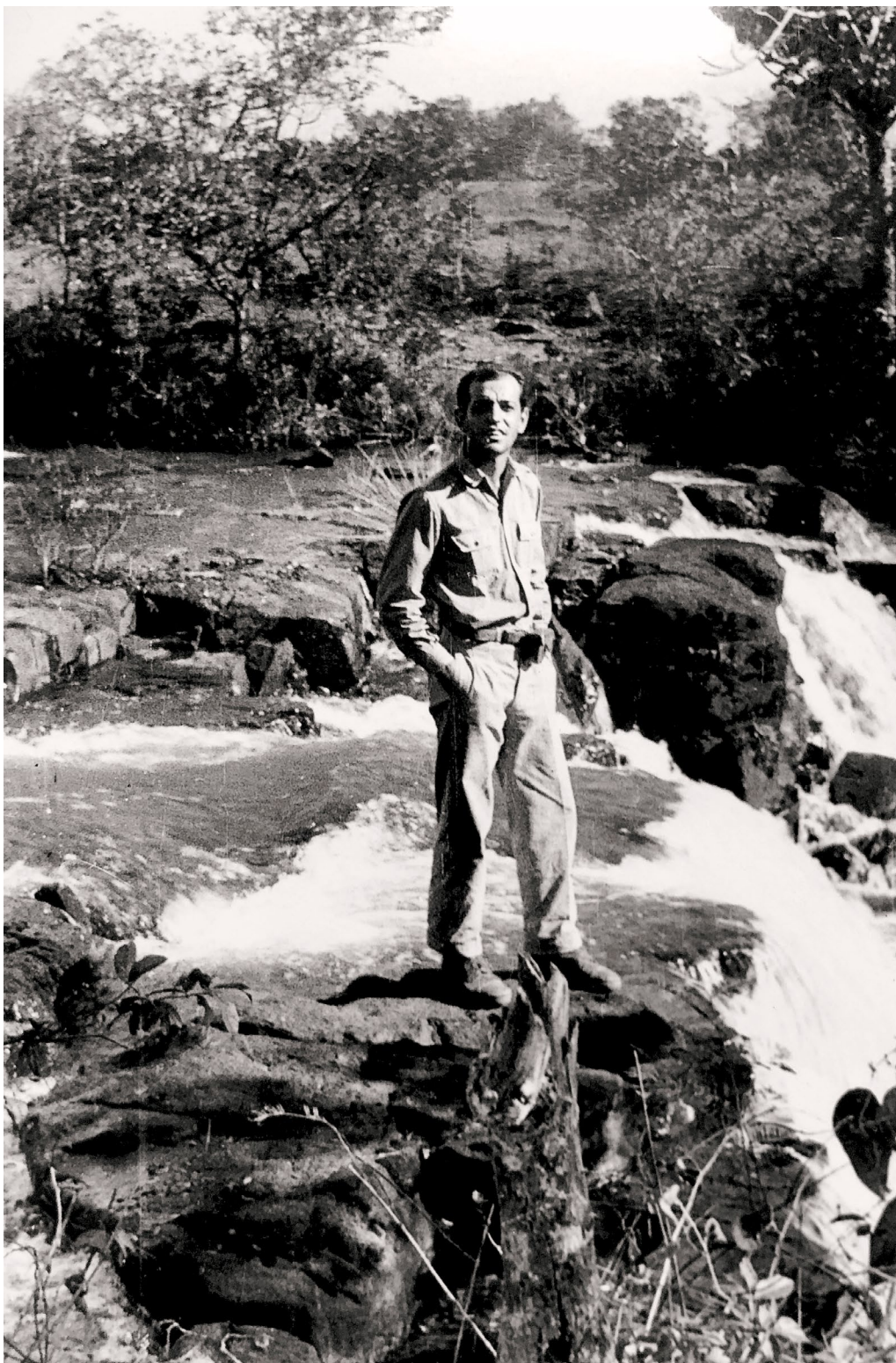


Foto 3 - Em expedição geográfica, s/d. Acervo Memória IBGE.



Foto 4 - Com Lysia Cavalcanti Bernardes, no Conselho Nacional de Geografia - CNG, s/d. Acervo Memória IBGE.



Foto 5- Em jantar em San Ángel, Cidade do México, com geógrafos mexicanos, 1963. Acervo Memória IBGE.

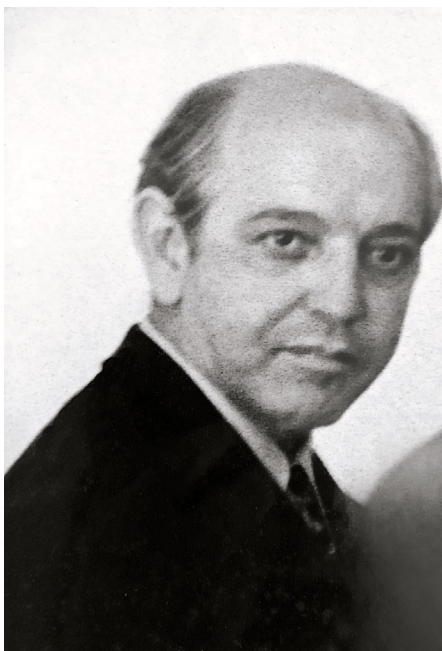


Foto 6 - Em Santa Maria - RS, 1971.
Acervo Memória IBGE.

Referências

ACKERMAN, E. A. Geographic training, wartime research, and immediate professional objectives. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, DC: AAG, v. 35, n. 4, p. 121-143, Dec. 1945. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=719>. Acesso em: maio 2020.

ACKERMAN, E. A. Treinamento geográfico, pesquisa em tempo de guerra e objetivos profissionais imediatos. Tradução: Orlando Valverde. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, n. 55, p. 780-795, out. 1947. Título original: Geographic training, wartime research, and immediate professional objectives. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=719>. Acesso em: maio 2020.

ANTONIL, A. J. *Cultura e opulencia do Brazil por suas drogas, e minas: com varias noticias curiosas do modo de fazer assucar [...]*. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711. 214 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222266>. Acesso em: jul. 2020.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1-79, 1908-2019. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720>. Acesso em: jul. 2020.

ATLAS do Brasil: geral e regional. Rio de Janeiro: IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1959. 1 atlas (705 p.). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv80935.pdf>. Acesso em: jul. 2020.

ATLAS nacional do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, Conselho Regional de Geografia, 1966. 1 atlas (122 p.). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94685.pdf>. Acesso em: jul. 2020.

ATLAS nacional do Brasil: região nordeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1985. 1 atlas (110 p.). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv87917.pdf>. Acesso em: jul. 2020.

ATLAS nacional do Brasil: parte geral. Rio de Janeiro: IBGE, Conselho Regional de Geografia, 1965. 1 atlas (122 p.). Acima do título: United Nations Inter-regional: Seminary on Cartography in Economic Development.

ATLAS nacional do Brasil Milton Teixeira. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 1 atlas (307 p.). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=247603>. Acesso em: jul. 2020.

AZEVEDO, A. de. (coord.). *Brasil: a terra e o homem*. São Paulo: Ed. Nacional, 1964-1970. 2 v. (Brasílica. Formato especial).

BACKHEUSER, E. Fronteiras da geologia e da geografia e a unidade desta ciência. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 3, p. 637-646, jul./set. 1941. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: maio 2020.

BARROWS, H. Geography as human ecology. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, DC: AAG, v. 13, n. 1, p. 1-14, Mar. 1923.

BAULIG, H. La géographie est-elle une science ? *Annales de Géographie*, Paris: A. Colin, v. 57, n. 305, p. 1-11, janv./mars 1948. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1948_num_57_305_12120. Acesso em: maio 2020.

BERNARDES, N. A influência estrangeira no desenvolvimento da geografia no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 44, n. 3, p. 519-527, jul./set. 1982. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: maio 2020.

BERRY, B. J. L. Cidades como sistemas dentro de sistemas de cidades. In: FAISSOL, S. (comp.). *Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. p. 26-47. Título original: Cities and systems within systems of cities. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv82399.pdf>. Acesso em: jul. 2020.

BERRY, B. J. L. Cities and systems within systems of cities. *Papers in Regional Science*, Oxford: Wiley-Blackwell; [s. l.]: Regional Science Association International - RSAI, v. 13, n. 1, p. 147-163, Jan. 1964.

BERRY, B. J. L. Um paradigma para a geografia moderna. Tradução de Patrice Charles F. X. Wuillaume. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 34, n. 3, p. 3-18, jul./set. 1972. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: maio 2020.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Ensaio de cartographia brasileira*. Rio de Janeiro: G. Lauzinger & Filhos, 1883. 261 p. Extraído de: BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Catalogo da exposição de historia do Brazil*. Sob direção de Ramiz Galvão. Rio de Janeiro: G. Lauzinger & Filhos, 1881. 3 v. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/191793>. Acesso em: jul. 2020.

BOLETIM DE GEOGRAFIA TEORÉTICA. Rio Claro, SP: Associação de Geografia Teorética - Ageteo, v. 15, n. 29-30, p. 1-475, 1985.

BRASIL. Exército. Diretoria de Serviço Geográfico. *Carta topográfica do mapeamento sistemático brasileiro*. Brasília, DF, 1986. Escala 1:250 000.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Circular n. 1, de 31 de janeiro de 1942. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*: seção 1, Rio de Janeiro, ano 81, n. 29, p. 1767, 4 fev. 1942.

BRASIL. Secretaria da Educação Superior. *Projeto diagnóstico e avaliação do ensino de geografia no Brasil*: documento final. Brasília, DF, 1984. 33 p.

BRASIL: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 435 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/estudos-ambientais/15786-brasil-uma-visao-geografica-e-ambiental-no-inicio-do-seculo-xxi.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: jul. 2020.

BRUNHES, J. *La géographie humaine: essai de classification positive, principes et exemples*. Paris: F. Alcan, 1910. 843 p.

BUNGE, W. *Theoretical geography*. Lund: Royal University of Lund, Dept. of Geography: Gleerup, 1962. 210 p. (Lund studies in geography. Series C: general and mathematical geography, n. 1).

CARVALHO, D. de. *Geographia do Brasil*, tomo 1. Prefácio de Oliveira Lima. Rio de Janeiro: Impressões Artísticas, 1913. 250 p.

CARVALHO, D. de. *Introdução metodológica aos estudos sociais*. Rio de Janeiro: Agir, 1957. 310 p.

CHOLLEY, A. *Guide de l'étudiant en géographie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1942. 230 p.

CHRISTALLER, W. *Die zentralen Orte in Süddeutschland: eine ökonomisch-geographische Untersuchung über die Gesetzmässigkeit der Verbreitung und Entwicklung der Siedlungen mit städtischen Funktionen*. Jena: G. Fischer, 1933. 331 p.

CHRISTOVAM Leite de Castro e a geografia no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 338 p. (Documentos para disseminação. Memória institucional, n. 18). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64829.pdf>. Acesso em: maio 2020.

CLAVAL, P. *Essai sur l'évolution de la géographie humaine*. 2. éd. Paris: Belles Letters, 1969. 163 p. (Cahiers de géographie de Besançon, n. 12; Annales littéraires de l'Université de Besançon, v. 67).

CLAVAL, P. *Géographie humaine et économique contemporaine*. Paris: Presses Universitaires de France, Paris, 1984. 442 p. (PUF fundamental).

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA (Brasil). Resolução n. 77 de 17 de julho de 1941. Estabelece as normas a que deverá obedecer a divisão regional das unidades federadas brasileiras, para fins práticos, propõe um quadro básico de divisão e dá outras providências. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 1, p. 221-239, jan./mar. 1942. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: jul. 2020.

CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986. 93 p. (Princípios, 53).

DARWIN, C. *On the origin of species by means of natural selection, or, The preservation of favoured races in the struggle for life*. London: J. Murray, 1859. 502 p. Disponível em: <http://darwin-online.org.uk/content/frameset?itemID=F373&viewtype=text&pageseq=1>. Acesso em: jul. 2020.

DÉCIMO primeiro aniversário do Conselho Nacional de Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 10, n. 1, p. 149-155, jan./mar. 1948. Noticiário. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: maio 2020.

DEFFONTAINES, P. *Geografia Humana do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1940. 116 p. Separata de: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 1-3, 1939. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: maio 2020.

DEMANGEON, A. Un questionnaire sur l'habitat rural. *Annales de Géographie*, Paris: A. Colin, ano 35, n. 196, p. 289-292, jul. 1926. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1926_num_35_196_8464. Acesso em: jul. 2020.

DENIS, P. Amérique du Sud. In: VIDAL DE LA BLACHE, P.; GALLOIS, L. (coord.). *Géographie universelle*. Paris: A. Colin, 1927. v. 15 (2 t.).

DIVISÃO do Brasil em regiões funcionais urbanas. Rio de Janeiro: IBGE, 1972. 112 p. Disponível em: <https://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13622.pdf>. Acesso em: jul. 2020.

DUARTE, A. C. Regionalização: considerações metodológicas. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, SP: Associação de Geografia Teórica - Ageteo, v. 10, n. 20, p. 5-32, 1980.

ESBOÇO preliminar da divisão do Brasil em espaços homogêneos e espaços polarizados. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. 3 v. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=213895>. Acesso em: maio 2020.

FAISSOL, S. Explanation in geography (David Harvey): comentários bibliográficos e notas à margem. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, ano 22, p. 31-100, 1971. Comentários de: HARVEY, D. Explanation in geography. London: E. Arnold, 1969. 521 p. Disponível em: <http://www.cedipe.uerj.br/boletim.html>. Acesso em: maio 2020.

FAISSOL, S. Explanation in geography (David Harvey): comentários bibliográficos e notas à margem. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 34, n. 2, p. 81-119, abr./jun. 1972. Comentários de: HARVEY, D. Explanation in geography. London: E. Arnold, 1969. 521 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: maio 2020.

FAISSOL, S. *Problemas geográficos brasileiros: análises quantitativas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1973. 271 p. Separata de: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 34, n. 1-4, 1972.

FEBVRE, L. *La terre et l'évolution humaine: introduction géographique à l'histoire*. Paris: La Renaissance du Livre, 1922. 471 p. (L'évolution de l'humanité: synthèse collective). Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6700>. Acesso em: jul. 2020.

FENNEMAN, N. M. The circumference of geography, *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, DC: AAG, v. 9, n. 1, p. 3-11, 1919.

FERREIRA, A. R. *Viagem philosophica pelas capitâneas do Grão-Para, rio Negro, Mato Grosso e Cuyaba*. [S. l.: s. n.], 1783-1792. 3 v. em 5. Manuscrito. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/457?mode=full>. Acesso em: jul. 2020.

FERRI, M. G.; MOTOYAMA, S. (coord.). *História das ciências no Brasil*. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária - EPU: Edusp, 1979-1981. 3 v.

FREYRE, G. *Brasis, Brasil e Brasília*. Rio de Janeiro: Record, 1968. 271 p. (Presença brasileira, 1).

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira e sob o regimen de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933. 517 p.

GEIGER, P. P. Reflexões sobre a regionalização. In: SIMPÓSIO RENOVACÃO DA GEOGRAFIA [DA AGB]; REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 25, 1973, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 1973. p. 99-115.

GEOGRAFIA do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1959-1968. 5 v. em 6. (Biblioteca geográfica brasileira. Série A, n. 15-19). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=213143>. Acesso em: jul. 2020.

- GEOGRAFIA do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. 5 v. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=213138>. Acesso em: jul. 2020.
- GEOGRAFIA do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. 5 v. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=220702>. Acesso em: jul. 2020.
- GEORGE, P. *A ação do homem*. Tradução de: Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Difusão Europeia do Livro - Difel, 1968. 214 p. (Coleção terras e povos, 6).
- GEORGE, P. *et al.* *A geografia ativa*. Tradução de Gil Toledo *et al.* São Paulo: Difusão Europeia do Livro - Difel, 1968. 357 p. Título original: La géographie active.
- GEORGE, P. *Géographie sociale du monde*. Paris: Presses Universitaires de France, 1946. 128 p. (Que sais-je?, 197).
- GEORGE, P. *Les méthodes de la géographie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1970. 128 p. (Que sais-je?, 1398).
- GUERRA, A. T. Predição e teoria geográficas: avaliação dos benefícios de recreação na bacia do Meramec. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 39, n. 3, p. 175-178, jul./set. 1977. Comentários de: ULLMAN, E. L. Predição e teoria geográficas: avaliação dos benefícios de recreação na bacia do Meramec. In: PRESTON, E. J. *et al.* *Geografia Humana nos Estados Unidos*. Tradução de L. C. de Castro e Costa. Rio de Janeiro: Forum, 1970. p. 127-148. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: maio 2020.
- GUERRA, A. T. (org.); CARVALHO, E. de (org.). *Geografia do Brasil: roteiro de uma viagem*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. 255 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13762.pdf>. Acesso em: jul. 2020.
- GUIMARÃES, F. de M. S. Conceito de geografia regional e terminologia das divisões geográficas. *Boletim da Seção Regional do Rio de Janeiro [da AGB]*, Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, ano 2, n. 4, p. 9-15, out./dez. 1949a.
- GUIMARÃES, F. de M. S. Conceito de geografia regional e terminologia das divisões geográficas. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, n. 82, p. 1089-1092, jan. 1950. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=719&view=detalhes>. Acesso em: maio 2020.
- GUIMARÃES, F. de M. S. Divisão regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 2, p. 318-373, abr./jun. 1941. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: maio 2020.
- GUIMARÃES, F. de M. S. Observações sobre o problema da divisão regional. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 25, n. 3, p. 289-311, jul./set. 1963. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: maio 2020.
- GUIMARÃES, F. de M. S. O Planalto Central e o problema da mudança da capital do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, n. 4, p. 471-542, out./dez. 1949b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: maio 2020.
- HAGGETT, P. *Locational analysis in human geography*. London: E. Arnold, 1965. 339 p.
- HARTSHORNE, R. The concept of geography as a science of space, from Kant and Humboldt to Hettner. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, DC: AAG, v. 48, n. 2, p. 97-108, June 1958.

HARTSHORNE, R. "Exceptionalism in geography" re-examined. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, DC: AAG, v. 45, n. 3, p. 205-244, Sept. 1955.

HARTSHORNE, R. *The nature of geography: a critical survey of current thought in the light of the past*. Washington, DC: Association of American Geographers - AAG; Lancaster: The Science Press, 1939. 482 p. Reedição do artigo publicado em: *Annals of the Association of American Geographers*, v. 29, n. 3-4, p. 171-658, 1939. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=coo.31924014016905&view=1up&seq=5>. Acesso em: jul. 2020.

HARTSHORNE, R. *Perspective on the nature of geography*. Chicago: R. McNally; Washington, DC: Association of American Geographers - AAG, 1959. 201 p. (Association of American Geographers. Monograph series). Disponível em: [https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.\\$b620919&view=1up&seq=7](https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.$b620919&view=1up&seq=7). Acesso em: jun. 2020.

HARTSHORNE, R. *Questões sobre a natureza da geografia*. Tradução de Thomaz Newlands Neto; prefácio de Fábio de Macedo Soares Guimarães. Rio de Janeiro: Instituto Pan-Americano de Geografia e História, 1969. 260 p. (Textos básicos, 4). Título original: *Perspective on the nature of geography*.

HARTT, C. H. *Geology and physical geography of Brazil*. Boston: Fields, Osgood, 1870. 620 p. Acima do título: Scientific results of a journey in Brazil by Louis Agassiz and his traveling companions. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=aeu.ark:/13960/t52f83q0z&view=1up&seq=7>. Acesso em: jul. 2020.

HARVEY, D. *Explanation in geography*. London: E. Arnold, 1969. 521 p.

HARVEY, D. *Social justice and the city*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973. 336 p.

HETTNER, A. *Die Geographie: ihre Geschichte, ihr Wesen und ihre Methoden*. Breslau: F. Hirt, 1927. 463 p.

HUMBOLDT, A. von. *Kosmos: Entwurf einer physischen Weltbeschreibung*. Stuttgart: J. G. Cotta, 1845-1862. 5 v. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/001474061>. Acesso em: jul. 2020.

JAMES, P. E. Keynote address at opening session of the National Conference of Latin Americanist Geographers, 30 April 1970. *Revista Geográfica*, México, DF: Instituto Pan-Americano de Geografia e História - IPGH, n. 72, p. 87-95, jun. 1970.

JAMES, P. E. *New viewpoints in geography*. Washington, DC: National Council for the Social Studies, 1959. 260 p. (National Council for the Social Studies. Yearbook, 29).

JAMES, P. E. Toward a further understanding of the regional concept. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, DC: AAG, v. 42, n. 3, p. 195-222, Sept. 1952.

JAMES, P. E.; MARTIN, G. J. *All possible worlds: a history of geographical ideas*. Maps and ill. by Eileen W. James. 2nd ed. New York: Wiley, 1981. 508 p.

JOHNSTON, R. J. (ed.). *The dictionary of human geography*. Oxford: Blackwell Reference, 1981. 411 p.

KAYSER, B. As divisões do espaço geográfico nos países subdesenvolvidos. Tradução de Maria Conceição Vicente de Carvalho. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 26, n. 197, p.13-20, mar./abr. 1967. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=719&view=detalhes>. Acesso em: maio 2020.

KING, L. C. A geomorfologia do Brasil oriental. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 18, n. 2, p. 147-265, abr./jun. 1956. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: maio 2020.

- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1975. 262 p. (Debates). Título original: The structure of scientific revolution.
- LACOSTE, Y. *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*. Paris: F. Maspero, 1976. 187 p. (Petite collection Maspero, 165).
- LEVANTAMENTO de recursos naturais. Rio de Janeiro: Projeto Radambrasil, 1973-2018. 38 v. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=todos&campo=todos¬qry=&opeqry=&texto=LEVANTAMENTO%20de%20recursos%20naturais&digital=false&fraseexata=1>. Acesso em jul. 2020.
- LÖSCH, A. *The economics of location*. Translated by William H. Woglom. New Haven: Yale University Press, 1954. 520 p.
- LÖSCH, A. *Die räumliche Ordnung der Wirtschaft: eine Untersuchung über standort, wirtschaftsgebiete und internationalen handel*, von Dr. habil. Jena: G. Fischer, 1940. 348 p.
- LUKERMANN, F. The concept of location in classical geography. In: DOHRS, F. E. (ed.); SOMMERS, L. M. (ed.). *Introduction to geography: selected readings*. 3rd reimpr. New York: Crowell, 1969. p. 54-74.
- MAPA dos confins do Brazil com as terras da coroa da Espanha na America Meridional. [S. l: s. n.], 1749. 1 mapa. Escala 1:8 500 000. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1004807/cart1004807.pdf. Acesso em: jul. 2020.
- MARTONNE, E. de. *Traité de géographie physique: climat, hydrographie, relief du sol, biogéographie*. Paris: A. Colin, 1909. 910 p.
- MARTONNE, E. de. *Traité de géographie physique*. 5. ed. rev. et corr. Paris: A. Colin, 1932-1935. 3 v (1520 p). v. 1: Notions générales, climat, hydrographie; v. 2: Le relief du sol; v. 3: Biogéographie.
- MARTONNE, E. de. *Traité de géographie physique*. 6. ed. rev. et corr. Paris : A. Colin, 1940. 3 v. (1518 p.). v. 1: Notions générales, climat, hydrographie; v. 2: Le relief du sol; v. 3: Biogéographie (5. ed., 1932).
- MENDES, C. (org.). *Atlas do imperio do Brazil: comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoeas e judicarias*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868. 1 atlas (36 p). Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4933>. Acesso em: maio 2020.
- MESQUITA, O. V. O modelo de Von Thünen: uma discussão. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 40, n. 2, p. 60-130, abr./jun. 1978. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: maio 2020.
- MEYNIER, A. *Guide de l'étudiant en géographie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1971. 158 p.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Tradução Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec: Polis, 1984. 392 p. (Geografia: teoria e realidade). Título original: Pionniers et planteurs de São Paulo.
- MONBEIG, P. *Pionniers et planteurs de São Paulo*. Paris: A. Colin, 1952. 376 p.
- MONTESQUIEU, C. de S., baron de. *De l'esprit des lois, ou, Du rapport que les loix doivent avoir avec la constitution de chaque gouvernement [...]*. Genève: Chez Barrillot & Fils, 1748. 2 v. Manuscrito. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/montesquieu/de_esprit_des_lois/partie_2/de_esprit_des_lois_2.html. Acesso em: maio 2020.
- MORRILL, R. L. *The spatial organization of society*. Belmont: Wadsworth, 1970. 251 p.

NOVO, E. M. L. de M. Pesquisas realizadas na área de geografia física no Instituto de Pesquisas Espaciais. *Boletim de Geografia Teorética*, Rio Claro, SP: Associação de Geografia Teorética - Ageteo, v. 15, n. 29-30, p. 217-229, 1985.

PEET, R. O desenvolvimento da geografia radical nos Estados Unidos. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.). *Perspectivas da geografia*. São Paulo: Difel, 1982. p. 225-254.

PEET, R. The development of radical geography in the United States. *Progress in Human Geography*, London: E. Arnold, v. 1, n 2, p. 240-263, June 1977.

PEREIRA, J. V. da C. Desenvolvimento e fontes da geografia do Brasil durante o século XVIII. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, ano 7, n. 3-4, p. 5-31, 1954.

PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Martins, 1942. 388 p.

RATZEL, F. *Anthropogeographie*. Stuttgart: J. Engelhorn, 1882-1891. 2 v. (Bibliothek geographischer Handbücher). Disponível em: <https://archive.org/details/anthropogeograp02ratzgoog/page/n10/mode/2up>. Acesso em: jul. 2020.

RECLUS, E. *Nouvelle géographie universelle: la terre et les hommes*. Paris: Hachette, 1875-1894. 19 v. Disponível em: <https://tinyurl.com/ydg62mhk>. Acesso em: maio 2020.

RICCHIERI, G. Il concetto di regioni e di confini nella sistematica geografica. *Scientia: rivista internazionale di sintesi scientifica*, Bologna: Zanichelli, anno 14, v. 28, p. 1-11, 1920. Disponível em: <https://amshistorica.unibo.it/7>. Acesso em: jul. 2020.

O RIO de Janeiro e sua região. Rio de Janeiro: IBGE, 1964. 146 p. Realizado pelo Grupo de Trabalho de Geografia Urbana da Divisão de Geografia [da CNG], orientado por Michel Rochefort. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81738.pdf>. Acesso em jul. 2020.

ROFMAN, A. B. *Dependencia, estructura de poder y formación regional en America Latina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1974. 264 p.

RUELLAN, F. A evolução geomorfológica da Baía de Guanabara e das regiões vizinhas. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, n. 4, p. 445-508, out./dez. 1944. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: maio 2020.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985. 88 p. (Espaços).

SAUER, C. O. The morphology of landscape. *University of California Publications in Geography*, Berkeley: University of California Press, v. 2, n. 2, p. 19-53, 1925. Disponível em: http://geog.uoregon.edu/amarcus/geog620/readings/sauer_1925_morphology_of_landscape.pdf. Acesso em: maio 2020.

SCHAEFER, F. K. Exceptionalism in geography: a methodological examination. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, DC: AAG, v. 43, n. 3, p. 226-249, Sept. 1953. Disponível em: http://www.appstate.edu/~perrylb/Courses/5000/Readings/Schaefer_1953.pdf. Acesso em: jul. 2020.

SEMPLE, E. C. *Influences of geographic environment on the basis of Ratzel's system of anthropogeography*. New York: H. Holt; London: Constable, 1911. 683 p. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015067078835&view=1up&seq=713>. Acesso em: jun. 2020.

SILVA, S. T. Os estudos de classificação na agricultura: uma revisão. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 42, n. 1, p. 3-30, jan./mar. 1980. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: maio 2020.

- SIMONSEN, R. C. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. São Paulo: Ed. Nacional, 1937. 2 v. (Biblioteca pedagógica brasileira. Serie 5. Brasiliana, v. 100, 100-A)
- SUBSÍDIOS à regionalização. Rio de Janeiro: IBGE, 1968. 208 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv82253.pdf>. Acesso em: maio 2020.
- THÜNEN, J. H. von. *Der isolirte Staat in Beziehung auf Landwirthschaft und Nationalökonomie: oder Untersuchung über den Einfluss, den die Getreidepreise, der Reichthum des Bodens und die Abgaben auf den Ackerbau ausüben*. Hamburg: F. Perthes, 1826. 290 p. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=nyp.33433008981650&view=1up&seq=11>. Acesso em: jun. 2020.
- ULLMAN, E. L. Predição e teoria geográficas: avaliação dos benefícios de recreação na bacia do Meramec. In: PRESTON, E. J. et al. *Geografia Humana nos Estados Unidos*. Tradução de L. C. de Castro e Costa. Rio de Janeiro: Forum, 1970. p. 127-148.
- VALLAUX, C. *Les sciences géographiques*. Paris: F. Alcan, 1925. 415 p.
- VALLAUX, C. *Les sciences géographiques*. Nouv. ed. Paris: F. Alcan, 1929. 413 p.
- VARENIUS, B. *Geographia generalis: in qua affectiones generales telluris explicantur*. Amstelodami: L. Elzevirium, 1650. 786 p.
- WAIBEL, L. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 326 p.
- WAIBEL, L. Princípios da colonização europeia no sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, n. 2, p. 159-222, abr./jun. 1949. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: maio 2020.
- WAIBEL, L. A teoria de von Thünen sobre a influência da distância do mercado relativamente à utilização da terra: sua aplicação a Costa Rica. In: WAIBEL, L. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. p. 99-129. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81043.pdf>. Acesso em: maio 2020.
- WAPPÄUS, J. E. *A geographia physica do Brasil: refundida*. Tradução: João Capistrano de Abreu. Ed. condensada. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1884. 470 p. Título original: *Handbuch der Geographie und Statistik des Kaiserreichs Brasilien*.
- WAPPÄUS, J. E. *Handbuch der Geographie und Statistik des Kaiserreichs Brasilien*. Leipzig: I. C. Hinrich'sschen Buchhandlung, 1871. [719] p. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4517/1/017780_COMPLETO.pdf. Acesso em: maio 2020.
- WHITTLESEY, D. O conceito regional e o método regional. Tradução: Celme Santos. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v.18, n. 154, p. 5-36, jan./fev. 1960. Título original: *The regional concept and the regional method*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=719>. Acesso em: jul. 2020.

Equipe técnica

Diretoria de Geociências

Claudio Stenner

Coordenação de Geografia

Therence Paoliello de Sarti

Conselho Editorial da Revista Brasileira de Geografia

Pesquisa, revisão técnica e organização de notas

Adma Hamam de Figueiredo

Maria Lúcia Ribeiro Vilarinhos

Bruno Dantas Hidalgo

Cayo de Oliveira Franco

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marisa Sigolo

Gerência de Editoração

Estruturação textual

Leonardo Martins

Diagramação textual

Solange Maria Melo de Oliveira

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Gerência de Documentação

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Ednalva Maia do Monte

Newton Malta de Souza Marques

Impressão e acabamento

Helvio Rodrigues Soares Filho

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181

INICIAÇÃO À GEOGRAFIA

A edição deste manuscrito inédito de Nilo Bernardes, geógrafo que, entre tantas contribuições a esse campo de estudos, compôs os quadros do Conselho Nacional de Geografia - CNG e, posteriormente, do IBGE, constitui justa homenagem a um profissional que contribuiu intensamente para o reconhecimento e a consolidação dos estudos geográficos no Brasil.

No dizer do Professor Sergio Nunes Pereira, do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense - UFF e autor da Introdução da presente obra, a abrangência e a variedade dos temas contemplados por Nilo Bernardes neste trabalho indicam a sua preocupação em oferecer reflexões, tanto nos fundamentos teóricos da disciplina quanto em suas metodologias, abordando, de forma inédita para a época, questões práticas do exercício da profissão. A Geografia brasileira não pôde dialogar com tais reflexões no contexto em que elas foram geradas, por isso publicá-las, agora, cumpre o papel de afirmar a importância da variedade de vozes no debate intelectual e valorizar o compromisso intelectual de um pensador com as questões de seu tempo.

Nilo Bernardes transitou pelo universo das pesquisas técnicas voltadas ao planejamento no CNG e no IBGE e pelo domínio das reflexões teóricas e práticas mais atualizadas nos organismos nacionais e internacionais em que atuou, e a presente obra, que se destinava, originalmente, aos estudantes dos primeiros anos de graduação na disciplina, permite aquilatar a formação profissional de excelência desse autor que transcendeu o ensino acadêmico. Para além de toda a variedade e a qualidade de influências que marcaram a sua formação, é preciso destacar a sua convivência com a esposa, a geógrafa Lysia Maria Cavalcanti Bernardes, um expoente nos campos da Geografia Urbana e Regional e cuja produção intelectual é referência obrigatória nas graduações no Rio de Janeiro.

Grande parte das contribuições de Nilo Bernardes à Geografia está registrada nas páginas da *Revista Brasileira de Geografia*, também publicada pelo Instituto, a qual efetivou, por meio de seu Conselho Editorial e em parceria com a Memória Institucional do IBGE, a preparação desta edição. Resgatar a memória daqueles que contribuíram para o avanço do conhecimento nesse campo de atuação e prestar-lhes justa homenagem é uma grande satisfação. Por tudo isso, o IBGE agradece aos herdeiros de Nilo e Lysia Bernardes a escolha desta Casa para a publicação deste manuscrito, também disponibilizado no portal do IBGE na Internet.

